

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE MESTRADO EM HISTÓRIA

JOÃO IVO PUHL

O TEMPO DO GRILO: POSSEIROS NA GLEBA SÃO
DOMINGOS –1979-1983

História da luta pela terra no Vale do Guaporé – MT – 1970-1990

DISSERTAÇÃO APRESENTADA COMO
REQUISITO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE
MESTRE EM HISTÓRIA PELO INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – PROGRAMA
DE MESTRADO EM HISTÓRIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO,
SOB A ORIENTAÇÃO DA PROFA. DRA. REGINA
BEATRIZ GUIMARÃES NETO.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
Cuiabá
Julho de 2003

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE MESTRADO EM HISTÓRIA

JOÃO IVO PUHL

O TEMPO DO GRILO: POSSEIROS NA GLEBA SÃO
DOMINGOS –1979-1983

História da luta pela terra no Vale do Guaporé – MT – 1970-1990

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ORIENTADORA: PROFA. DRA. REGINA BEATRIZ GUIMARÃES NETO

Cuiabá
Julho de 2003

FICHA CATALOGRÁFICA

P978t Puhl, João Ivo

O tempo do grilo: posseiros na gleba São Domingos
– 1979-1983: história da luta no Vale do Guaporé – MT
– 1970-1990 / João Ivo Puhl. – 2003
305p. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de
Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais,
2003.

“Orientação: Prof^a Dr^a Regina Beatriz Guimarães
Neto, Departamento de História”.

CDU - 94(817.2):332.282

Índice para Catálogo Sistemático

1. Posseiros – Vale do Guaporé (MT) – 1970-1990
2. Posseiros – Gleba São Domingos – 1979-1983
3. Posse da terra – Vale do Guaporé – 1979-1990 – História

IN MEMORIAM!

Dedico a dissertação à memória póstuma do Genésio da Máquina Queimada que faleceu no dia que iniciei esta pesquisa e ao finado Renato do INCRA, que relatou com entusiasmo e detalhes as histórias que a experiência de vida impregnou na memória e sua capacidade narrativa, brilhantemente reconstruiu.

Agradecimentos

Sou grato a todos os amigos e familiares que colaboraram para que o mestrado e a dissertação se tornassem possíveis. Lembro, para agradecer de modo especial:

Profa. Dra. Regina Beatriz que me desafiou e orientou.

Aos professores membros das bancas de qualificação e defesa: Montenegro e Barrozo.

À Universidade do Estado de Mato Grosso, ao Departamento de História e colegas professores Socorro e Adson.

Aos professores do programa de Mestrado em História da UFMT.

À Capes pela bolsa de capacitação e pesquisa.

Aos colegas e amigos de longa data, que trabalharam ou continuam na FASE.

Aos depoentes que me deram o privilégio de seu tempo e companhia e aos meus guias em São Domingos: Mané Messias, Cidinha e Cláudio.

Aos posseiros que lutaram para se fazerem presentes no Vale do Guaporé Mato-grossense.

À minha inestimável Geny, companheira das horas difíceis desse parto dissertativo, a mais sacrificada e a mais compreensiva e paciente.

Aos familiares meus e da Geny que sentiram e compreenderam as ausências e os silêncios.

À minha mana Bete, especial monitora de produção.

Aos colegas, compadres e amigos Leo, Cido e filhos.

À Elizete, minha sutil monitora da escrita do texto.

Aos colegas do mestrado que compartilharam horas de estudos, debates e algumas conversas de bar.

À Matilde e Alexandre, gentis secretários do programa.

A todos os amigos, parentes, colegas e companheiros, muito obrigado e fico agradecido torcendo por vocês!...

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE MESTRADO EM HISTÓRIA

COMISSÃO EXAMINADORA, ABAIXO ASSINADA, APROVA A DISSERTAÇÃO

O TEMPO DO GRILO: POSSEIROS NA GLEBA SÃO
DOMINGOS –1979-1983

História da luta pela terra no Vale do Guaporé – MT – 1970-1990

ELABORADA POR

JOÃO IVO PUHL

COMO REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM
HISTÓRIA

COMISSÃO EXAMINADORA

Dra. Regina Beatriz Guimarães Neto - Orientadora

Dr. Antônio Torres Montenegro – Membro Externo

Dr. João Carlos Barrozo

Dra. Maria Adenir Peraro

Cuiabá, 21 de julho de 2003.

SUMÁRIO

RESUMO -----	09
ABSTRACT -----	10
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS -----	11
LISTA DE MAPAS -----	16
LISTA DE FOTOGRAFIAS -----	16
INTRODUÇÃO -----	17
CAPÍTULO 01	
A OCUPAÇÃO DE TERRAS POR PEQUENOS POSSEIROS -----	42
1.Nós Chegamos e Demarcamos os Lotes -----	47
2.Nossa Reforma agrária foi “reforma à bala” -----	51
3. Registro de Memórias de Ocupação -----	59
4.O Comércio de Terras no Grilo e as Lideranças -----	68
5.Ocupar seria tornar-se posseiro ou grilar terra? -----	73
6.Caminhos em busca de Melhora -----	79
CAPÍTULO 02	
OS CONFRONTOS ENTRE OCUPANTES E LATIFUNDIÁRIOS -----	82
1. Relatos dos Conflitos -----	83
2. Posseiros e polícia: uma relação sociedade-estado -----	89
3. Posseiros contra Pistoleiros: os enfrentamentos -----	105
4. Confrontos diversos no tempo do grilo -----	127
CAPÍTULO 03	
AS ALIANÇAS DOS POSSEIROS COM ATORES SOCIAIS -----	137
1. A busca da legalidade da luta: articulando advogados e o INCRA -----	144
2. Os posseiros e o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais -----	151
3. As Alianças dos Posseiros com os Madeireiros -----	159
4. As Alianças entre Posseiros e Comerciantes -----	171
5. As Alianças dos Posseiros e políticos -----	181
6. Os Posseiros e as Igrejas -----	190
CAPÍTULO 04	
A REGULARIZAÇÃO DAS POSSES -----	195
1. Primeiras Ações do INCRA, na Gleba -----	200
1.1. São Domingos: a área para desapropriação -----	202
1.2. A Elaboração e tramitação do Processo -----	207
2. A Confirmação do Loteamento dos Posseiros-----	218
2.1. A demarcação dos lotes: os marcos -----	222
2.2. Os Documentos Provisórios -----	224
2.2.1. A AO-Autorização de Ocupação -----	225

2.2.2. A CA-Carta de Anuência -----	227
2.3. Os Documentos Definitivos -----	231
2.3.1. O Croqui de lote -----	231
2.3.2. O Título Definitivo -----	233
3. A criação dos espaços urbanos das vilas -----	234
3.1. A criação da Vila de São Domingos -----	235
3.2. A criação da Vila da Máquina Queimada.-----	238
CAPÍTULO 05	
O COTIDIANO DA VIDA DOS POSSEIROS E PARCELEIROS -----	243
1. As práticas de produção do posseiro -----	243
2. As práticas de produção do parceleiro-----	251
2.1. Uma nova vida -----	252
2.2. O Comércio e as vilas -----	253
2.2.1. A Agricultura -----	255
2.2.2. A Cooperação Agrícola -----	257
2.3. A educação Escolar -----	262
3. O Tempo do Paraíso dos Posseiros -----	270
4. A Crise do Parceleiro -----	275
CONCLUSÃO -----	283
BIBLIOGRAFIA E FONTES -----	288
1. LIVROS, ARTIGOS EM REVISTAS -----	288
2. MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES E TESES -----	294
3. DOCUMENTAÇÃO ESCRITA -----	296
4. FONTES ORAIS – DEPOENTES -----	301
ANEXOS -----	302
01 - QUADRO DAS ÁREAS REGULARIZADAS OU EM REGULARIZAÇÃO PELO INCRA EM 1991. -----	303
02 – QUADRO DAS ÁREAS EM CONFLITO NO VALE DO GUAPORÉ DE D. MÁXIMO BIENNES -----	304
03 – QUADRO DAS ÁREAS A DESAPROPRIAR -----	305

RESUMO

A dissertação analisa a luta pela terra a partir da história da Gleba São Domingos, no Vale do Guaporé - MT, divisa com a República da Bolívia e Rondônia. Seis municípios compõem a região: Vila Bela da Santíssima Trindade, Pontes e Lacerda, Comodoro, Nova Lacerda, Nova Conquista d'Oeste e Vale do São Domingos, com área de 60.633 km² e população de 53.000 habitantes. Não teve colonização ou assentamento em pequenos lotes na recente reocupação desta parte da Amazônia, assim mesmo, apresenta significativo número de pequenos proprietários e posseiros. Dados do INCRA indicam que, em 1991, havia na região, 46 áreas com regularização fundiária concluídas ou em andamento. Todas resultantes de ocupações nas três décadas anteriores, estando assentadas 4.996 famílias.

O estudo procura abordar trajetórias de vida e práticas dos ocupantes de terras. Utiliza os conceitos posseiro e grileiro, para designar os desempregados ou os sem terra que ocuparam áreas públicas ou privadas, tituladas ou não, sem falsificarem escrituras na disputa da terra. Examina os enfrentamentos de posseiros com os pistoleiros das fazendas, a polícia e a justiça, discutindo as complexas alianças construídas no percurso da ocupação das várias fazendas transformadas em Gleba S. Domingos, entre 1979-83. A ocupação de latifúndios, por posseiros, no Vale do Guaporé nas décadas de 1970 a 90, indica a complexidade e as especificidades desta história, frente a outras áreas em Mato Grosso. O seu estudo pode indicar elementos para a análise da ocupação recente da Amazônia com diferentes alianças e estratégias, ampliando a compreensão do processo, para além das considerações sobre a colonização ou os assentamentos dirigidos. Estas outras formas de ocupação apontam aspectos novos, como as alianças políticas inusitadas que, em geral, não aparecem nos estudos acadêmicos sobre a Amazônia. A história da luta de posseiros pela terra em Mato Grosso, desde o Vale do Guaporé, parte da análise da experiência cotidiana dos ocupantes e responsáveis pela regularização fundiária da gleba São Domingos, em Pontes e Lacerda-MT. O texto composto de cinco capítulos, fala da ocupação, confrontos, alianças, legalização das terras e do cotidiano vivido pelos posseiros de São Domingos, dialogando com outras experiências locais ou estaduais.

ABSTRACT

The dissertation analyzes the fight for the land starting from the history of Gleba São Domingos, in the Guaporé Valley - MT, in the boarder of Republic of Bolivia and Rondônia. Six municipal districts compose the area: Vila Bela da Santíssima Trindade, Pontes e Lacerda, Comodoro, Nova Lacerda, Nova Conquista do Oeste and Vale do São Domingos, with na area of 60.633 km² and population of 53.000 inhabitants. There was not colonization or settlement in small lots in the recent reoccupation of this part of the Amazon, even so, it presents significant number of small proprietors and settlers. Data of INCRA indicate, that in 1991 there were, in the area, 46 areas of landed regularization concluded or in process. All resultants of occupations in the three previous decades, being settled 4.996 families. The study also aims to analyze life trajectories and practices of the occupants of the lands. It uses the concepts, settlers and squatters, to designate the unemployed or the people without lands that occupied public or private lands, titled or not, without forging writs in the dispute for the land. It approaches the settlers' fight against the gunmen of the farms, the police and the justice and it also analyzes the complex alliances built during the course of the occupation of the several farms transformed in Gleba S. Domingos, in the period of 1979-83. The occupation of latifundiums, by settlers, in Guaporé Valley during the decades of 1970 up to 90, indicates the complexity and the particularities of this history, compared to other areas in Mato Grosso. Its study can indicate elements to analyze the recent occupation of Amazon with different alliances and strategies, enlarging the understanding of the process, far beyond the considerations about the colonization or the settlements. These other occupation forms show new aspects, such as: the unusual political alliances that, in general, do not appear in the academic studies about the Amazon. The history of the settlers' fight for the land in Mato Grosso, from the Guaporé Valley, comes from the analysis of the daily experiences of the occupants and the ones responsible for the land regularizations of the gleba São Domingos, in Pontes e Lacerda-MT. The text composed of five chapters, is related to the occupation, fights, alliances, regularization of the lands and the daily social relations of the São Domingos's settlers and it also debates their similar experiences with other local or state areas.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACTA – Associação do Centro de Tecnologias Alternativas

Agro – Agrônomo

AJUP – Associação de Assessoria Jurídica Popular

AL – Assembléia Legislativa do Estado

ANPUH – Associação Nacional dos Professores Universitários de História

AO – Autorização de Ocupação

APE – Arquivo Público do Estado – MT

ASCCMT – Associação de Solidariedade às Comunidades Carentes de Mato Grosso

BIRD – Banco Mundial ou Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento

BR – Brasil ou Rodovia Federal

C.10 – Camioneta da marca Chevrolet ou Ford

CA – Carta de Anuência

CASEMAT – Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Mato Grosso

CDPN – Comissão de Defesa do Povo Nambiquara

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

cf. conforme

CGC – Cadastro Geral de Contribuintes

Cia. Ltda. – Companhia Limitada

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CNBB – Conferência Nacional do Bispo do Brasil

CODEAGRI- Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Mato Grosso

CODEMAT – Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CPT – Comissão de Pastoral da Terra

CPT-MT – Comissão de Pastoral da Terra – Regional de Mato Grosso

CR – 13 – Coordenadoria Regional do INCRA/MT

Cr\$ - Cruzeiro

CR\$ - Real

CTA – Centro de Tecnologias Alternativas
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DF – Distrito Federal
DOE – Diário Oficial do Estado
DOU – Diário Oficial da União
Dr. – Doutor
DTC – Departamento de Terras e Colonização
Ed. - Editora
EMATER – Empresa Mato-grossense de Assistência Técnica e de Extensão Rural
EMPAER – Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
Eng. – Engenheiro
ET – Estatuto da Terra – Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964.
FASE – Federação de Órgãos Para a Assistência Social e Educacional
FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Mato Grosso
FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP
FHC – Fernando Henrique Cardoso
Fl. - folha
Fls. – folhas
FNS – Fundação Nacional da Saúde
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNRURAL – Fundo da Previdência Rural
Gen. – General
GERA – Grupo de Estudos e Pesquisas do Cerrado, Pantanal e Amazônia - UFMT
GO – Estado de Goiás
Ha. – hectare
I PRRA – Primeiro Plano Regional de Reforma Agrária
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF – Instituto Brasileiro de Defesa Florestal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICHS – Instituto de Ciências Humanas e Sociais - UFMT
ICSA – Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas - UNEMAT

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTERMAT – Instituto de Terras de Mato Grosso
IPHAN – Instituto de Proteção do Patrimônio Pré-histórico e Antropológico Nacional ?
ITR – Imposto Territorial Rural
Km – Quilômetro
LBA – Legião Brasileira de Assistência
LBA – Legião Brasileira de Assistência Social
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MG – Minas Gerais
MIRAD – Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento
MR-8 – Movimento Revolucionário Oito de Outubro
MS – Mato Grosso do Sul
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MT – Estado de Mato Grosso ou rodovia estadual
MUL - Movimento de União dos Lavradores do Vale do Guaporé
NAEA – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia - UFPA
NDHIR – Núcleo de Documentação Histórica e Informação Regional - UFMT
NERU – Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos - UFMT
NUDHEO – Núcleo de documentação Histórica Escrita e Oral - UNEMAT
ONG – Organização Não Governamental
p. – página
P. A . - Projeto de Assentamento
PA - Pará
PADIC – Programa de Apoio Direto às Iniciativas Comunitárias
PDS – Partido Democrático Social
PE - Pernambuco
Pe. – Padre
PF – Projeto Fundiário do INCRA
PFGV – Projeto Fundiário Vale do Guaporé
PFL – Partido da Frente Liberal
PLANAFLORO – Plano Agropecuário e Agroflorestal de Rondônia

PM – Polícia Militar ou Policial Militar

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMs – Policiais Militares

POLONOROESTE – Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil
(norte de MT e RO)

PP – Partido Popular ou Partido Progressista (hoje)

PR – Paraná

PRODEAGRO – Programa de Desenvolvimento Agroambiental de Mato Grosso

PRONAF – Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar

PSDB – Partido da Social Democracia no Brasil

PT- Partido dos Trabalhadores

Pt. – ponto terminal

R. A . – Reforma Agrária

RJ – Rio de Janeiro

RO – Estado de Rondônia

RS – Rio Grande do Sul

SEDOC – Serviço Ecumênico de Documentação

SINOP – Cidade do Norte de Mato Grosso, colonizada pela mesma Colonizadora

SP – São Paulo

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

SR – 13 – Superintendência Regional do INCRA/MT

SR – Sindicato Rural (patronal)

Sr. – Senhor

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUCAM – Superintendência de Combate a Malária ?

SUDAM – Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia

Ten. – Tenente

TO - Tocantins

UDR – União Democrática Ruralista

UF – Unidade Fundiária do INCRA

UFC – Unidade Fundiária Casalvasco – INCRA de Pontes e Lacerda

UFF – Universidade Federal Fluminense - Niterói
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Campo Grande
UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso - Cuiabá
UFPA – Universidade Federal do Pará - Belém
UFPB – Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco - Recife
UFPR - Universidade Federal do Paraná - Curitiba
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do sul – Porto Alegre
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro
UFUB – Universidade Federal de Uberlândia - Uberlândia
UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso – sede Cáceres - MT
UNIC – Universidade de Cuiabá – Cuiabá
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas - SP
UNIRONDON – Universidade Mal. Cândido Rondon - Cuiabá
UNIVAG – Universidade de Várzea Grande – Várzea Grande
USP – Universidade de São Paulo
VG. – vírgula

LISTA DE MAPAS

MAPA 01: LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO
MAPA 02: MAPA DOS TÍTULOS EXPEDIDOS PELO DTC À INICIATIVA PRIVADA
MAPA 03: LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS DAS GLEBAS SÃO DOMINGOS E AERORANCHO A SEREM DESAPROPRIADAS
MAPA 04: REGULARIZAÇÃO DO LOTEAMENTO DOS POSSEIROS PELO INCRA
MAPA 05: NÃO INCLUÍDO.
MAPA 06: LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES RURAIS DE SÃO DOMINGOS

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTO 01: DERRUBADA E QUEIMADA
FOTO 02: GUARITA DE VIGILÂNCIA DA FAZENDA BARRA DO PRATA, ANTIGA PALMAR
FOTO 03: VIGILANTE DE MADEIREIRA ARMADO, EM ÁREA DE POSSEIROS
FOTO 04: MUTIRÃO
FOTO 05: EXTRAÇÃO DA MADEIRA SOB A VIGILÂNCIA ARMADA
FOTO 06: MUTIRÃO NO INÍCIO DA MÁQUINA QUEIMADA (CRUZEIRO)
FOTO 07: POLÍTICOS ALIADOS - CAMINHÃO DO BOCA RICA
FOTO 08: MÁQUINA DE BENEFICIAR ARROZ
FOTO 09: ALIANÇA DO MOVIMENTO SINDICAL E OS POSSEIROS
FOTO 10: INDÚSTRIA DE MADEIRA ALIADA AOS POSSEIROS
FOTO 11: O COMÉRCIO, MUITAS VEZES, UM DOS ALIADOS DOS POSSEIROS
FOTO 12: A IGREJA CATÓLICA NA MÁQUINA QUEIMADA
FOTO 12: VISTA PARCIAL DA VILA DE SÃO DOMINGOS
FOTO 13: VISTA PARCIAL DA VILA DE SÃO DOMINGOS
FOTO 14: ALUNOS E PROFESSORES DA ESCOLA DA MÁQUINA QUEIMADA
FOTO 15: PÉ DE CAFÉ COM CARGA DE PRODUÇÃO BOA
FOTO 16: O CAVALO UM MEIO DE TRANSPORTE E DE MANEJO DA PECUÁRIA.
FOTO 17: A COOPERAÇÃO EM MUTIRÃO NA ASSOCIAÇÃO
FOTO 18: MONOCULTURA DO CAPIM E DO GADO E A CRISE AGRÍCOLA

décadas anteriores. Nestas glebas estavam assentadas 4.996 famílias em lotes, onde produziam sua subsistência na agropecuária (anexo 01).

Começamos analisando o processo de ocupação da gleba São Domingos, de 1979 a 1983 (vide mapa 01). Investigando as práticas e relações de poder exercidas pelos ocupantes e outros atores sociais envolvidos na disputa de terras nesta gleba, abordando as representações produzidas sobre eles mesmos e dos outros confrontantes. Compreendido o caso de São Domingos na sua particularidade, traçamos algumas comparações com outras situações e contextos do Vale do Guaporé e do estado, para ressaltar especificidades e elementos comuns a experiências históricas sobre a luta pela terra, numa perspectiva de abordagem micro-histórica, como estratégia de produção de conhecimento (Revel: 1998).

No texto, destacamos as práticas dos atores sociais, que estabeleceram relações de poder singulares entre si e com outros atores locais, para ocuparem terras e consolidarem a sua permanência nelas. Tais relações se deram num contexto complexo de conflitos, constitutivos da ocupação da fronteira amazônica brasileira (Martins: 1997). Mostramos, que a ocupação no Vale do Guaporé – MT, comparada a outras situações, teve uma dinâmica diferente, sob vários aspectos, porém podem ter ocorrido situações semelhantes, em outras partes da Amazônia, mas que ainda são pouco estudadas e conhecidas.

Entre os estudiosos que focalizaram a ocupação recente da Amazônia mato-grossense, há poucos historiadores. Os que investigaram e abordaram o tema (Guimarães Neto: 2002; Galletti: 2000; Souza: 2001; Ribeiro: 2001) interessaram-se pela análise das áreas que estiveram envolvidas com os processos de colonização. Este direcionamento da produção intelectual nos obrigou a sair em busca de outros caminhos teóricos e metodológicos para abordar a história do Vale do Guaporé. As pesquisas que focalizam a ocupação de Mato Grosso através do processo de colonização dirigido pelo Estado ou pela iniciativa privada ou pelos assentamentos do INCRA e explicam o deslocamento dos grupos sociais para a Amazônia, através das políticas de incentivo a este tipo de ocupação, são preponderantes. Apontam a modernização conservadora do campo e a revolução verde nas regiões sul e sudeste, mecanizando a produção no campo e liberando mão de obra como causa da migração às cidades ou às regiões da fronteira agrícola em expansão, na Amazônia (Calório: 1991; Oliveira: 1991 e 1997; Tavares dos Santos: 1993). Outros agregam que estes excedentes de mão de obra do meio rural sonhavam com a terra própria e esta experiência cultural explicaria a mobilização provocada pela propaganda do Estado e das colonizadoras, no imaginário social destes necessitados. Imbuídos de irresistível desejo de

uma vida melhor para a família, foram mobilizados para Amazônia (Guimarães Neto: 2002; Tavares dos Santos: 1993; Leite: 1993).

Na investigação, procuramos rastrear, particularmente, as trajetórias de vida e as práticas desenvolvidas pelos pequenos posseiros¹ no processo de ocupação de terras. Utilizamos os conceitos posseiro e grileiro, ambos designando ocupantes de terras públicas ou privadas tituladas ou não, no vale do Guaporé, nas três últimas décadas do século XX. Estes ocupantes geralmente eram desempregados e sem terra que não recorriam a falsificação de escrituras de terra para entrarem numa disputa.

Nessa dissertação, analisaremos os enfrentamentos de posseiros com os pistoleiros das fazendas, a polícia e a justiça. Abordaremos as complexas alianças construídas no percurso da ocupação das várias fazendas que se transformaram depois na Gleba S. Domingos entre 1979-83. A ocupação de latifúndios por posseiros, no Vale do Guaporé nas décadas de 1970 a 90, indica a complexidade e as especificidades desta história, frente a outras áreas em Mato Grosso. Este estudo pode indicar elementos para a análise da ocupação recente da Amazônia, com diferentes alianças e estratégias, trazendo uma compreensão mais ampla desse processo, maior do que quando apenas consideramos a colonização ou os assentamentos dirigidos. Ocorreram outras formas de ocupação que apontam aspectos novos, como as alianças políticas inusitadas que, em geral, não aparecem nos estudos acadêmicos sobre a Amazônia.

Abordamos também os acontecimentos dos anos anteriores e posteriores a 1979-83. Focalizamos duas décadas, porque para compreendermos São Domingos há necessidade de situá-la no período e no espaço dos acontecimentos do vale do Guaporé, além do que o estudo desta gleba pode lançar luzes para o entendimento de um movimento histórico mais amplo. Foram décadas em que muitos sem terras de outras unidades da federação e de municípios do Estado chegaram, intensificando os conflitos de terra e aumentando-os em número e violência. Os mais intensos confrontos aconteceram, exatamente, entre 1980-86 (Castrillon Fernandes: 1997; Biennes: 1990) período da ocupação de São Domingos.

¹ Utilizamos o conceito de grileiro, muitas vezes, em lugar de posseiro para designar os ocupantes de terras públicas ou privadas no Vale do Guaporé. É um conceito básico nesta dissertação, pois no vale toda a área de conflito de terra é conhecida como grilo. Assim, quem está no grilo é chamado de grileiro, mesmo o posseiro. Sobre essa questão, desenvolveremos nossa análise no segundo capítulo.

Nestas tensões, estavam envolvidos grande número de famílias de posseiros e alguns latifúndios por exploração e extensão².

As principais questões desenvolvidas por esta dissertação, a partir das práticas e representações dos atores sobre as disputas de terras, são: as tensões e os confrontos experimentados pelos posseiros no tempo da ocupação e regularização das terras na gleba São Domingos e a reconfiguração da correlação de forças locais; novas relações de poder estabelecidas pelos trabalhadores rurais sem terra do Vale do Guaporé - MT que ocuparam latifúndios improdutivos desafiando a propriedade e a lei, desde a década de 1960 até os dias atuais, no fazer-se posseiros; as condições para o sucesso das ocupações promovidas pelos posseiros no Vale do Guaporé e o significado dos confrontos na sua estratégia e táticas de luta; as práticas dos posseiros representadas nos relatos de memória e nas fontes escritas; as principais imagens que estas representações e práticas colocaram em circulação e os configuraram em construtores da realidade local.

Torna-se importante pontuar alguns aspectos do período anterior às primeiras ocupações de trabalhadores sem terra, no final da década de 1960. Dominava o extrativismo em quase todas as florestas da planície do Vale do Guaporé, na parte de Mato Grosso. As áreas eram exploradas pelas empresas privadas que tinham contratos de exploração concedidos pelos sucessivos governos estaduais, ao longo do século XIX e metade do XX. Até 1950 coexistiam territorialidades indígenas Pareci, Nambiquara e Chiquitos, com afro-descendentes, mestiços de diversos matizes e os raros descendentes de espanhóis e portugueses que compartilhavam este território indígena desde os tempos da colônia. Estas territorialidades tradicionais na Amazônia sofreram violentas limitações com a expansão da fronteira agrícola nacional no final do século XX que reduziu seus espaços, população e cultura, conforme Ribeiro F. M. da Costa (2002)³.

A política estatal de venda e doação de terras públicas e devolutas provocou a corrida aos títulos fartamente concedidos e expedidos pelo Departamento de Terras e Colonização, mesmo sem a devida medição e demarcação. Criou-se a complexa situação

² A violência cresceu ao longo da década de 1970. Seu auge pelo número de áreas e de pessoas envolvidas ocorreu entre 1980-86, conforme os levantamentos anuais da CPT-MT e outros órgãos ligados ao problema como CNBB, ABRA, MST, MIRAD e INCRA.

³ Usamos o conceito Territorialidade ou território como o espaço geográfico construído e dominado por um grupo social ao se estabelecer, adaptar e transformá-lo em ambiente ou habitat que identifica como sua terra natal, sua casa, seu espaço vital (Santos: 1999; Oliveira: 1999).

em que o Estado tituló mais área que as terras disponíveis. Forneceu-se documentação das terras sem localização, denominados títulos voadores e houve títulos sobrepostos uns aos outros, formando vários andares sobre a mesma área. (Castro Ferreira:1986; Oliveira: 1997)

Estas situações provocaram no Vale do Guaporé, nas décadas de 1960-80, conflitos com os povos indígenas Nambiquara e Pareci que tiveram os seus territórios devassados e em grande parte alienados em ações fraudulentas, acobertadas por funcionários públicos federais e estaduais⁴. Os Nambiquara são o exemplo mais ilustrativo do confronto e desterritorialização de um povo tradicional no vale do Guaporé. A agressão aos Nambiquara agravou-se com a sua transferência à reserva criada na Chapada dos Pareci e a abertura da rodovia BR 174 em fins da década de 1970 e sua pavimentação entre 1982-84. Poucos índios sobreviveram e depois retornaram às suas terras tradicionais (Ribeiro F.M. da Costa: 2002). O caso teve repercussão nacional e internacional ao ser denunciado como genocídio premeditado dos latifundiários, governo e funcionários da FUNAI⁵. Denunciado ao tribunal Russel em Amsterdã, como o caso brasileiro de maior violência contra povos indígenas daqueles anos (Almeida: 1980).

Devemos também registrar a presença de outros índios no Vale do Guaporé. O primeiro bispo da diocese de Cáceres localizou na fronteira com a Bolívia e no território de Rondônia, desde 1934, a presença numerosa de índios bolivianos no Vale do Guaporé, genericamente, denominados chiquitanos e moxos. Ele escreveu: São índios católicos, tiveram a experiência das reduções jesuíticas, são gente simples, acolhedora (BIENNES, 1990: 116). Além destes, havia os Pareci da Chapada, que foram e ainda são uma presença constante no Vale.

Os negros de Vila Bela e adjacências foram parte da população tradicional do Vale do Guaporé a perder quase todas as suas terras. Eram ocupantes e posseiros de terras devolutas, não tituladas como indica Bandeira (1988) e pode-se atribuir a este fato, em parte, a existência de numerosos posseiros, no Vale do Guaporé.

Os diversos grupos indígenas e afro-descendentes sofreram ameaças à sua sobrevivência, por causa do padrão de ocupação da fronteira noroeste do Brasil promovida

⁴ Cf. denúncias publicadas: Jornal de Brasília de 27/04, 30 e 31/05, 02/09, 05/09/80; Correio Brasiliense 30 e 31/05;01/06, 07/09/80; Folha de São Paulo 08/07, 06/09, e 12/10/80; Jornal do Brasil 08/07, 06/09; O Estado de São Paulo 05/06, 02/09 e CDPN – Comissão de Defesa do Povo Nambiquara, Brasília agosto de 1980. Anna. Senhores da Memória, investigou a história recente dos Nambiquara do Vale do Guaporé.

⁵ Cf. Folha de São Paulo de 12/10/80, p.8.

pelas políticas de incentivos fiscais aos latifundiários, da abertura e construção de rodovias e pela intensa migração de trabalhadores sem terra de outras regiões do país. As populações tradicionais que viviam no Vale do Guaporé perderam seus territórios para os latifúndios e as pequenas parcelas de posseiros, na segunda metade do século XX.

Tudo indica que a disputa pelo espaço do Vale do Guaporé, nas décadas de 1950 e 60, aconteceu em duas dimensões: os conflitos pela terra em áreas aptas para o cultivo e a especulação imobiliária e a concorrência pelo subsolo com seus minérios de ouro e metais de valor estratégico (Calório:1991).

Este processo teve seus inícios mais visíveis com as primeiras concessões de terras para fins de colonização ou de exploração agropecuária no início da década de 1950. Uma área de 200.000 hectares foi concedida pelo DTC – Departamento de Terras e Colonização à Cia. Colonizadora Sul do Brasil (Moreno: 1993, p. 206-208), entre os rios Guaporé e Pindaituba, próximo a Pontes e Lacerda. Em 1955 a Cia. cortou lotes médios e grandes e os vendeu sem cumprir o contrato de colonização.

Nos mandatos dos governadores Fernando Correa da Costa entre 1950-55, João Ponce de Arruda de 1956-1960 e novamente Fernando Correa de 1961-64, houve um processo acelerado de alienação das terras públicas em todo Estado (Moreno:1993) e, especialmente no Vale do Guaporé, com a emissão de títulos definitivos para a iniciativa privada, antes que o Estado discriminasse as terras devolutas ou arrecadasse as que fossem públicas e sem que houvesse a demarcação das áreas indígenas. Este processo teve sua legalidade questionada pois, muitas vezes, foi fraudulento (Oliveira: 1997; Moreno: 1993). Confrontando os livros de registro de terras do município de Mato Grosso (Vila Bela) do Departamento de Terras e Colonização e os mapas de terras⁶ no Vale do Guaporé do INTERMAT – Instituto de Terras de Mato Grosso, constata-se que no período houve ali uma grande alienação de terras públicas, pois quase todos os mais de 50 requerimentos de compra de latifúndios encaminhados ao DTC pelos interessados ou procuradores de imobiliárias da capital, nos anos de 1954 a 1965, foram titulados.

Os primeiros compradores e concessionados dos títulos emitidos pelo Estado, na maioria das vezes, eram funcionários públicos, correligionários dos governadores ou donos de imobiliárias interessadas no lucrativo negócio de terras. Logo que estavam de posse dos

⁶ Este mapa é conhecido como “mosaico”.

títulos definitivos procuravam revender as terras para empresas ou pessoas físicas com poder econômico, em geral, de outros estados. No governo de Fernando Correa entre 1951-56, o Estado vendeu três áreas de terras de aproximadamente 10.000 ha. cada, no local onde depois se constituiu a gleba São Domingos e muitas outras em todo Estado (Moreno: 1993). No governo de João Ponce de Arruda entre 1956-61, a venda de terras devolutas continuou acelerada, mas percebemos que o tamanho das áreas diminuiu no Vale do Guaporé. Assim entre 1954-64, foram vendidas e tituladas pelo Estado mais de dez áreas, desmembradas da assim chamada Gleba Alegre, em área contínua de 36.884 ha.⁷.

A análise do processo de alienação de terras públicas, nas décadas de 1950 e 60, é indispensável para entendermos a existência dos atuais latifúndios no Vale do Guaporé Mato-grossense. Trata-se da reconfiguração do espaço agrário e da produção de uma nova dinâmica demográfica induzida, desterritorializando populações tradicionais e constituindo novas territorialidades.

Estudos acadêmicos já mostraram como o Departamento de Terras e Colonização fez concessões indiscriminadas em que a terra serviu aos governantes e funcionários públicos, muitas vezes, como moeda de troca política. Os apadrinhados dos que governavam eram facilmente favorecidos em troca de votos na Assembléia Legislativa e de apoio econômico e político nas campanhas eleitorais⁸. Tudo indica que a prática pautou-se mais nos interesses político-partidários dos governantes, que nos interesses públicos do Estado (Moreno: 1993; Lenharo: 1985; Ferreira de Castro: 1989; Oliveira: 1997).

Torna-se importante anotar que a BR 070 já ligava Cuiabá a Cáceres (ver mapa) e recebia tráfego expressivo de mudanças de sem terras, desde finais da década de 1950, intensificado nos anos 60 e 70. A travessia do Rio Paraguai realizava-se de balsa e em caminhões seguiam por estradas precárias, rumo à Colônia Rio Branco, a Mirassol D'oeste, a São José dos Quatro Marcos, Jauru, Pontes e Lacerda e, depois, seguiam para Vila Bela. O rápido desenvolvimento de núcleos urbanos, como depois será visto, como Pontes e Lacerda, Nova Lacerda, Nova Conquista D'oeste e São Domingos, indicam o intenso movimento migratório no Vale do Guaporé, desde a década de 1960. (ver mapa 02)

⁷ Cf. Discriminatória de Terras da Gleba Alegre MT-60-CE – INCRA/1983.

⁸ *Conforme denúncia publicada no jornal Estado de Mato Grosso, Cuiabá 12/09/1954, Ano XV.*

A partir de meados da década de 1960, o fluxo de migrantes trouxe a Pontes e Lacerda povoadores e novos problemas. Eram milhares de pessoas sem emprego e sem terra já no final da década, que se aglomeravam na vila a espera de trabalho ou de terra. O Estado, pressionado com os primeiros conflitos de terras rurais e urbanas, interveio em 1969, através da CODEMAT - Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso. Fez o loteamento urbano e do cinturão verde da cidade e tentou uma política de ordenamento da ocupação dos lotes⁹. Apesar deste esforço estatal para disciplinar a ocupação em Pontes e Lacerda, ela continuou desordenada e irregular, aliás com inúmeros conflitos e tensões.

A situação precária das rodovias que penetravam o Vale do Guaporé motivou os empresários a negociarem com o governo militar a construção da BR 174, ligando Pontes e Lacerda a Cáceres e dando vazão ao movimento de ocupação de Rondônia ao desembocar na BR 364, ao norte (Polonoroeste: 1982) (ver mapa 02). A rodovia também garantiu a ocupação rural e urbana do Vale do Guaporé, ao criar as vilas a uma distância média de 100 Km entre elas. Pontes e Lacerda, em ponto estratégico, foi pólo aglutinador de recursos e distribuidor de população.

A abertura da rodovia BR 174, conectando-se com a BR 364 e sua pavimentação com recursos do POLONOROESTE, transformou Pontes e Lacerda num lugar de passagem e ponto de apoio para quem ia a Rondônia, onde o governo federal realizava a colonização predominantemente estatal, até meados de oitenta. A BR 174 foi fator de atração de investimentos de capital e de trabalhadores para a região. O movimento provocou grande impacto ambiental e social exigindo políticas de correção e ordenamento¹⁰, nas décadas seguintes. A rodovia, no entanto, não explica o elevado contingente de pessoas, das diversas regiões do país, que permaneceram no Vale do Guaporé. A BR tornava Rondônia o lugar de desafogo da pressão social, porque representava a possibilidade de acesso à terra em colônias e assentamentos (Hebette: 1991; Tavares Monteiro: 1990). Como, então, entender a permanência de trabalhadores sem terra e sem emprego no vale do Guaporé?

Observamos que no Vale do Guaporé, na década de 1960 e início de 70, quase todas as propriedades adquiridas do Estado, de 1950 até meados de 60, foram revendidas sem nenhuma benfeitoria efetiva. A maioria delas foi vendida pouco tempo após a emissão dos

⁹ Mapa e documentação no INTERMAT, Cuiabá – MT.

¹⁰ Síntese do Projeto – Prodeagro, outubro/1992.

títulos definitivos, o que pode indicar que na sua aquisição houve interesses meramente especulativos. A intensificação do processo de alienação das terras públicas estaduais e a revenda de terras pelos especuladores, certamente se deve a maior procura por terras, na década de 1950, em consequência da propaganda, para atrair capitais e empresários, que havia fora do estado sobre terras devolutas consideradas baratas, desocupadas e disponíveis (Moreno: 1993, p. 212; Lenharo: 1986).

Os negócios de terras públicas, muitas vezes, faziam-se em compras por procuração. Estas práticas envolveram procuradores, imobiliárias e cartórios na fabricação de documentos falsos. Houve casos no Vale do Guaporé em que se usaram procurações inventadas em base a nomes de pessoas constantes em listas telefônicas de outros estados, que nunca souberam que tinham comprado terras em Mato Grosso (Oliveira: 1997). O Estado conivente com a ilegalidade e os interesses do grande capital; funcionários do departamento de terras aceitando subornos; governadores utilizando as terras públicas como moeda de troca política (Moreno: 1993); e policiais agindo fora da lei a serviço de latifundiários formavam um caldo de cultura política onde predominava a corrupção, a ilegalidade e a prepotência¹¹.

Nas terras compradas ao Estado, a primeira atividade dos proprietários, de que se tem notícia em fins da década de 1960 e inícios de 70, foi a extração de madeira. Depois ocorreu a implantação das primeiras pastagens, com a roçada e derrubada manual das florestas, seguida da queima e plantio (Castrillon Fernandes: 1997; Oliveira: 1997). Nestes trabalhos, os proprietários usavam grandes contingentes de peões, assalariados temporários.

A maioria destes compradores de terras, no Vale do Guaporé, e em outras partes do Estado, eram empresários e profissionais liberais de outras regiões do Brasil. Exemplo disso foram: Joaquim Goulart, industrial da cidade de Barretos – SP que comprou e formou um latifúndio improdutivo em Pontes e Lacerda; Sidney Martins Ferreira, profissional liberal em Comendador Gomes – MG; João Assunção Rezende e José Rezende da Silva (o Zeca Rezende), pecuaristas de Goiás, os três juntos compraram o título de Jorge Meyer; Bráulio Menezes era Contador em Campinas-SP e Mário Pérsio Campana era engenheiro Agrônomo em Jaú-SP, compraram em sociedade o lote Retomada, titulado pelo estado em

¹¹ Cf. denúncias do Padre Luiz Tanguy; 1980.

nome de Paulo Pereira de Alcântara. Todos eles compraram terras onde depois se constituiu a gleba São Domingos.

Estes empresários mesmo tendo comprado a propriedade de segunda, terceira ou quarta mão, nem sempre se interessavam em torná-la produtiva. O exemplo disso foi Joaquim Goulart, tendo como interesse primordial a extração da madeira, comprou nove títulos em pouco tempo. Comprou sete propriedades num só mês, formando uma área contínua de 23.953 ha., às quais acrescentou em 1967 a área de Nelson Álvaro de Andrade e Silva com 3.327 ha. e em 1970, comprou de Carlos Frederico Soares de Campos, mais 1.748 ha.¹². Construiu, assim, um latifúndio por extensão e exploração, em terras contínuas de 29.028 ha., na margem esquerda do Rio Guaporé no município de Vila Bela, depois Pontes e Lacerda (1979), indicando um violento processo de concentração de terras devolutas recém alienadas e tituladas pelo poder público. Em alguns casos, ocorreram processos de fracionamento de áreas grandes, tituladas pelo Estado, demonstrando o interesse meramente especulativo como foi a área de Jorge Meyer, dividida e vendida em três lotes menores¹³ e o lote Retomada, que depois se tornou Fazenda Palmar e foi loteada e vendida em quatro áreas menores por Bráulio Menezes e Mário Pérsio¹⁴. Estes casos exemplificam duas estratégias utilizadas pela iniciativa privada para burlar a legislação: uma, adquirindo áreas de terras maiores que aquelas que o Estado podia titular sem autorização do senado federal e outra, a venda de terras que tinham sido adquiridas do Estado com a justificativa de torná-las produtivas, servindo a lucrativos negócios imobiliários.

Todas estas áreas tituladas e revendidas, de que se falou antes, desapropriadas ou em processo de desapropriação constituem as Glebas São Domingos, São Domingos II e Aerorrancho. A origem delas foi o processo de ocupação pelos posseiros desde fins de 1979 até 1983, quando houve a desapropriação da São Domingos¹⁵. Porém, a entrada de mais sem terras nas áreas vizinhas, continuou até fins de 80. A partir de fins de 1985, o INCRA reconheceu que havia emitido, indevidamente, AOs - Autorizações de Ocupação e CAs - Cartas de Anuência a posseiros em terras ainda de domínio privado, fora da área

¹² Cf. Processo 455/85-INCRA/MT, fl. 12.

¹³ Cf. Processo 431/82-INCRA/MT.

¹⁴ Cf. Processo 01/86-INCRA/MT.

¹⁵ Processo 431/82-INCRA/MT.

desapropriada para a São Domingos. Começou aí a montagem de outro processo, para desapropriar uma área de 1.124,6832 ha., remanescentes das propriedades de Bráulio Menezes e Mário Pérsio, que será denominada São Domingos II¹⁶. Em 1985, também iniciou-se o processo 455/85-INCRA/MT, por reconhecer que havia posseiros em mais outra área pertencente ao proprietário Joaquim Goulart. Nos registros, esta segunda área era denominada Fazenda Aerorrancho, mas conhecida pelos posseiros como Barretos, por causa da cidade de origem do proprietário. E também ficava fora do perímetro desapropriado da Gleba São Domingos, já demarcada.

Os três processos de regularização fundiária foram encaminhados pelas Unidades Fundiárias locais. O processo de desapropriação e regularização de São Domingos tramitou e foi resolvido rapidamente em função da forte tensão social. Já os outros dois processos tramitaram nas instâncias internas do INCRA de 1985 até 2002, sem uma solução efetiva. A Gleba Aerorrancho já foi desapropriada, mas não medida e demarcada para titular os ocupantes e a São Domingos II continua o processo de desapropriação.

No caso de São Domingos, além das questões já apontadas, ao que tudo indica também ocorreu um exemplo de grilagem de terras. Em 1955 o Estado forneceu a Hysashi Ono e esposa, moradores do interior do estado de São Paulo, um título definitivo que pode ser considerado exemplo de título voador. O governo emitiu o título definitivo sem que a área fosse localizada, medida e demarcada contrariando todas as normas legais. O caso mostra como um título provisório, sem localização no mosaico, se transformou em definitivo, descumprindo a lei que exigia do agrimensor ou engenheiro a demarcação e medição da área com a elaboração de um memorial descritivo. Neste caso, estes documentos todos foram elaborados no escritório, sem sair a campo. Esta prática problemática e corriqueira foi apontada por vários governadores e diretores do Departamento de Terras e Colonização, como uma das causas da grande confusão que se instalou nos cadastros de terras do Estado. Vivaldo Araújo, conhecido líder de posseiros de Pontes e Lacerda, juntou-se ao antigo advogado dos posseiros da gleba Scatolin e mais dois sócios residentes em Cuiabá, compraram este título de Hysashi Ono em 1979 e logo tentaram localizar as terras do mesmo, exatamente no local onde havia suspeita de terras devolutas e se formou a gleba São Domingos. Nem Hysashi Ono nem os compradores

¹⁶ Cf. Processo 01/86-INCRA/MT, fl. 8.

tiveram posse ou domínio de área alguma, mas em 1981, Vivaldo Araújo e Cia. munidos com o título voador quiseram se apropriar das mesmas terras que os posseiros e outros fazendeiros disputavam em São Domingos. O caso ilustra a grilagem de terras, muito conhecida em Mato Grosso pelas pesquisas acadêmicas (Lenharo: 1986; Castro Ferreira: 1986; Moreno: 1993; Oliveira: 1997). São Domingos apresenta-se como um sintoma de práticas políticas que se constituíram e desenvolveram durante as décadas de 1940, 50, 60 e 70 em todo Estado, na apropriação privada de terras públicas e devolutas.

Em 1991, quando chegamos em Pontes e Lacerda, ainda se vivia um clima de medo entre os posseiros e parceiros, com quem trabalhamos como técnico de uma organização não governamental, que se dedicava ao trabalho educativo e organizativo dos trabalhadores rurais já proprietários ou posseiros de seus lotes. Esta situação provocou estranhamento e muitas interrogações a respeito das muitas histórias de luta pela terra que circulavam nas rodas de conversas e encontros com lavradores.

Temos a experiência de um filho de pequenos agricultores do sul do país, descendente de imigrantes alemães, que depois de graduado na área de ciências humanas, atuou como agente da pastoral da terra junto a agricultores familiares e sem terras por uma década no Rio Grande do Sul. Vivemos a migração para o Vale do Guaporé no início de 1991, residindo em Pontes e Lacerda por três anos, e integramos por nove anos a equipe de técnicos em educação popular da FASE-Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, atuando na formação política e organização dos agricultores familiares do Vale do Guaporé-MT, na década de 1990.

Todas estas experiências pessoais construíram nosso olhar de observador e investigador da história da luta pela terra nesta região do estado. A trajetória com estas experiências de vida despertaram nosso interesse pelo tema, porém, a pesquisa da história do Vale do Guaporé, analisada e contada a partir do caso da ocupação ocorrida na gleba São Domingos, começou com a análise da recente ocupação da Amazônia e de Mato Grosso, nos planejamentos da FASE.

Os primeiros estudos foram desenvolvidos, depois, para a monografia durante o curso de Especialização em História, pela Universidade do Estado de Mato Grosso durante os anos de 1999-2001, quando já era professor do Departamento de História desta Universidade, no campus de Cáceres¹⁷. Instigado pela orientação e pelo tema elaboramos o projeto de dissertação de mestrado e buscamos novas leituras e fontes históricas, que foram analisadas e interpretadas com os métodos e teorias da historiografia contemporânea debatidas no Programa de Mestrado em História da Universidade Federal de Mato Grosso, em Cuiabá, de 2001 a 2003.

Contudo, as análises de outros pesquisadores não abordaram as dimensões da experiência social do Vale do Guaporé, que se pretende ressaltar e mostrar nesta investigação, centro de nossas análises. Considerando a realidade local construída pelos relatos orais e fontes escritas, busca-se interpretar os testemunhos registrados de memórias

¹⁷ As pesquisas sobre a história do Vale do Guaporé, desenvolvidas no curso de especialização em história na UNEMAT- Universidade do Estado de Mato Grosso, tiveram como objeto a história fundiária de Pontes e Lacerda centrada na grilagem de terras. Resultou a monografia: Os construtores da Fronteira Noroeste do Brasil – História da Ocupação do Espaço Agrário de Pontes e Lacerda – 1970-86. Março de 2001.

do tempo de violência, de luta e de medo. Foram objeto de análise as relações de poder numa região de fronteira, entendida sobretudo como o território do encontro e do desencontro de diversos atores e forças sócio-políticas vivendo temporalidades diferentes (Martins: 1997), nas décadas de 1970 a 1990, analisando suas práticas ao disputarem espaço, terras, recursos naturais e públicos e propostas para o desenvolvimento local.

A pesquisa realizada para este trabalho de dissertação demonstrou a complexidade e a singularidade do processo de ocupação das terras rurais, no Vale do Guaporé, no estado de Mato Grosso, a partir da gleba São Domingos, pelo tipo de práticas e relações de poder exercidas pelos posseiros com a sua estratégia de luta e de construção da realidade social. Compreende, também, que a conflitividade inerente às relações de poder se atualiza no tempo, transforma a correlação de forças, reconfigura-a no cotidiano. Na luta pela terra, o poder está nas relações constituídas (Foucault: 1999) e os posseiros se transformam em pequenos proprietários de terra em São Domingos. A correlação de forças que construíram lhes garantiu na prática e na lei o reconhecimento dos seus direitos ao agirem contra a força dos fazendeiros e do Estado e elaborando alianças complexas e complicadas no seu entorno.

Houve casos, como na gleba São Domingos, que os posseiros ocuparam porque suspeitavam da existência de terras devolutas de que vários grileiros, forjando escrituras em cartório, queriam se apropriar. Os posseiros acostumaram-se a entrar em áreas onde mais de um grande empresário disputava o direito a propriedade utilizando, muitas vezes, escrituras falsas ou títulos voadores e apelando até às armas. Os pequenos posseiros, ao contrário, fazem a posse. Ocupam a terra e começam a derrubada da mata para as roças e constroem seus barracos. Abrem picadas na mata para delimitarem seus lotes e estradas para transitarem¹⁸

Na experiência local, os ocupantes de terras mesmo sem recorrerem a falsificação de títulos foram denominados de grileiros, invasores, ladrões, desordeiros, infratores da lei e da propriedade, esbulhadores, mas também ficaram conhecidos como posseiros, ocupantes, camponeses e sem terras, nunca utilizando documentos falsificados para reivindicarem o seu direito à terra. Muitas vezes, foram denominados invasores, esbulhadores ou ladrões de terras, pelos advogados dos fazendeiros nos processos judiciais e pelos juizes. Nos documentos do INCRA, há tanto a denominação de invasor e grileiro, como a de ocupante e posseiro, dependendo da situação e do funcionário que analisa os

¹⁸ Relatos dos entrevistados: 2000 e 2001. Não pode aparecer assim, tem que nomeá-los

fatos. O secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pontes e Lacerda chama os despejados da Gleba São Domingos, em janeiro de 1983, de companheiros camponeses que ocupavam, que têm posse na gleba ou ocupantes da área¹⁹. Políticos como o deputado estadual Rodrigues Palma, ao que parece, nomeiam posseiros os antigos donos e grileiros os novos ocupantes, que seriam apoiados pelo INCRA, conforme denúncia aos jornais da capital e no plenário da Assembléia Legislativa²⁰. Nas denúncias da Comissão de Pastoral da Terra, em especial do Pe. Luiz Tanguy, sempre foram denominados de posseiros²¹.

É importante dizer que os próprios pequenos ocupantes de terras, no cotidiano, se reconhecem e autodenominam grileiros, no Vale do Guaporé. Nas entrevistas, quando relatam sua experiência é comum se assumirem como grileiros. Mas ao questioná-los sobre o significado do conceito grileiro, quase sempre concluem, que somente os latifundiários são grileiros porque se apropriam de áreas maiores do que necessitam. Enquanto que os pequenos posseiros afirmam: nós só queremos o suficiente de terras para viver e produzir o necessário para sustentar nossas famílias²².

Entendemos que os ocupantes de terras que por décadas foram chamados e se autodenominavam grileiros, começaram a nomear-se posseiros somente a partir do trabalho político do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, da Comissão de Pastoral da Terra, de militantes do PMDB, de alguns funcionários do INCRA e da FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, em meados da década de 1980.

Não se trata do grileiro tradicional nem do posseiro reconhecido na história da ocupação de terras do Brasil da colônia à república. Castro Ferreira (1986) aponta como características dos posseiros: a ocupação antiga de áreas devolutas ou sem documentação privada; o uso direto da terra no trabalho de produção agropecuária; a residência e trabalho da família no lote da posse; a resistência à retirada ou expulsão da terra levada a efeito por grileiros. Os posseiros, em casos de conflito, adotariam somente uma atitude de resistência ao uso da força particular, judicial ou policial. Considera a insurgência dos posseiros como uma reação à violência imposta pelos grileiros, porque a justiça e a lei inoperantes, morosas

¹⁹ Telex ao INCRA -DF, de 20/01/1983, no Processo 431/82.

²⁰ Diário de Cuiabá de 20/08/1983.

²¹ Cartas à CPT dia 27/01 e 9/8/83 ; relatório de duas laudas, sem data certa, lido no Plenário da Assembléia Legislativa pelo Dep. Márcio Lacerda com o título “Padre Luiz Tanguy responde às acusações de Ten. Cel. Paulo Santa Rita de Carvalho Athayde e esclarece caso da fazenda Cerro Azul”; Correio da Imprensa, Cuiabá, sem data, mas parece ser de outubro de 1980 p. 5.

²² Entrevista com Tonho Toca, em agosto de 2001.

ou inexistentes para eles e quase sempre favorável aos grandes proprietários, os motivariam a fazer justiça com as próprias mãos. No Vale do Guaporé há indícios de que os posseiros não só reagiram a agressões, mas também realizaram ações propositoras na luta pela terra, com estratégias e táticas definidas pelas práticas desenvolvidas. Eles ocupavam terras privadas, que defendiam com todas as armas ao seu alcance, sem descartar nenhum recurso de autodefesa e de ataque aos adversários. Conhecedores da legislação, ocupavam as terras, tornando-as produtivas plantando os alimentos necessários à sobrevivência da família, mas sobretudo, com o intuito de constituir direitos e ganhar legitimidade social para requerer a legalidade da posse. Faziam-se posseiros, pois a posse efetiva era a condição indispensável para chegar à propriedade da terra. Sabiam que só haveria desapropriação, por interesse social, se houvesse número significativo de famílias produzindo na área e se criasse a situação de tensão e conflito social²³.

As características de posseiros, apontadas por Castro Ferreira, também se encontram nos estudos sobre a reocupação recente do Baixo Araguaia, em Mato Grosso, por grandes empresas agropecuárias (Casaldáliga: 1971; Esterci:1987). Há alguns casos nas regiões de ocupação mais antiga da Baixada Cuiabana em que se reconhece este tipo de posseiro, principalmente nas comunidades dos remanescentes de quilombos, também na Morraria²⁴ em Cáceres em áreas de agregados nas antigas sesmarias e o caso dos negros de Vila Bela, que fizeram as suas posses desde o século XIX.

Os posseiros, denominados grileiros no Vale do Guaporé, tomam a iniciativa de ocuparem terras privadas improdutivas, às vezes, até tituladas e não descartam o apelo às armas nos confrontos. O conflito, nestes casos, não é apenas consequência e reação a uma agressão sofrida, mas é parte da estratégia de luta. Não apenas resistem, mas atuam o tempo todo sustentando o conflito, para provocar a ação do Estado. O Estado intervém no campo de luta justificando o interesse social, provocado pela situação de tensão que ameaça a

²³Lei n. 4.504 de 30 de novembro de 1964, o Estatuto da Terra e a Constituição Federal de 1967, reconheceu o direito da posse efetiva e a desapropriação por interesse social.

²⁴ Região situada nas terras mais altas na Serra do Facão rumo à Serra das Araras, no município de Cáceres, área de sesmarias ocupadas por arrendatários, foreiros e posseiros, que ali vivem há gerações. O executor da Unidade Fundiária de Cáceres apresentou, em 1995, proposta de regularização, o que beneficiaria, aproximadamente, 3.000 famílias nos municípios de Cáceres, Porto Estrela, Barra do Bugres, e Porto Esperidião.

ordem social²⁵. Posseiro e grileiro são conceitos básicos nesta dissertação, apresentam potencial teórico e operacional por estarem no centro de uma disputa política entre sem terras e latifundiários. Basta lembrar que no vale do Guaporé, até hoje, toda a área de conflito de terra ainda é chamada grilo. Conseqüentemente, quem está no grilo é nomeado e se nomeia grileiro. Por causa das semelhanças com as práticas dos posseiros tradicionais, apesar de serem distintas destas, em vários aspectos, utilizam-se, preferencialmente, no texto as denominações: posseiro e ocupante.

Inspirados na experiência da micro-análise como estratégia metodológica para o estudo das especificidades do processo de ocupação de São Domingos, exploramos um conjunto de trajetórias de vida de pequenos agricultores ou produtores envolvidos, para compreender as diversas estratégias de ação dos posseiros e aliados. Ao longo do relato construímos breves biografias das principais lideranças e depoentes. As biografias, trajetórias e histórias de vida foram utilizadas indistintamente, entrecruzando a sua riqueza na análise das estratégias individuais de luta pela sobrevivência e suas alianças aparentemente contraditórias, mas significativas no contexto sócio-cultural (Revel: 1998; Ginsburg: 1987; Levi: 2000; Marrè: 1991; Schmidt: 2000). Em cada momento do conflito, as ações dos indivíduos indicam as estratégias para enfraquecer os argumentos e as forças dos adversários na tentativa de conquistar novos aliados fora do campo dos embates. Estas alianças revelam um conhecimento profundo da realidade social e política do estado, por parte dos posseiros e sua capacidade de moverem-se na direção dos seus interesses e objetivos. As práticas dos grileiros demonstram que conheciam a legislação sobre o módulo rural regional, a função social da propriedade, a desapropriação por interesse social em casos de tensão ou conflito social. Foram, às vezes, vítimas da violência dos pistoleiros e de policiais, mas aparecem e se apresentam claramente como agentes capazes de infringirem as leis, desafiarem o status quo e de contrariarem os interesses dos proprietários privados. Mostraram-se hábeis para invocarem a legalidade de seus atos, buscarem alianças perigosas mesmo com setores sociais que depois poderiam prejudicá-los. Foram eficientes nas alianças políticas para exigirem a atuação do Estado a seu favor.

²⁵ *No Processo 431/82, observa-se que ele tramita aceleradamente sempre que, ao INCRA, vêm notícias de violências ocorridas no campo de luta, mas passados alguns dias, novamente, os despachos perdem velocidade.*

A presente investigação seguiu o caminho da experimentação estimulada pelas análises da micro-história, que propõe a variação de escala da análise, porque a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento, e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimentos. Variar a objetiva (...) significa modificar sua forma e sua trama (REVEL, 1998: 20). Consideramos que as escalas utilizadas pela maioria dos estudos acadêmicos sobre a ocupação recente da Amazônia foram as macro-análises, diante disso tentamos outro caminho. Se a escala muda o conteúdo da representação ou a escolha do que é representável, pensa-se que a micro-análise do processo de ocupação do vale do Guaporé, desde a gleba São Domingos e, nela, das trajetórias de vida dos seus principais atores, pode ser uma estratégia fecunda de produção do conhecimento histórico. Afirma-se, também, que o princípio da variação das escalas conta mais que a sua dimensão ampla em abrangência espaço-temporal. Procuramos fazer, por isso, a análise das experiências cotidianas vivenciadas pelos posseiros, no curto período de tempo e no espaço restrito da trajetória de ocupação e enfrentamentos na Gleba São Domingos. Esperamos que a compreensão destas micro-realidades mostre a especificidade dos acontecimentos que se tenta articular, de forma orgânica, com macro-análises.

Revel (1998) afirma que Gingsburg defende a estratégia de pesquisa histórica que integre e articule entre si o maior número de propriedades individuais, tendo o nome como a base para uma nova história social atenta aos indivíduos percebidos em suas relações com outros indivíduos, porque para ele a escolha do individual não é contraditória a apresentação do social, mas possibilita uma abordagem diferente deste, ao acompanhar o fio de um destino particular e, com ele, a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a moeda das relações nas quais ele se inscreve (REVEL, 1998: 21).

A análise das trajetórias de vida e estratégias das principais lideranças dos posseiros apontou-nos a justeza desta perspectiva, pois elas atuam em diversas frentes e com táticas que a primeira vista aparecem muito contraditórias e distantes do politicamente correto, surpreendem pela sua capacidade e desembaraço ao se moverem no campo político o tempo todo, assumindo identidades ou apenas, pondo em ação táticas diferentes. Há também uma multiplicidade de tempos a considerar: o tempo conflituoso do grilo e o tempo da regularização das terras e da organização da produção na gleba. Nestes contextos e tempos múltiplos, estes personagens se moveram, agiram e reagiram construindo relações de aliança e de confronto com outras forças sociais ou pessoas influentes por seus cargos ou condições de vida ou de saber. A respeito disso Revel observou que na história,

o projeto é fazer aparecerem, por trás da tendência geral mais visível, as estratégias sociais desenvolvidas pelos diferentes atores em função de sua posição e de seus recursos (...) mas a participação de cada um na história geral, na formação e na modificação das estruturas de sustentação da realidade social, não pode ser avaliada apenas com base em resultados perceptíveis: no curso da vida de cada um de uma maneira cíclica, nascem problemas, incertezas, escolhas, uma política da vida cotidiana que tem seu centro na utilização estratégica das regras sociais (REVEL, 1998: 22).

Assim, a abordagem das trajetórias de vida dos diversos atores revelou estratégias diversas que construíram com sucesso a história geral da conquista da terra, na gleba São Domingos e em outras do Vale do Guaporé, o que parece ter influenciado a construção de estratégias de posseiros em outras áreas do Estado. Firmou-se a convicção de que as estratégias individuais, articuladas aos sistemas sociais, influenciaram e interferiram na história geral de transformação das estruturas agrárias vigentes na região. Esperamos que a

abordagem micro-histórica, experimentada, explicita estas dimensões sociais das ações dos indivíduos nas trajetórias de vida. Enfrentaram problemas, viveram incertezas e realizaram escolhas, no cotidiano dos conflitos, explorando as possibilidades contraditórias abertas pelas regras sociais vigentes (Chartier: 1990).

Na construção desta narrativa, analisamos diversas fontes que registraram a memória e as representações das práticas sociais e políticas vividas pelos diferentes grupos nas ocupações de terras. Esta dissertação baseou-se em relatos orais, em fontes escritas, mapas, fotografias e filmagens em vídeo.

Tratando-se da história do presente, as fontes orais possibilitaram a utilização de depoimentos de testemunhas que vivenciaram os acontecimentos e de informantes-chaves. Os informantes são chaves porque considerados estratégicos pela sua experiência, seu nível de conhecimento de uma situação investigada, pelas funções exercidas no desenrolar dos acontecimentos ou ainda pela sua capacidade de observação e narração do que testemunharam ou experimentaram, representa um ponto de vista cultural, pois o que fala e informa não só fala dela, mas de uma realidade social mais ampla. Reconhece-se a história oral não só como método de pesquisa histórica, mas recorreu-se a aos seus procedimentos porque entrevistamos prioritariamente os agentes sociais envolvidos, como estratégia de aproximação da luta pela terra, em São Domingos, objeto de nosso estudo. Ao mesmo tempo, entendemos que contribuimos para a produção de outras fontes documentais e à reflexão do tempo presente, pois trata-se de estudar acontecimentos históricos,(...) à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam (ALBERTI, 1989: 2). Entrevistamos, em três períodos diferentes, várias testemunhas que viveram a experiência de serem posseiros, lideranças sindicais, funcionários públicos, militantes partidários, políticos, professores rurais e comerciantes que vivem em Pontes e Lacerda, São Domingos e Cuiabá.

A respeito dos procedimentos para a análise das fontes orais privilegiamos autores que através de seus trabalhos nos auxiliaram mais de perto. Antônio Montenegro, sobretudo em seu livro *História oral e memória* (1992), mostra como a re-visitação da memória dos moradores de um bairro em Recife demonstrou ser uma estratégia política, instrumento de luta e caminho para garantir o direito básico a terra no local de moradia. A investigação do historiador contribuiu para registrar a luta pela terra e para a construção da cidadania. Além destes aspectos, o autor mostra como os relatos se enraízam profundamente na memória social ou coletiva do grupo e fornecem a quem constrói uma história, elementos para uma

análise cultural. Em outro texto, Montenegro (2001), exercita uma nova leitura de relatos produzidos no passado e que considera depoimentos de bons narradores. Contrariando Walter Benjamin, o autor defende a tese de que a modernidade não acabou com os narradores e a narrativa não está em crise, mas na sua experiência constata que nem todas as pessoas são capazes de construir uma boa narrativa. Traça as características de bons narradores, a partir de entrevistados na sua trajetória de pesquisador em história oral.

Considerando este perfil, para esta dissertação, procuramos selecionar as entrevistas daqueles que foram vistos como bons narradores, encontrados no universo da pesquisa, onde uns, melhor que outros, construíram relatos expressivos da experiência social vivida no tempo do grilo.

Recorremos também a experiência de diversos estudiosos que analisam e utilizam as fontes orais em seus trabalhos, mas seguimos, em boa parte, a proposta que Guimarães Neto (2000) apresenta nos seguintes procedimentos essenciais:

Primeiro, é preciso observar os laços que unem o relato oral e a escrita e perceber que fazem parte, tanto um quanto a outra do sistema escriturístico moderno, operando com os mesmos códigos de referência cultural (p.101). Não há uma ruptura entre os relatos orais e a escrita, porque não representam tradições de mundos culturais diferentes e apartados um do outro. Contam com suas especificidades, mas são partes da mesma tradição escriturística moderna. Todos os seus membros, analfabetos ou não, comungam a base cultural comum em seu tempo e contexto espacial. Assim, os seus depoimentos são manifestações sintomáticas da cultura e tradição comum, possibilitando partir da análise dos relatos como expressões deste micro-cosmo sócio-cultural.

Segundo, é necessário reconhecer que contar, falar, assim como escrever, são ações estratégicas de produção de textos e de discursos estratégicos (p.102) que tratam de ordenar e exercer poderes num contexto de relações num presente sobre um passado. O depoente entrevistado põe em ação uma estratégia de poder, no presente sobre o passado, que seu discurso elabora a partir das suas recordações e ordena num verdadeiro exercício de poder entre os seus pares e diante de quem o entrevista. As entrevistas colhidas na pesquisa de campo foram analisadas como estratégias de poder dos autores dos discursos, na batalha pela interpretação do passado que respalda e justifica suas posições no presente.

Terceiro, é importante considerar que no relato oral estão inscritos os mesmos desejos, reproduzem-se modelos, apreendem-se fugas (p.102) como num texto escrito, pois

eles têm a mesma referência cultural (p.101). Trata-se da dessacralização das fontes escritas e de relativizar as críticas que reduzem os relatos orais a fontes suplementares, contra as quais o pesquisador deveria precaver-se por seu caráter ideológico ou como procedentes de outra tradição lógica. A autora afirma que em ambas as fontes estão inscritas as mesmas referências culturais, se manifestam os mesmos desejos, se reproduzem os modelos e se apreendem as mesmas fugas. O caminho do historiador será a análise crítica tanto do relato oral quanto do escrito, pois o problema está nos procedimentos de análise e na especificidade da fonte, dos quais dependem os resultados.

Quarto, estamos convencidos que os relatos são textos possíveis de serem lidos e interpretados da mesma forma que um texto articulador de discursos (p.102). Os entrevistados, ao deporem, estão fazendo algo mais que recordarem ou lembrarem um passado remoto e morto ou neutro, mas ao relatarem partem de um ponto de vista do presente, pois articulam um discurso engajado e articulado sobre o passado em que não só ordenam fatos e acontecimentos de acordo com uma seqüência cronológica, mas sobretudo os interpretam e organizam de acordo com os seus desejos, interesses e capacidade narrativa. Os esquecimentos e as omissões não são apenas lapsos da memória, mas partes da estratégia que dão organicidade e coerência ao discurso e justificam suas práticas atuais.

Os relatos orais analisados nesta dissertação foram produzidos seguindo-se um roteiro de questões flexíveis em cada entrevista, pois procuramos registros das experiências do tempo da ocupação ou do grilo e do período da regularização após a desapropriação. A preocupação era recolher relatos sobre o cotidiano e as práticas dos posseiros, a vida das lideranças no período da ocupação, as experiências dos confrontos e das alianças. Alguns depoentes foram escolhidos, primeiramente porque já eram conhecidos, do tempo de trabalho na FASE e os outros foram indicados pelos contatos com os primeiros entrevistados. Combinada a data, local e horário a entrevista se realizava, em geral, na casa do depoente ou em local reservado para oferecer ambiente sigiloso e tranquilo. Todos os entrevistados autorizaram a gravação feita, que depois foi transcrita. A escolha dos depoimentos mais utilizados no texto norteou-se pela riqueza de detalhes e pela forma como os relatos abordavam os temas e as questões analisadas em cada capítulo.

Também utilizamos fontes fotográficas, imagens em vídeo e mapas. Os arquivos fotográficos, particulares e institucionais, consultados constituem um acervo de mais de

2.000 fotografias, destacando-se o da FASE, em Cáceres. O uso da fotografia como fonte histórica não é nova, mas teve pouca aplicação diante da hegemonia e predomínio absoluto do documento escrito na historiografia até a década de 1970, quando surgiram ensaios mais consistentes, utilizando as imagens visuais como objeto e fonte de investigação. Cardoso e Mauad (1997) propõem aplicar o método de análise da crítica externa e interna à fotografia tais como os historiadores fariam com o documento escrito. Moreira Leite (2000) sugere que se aplique o método de análise de uma obra de arte de Panofsky (1989), que procede em três fases de análise: pré-iconográfica, iconográfica e iconológica. Ao longo do texto utilizamos algumas fotografias relacionadas a São Domingos.

Os mapas escolhidos ou confeccionados para este texto possibilitam análises qualitativas e quantitativas da população e de domicílios, pois são construções que tentam representar e construir visualmente a realidade social e, sua análise, no contexto das disputas de terras, aponta para o movimento das forças sociais exercendo poderes sobre o espaço, que tentam controlar. A cartografia, no tempo da compra de terras do Estado e no das ocupações, foi uma técnica e uma ciência politicamente engajada. Os cartógrafos, como todos os produtores de representações sobre o seu tempo e espaço, falam do jogo político ou das disputas do período. Os principais mapas foram confeccionados por funcionários públicos do INCRA, SUCAM, DTC, CODEMAT, INTERMAT e Prefeituras Municipais. Isto já indica o seu lugar social e político. Engenheiros e agrimensores, muitas vezes, produziram memoriais descritivos e mapas de áreas que desconheciam. Os mapas tanto podem ser lidos como textos escritos, quanto como representações visuais da realidade produzida, reveladores de sintomas sociais dos quais são testemunhas os cartógrafos ou desenhistas que os elaboraram.

A documentação escrita é abundante em relação à regularização fundiária de São Domingos e de outras glebas. O INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária gerou e organizou, nos processos de regularização fundiária, um conjunto de documentos como: mapas, memoriais descritivos, croquis de lotes, cadeia sucessória imobiliária sobre a área, além de gerar um processo para cada uma das 730 famílias assentadas na gleba, contendo cópias de documentos pessoais, declarações diversas dos mesmos. Há uma documentação bastante diversificada do ponto de vista dos autores, gêneros e arquivos, da qual utilizamos mais os escritos do Pe. Luiz Tanguy, reportagens publicadas em jornais, processos de desapropriação e regularização fundiária do INCRA, livros do DTC no Arquivo Público do Estado e processos judiciais contra posseiros. As produções acadêmicas sobre o Vale do Guaporé-MT, em que nos apoiamos, são pesquisas em diversas áreas do conhecimento das quais algumas estão publicadas em cartilhas,

revistas ou capítulos de livros, mas a maioria ainda se encontra em forma de relatórios de pesquisa, artigos científicos, monografias, dissertações ou teses.

Consideramos todas estas fontes para a dissertação, como representações e práticas de grupos ou de pessoas que construíram, na fronteira, as legalidades, em um espaço denominado, muitas vezes, sem lei. A história é um discurso cambiante e problemático (Jenkins: 2001, p.52), escrito no presente, sobre realidades sociais constituídas, no processo mesmo da análise das representações nas fontes de registro do passado. A construção do objeto da pesquisa norteou-se pela leitura e diálogo com as várias fontes que representam e constituem a realidade, com que no texto se construiu a experiência vivida no passado pelos posseiros em São Domingos e em outras áreas do Estado.

Na trajetória narrativa construímos a luta pela terra dos posseiros em Mato Grosso desde o Vale do Guaporé, enfocando a experiência cotidiana dos atores sociais responsáveis pela ocupação e regularização da gleba São Domingos. Organizamos o texto em cinco capítulos. Todos falam das experiências dos posseiros de São Domingos, a partir das quais dialogamos com outras experiências locais ou estaduais. Os capítulos estão centrados na apresentação e análise das práticas das quais falam os títulos.

O primeiro capítulo trata da ocupação ocorrida em São Domingos entre 1979-83, explicitando como se deu este processo e dialogando a partir desta experiência, tanto com as ocupações que ocorreram antes como depois, no Vale do Guaporé e em Mato Grosso. Ocupar era e é uma prática que continua reproduzindo os pequenos produtores no campo Mato-grossense, negando-se a exclusão, a submissão e a incapacidade de quem apenas resiste para sobreviver. Ocupar faz parte da estratégia de luta por uma vida melhor, realizando o sonho da terra própria e da família vivendo, trabalhando e se reproduzindo unida num novo território construído como posse ou como gleba ou para outros o grilo.

No segundo capítulo descrevemos e analisamos os vários tipos de confrontos que os ocupantes enfrentaram no tempo do grilo, nos quais sempre há a possibilidade da derrota ou do sucesso e onde se constrói a luta com estratégias e táticas cotidianamente decididas e postas em práticas. Os confrontos centrais se desenrolam com os latifundiários e seus representantes (pistoleiros, jagunços, funcionários, etc) ou com os representantes da lei e do Estado (oficiais de justiça, policiais, funcionários do INCRA e outros). O medo dos posseiros vem de experiências de confrontação com ambos, mas o terror maior vem dos pistoleiros, jagunços ou da polícia quando age fora da lei. O tempo dos confrontos é

decisivo e depende de fatores internos ao campo de luta como a organização, liderança e coragem de enfrentamento e de estratégias de avanços e recuos adequadamente combinados no cotidiano e externos, relacionados ao poder do latifundiário, da documentação da terra, da conjuntura política, das alianças, da repercussão pública e da disposição dos governantes.

O terceiro capítulo aborda detalhes das complexas relações de aliança construídas pelos posseiros de São Domingos e de outras glebas, com setores sociais importantes na região como comerciantes, madeireiros, políticos, agentes de pastoral, sindicalistas, advogados, jornalistas, funcionários públicos, etc., que constituem uma rede de forças sociais no entorno do campo de confrontação, que serve como anteparo dos choques mais violentos, de mediação, canal de repercussão para a publicidade dos conflitos e pressão sócio-política sobre autoridades do Estado nos momentos de negociação. Uma nova gleba de posseiros significa uma grande negociação entre forças locais e regionais que atuam no mercado e na política, criando e recriando continuamente uma correlação de forças favoráveis ou adversas aos posseiros. A capacidade de negociação e de articulação dos posseiros e das suas lideranças é fundamental neste jogo, para modificar a correlação e o resultado final da disputa.

No quarto capítulo apresentamos aspectos do que acontece nas glebas onde o resultado dos confrontos foi favorável aos ocupantes e o INCRA faz a regularização fundiária do loteamento já realizado pelos posseiros no período da ocupação. Entram em ação os funcionários do Estado ou de empresas contratadas para os serviços de medição e demarcação dos lotes. Estas ações se iniciam logo depois da desapropriação e da emissão da posse, como domínio do INCRA, que faz o cadastramento dos posseiros, fornece Autorizações de Ocupação, Cartas de Anuência para os que pretendem captar recursos de crédito bancário, para depois, com a área demarcada emitir os títulos definitivos. A regularização da gleba e dos lotes longamente buscada e desejada pelos posseiros, muitas vezes, pode tornar-se um mecanismo de disciplinamento e de controle do Estado sobre os trabalhadores. Raramente, porém, consegue subordinar os ocupantes que reagem sempre ao sentirem lesados seus interesses e direitos, pelos funcionários do Estado. Regularizar é o Estado reconhecer, em parte ou na totalidade, a obra de loteamento e de assentamento

realizada pelos posseiros com toda a conflitividade que representa e abrir novos projetos para os considerados parceiros.

No quinto capítulo falamos sobre alguns aspectos do dia a dia de posseiros e depois parceiros reconhecidos pelo INCRA no processo de regularização. Trata-se da vida familiar nos lotes desenvolvendo a produção, aspectos da vida social criando infra-estrutura de estradas, transporte, escolas, igrejas, associações de produtores nos núcleos urbanos, o comércio de madeira e de produtos agrícolas e o desenvolvimento das negociações políticas, sindicais, religiosas, culturais e esportivas para dentro e fora da gleba. É um tempo de conflitos e problemas na produção e comércio, divisões políticas e novos confrontos se abrem por interesses diversos, na busca de solução para problemas da sobrevivência cotidiana. Tempo de abundância, solidariedade, festas e animação, seguido de tempos difíceis de estrangulamento de expectativas e frustração de sonhos de uma vida melhor e, para muitos, a necessidade de recomeçar tudo outra vez, em outra gleba, sempre em busca de uma vida melhor. Assim, a vida segue e a luta continua...



Foto 01: Derrubada para indicar ocupação e posse – Fonte – Genésio 1991.



Foto 02: Guarita de Vigilância Antiga Fazenda Palmar – Fonte: Almeida 2002.

CAPÍTULO 01

01 – A OCUPAÇÃO

As terras ocupadas por sem terras que se tornaram a gleba chamada São Domingos distavam 30 km de Pontes e Lacerda, à margem direita da BR 174, no sentido Cáceres àquela cidade, noroeste do estado de Mato Grosso. Tornou-se município denominado Vale do São Domingos em fins de 1999, abrangendo uma área mais extensa que a gleba. Começamos a narrativa pela ocupação da gleba São Domingos²⁶, no município de Pontes e Lacerda, ocorrida entre 1979-83, para a partir dela oferecer uma reflexão sobre outros processos de ocupação de latifúndios por trabalhadores sem terra no Vale do Guaporé e em Mato Grosso.

Utilizamos a denominação *trabalhadores sem terra* ou simplesmente *sem terra*, para designarmos grande parte dos ocupantes de latifúndios improdutivos no Vale do Guaporé Mato-grossense nas décadas de 1970-80. Não devemos confundir-los com o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, conhecido nacionalmente. Aqueles trabalhadores a que nos referimos deslocavam-se em busca de emprego ou de terra para sobreviverem, vindos de outros estados e constituíram vários movimentos heterogêneos de luta pela terra. Também ficaram conhecidos no Vale do Guaporé como *grileiros* e *invasores* ou *posseiros* e *ocupantes* de terras. A forma de nomeação destas pessoas parece ser o centro de uma disputa de poder entre trabalhadores aliados a outros interesses locais e latifundiários apoiados pelas políticas estatais.

O confronto entre proprietários, muitas vezes, grileiros de terras e trabalhadores sem terra, durante as décadas de 1960-90 no Vale do Guaporé – MT, e qualquer outro conflito agrário ficou caracterizado e denominado pelo termo *grilo*²⁷. Os advogados, os latifundiários e outros atores sociais locais estrategicamente nomearam os ocupantes de terras como *grileiros*.

²⁶Gleba, conforme o dicionário Houaiss/2001, traduz vários sentidos, entre eles “terreno próprio para cultivo”. Os técnicos do INCRA e a população local denominam “gleba” uma área de terra subdividida em vários pequenos lotes.

²⁷No texto o confronto entre sem terra e latifundiários será denominado *ocupação* ou *disputa pela terra* e o núcleo do conflito será chamado de *grilo*.

Mombeig²⁸ (1984), Weibel²⁹ (1979) e Márcia Motta³⁰ (2001) que pesquisaram a grilagem de terras na história agrária de São Paulo e do Rio de Janeiro indicam que se trata de um fenômeno de longa duração no país, em que a disputa pela posse e propriedade é central. A grilagem, segundo estes autores, baseia-se em práticas como a falsificação de títulos de propriedade e o envelhecimento artificial e mecânico destes documentos utilizados na justiça para invocar direitos, junto com o uso da força das armas expulsando do campo outros concorrentes.

Não descartando o recurso as armas, as práticas dos *sem terra* apresentam elementos que os assemelham aos grileiros, mas também se distanciam deles, sobretudo, por não recorrerem à falsificação de documentação. Assemelham-se também às práticas de posseiros na medida que ocupam, moram e produzem na terra, mas também se distinguem delas por entrarem em propriedades privadas consideradas improdutivas e com titulação duvidosa e construírem o conflito como elemento central de sua estratégia de luta.

Utilizamos a abordagem em escala micro-sócio-espacial, partindo da análise da experiência de ocupação da Gleba São Domingos, para tratarmos algumas questões históricas consideradas significativas em relação às disputas de terras no Vale do Guaporé, podendo ainda contribuir para a análise sobre os conflitos agrários na Amazônia Mato-grossense, no período entre 1970-88.

Na ocupação de São Domingos, muitas pessoas se apropriaram de terras privadas, cobertas de floresta tropical e de cerrado, transformando-as primeiramente em posses³¹ e depois, com a regularização fundiária, tornaram-se pequenas propriedades de produção agropecuária³².

²⁸ MOMBEIG, Pierre. Os Pioneiros. In *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec-Polis, 1984, p. 139-179.

²⁹ WAIBEL, Leo. As Zonas Pioneiras do Brasil. In *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: FIBGE, 2º ed. , 1979. p. 279-311.

³⁰ MOTTA, Márcia M. M. A Grilagem como Legado. In *Voluntariado e Universo Rural*. Rio de Janeiro: Ed. Vício de Leitura, 2001. p. 75-95

³¹ No texto nomeamos os trabalhadores *sem terra* pela expressão “posseiros”, apesar de serem nomeados também como grileiros e, muitas vezes, assim se autodenominam, assumindo uma identidade que lhes era imputada por outrem.

³² Regularizadas as terras desapropriadas, os posseiros serão denominados parceiros pelo INCRA, porque donos de uma pequena parcela de terra ou de um lote rural. São pequenos proprietários.

Privilegiamos os registros orais³³, relatos construídos no trabalho de campo a partir de entrevistas com ex-posseiros, parceiros compradores de posses, políticos e moradores urbanos de Pontes e Lacerda e de São Domingos, funcionários do INCRA, dirigentes sindicais ou associativistas e professores de escolas rurais. Todas elas são pessoas que estiveram envolvidas ou relacionadas com a ocupação da gleba por nós estudada.

Os autores que mais nos inspiraram e nos auxiliaram a respeito dos procedimentos metodológicos para lidar com os relatos orais foram, entre outros: Portelli (2000), Thomson (2000), Amado e Moraes Ferreira (2000)³⁴, Verena Alberti(1990)³⁵, Antônio Torres Montenegro³⁶ e Regina Beatriz Guimarães Neto³⁷.

São Domingos não foi a primeira gleba ocupada, nem teve o processo mais violento de ocupação³⁸. A Gleba Scatolim foi a primeira conquistada pelos posseiros, sucedida por um conjunto bastante numeroso de outras glebas, como a de S. Domingos, entre as várias que se sucederam nas décadas de 1970, 80 e 90 no Vale do Guaporé. Contudo, a história da maioria destas glebas ainda não foi pesquisada e escrita. Faltam as análises e os estudos sistematizada dos acontecimentos, a partir das quais se poderiam reelaborar interpretações enriquecidas com novas fontes e os enfoques teórico-metodológicos renovados da historiografia.

Não encontramos nenhum relato escrito que apresentasse um estudo sistematizado do processo de ocupação das terras da gleba São Domingos. Diante das fontes disponíveis, recorremos a dois depoimentos de trabalhadores sem terra, que editamos como porta de entrada para analisarmos diversas questões relacionadas à ocupação de terras de propriedade privada, realizadas por pequenos posseiros naquele tempo e espaço

³³ Entrevistamos 18 pessoas, em três momentos distintos: julho de 2000, agosto de 2001 e novembro de 2002, em várias comunidades do município Vale do São Domingos, e nas cidades de Pontes e Lacerda e Cuiabá.

³⁴ In MORAES FERREIRA, Marieta de e AMADO, Janaína (Org). *Usos e Abuso da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000

³⁵ ALBERTI, Verena. *Programa de História Oral do CPDOC*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1990.

³⁶ MONTEGEGRO, Antônio T *História Oral e Memória: A Cultura Popular Revisitada*. São Paulo: Contexto, 1992; *Padres e Artesões: Narradores Itinerantes*. In *História Oral* n. 4. Associação Brasileira de História Oral. São Paulo: julho/2001. p. 39-54; *História Oral e Interdisciplinaridade: a Invenção do Olhar*. In MORAES VON SIMSON, Olga Rodrigues (org). *Os Desafios da História Oral*. São Paulo: Unicamp, Centro Memória e Associação Brasileira de História Oral, 1997. p.197-212.

³⁷ GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A Lenda do Ouro Verde: política de colonização no Brasil Contemporâneo*. Cuiabá: Ed. UNICEN, 2002; *Artes da Memória: fontes orais e relato histórico*. In *Revista História e Perspectiva*. N. 23 – jul/dez. 2000. Uberlândia/MG: UFUB. P. 99-114.

³⁸ A mais violenta confrontação, ao que parece, ocorreu na gleba Mirassolzinho entre 1984-86, situada entre Pontes e Lacerda e Jauru, pesquisada por José Carlos Leite (1993) e Bernadete A. C. de Oliveira (1992).

confrontando-os com outros relatos e fontes escritas sobre processos semelhantes no noroeste de Mato Grosso. Durante a pesquisa de campo colhemos depoimentos com relatos contraditórios sobre a ocupação das propriedades que originaram a gleba São Domingos³⁹.

Apresentamos duas versões porque indicam detalhes da complexidade da arte de ocupar terras privadas em tempos de ditadura militar e de políticas autoritárias de ocupação dos presumidos *espaços vazios* da Amazônia, em que o estado serviu mais aos grandes capitais do que aos pequenos agentes sociais ou aqueles que apenas dispunham de seus braços e chegavam tangidos pelo sonho da terra própria.

Os relatos expressam práticas que são estratégias diversificadas de ação que, às vezes, aparecem mais como táticas (Certeau: 1999) que exploram os pequenos vãos conjunturais abertos na textura social local. Outras vezes, podem apontar para práticas estratégicas paradoxais, contraditórias e bem complexas, tecendo uma intrincada trama de ação e micro-poderes exercidos em campos mais amplos (Foucault:1999).

Os relatos tratam especificamente da ocupação de São Domingos, mas os consideramos paradigmáticos quando os confrontamos com as memórias históricas de outras glebas ocupadas antes ou depois dela, ou com as que lhe foram contemporâneas. Os depoimentos indicam que não houve uma história linear e muito menos homogênea, pois os caminhos do início do processo de ocupação e formação da gleba apresentam sinuosidades e labirintos que podem apresentar armadilhas para o pesquisador. Pensamos que os dois relatos norteadores da nossa narrativa confrontados com outras fontes e pesquisas acadêmicas possibilitam-nos, também, algumas reflexões sobre a história recente do Brasil e de Mato Grosso.

1. Nós chegamos e demarcamos os lotes

O primeiro relato é de um posseiro que entrou em S. Domingos em 1980 e vivenciou quase todo o processo de ocupação da gleba. Seu nome é Antônio Tavares Sobrinho, mas o citaremos sempre pelo apelido Tonho Toca, como é mais conhecido. Seu

³⁹ S. Domingos formou-se de várias propriedades pertencentes a Joaquim Goulart (popular Barretos), Sidiney Martins Ferreira, João Antônio Assunção Rezende e José Rezende da Silva, desapropriadas pelo INCRA em 1983, analisaremos com mais detalhes esta questão no quarto capítulo.

depoimento foi gravado em julho de 2000, na sua casa, na comunidade do Guaporé⁴⁰. Sua versão da ocupação de São Domingos foi bastante detalhada, expressão de uma vertente de leitura dos acontecimentos embasada na experiência pessoal e na memória coletiva.

Há quem o reconheça como uma liderança dos posseiros de São Domingos, na área denominada Barretos que distava mais de 45 Km de Pontes e Lacerda. Foi assim denominada pelos ocupantes, porque era de propriedade de Joaquim Goulart, industrial da cidade de Barretos, no estado de São Paulo e, dono de um latifúndio de mais de 29.000 ha., em Pontes e Lacerda.

Tonho Toca é um nordestino que veio para os cafezais nas colônias do norte do Paraná onde viveu com os pais e irmãos toda sua infância e juventude, trabalhando como arrendatário:

Sáimo do nordeste por falta de água(...) não tinha mais água nem pra fazer a comida. O finado papai contava que chegou a roubar água na represa à noite, às escondida. Aquilo foi apertando ele(...) Tinha dois lote grande de terra e muita criação de gado, mas não dava para viver, por isso fizemos a queima e partimos pro Paraná⁴¹.

Vendendo tudo no Ceará não foi possível comprar terra no norte do Paraná. Assim mesmo, a experiência vivida pelo menino e depois jovem Tonho neste estado marcou sua memória como tempos bons, *os melhores de sua vida*:No Paraná tudo foi bom demais e até hoje tenho saudade. Foi o melhor estado em que já moramos. Lá passei a maior parte da minha infância, pois cheguei com seis anos e saí já homem formado(...) Trabalhando como arrendatários, formávamos lavoura de café a meia, mas a geada foi apertando e vimos que não havia mais condições de mexermos com cafezal⁴².

O seu pai conseguiu terra no Paraná, mas não teve condições de ocupá-la com seus próprios recursos. Continuou no arrendamento, mas mudou de atividade por causa da geada.

⁴⁰ Denomina-se comunidade um local dentro da gleba onde mora certo número de parceiros, nas proximidades de uma escola, comércio, sede de associação, campo de futebol, igreja ou outra edificação de uso comum do grupo. Guaporé é uma comunidade que se formou nas proximidades do Rio com o mesmo nome. Ali havia o ponto final da linha de ônibus e chegou a ter uma escolinha.

⁴¹ Entrevista com Tonho Toca, em agosto de 2001.

⁴² Idem, Tonho Toca.

Ficou difícil no norte e mudamos para o sul do Paraná, lugar de mais morro onde plantamos algodão durante quatro anos.(...) O patrão foi crescendo o olho sobre a renda e mecanizou a terra⁴³.

Mudaram de cultura agrícola e de região no estado do Paraná, mas não a condição de arrendatários e sentindo o aumento do peso da renda, sucedeu nova etapa de migração.

Vimos para Fátima do Sul, no Mato Grosso do Sul. A vida era mais favorável porque a região ainda não tinha desenvolvido a agricultura.(...) Achamos um lugar bom para trabalhar com renda baratinha. Mas, de 4 a 6 anos que ficamos, as catracas apertaram tanto que ficou igual ao Paraná ou até pior (...) e vimos a Pontes e Lacerda, onde talvez trabalhando alguns anos poderíamos adquirir um pedaço de terra para morar⁴⁴.

Mudou-se com a família para o sul de Mato Grosso, vivendo como arrendatário e plantador de algodão e, no seu dizer, *abrindo terras para os fazendeiros*. A família do Tonho Toca migrou para Pontes e Lacerda, Mato Grosso, em fins da década de 1970, pressionada pelo aumento do preço da renda e desejando sua própria terra, além de sentir-se incentivada pela incisiva propaganda sobre terras férteis e baratas da região.

Ele estabeleceu residência primeiro na Vila de Pontes e Lacerda e trabalhou de peão, chegando depois a morar e a trabalhar como arrendatário na Gleba Scatolin⁴⁵. Também experimentou ocupar um lote num *grilo*, no Matão⁴⁶, de onde foi despejado com os demais ocupantes. Afirmou que *a terra deste grilo era muito fraca*.

Entrou como posseiro na gleba S. Domingos, como relatou das memórias brotadas e alimentadas na sua experiência de vida, que recortamos e apresentamos:

Os primeiros posseiros começaram a entrar em S. Domingos no fim de 1979 (...) e no começo de oitenta entramos (...) Os companheiros já vieram antes e os lotes já estavam marcados até no asfalto (...) já tinha as picadas.

Demarcando latifúndios.

⁴³ Idem.

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ A gleba Scatolin foi a primeira gleba, em Pontes e Lacerda, ocupada desde fins de 1969, teve vários confrontos armados, com mortes de posseiros e pistoleiros, até que foi liberada em 1974, após longas batalhas no campo, nos palácios dos governos e nos tribunais, depois foi regularizada pelo INCRA.

⁴⁶ Matão é uma comunidade rural distante 100 km de Pontes e Lacerda, próxima à fronteira com a Bolívia.

O primeiro picadão que segue a estrada que sai do asfalto foi aberto por um tal de Vivaldo⁴⁷(...) dizem que trouxe engenheiro e topógrafo (...) e que socaram este picadão até sair no rio Guaporé. Estavam dividindo a área, segundo parece, para que uma parte ficasse pro Bráulio⁴⁸, uma certa quantia lá na frente pro Zeca Rezende, que era o fazendeiro da entrada e o Sidiney⁴⁹, parece que também estava envolvido. Esse recanto aqui ficava todo pro Barreto, que tinha um frigorífico em Barretos, S. Paulo, mas o nome dele era Joaquim Goulart⁵⁰. O Vivaldo fez esse picadão para dividir essas áreas e ficar com uma quantia de mil alqueires de terra, para poder encarar-lo junto com os engenheiros. Os fazendeiros combinaram e disseram - *você entra com os peões, faz o picadão, que vai ficar com uma quantia de terra.*

Os posseiros descobrem a área

Fazendo esse picadão, parece que o Vivaldo andou apitando. O pessoal então começou a encaixar aquele assunto e descobriram, através de um (...) deputado⁵¹ junto com algumas lideranças sindicais (...) que deram uma certa pesquisada, que a área era *branca*⁵². Sabendo que o Vivaldo estava se envolvendo, o Baiano do Rato e o João Bispo⁵³, que também não eram flor que se cheirasse, disseram - *vamos entrar e tomar do Vivaldinho. Ele é um cara igual a nós mesmo, porque vai querer tomar sozinho?*- decidiram - *vamos cair dentro dessa área* – e já foram puxando o pessoal.

As lideranças dos posseiros

Quase não houve chefe nenhum. Havia companheiros que diziam – *fulano vamos! Quanto mais gente, melhor* – não se conheciam antes. Cada um convidava seus conhecidos. Eu já sabia quem era o Baiano do Rato antes de vir pro grilo, mas não

⁴⁷ Trata-se do Vivaldo Araújo, ex-posseiro da Gleba Scatolin que também teve pretensões sobre a gleba S. Domingos, como mostraremos no capítulo II, III e IV.

⁴⁸ Trata-se do Bráulio Menezes, proprietário da fazenda vizinha, que em parte depois será objeto de desapropriação no Processo INCRA/MT 01/86, como gleba São Domingos II.

⁴⁹ A primeira fazenda ocupada foi a de Sidiney Martins, João Assunção de Rezende e José Rezende da Silva, que compraram em parcelas menores as terras de um título maior vendido a Jorge Meyer, pelo Departamento de Terras e Colonização do Estado de MT, em 1955.

⁵⁰ Joaquim Goulart foi outro proprietário que teve parte de suas terras ocupadas e desapropriadas em dois Processos do INCRA o 431/82, que trata de gleba S. Domingos e o 455/85 da gleba Aerorrancho, vizinha da anterior e ocupada por posseiros no mesmo período.

⁵¹ Trata-se da articulação do deputado estadual pelo MDB, o advogado Paulo Nogueira e dos dirigentes sindicais da FETAGRI e de diversos STRs – Sindicatos de Trabalhadores Rurais do sudoeste de MT.

⁵² *Terra Branca*, na linguagem dos sem terra do Vale do Guaporé, era uma terra sem documento legal, podia ser devoluta, pública ou ter documentação apenas irregular.

⁵³ Trata-se de três líderes da ocupação de S. Domingos, mais citados nos depoimentos, o Maurinho de Oliveira (vulgo Baiano do Rato), João Bispo e um baiano de apelido Chapéu de Couro, que não está citado neste relato.

conhecia o João Bispo. O Baiano do Rato naqueles tempos subia a serra conversando, pois era um cara bem conversador. O Vivaldinho eu já conhecia porque nós morávamos quase em frente dele, na Scatolin.

A chegada no grilo

Quem nos trouxe aqui foi um tal de Zé da Verdura. Gostava muito de horta, que plantava no Raimundinho⁵⁴. Eles eram crentes da Assembléia. Nós também trabalhávamos no Raimundinho e foi o Zé que nos convidou. Devemos este favor pra ele, pois nos disse - *seu Emídio!*⁵⁵ *O senhor pode ir, se quiser marcar sua terrinha lá. Pode ir que eu levo vocês lá onde está sem marcar* - e nós viemos e acampamos no rancho⁵⁶ dele.

A marcação das posses

No dia seguinte o Zé da Verdura veio conosco trazendo uma foice e *não tinha ninguém dos líderes acompanhando a marcação dos lotes. Viemos pelo trilho do mato e ele mostrou* - daqui pra lá não está marcado porque ninguém empossou ainda, se querem marcar, tomem conta - *logo foi embora. Entramos e fizemos as picadas, pois do segundo travessão para trás já estavam todas abertas.*

Viemos numa turma de oito companheiros, num bloco só. Ficamos todos juntos ao entrarmos na terra num barraco só, cozinhando. Fomos marcando os lotes e escalando – *esse aqui é seu, ali é do fulano e aquele é do sicrano* - só que não fazíamos as picadas fora a fora. Cada posseiro chegava e demarcava o seu lote. Nós demarcamos os nossos.

O tamanho dos lotes

Sempre falavam - *não vamos marcar área grande. Marquem lotes na base de quarenta e um alqueires*⁵⁷, *que é dois mil de altura ou comprimento, com quinhentos metros de cabeceira.*

⁵⁴ Raimundinho era parceleiro na gleba Scatolin, localizada próxima à cidade de Pontes e Lacerda, em cujo lote trabalhavam vários arrendatários ou peões.

⁵⁵ Emídio era o nome do pai de Tonho Toca.

⁵⁶ Rancho é um barraco ou casa rústica, própria para acampar em situações de estadia temporária.

⁵⁷ Coincidentemente o tamanho do módulo fundiário regional definido pelo INCRA era de 41 alqueires paulistas, tendo um alqueire 24.400 metros quadrados de área.

Práticas de posse

A gente sabia que um lote já era ocupado por alguém, porque quando passávamos alguém dizia - *aqui é o lote de fulano, aqui é do sicrano* – e porque também já tinha um barraquinho⁵⁸ feito, a picada aberta e às vezes o cara já tinha roçado um quadradinho de uns 100 por 100 metros, ou 50 por 500. Outras vezes já tinha os marcos divisando o lote.

Cansamos de falar para respeitar os lotes já marcados, porque se fulano chegou e já marcou nós que viemos por derradeiro temos que ir mais para o fundo.

Desrespeito às normas

Eu, o finado papai e meus irmãos marcamos 120 alqueires e demos assistência, pois viemos e fizemos as picadas. Depois houve quem quis invadir nosso terreno, tentando tomar um pedaço da terra. Havia alguns companheiros que ficaram, até mais de ano, sem vir na gleba. Falavam: - *o senhor estava cuidando, agora vamos encostar para ganhar* – e praticamente ganharam a terra nas costas dos outros.

Interessados na aquisição da terra, ficávamos no máximo dois meses na época das chuvas sem virmos aqui. Sempre que vínhamos, corríamos as picadas, cortávamos algum ramo de mato. As nossas primeiras derrubadas foram na cabeceira do lote. Depois planejamos derrubar aqui no fundo⁵⁹, porque aqui era mais favorável. Sempre mexíamos e nunca abandonamos a posse.

2. Nossa Reforma Agrária foi reforma à bala

O segundo relato da ocupação de São Domingos é a do João Vieira Andrade, mais conhecido em Pontes e Lacerda, pelo apelido Joãozinho. Também é filho de migrantes vindos ao Mato Grosso na década de 1960, buscando terra na Colônia Agrícola Nacional de Dourados:

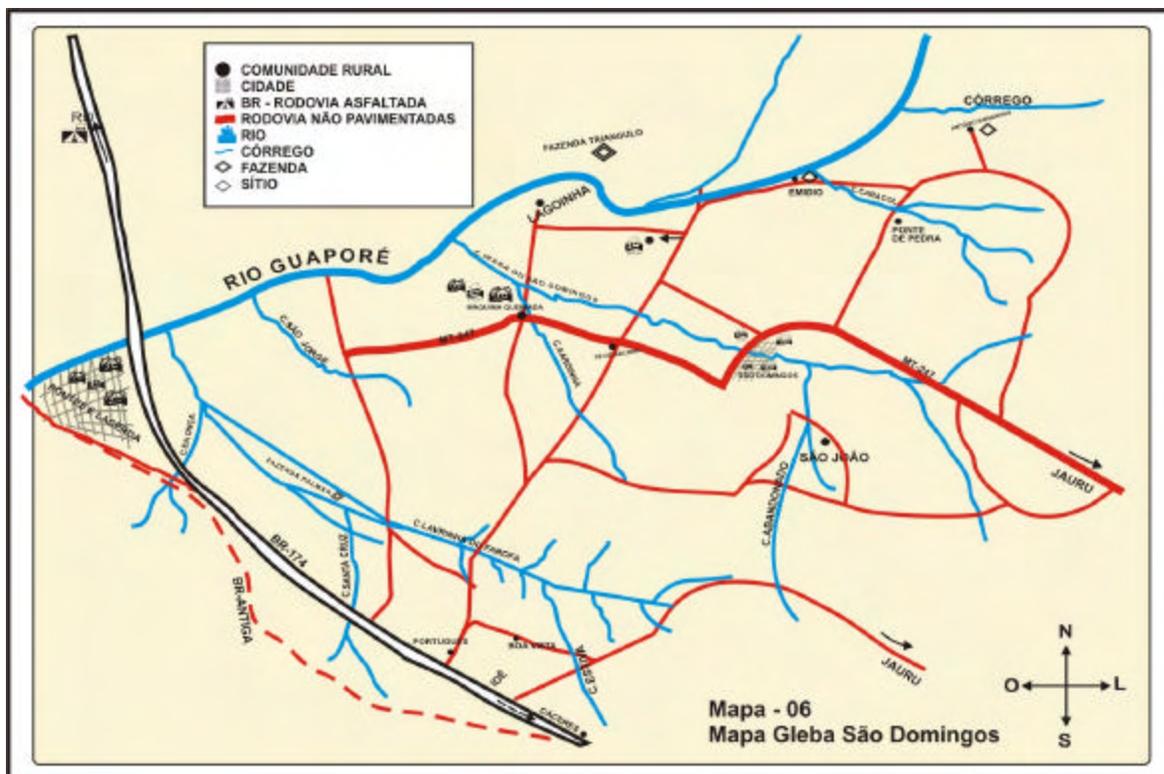
Em 2 de agosto de 65, nos instalamos em Fátima do Sul, Mato Grosso do Sul pela divisão do estado. Trabalhei na agricultura muitos anos. Na adolescência saí

⁵⁸ Um barraquinho ou barraco era uma pequena construção de madeira de pau a pique, coberta ou de palha ou de tabuinhas feitas com lascas de algumas madeiras apropriadas que facilitavam a tarefa, que servia de casa, tulha e armazém de alimentos e de sementes.

⁵⁹ Trata-se da margem do Rio Guaporé que fazia o fundo dos lotes dos familiares do Tonho Toca.

de casa e fui trabalhar numa fazenda, como tratorista e aos 18 anos servi o exército. Depois fiquei mais dois anos trabalhando em fazenda. Em 80 viemos para Pontes e Lacerda⁶⁰.

A família do Joãozinho veio atraída pelas terras propagadas no mais recente movimento da simbólica Marcha para o Oeste⁶¹. No seu depoimento, mostra como a marcha atrás do sonho da terra própria o impulsionava, contando que em 1980:



Meu sonho era chegar em Pontes e Lacerda e adquirir um pedaço de terra, sonhava possuir a terra, pois sempre trabalhei na lavoura. Vim porque aqui ainda tinha facilidade de conseguir terra, pois tinha o tal de grilo. Falavam que era uma terra que se comprava com pouquinho dinheiro. Trabalhando um ano numa lavoura, talvez, já podia comprar um pedaço de terra⁶².

Guiados pela promessa da terra, da qual muitos haviam sido despojados e a que outros nunca tiveram acesso,

⁶⁰ Entrevista com João Vieira, em agosto de 2000.

⁶¹ Alcir Lenharo. *Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.

⁶² Entrevista com João Vieira, em agosto de 2000.

chegavam muitas famílias e pessoas como Joãozinho de outros estados do país e de outras regiões do estado para Pontes e Lacerda no Vale do Guaporé, desde o final da década de 1960.

Este sonho era intensificado pela propaganda de que, no Vale do Guaporé, facilmente ele poderia ser realizado. Bastaria trabalhar de peão ou como arrendatário por alguns anos que se juntava suficiente dinheiro para comprar terra. Ressaltamos que Joãozinho veio para Pontes e Lacerda sonhando: *vou conseguir um pedaço de chão. Cheguei, mas ainda não conhecia os movimentos. Trabalhei como ensacador no armazém da CASEMAT*⁶³.

Trabalhando de empregado juntou o dinheiro necessário para realizar o sonho. Lembra-se de que o jeito era comprar terra mais barata. Isto só seria possível no *grilo*:

Trabalhei em 80 e 81 em sacaria e comprei um sítio que ainda era grilo em 81, como eles diziam aqui, era uma posse. No começo do ano de 1983 ainda não era liberado, mas estava em negociação entre os fazendeiros e o governo e os posseiros já estavam dentro⁶⁴.

Comprou seu lote em São Domingos, em maio de 1983 quando o conflito já estava finalizando por causa do decreto presidencial de desapropriação⁶⁵. Veio ocupar sua posse em junho, quando a gleba já estava totalmente liberada e sob o domínio do INCRA.

Joãozinho relatou-nos que, em maio de 1983, São Domingos era uma área de *grilo*, e no seu imaginário poderia ser o espaço para realizar o sonho da terra própria. Sabia pela propaganda e por notícias que circulavam entre a população do sul de Mato Grosso,

⁶³ Idem.

⁶⁴ Idem

⁶⁵ Decreto publicado no Diário Oficial da União em 5 de maio de 1983, Processo 431/82 - INCRA, fl 184.

que no norte do Estado, em áreas de *grilo*, a terra era mais barata e acessível apesar dos riscos. As notícias se espalharam de boca em boca de que em Pontes e Lacerda, durante a década de 1970, milhares de trabalhadores conseguiram fazer sua posse nas áreas de *grilo*⁶⁶ e que muitos outros, chegando com dinheiro, compraram seus lotes. Ele comprou 40 alqueires⁶⁷ de seu primo, dizendo: *Tive sorte, pois passados apenas 15 dias desde que mudei, a área de S. Domingos já foi liberada. Entrei como posseiro em junho, mas no mês de outubro o INCRA já tinha demarcado as terras*⁶⁸.

A partir deste ponto, passou a relatar a sua experiência dos acontecimentos da ocupação de S. Domingos, que resultou de uma construção não vivenciada e sim de ouvir dizer dos outros. É um interessante indício de como o relato individual se enraíza na memória construída e aprendida das experiências sociais vividas pela coletividade e, ao mesmo tempo, se constitui de tanto ouvir histórias que contam, recontam e constroem uma memória comum sobre o passado do grupo que vive, se relaciona e exerce poderes nas múltiplas relações interpessoais cotidianas.

Este tipo de relato marca os momentos mais densos, expressivos e significativos, vividos ou considerados tais nas narrativas de memórias que circulam e constroem o substrato cultural do grupo e a territorialidade como identidade no imaginário social. O depoimento do Joãozinho é uma outra versão do mesmo acontecimento contado pelo Tonho

⁶⁶ Vide anexo 01 - Quadro de 46 áreas regularizadas e em regularização do INCRA de Vila Bela fornecido à FASE-MT, em abril de 1991, que reconhece 4.996 famílias de posseiros assentadas.

⁶⁷ Trata-se do alqueire paulista cuja área é de 2,44 ha. cada.

⁶⁸ Entrevista com João Vieira, em agosto de 2000.

Toca: a ocupação de São Domingos, mas acrescenta elementos sobre a *grilagem de terras* no Vale do Guaporé⁶⁹.

Acompanhemos o depoimento de Joãozinho a respeito da ocupação de São Domingos, atentos às diferenças de acentos e de temáticas abordadas pelos dois relatos:

A ocupação de São Domingos começou em meados de maio a junho de 1979, quando começou a ser articulada.

A pesquisa da situação legal da terra

Descobriram que essa terra era devoluta, pois ninguém era dono. Então estas pessoas⁷⁰ falaram - *vamos juntar gente para fazer nossa reforma agrária* - pois aqui na região ainda não tinha e até hoje não teve reforma agrária. Colocaram o nome de “reforma à bala”, em vez de agrária. No início de 80, as pessoas já haviam feito o reconhecimento da área e já tinham passado pelo INCRA de Pontes e Lacerda, Cuiabá até Brasília, para se informar se a terra tinha documento. O fazendeiro que a ocupava não tinha documento⁷¹, mas queria uma área de 7.800 alqueires e a fazenda tinha apenas 100 alqueires derrubado e formado. O resto tudo era mato. Basicamente estava improdutivo. (...) foi dividida para mais de mil famílias, (...) tinha um pouco de pasto e pouquíssimas vacas.

O início da ocupação

Três pessoas que inclusive trabalhavam de jagunço ou de pistoleiro para este camarada, percorriam as picadas. Só eles moravam na fazenda e ganhavam do fazendeiro para cuidarem a área, para ninguém invadir⁷². Chegou um ponto, que o fazendeiro nem estava vindo mais. Os três, em 79, começaram a andar em Jauru, Pontes e Lacerda e cidades vizinhas, articulando pessoal e explicando - *estamos tomando conta de uma fazenda em que o dono há dois anos não vem e tem um gadinho*

⁶⁹ Vide mapa 02 - O Vale do Guaporé mato-grossense, até 1979, era composto só pelo município de Vila Bela. Hoje além desse, abarca Pontes e Lacerda, Comodoro, Nova Lacerda, Nova Conquista D'Oeste e Vale do São Domingos.

⁷⁰ Tratam-se das lideranças dos posseiros, principalmente o João bispo, Baiano do Rato e Chapéu de Couro.

⁷¹ É uma informação equivocada, pois só o Vivaldo de Araújo e seus sócios não tinham documentação legal, apesar de o José Rezende da Silva e Cia. também terem apresentado um memorial descritivo, no cartório de RGI de Cáceres, em que elevaram de 5.513 ha. a área do título original para mais de 8.311 ha., que no processo 431/82 foi desmascarada pelo INCRA, mas bem menor que os 7.800 alqueires do depoente.

⁷² Não encontramos esta informação em outros relatos ou fontes escritas.

largado lá. Tomamos conta desse gado e corremos as picadas. Ele não aparece e dinheiro pra nós também não apareceu - então resolvemos articular o pessoal. Isso foi do meio para o final de 79. No começo de 80 (...) entraram com 320 pessoas, na primeira chegada à área.

Práticas da ocupação

Houve mortes, perseguição policial e de jagunços. Inclusive, foi morto o gerente de uma fazenda que não tinha nada a ver com essa área. O pessoal⁷³ matou enganado. Ele era de uma fazenda anterior a esta, que já era toda formada na época. Foi atravessar a porteira da fazenda que se limitava com a área devoluta. Dizem que os camaradas já estavam esperando, porque os pistoleiros entravam por ali. Atacaram e terminaram matando, não foi tanto porque ele era vizinho, mas porque não o conheciam.

Dizer claramente como foi o início em 79 não sei, porque eu comprei lá em 81⁷⁴. Não participei nessa época, mas a gente tem companheiros que moram lá ainda hoje e convivemos muitos anos.

As lideranças do *grilo* de São Domingos

Não sei os nomes corretos dos três. Sei que tinha o João Bispo, o Baiano do Rato, que era o apelido do Marinho e o baiano Chapéu de Couro⁷⁵. Os três eram considerados as lideranças, porque vinham de uma coisa que estavam cuidando, apoiando os outros a entrarem junto com eles e tirando um pedaço de terra para cada um. Também tiraram a parte deles, visto que não iam de graça. Foram as barras mais fortes para segurar as coisas ferozes que vinham. Inclusive havia um deles, o Baiano do Rato, que era meio sabido. Ele sabia quando os homens⁷⁶ vinham. Podia estar dentro da área, no mato, se viesse alguma coisa contra eles, já sabia e falava - *vamos recolher que o pessoal está vindo por ali* – essas são as histórias que se contam. *Os três ficaram até terminar o grilo ou a posse, mas quando o pessoal ficou com o documento da área, também continuaram trabalhando no seu lote. Depois alguns deles saíram para aventurar*

⁷³ A expressão “o pessoal” refere-se indistintamente aos posseiros e aos pistoleiros ou policiais, assim como no parágrafo seguinte, “os camaradas” fala dos posseiros e noutras refere-se aos seus adversários.

⁷⁴ Esta informação contradiz outras partes do relato do Joãozinho, onde afirmou que comprou em 81 a posse e entrou nela depois de maio de 1983.

⁷⁵ Não conseguimos identificar o nome porque só era conhecido pelo apelido.

⁷⁶ A expressão “os homens” refere-se aos pistoleiros ou grupos paramilitares das fazendas e à polícia militar.

novamente lá fora e se apagaram⁷⁷. Até hoje, mesmo que não estejam vivos, as pessoas os consideram como as lideranças. O nome deles está marcado lá em S. Domingos, porque eles articularam o pessoal para vir.

Outras pessoas andavam no grilo, inclusive tinha um tal de Roberto, ainda está vivo e tem um sítio lá. Tem o Caboclinho, que hoje mora na cidade de S. Domingos. Conhecido por José Caboclo⁷⁸, mas não sei o sobrenome certo. Não sei se o Valdemar Pires ainda mora lá. Ele foi uma das lideranças fortes. Nunca mais fui onde morava, no fundo da Gleba, já beirando o rio Guaporé. O Valdemar Baião parece que foi assassinado há pouco tempo, *numa gleba que está em confronto* no município de Nova Lacerda. Este pegou uma área de terra grande em S. Domingos e foi vendendo. Picando e vendendo e depois desta já entrou em várias outras áreas. Era uma das lideranças fortes na época dos primeiros que *andavam e apoiavam a ocupação de São Domingos*.

Normas e práticas da ocupação

Nas posses diziam aos crentes: *vocês não podem fazer isso! – nós somos crentes, mas nossas espingardas não* – assim comentavam. *Na ocupação*, primeiro entraram armados, porque assim que se articularam em 79, dizem que o fazendeiro apareceu. Trouxe jagunços e jogou dentro da área. Foram obrigados a entrar armados, pois não podiam entrar com a cara limpa e confrontar-se com camaradas de carabina, fuzil e tudo o mais na mão. Foram entrando mais à noite e nunca iam pelas retas principais da entrada de S. Domingos. Uns passavam aqui pela S. João⁷⁹, outros atravessavam outras fazendas⁸⁰, um grupo para cá e outro para lá. Tinham os pontos onde se reuniam, algumas vezes, à noite ou pela madrugada e durante o dia se esparramavam no mato, porque se “os homens” encontrassem alguém, tiravam a vida. Matariam um ou outro, mas não pegavam todos, como aconteceu. Isso era estratégia deles como se diz, se estivessem todos embolados!?

⁷⁷ Este foi o caso do Chapéu de Couro, morto no conflito de Mirassolzinho e do Baiano do Rato sumido misteriosamente, visto pela última vez quando duas pessoas o introduziram num carro e desapareceram com ele, não se sabe se está vivo ou morto. Uns afirmam que morreu nos conflitos da Mirassolzinho e outros que morreu recentemente no grilo de Antonieta, Vila Bela fronteira com a Bolívia.

⁷⁸ Este é mais conhecido na cidade de São Domingos como Mané Caboclo. Nós o entrevistamos em 2000.

⁷⁹ Trata-se da comunidade rural São João Batista, próxima à cidade de Pontes e Lacerda, resultante de um conflito com um proprietário e ficou mais conhecida como o “grilo do Córrego da Onça”, mais antigo que o de S. Domingos.

⁸⁰ Há relatos de que os posseiros atravessavam a fazenda Palmar, atual Barra do Prata, em diversos pontos para chegarem em S. Domingos, inclusive os que vinham pela comunidade S. João deveriam atravessá-la.

Na ocupação no começo de 79, não houve aquele aperto, já que eles estavam articulando as pessoas, de 79, 80 até maio de 81. (...) até que o INCRA fez a divisão dos lotes, foram uns 22 meses de confrontos ou quase dois anos⁸¹. Apuro mesmo só foi na época em que chegaram soldados, os militares do exército. *O grilo foi meio perigoso na faixa de um ano e meio de tempo* e as pessoas não andavam de qualquer jeito, todo mundo agrupado, eles tinham os pontos estratégicos deles, esparramados. Já em seguida chegou a liberação da área anunciada pelos jornais, e reportagens de televisão.

Como se compra terra no grilo

Eu vim passear em Pontes e Lacerda no intuito de ver se fosse bom, arriscaria ficar. Cheguei e logo pensei: *aqui é o lugar que vou possuir um pedaço de terra*. Tive a terra, mas terminei vendendo e no final ficando sem terra de novo. *Entrei no grilo*, arriscando a vida, quando a área ainda não estava legalizada, só em negociação, pelo seguinte: estava com um pouco de dinheiro e com vontade de possuir um pedaço de terra. Vim do Mato Grosso do Sul com a intenção de possuir uma terra, mas aqui onde era liberado não poderia pensar em comprar nem o chão de uma casa. O pouco de dinheiro que tinha dava para comprar este terreno que comprei no grilo. Comprei de um camarada que o tinha comprado como se fossem 40 alqueires⁸² e assim também comprei por 40 alqueires, na época paguei Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros).

Ocupantes ex-proprietários

Um estudo na nossa organização⁸³ indica que a maioria do pessoal daqui veio do Sul e de Minas. O negócio foi tudo questão de perda da terra. Tinham terra, como citei antes meu pai, por causa de financiamentos no Banco a maioria perdeu suas terras e veio de S. Paulo, Paraná e vem rolando de lá para cá. As terras lá são caras, então vêm para cá na probabilidade de pegar uma terra, e não têm o dinheiro. Aparece alguém e diz – vamos, ali tem um jeito de pegar uma terra - aquele que quer muito a terra pra viver nela, logo vai.

⁸¹ O período das maiores tensões, conflitos e confrontos ocorreu entre junho de 1981, quando no Processo 049/81 a justiça deu sentença favorável ao Vivaldo Araújo e seus sócios contra sete posseiros, e 04 de maio de 1983, quando foi assinado o decreto presidencial de desapropriação de S. Domingos.

⁸² Ao demarcar e medir os lotes o INCRA constatou que as áreas nem sempre coincidiam com as que haviam anotado no título provisório. Isto era mais freqüente nos casos da compra da posse, pois o dono vendia a área muitas vezes como se fosse mais extensa.

⁸³ A organização à que se refere é o MUL – Movimento de União dos Lavradores, do qual participou ativamente, desde sua criação em 1988, por influência da FASE-MT.

As pessoas ficavam e arriscavam a vida e não iam para as colônias de Rondônia⁸⁴ porque, meu tio inclusive, antes de eu vir para cá, foi diretamente para lá num corte de terra do INCRA. Ele disse que não ia se confrontar com os pistoleiros, (...) em três anos voltou, porque perdeu três filhos lá com o problema de doença da malária. Isso amedrontou muita gente que ficava.

Os comerciantes de terras

Havia também os que *faziam a posse já para vender*. Não era muito comum, mas existia sim. Falo porque teve muitas pessoas que eram do Cerro Azul⁸⁵, como eu disse, e foram para S. Domingos. Vinha a liberação e vendiam a terra. Assim, alguns tiveram terra em vários grilos, como na Scatolin onde vendeu e foi pro Cerro Azul. Vendeu no Cerro Azul e foi pro S. Domingos e do S. Domingos foi para Mirassolzinho⁸⁶. Saindo do Mirassolzinho estiveram pra Lavrinha, pra Adrianópolis, no Bananal e na Pecuária e já está aqui, pra tal da Baía Funda em Vila Bela⁸⁷. Esses camaradas⁸⁸ quando vêem que a terra começa a ficar fácil, vendem e pegam um dinheirinho. Nós tratamos esses aí de *comerciantes de terra*. É comum, ainda hoje, que pessoas entrem no grilo só para pegar lote e vender. Eles entram no período do enfrentamento e são camaradas que se consideram como lideranças. Cara que se diz corajoso e muitas vezes os posseiros ainda dizem: *temos que dar graças a fulano, porque se ele não entrasse lá, nós não tínhamos a terra! Tem muitas pessoas que fazem isso. Aqui, já colocaram nestes o nome de “caçadores de terras”*.

O Sonho da terra continua

Ainda tenho o sonho por um pedaço de terra, só que aquele sonho que pensei que tinha realizado, hoje pra mim ele é um pesadelo. Meu sonho ficou meio deslumbrado, meio esquisito. Às vezes, quando lembro desse pedaço de terra que vendi, tudo por causa de

⁸⁴ No território Federal de Rondônia a colonização pública atraiu grande contingente de trabalhadores, que passaram por Pontes e Lacerda. Na passagem, às vezes, faziam uma breve escala e depois seguiam em frente. Muitos iam experimentar a sorte em Rondônia e depois regressavam.

⁸⁵ Cerro Azul era uma gleba próxima da fazenda Nacional Caslavasco, ocupada no início da década de 1980 e quase contemporânea de S. Domingos, mas seu conflito teve solução anterior, por causa dos confrontos.

⁸⁶ Mirassolzinho é uma gleba próxima à S. Domingos, cujo conflito foi logo em seguida e talvez o mais violento em termos de número de mortos e feridos que se produziu entre 1984-86.

⁸⁷ Os nomes citados são de glebas conquistadas pelos posseiros depois de S. Domingos, sendo todas localizadas em Pontes e Lacerda, exceto a da Baía Funda, que fica em Vila Bela.

⁸⁸ A expressão “camaradas” é utilizada para nomear os que ele chamou de “comerciantes de terras” e ou de “caçadores de terras”, lideranças de posseiros.

um acidente que sofri, penso que talvez não precisava ter saído de lá e vendido tudo como fiz.

Pelo INCRA, em assentamento de Reforma Agrária, se eu entrar numa posse dessas, não consigo o título. Hoje perderia a terra se cadastrasse em meu nome⁸⁹. Só poderia adquiri-la se colocasse no nome de outra pessoa ou comprasse.

3. Registro de Memórias de ocupações

A memória coletiva da ocupação de S. Domingos construiu-se a partir de experiências comuns recordadas e avivadas nos relatos cotidianos compartilhados no lar, nas rodas de amigos no boteco, no campo de futebol, nas visitas aos vizinhos, parentes e amigos, nas reuniões da escola, nas celebrações das igrejas, nos encontros das associações, nas paradas esperando o ônibus ou viajando juntos. A conversa, ainda hoje, continuamente vai e volta sobre o tempo da ocupação ou do *grilo*.

Assim as histórias nasceram, se consolidaram, ganharam formas, conteúdos, ritmos e personagens. Elas relacionam práticas e ações corriqueiras, heróicas, dramáticas, trágicas e cômicas. Foram estas histórias relatadas, ouvidas e recontadas centenas de vezes, que formaram e construíram um núcleo da memória compartilhada por quem viveu a experiência de fazer-se posseiro ou apenas pelo contato com quem ocupou e ouviu contar como ocorreu o *grilo* de São Domingos.

O relato do Tonho Toca e do Joãozinho resultou da provocação às suas memórias pela intervenção do entrevistador. Realizaram o esforço contando que lembravam da experiência vivida ou simplesmente narrando o que ouviram dos outros, explicitando aspectos da memória social e oral.

Ao recordarem, eles selecionaram acontecimentos relacionados às suas vivências ou marcados na memória coletiva⁹⁰, que nos permitem expor algumas questões das experiências de inúmeros sem terra, que acorreram ao Vale do Guaporé *em busca de uma*

⁸⁹ Nas normas do INCRA, pessoas que já tiveram terra em áreas de assentamentos ou de regularização fundiária não podem obter outra parcela em seu nome.

⁹⁰ Alistair Thomson. "Recompondo a Memória", p. 56, in *Ética e História Oral*, Revista Projeto História n. 15, São Paulo: PUC, abril de 1997.

vida melhor, nas décadas de 1970 e 80⁹¹. Quase todos trabalhavam, inicialmente, como peões ou arrendatários e depois como posseiros ou pequenos proprietários. Por que Joãozinho compraria terra numa gleba ainda em conflito? Estaria ciente dos riscos que significava a compra de um lote ainda não demarcado pelo INCRA, do qual talvez nunca poderia obter o título ou a escritura em cartório?

Ao responder enfaticamente - *vim porque aqui tinha uma facilidade de conseguir um pedaço de terra, porque tinha o tal de grilo* – ele denota o conhecimento de aspectos da usual prática de ocupação de terra no Vale do Guaporé, desde fins de 1960. Inscreve-se também entre os muitos trabalhadores seduzidos pela propaganda dos governantes e da iniciativa privada a qual foi analisada por Lenharo (1986) e Moreno (1993). Esta prática foi eficientemente utilizada para mobilizar mão de obra indispensável para suprir as necessidades de investimentos do estado e dos capitais em áreas a serem desbravadas. A propaganda da terra *abundante e vazia* na Amazônia vinha sendo empregada desde os tempos da Marcha para o Oeste, na década de 1940.

O movimento migratório mais recente, para o Vale do Guaporé Mato-grossense, iniciou-se com a compra de terras devolutas do estado pela iniciativa privada, entre 1949-66, ou da venda de terras pela Colonizadora Sul do Brasil a partir de 1955. As empresas e pessoas compradoras destas terras traziam trabalhadores de fora da região para as derrubadas de implantação das primeiras fazendas de pecuária.

⁹¹ Informações extraídas da documentação do Departamento de Terras e Colonização, da Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso nos arquivos do Instituto de Terras de Mato Grosso e Arquivo Público do Estado; da Secretaria de Planejamento e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento relativa ao Projeto e avaliação do Polonoeste; além das entrevistas com atores do Vale do Guaporé-MT.

Consideramos que depois houve incremento populacional devido a vários fatores, entre os quais se destacam: a implantação de agropecuárias estimuladas pelas políticas federais a partir de 1967, incentivando capitalistas a comprar terra e canalizar os incentivos fiscais e os créditos subsidiados da SUDAM; os muitos trabalhadores volantes e temporários trazidos ao vale do Guaporé pelos empreiteiros, conhecidos como *gatos*, a serviço das agropecuárias e não retornados aos seus locais de origem, formaram um expressivo grupo de desempregados e “sem terra” em Pontes e Lacerda; a CODEMAT ordenando a Vila de Pontes e Lacerda, desde 1969, estimulava a vinda e a fixação de moradores nos espaços urbanos e suburbanos facilitando o acesso a lotes; a abertura de rodovias estaduais e a construção da BR 174 de 1967-83 facilitaram o transporte das cargas de mudanças e de passageiros.

Além disso, a liberação de recursos pelo BIRD e sua aplicação pelos governos federal e estadual no Polonoroeste, entre 1982-86, criaram melhores condições de infra-estrutura em diversos setores na região; e as propagandas oficiais e dos meios populares sobre as terras férteis do Vale do Guaporé, de Rondônia e do Acre acessíveis em projetos de colonização ou áreas de *grilo* exerceram forte sedução no imaginário de uma porção da população disponível em outros estados e regiões do país.

Os trabalhadores que migravam para realizarem o *sonho da terra própria* em assentamentos do INCRA⁹² buscavam lotes demarcados, gratuitos ou não, como acontecia no norte de Mato Grosso, Pará, Acre e Rondônia⁹³ nas décadas de 1970-80. Estas possibilidades eram escassas no Vale do Guaporé-MT, pois nas décadas de 1970-90 não houve projetos de colonização pública ou privada e nem teve assentamentos de Reforma Agrária do INCRA. Esta autarquia unicamente realizava a regularização fundiária de terras ocupadas e já loteadas pelos posseiros na sua *reforma à bala*.

Rondônia também foi um destes pólos de atração de trabalhadores rurais sem terra de regiões e estados brasileiros, durante os anos de 1970 até meados da década de 80. A colonização oficial realizada pelo INCRA era propagada nos meios de comunicação social e o governo realizava obras de infraestrutura como as rodovias BR 364 ligando Cuiabá a Porto Velho e ao Acre, embora a malária e outras doenças ainda amedrontassem.

A maioria dos migrantes que chegavam em Pontes e Lacerda, nas décadas de 1970-80, não tendo condições de comprarem terra relativamente barata em projeto de colonização⁹⁴, procuravam outras alternativas nas ocupações ou posses ou, como diriam seus opositores, nos grilos e invasões de terras.

Houve iniciativas tímidas de colonização, naquele espaço, que não atendiam a demanda de terra por parte dos trabalhadores desempregados e sem capitais para comprá-la. Estas foram realizadas pela Colonizadora Sul Brasil na década de 1950; por imobiliárias da capital que repartiram algumas pequenas glebas com lotes médios entre 125 e 2.500 ha.; e pela CODEMAT que realizou a partir de 1969 o ordenamento dos lotes urbanos e suburbanos da Vila de Pontes e Lacerda.

A análise de uma ocupação de terra no Vale do Guaporé, como foi a de S. Domingos e de outras glebas como: Scatolin, Cerro Azul, Córrego da Onça, Coronel Ari, Bananal, Funai, 1.500 Alqueires, Nova Conquista D'oeste, Nova Lacerda, Mirassolzinho, Formosa, Sararé, Agropecuária, Adriana, e outras, permite-nos evidenciar práticas culturais dos trabalhadores sem terra e dos latifundiários e dos seus aliados.

⁹² Documento do INCRA enviado à FASE-MT - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, em 1991, indica que sua única prática era a regularização fundiária de terras ocupadas.

⁹³ Cf. Jean Hébert (org). *O Cerco Está se Fechando*. Rio de Janeiro: Ed. FASE/Vozes/NAEA -UFPa, 1991.

⁹⁴ Cf. documentos do DTC e da CODEMAT nos arquivos do INTERMAT e APE, em Cuiabá.

Nestas práticas se consolidaram, ao longo de décadas, redes de relações sócio-políticas em complexo sistema de alianças entre empresários latifundiários, políticos, funcionários públicos do executivo e do judiciário de um lado e do outro, “sem terras” apoiados por madeireiros, comerciantes, políticos, sindicalistas, agentes de pastoral, funcionários públicos, advogados e jornalistas. Instituíram-se normas e valores aceitáveis ou reprováveis como uma ética da luta, a exemplo do *respeito à posse* de quem a tinha assinalado, o tamanho dos lotes, os procedimentos de ocupação, etc. Concretizaram-se vitórias e sofreram fracassos de ambos os lados nos confrontos que nunca foram definitivos, porque as táticas e estratégias de ação eram muito criativas e variadas. Produziram-se verdades que transformaram o exercício de poder na constante alteração da correlação de forças com estratégias de recuo e de avanços, com golpes de astúcia aproveitando todas as possibilidades que determinadas conjunturas podiam oferecer.

Relembrando, os *oito companheiros* do Tonho Toca eram da Igreja Assembléia de Deus vindos do Mato Grosso do Sul e também sem condições para comprar terra regularizada. Sabiam do perigo que era o *grilo*, mas foram seduzidos a demarcar os seus lotes na área em disputa com os fazendeiros, tão forte era o desejo de possuírem a terra.

Desafiavam o medo da morte desobedecendo até os mandamentos da Igreja ao usarem armas. Na expressão - *somos crentes, mas nossas espingardas não* – percebe-se uma estratégia de defesa contra a ameaça de morte do corpo pelas balas dos pistoleiros e policiais, pois – *tinham que entrar armados porque não podiam encarar de cara limpa, camaradas de fuzil na mão* - e correndo o risco da morte da alma ao manejarem uma arma para matar, mesmo que em defesa própria, caracterizando-se pecado de desobediência à lei de Deus.

Parece paradoxal o conflito entre o medo da morte e a esperança da terra. Joãozinho afirma que *terra* significa *vida*. Indica que seria necessário lutar para defendê-la. Neste caso matar por causa da terra se justificaria como ação legítima?

A terra para mim é vida. Sei que se estivesse num sítio, produzia o meu alimento. Ainda tenho esperança de comprar um lote, nem que seja pequenininho. A minha prioridade é produzir o alimento, porque eu falo - é vida. Quem não tem alimento não tem vida e saúde. Nem tem paz, quem não tem nada.⁹⁵

⁹⁵ Entrevista com João Vieira, em 2000.

O sentido de terra como vida também encontramos nas palavras do Joãozinho quando se refere à conversa que teve com o Genésio. Este era um dos parceiros que participou da ocupação de São Domingos, desde o ano de 1980. Trabalhou para o João Bispo na abertura de picadões e picadas, roçando mato, plantando lavoura e construindo barracos. Depois recebeu do João Bispo, em pagamento, um pequeno lote onde viveu até falecer em 2000. Em conversa com o Joãozinho diz o seguinte: *se eu vender esse pedacinho de chão eu estou morto. Se for pra viver na rua, trabalhando de servente e um camarada falar - faz uma massa - eu não sei como fazer*⁹⁶.

Desfazer-se da terra significaria, para ele, o mesmo que morrer, representando o fim da vida e da produção de alimentos. Para os lavradores a vida não existe fora do trabalho e do cultivo da terra. O Genésio sequer conseguia imaginar-se vivendo na cidade empregado em profissões que não correspondiam à sua experiência de trabalho e de vida. A relação com a terra constituiu sua identidade, construiu sua subjetividade, tendo valor simbólico e afetivo porque ela emprestava sentido à sua vida.

Foi com este discurso em defesa da vida que os “sem terra” procuravam legitimar esta forma de luta, que contrariava muitas normas e valores profundamente enraizados na sociedade local que eram veiculados e defendidos pelas igrejas cristãs, latifundiários, advogados, oficiais de justiça, juízes, policiais e políticos. Tratam-se de normas e valores que delimitavam o campo de ação, mas a sua leitura estratégica também permitia aos posseiros um certo espaço de ação e apropriação de novas dimensões extraídas destas, ludibriando os controles dos atores dominantes⁹⁷.

Analisando depoimentos de posseiros que fizeram suas posses em conflitos semelhantes ao de S. Domingos, as práticas das ocupações e dos enfrentamentos estrategicamente construídos apontam indícios de uma cultura consolidada. O exemplo é de um posseiro que se diz crente e participou de tocaias e tiroteios contra os seguranças da fazenda Scatolin, no início da década de 1970. Depois de relatar o enfrentamento que resultou em várias mortes, concluiu com um discurso construindo a verdade dos posseiros:

Dou graças a Deus, porque nós não entramos aqui por nossa vontade, mas foi da vontade de Deus. Eu achava que nenhum homem que entrou aqui e que possuiu um

⁹⁶ Entrevista com João Vieira, em 2000, citando uma conversa que teve com o Genésio.

⁹⁷ Cf. Roger Chartier. *Uma crise da História? A História entre Narração e conhecimento*. p. 122ss. In. Sandra Jatahy Pesavento (org). *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre – RS, Ed. Universidade UFRGS, 2001.

lote de terra aqui dentro da gleba, mesmo por pouco tempo, não estava aqui pela vontade dele, mas pela vontade de Deus. Senão, naquela época, nós teríamos sido derrotados pelo fazendeiro, mas Deus viu que nós merecíamos, e nós estamos hoje na gleba (...) Só por Deus estamos aqui. Eu creio que é por isso, porque se fosse só por nossa vontade, não estaríamos aqui⁹⁸.

*A terra prometida por Deus ao seu povo*⁹⁹ – é uma apropriação estratégica da memória registrada no texto bíblico que parece justificar o uso de todos os meios possíveis e necessários na luta pela terra no contexto histórico do posseiro que releu esta passagem.

Os relatos do Tonho Toca e do Joãozinho também possibilitam a análise de questões relacionadas aos sentidos atribuídos aos acontecimentos extraídos da memória coletiva pelos depoentes na elaboração de verdades e no exercício de poder. Eles tiveram uma parte de sua trajetória de vida comum enquanto foram posseiros e parceiros vivendo bastante próximos na mesma gleba¹⁰⁰. Parece que o afastamento do Tonho Toca do Movimento de União dos Lavradores¹⁰¹ lhe forneceu critérios diferentes de leitura sobre a disputa de terras em vários aspectos.

Joãozinho teve formação política mais socializante com a Comissão de Pastoral da Terra e a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional e, por isso, em seu relato parece reconstruir a memória partindo da crítica das práticas vividas na experiência do fazer-se posseiros. Ele apresentou o movimento dos “sem terra” do Vale do Guaporé como se fosse uma organização politizada para reivindicar a Reforma Agrária e que da sua luta ideológica teria resultado a *reforma à bala*, projetando sobre o passado a compreensão de um sentido apreendido no seu presente.

Em contraposição, Tonho Toca nunca se referiu sequer à idéia de Reforma Agrária e nem utilizou tal conceito. No seu relato, a luta pela terra não foi fruto de uma organização politizada dos trabalhadores, mas de uma mobilização de pessoas que desejavam e

⁹⁸ Entrevista realizada em novembro de 2002. Omitimos a identidade do depoente por medida de segurança.

⁹⁹ Conforme Gênesis, Javé prometeu “terra e descendência” aos patriarcas, começando por Abraão, Isaac, Jacó e Moisés, mas foi o sucessor deste último, Josué que conduziu o povo para dentro de Canaã e liderou a luta armada para tomarem de outros povos a terra da promessa, conforme o livro de Josué.

¹⁰⁰ Tonho Toca vive desde o início na comunidade rural de nome Guaporé e o João Vieira (Joãozinho) teve seu lote na localidade Tampa do Jamel, que fica a sete km da Vila de S. Domingos no caminho à Guaporé.

¹⁰¹ MUL – Movimento de União dos Lavradores do Vale do Guaporé, movimento social e político de pequenos proprietários rurais, agricultores familiares, surgido em 1988 a partir do trabalho educativo e organizativo da CPT – Comissão de Pastoral da Terra – MT e da FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, iniciado em 1986.

necessitavam da terra para sobreviver e não se conheciam antes, entrando na área sem idéias claras sobre o que iriam enfrentar. O cotidiano da luta determinaria as táticas e as estratégias que, para ele, não foram pré-concebidas ou estabelecidas por uma organização hierarquizada. A conjuntura de cada momento indicaria às lideranças as atitudes mais adequadas, no sentido de táticas, como Certeau (1999) as conceituou.

O número dos que ocuparam a gleba S. Domingos, desde o começo, mostra outra pequena diferença entre os dois relatos. Elas também estão indicadas na documentação escrita e em outros depoimentos referentes à ocupação das fazendas que constituíram aquela gleba.

Ambos concordam que, o início da ocupação aconteceu de meados a fins de 1979, apontando a existência de um grande número de posseiros na área no início de 1980. Tonho Toca não forneceu números exatos, mas permite-nos supor que existiriam muitos ocupantes, ao afirmar que chegando naquele ano se localizaram nos fundos da gleba, próximo ao Rio Guaporé, longe da BR 174, porque todos os lotes nos travessões e picadas do percurso de mais de 22 km já estavam ocupados. Joãozinho pelo contrário foi taxativo, afirmando que entraram 320 ocupantes já em fins de 1979, junto com João Bispo, Chapéu de Couro e Baiano do Rato que ele e outros consideram os principais líderes da ocupação de São Domingos. A diferença na forma de relatá-lo pode indicar distintas bases experimentais em relação à ocupação e percepções interessadas na seleção de acentos temáticos comuns, mas com sentidos diferentes.

Em nosso levantamento de documentos no fórum de Cáceres encontramos o processo de Interdito Proibitório, movido na 2ª Vara Cível de Cáceres por Vivaldo Araújo, Jerônimo Nunes Macedo e José Procópio de Macedo¹⁰², contra sete posseiros acusados de *ameaçarem seu patrimônio*. Entre os réus citados, destacamos o João Bispo, Maurinho de Oliveira (o Baiano do Rato), Deusdete Azambuja, Mitio Kaku e mais outros três que também já se encontravam na área disputada pelos processantes¹⁰³.

O documento do advogado de acusação, certamente, só nomeava as lideranças mais conhecidas, pois isto acontecia em todos os processos judiciais em que as terras estavam

¹⁰² Nos capítulos II e IV daremos maiores informações sobre esses três personagens, junto com o Milan Capilé. Vivaldo Araújo é o mesmo que Tonho Toca chamou Vivaldinho e veremos no capítulo II que Lourenço Nunes também o chama Nivaldo.

¹⁰³ Cf. decisão do juiz da 2ª Varal Cível da Comarca de Cáceres do dia 26 de junho de 1981, Processo 049/81.

ocupadas e ameaçadas de conflito. Tornava-se impossível saber os nomes de todos os que ameaçassem o patrimônio privado ou público e citá-los na justiça. O advogado de defesa destes posseiros condenados enviou uma carta ao INCRA, Regional de Cáceres¹⁰⁴, argumentando contra as pretensões dos processantes porque estariam utilizando *título voador*¹⁰⁵, numa tentativa de usurparem a terra dos trabalhadores que a teriam como posse efetiva, conforme a lei¹⁰⁶.

Nesta carta, o advogado também relata que na gleba já estariam trabalhando mais de 80 famílias de posseiros efetivos, mas havia um clima de tensão entre elas e os pretensos donos que poderia ganhar dimensões de conflito social grave se o INCRA não agisse imediatamente.

Estes dados confirmam os depoimentos orais de que na área havia grande número de ocupantes em fins de junho de 1981 e este número seria bem maior que os sete réus indiciados. Isto nos leva a pensar na guerra da informação e da informação na guerra. Os números faziam parte das estratégias de poder dos diferentes grupos sociais em luta para imporem suas verdades.

Nenhum dos lados se importava em saber com exatidão o número de ocupantes, pois bastava afirmar que eram poucos ou muitos, dependendo de quem o fizesse. Se fossem 80 famílias, como afirmou o advogado dos posseiros, provavelmente já seriam mais de 400 pessoas o que de certa forma se aproximava das 320 pessoas a que Joãozinho se referia terem ocupado S. Domingos desde o início.

Dos relatos de funcionários do INCRA também não se pode concluir com muita firmeza o número de ocupantes da gleba em conflito. Estes documentos foram produzidos somente em fins de 1982 e na primeira metade de 1983, quando montavam o processo de desapropriação¹⁰⁷ e os números também variam.

As contradições nos números fizeram parte da estratégia, tanto dos posseiros quanto dos fazendeiros, para afirmarem suas pretensões e legitimarem as suas reivindicações e

¹⁰⁴ Documento de 26 de junho de 1981 dia do despacho do juiz no Processo 049/81 contra os réus posseiros, encontra-se datilografado em pouco mais de três laudas, assinado por Francisco A. Bezerra.

¹⁰⁵ Conforme Gislaire Moreno (1993) inúmeros títulos emitidos pelo DTC do Estado sem a documentação completa exigida pela lei não plotadas (localizadas no mapa) foram tituladas sem serem medidas, demarcadas e sem memorial descritivo

¹⁰⁶ O Estatuto da Terra, lei n. 4.504 de 30 de novembro de 1964, reconhece o direito de posse para quem tiver residência permanente e uso efetivo da terra ocupada por um período de um ano e um dia.

¹⁰⁷ O Processo INCRA/MT 431/82 de desapropriação da gleba São Domingos foi montado por funcionários do INCRA das UFs – Casalvasco, de Pontes e Lacerda e Guaporé, de Vila Bela.

direitos sobre a terra em disputa. Percebemos que os posseiros, seus defensores, aliados e funcionários do INCRA, tenderam a elevar o número de ocupantes, para darem mais peso social e político às suas argumentações e pretensões e os advogados dos fazendeiros tendiam a diminuí-los, para facilitarem as desqualificações e avaliações depreciativas da presença e atuação dos chamados *invasores*, nas áreas em conflito.

Considerando as versões diferenciadas e mesmo as diversas fontes, podemos afirmar que a ocupação de São Domingos foi lenta e gradual, começando em 1979 e continuando até maio de 1983, quando a gleba foi desapropriada por decreto presidencial¹⁰⁸. A ocupação seguiu aceleradamente após a liberação da área, intensificando-se o processo de revenda de lotes por pessoas que entraram no tempo do confronto a pessoas que dispunham de algum dinheiro para comprarem as áreas já valorizadas pela conclusão do conflito.

4. O comércio de terras no grilo e as lideranças

A venda de lotes por posseiros foi um aspecto muito mais acentuado por Joãozinho do que por Tonho Toca. Atribuímos isso ao fato de este ser participante do Movimento de União dos Lavradores que tem como princípio condenar esta prática e defender a resistência dos posseiros e parceiros na terra. Este movimento insiste na necessidade prioritária da produção de alimentos para a subsistência da família do agricultor e só depois pensar em como enfrentar os desafios do mercado agropecuário¹⁰⁹. No seu relato há indícios de que no uso da terra se deveria priorizar a produção de alimentos diversificados para sustentar a vida e também há uma condenação velada da prática dos *comerciantes de terra* que ocupavam para fazer negócio, questão omitida pelo Tonho Toca.

As fontes analisadas permitem-nos afirmar, ainda, que o processo de ocupação foi muito complexo, recorrendo os trabalhadores ocupantes a diversas estratégias, descentralizadas em lideranças por áreas espaciais de influência. Parece que havia um

¹⁰⁸ Decreto Presidencial de 04 de maio de 1983, assinado pelo Presidente Gen. João Batista Figueiredo publicado no DOU – Diário Oficial da União, em 05 de maio do mesmo ano.

¹⁰⁹ Conferir *Cadernos Agroecológicos* n. 1, 2 e 3, editados pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, Movimento de União dos Lavradores do Vale do Guaporé e Centro de Tecnologias Alternativas de Pontes e Lacerda, em 2000.

acordo tácito de distribuição do poder entre as lideranças mais influentes na gleba, a quem se recorria ao chegar e durante os confrontos.

O Joãozinho relatou com mais detalhes o número de lideranças intermediárias que influenciavam áreas espaciais reduzidas, desde a localização de um pequeno grupo de ocupantes até na formação de uma comunidade bastante numerosa. Relacionou o exercício de liderança com a coragem do sujeito em *caçar uma terra* para ocupar e depois por se tornar facilmente um *comerciadador de terras* interessado no dinheiro e secundariamente no assentamento de mais sem terras.

Na sua relação de lideranças da gleba São Domingos são figuras centrais, o trio: João Bispo, Baiano do Rato e Chapéu de Couro, todos já mortos ou desaparecidos, acrescida de lideranças de “segundo escalão” como o Roberto que ainda estaria vivo na gleba, o Mané Caboclo que atuou na formação da Vila de S. Domingos e que ainda reside por lá, o Valdemar Pires continuaria no Guaporé, o Valdemar Baião que atuou em várias glebas e foi considerado um grande exemplo de *comerciadador de terras*, recentemente assassinado num *grilo* em Nova Lacerda, morto a machado por seu próprio peão e o Baianinho que estaria no *grilo* da Baía Funda em Vila Bela.

Outros depoentes citaram ainda como lideranças os nomes do Mitio Kaku, Joelzinho, Denizão, Deusdete Azambuja, Zé Mineiro¹¹⁰, os dirigentes sindicais como Otávio Fernando Cunha (Figueirópolis/Jauru), Valdevino (Quatro Marcos) e Mané do Sindicato (Pontes e Lacerda)¹¹¹. Todas seriam pessoas que tiveram alguma atuação na gleba São Domingos no tempo da ocupação. De acordo com os relatos, a origem da maioria dos homens que ocupavam e exerciam liderança entre os posseiros no Vale do Guaporé era proveniente da região Nordeste e entre os quais os baianos se destacavam. Parece que a experiência histórica de uma relação de posse da terra no Nordeste influenciou estas práticas em Mato Grosso. Foram raras as lideranças reconhecidas que na trajetória de vida não tivessem esta experiência.

A presença de dirigentes sindicais mobilizando “sem terras”, localizando-os dentro da gleba, articulando com outros atores sociais os apoios e defesas necessárias aos posseiros, parece um indicativo de que as ocupações de terras no Vale do Guaporé, em

¹¹⁰ Conforme entrevistas com Genésio Oliveira, Manoel Messias, Vaquinha e Ságuio Moreira.

¹¹¹ A atuação dos sindicalistas será mais detalhada no capítulo III, ao tratarmos das Alianças.

especial, se transformaram numa forma de luta mais sistematizada e articulada desde o início da década de 1980, com os aprendizados acumulados a partir das práticas mais esparsas da década de 1970.

O Tonho Toca não mencionou com tanta ênfase a influência da tríade de lideranças tão ressaltada pelos depoimentos do Joãozinho e de tantos outros que se referenciam na memória coletiva. Parece-nos que ele, exercendo liderança na localidade do Guaporé, junto com o pai e o Zé da Verdura, sentia menos a influência direta daqueles que atuavam mais nas comunidades de Máquina Queimada e Pé de Galinha que são mais próximas da Vila de S. Domingos¹¹².

Constatamos que, no exercício da liderança regionalizada na gleba, cada líder de grupo que se constituía no processo de ocupação assumia as incumbências de coordenar a localização dos trabalhadores recém chegados, evitar conflitos internos e promover medidas de segurança contra ataques externos, no seu território.

Podemos entender outro aspecto da espacialização e do exercício regional da liderança na ocupação pelo depoimento de outro posseiro que entrou na área em maio de 1980. Está mais próximo do relato do Joãozinho que do Tonho Toca, mas afirma que o controle da terra fundamentava o poder de barganha de algumas destas lideranças.

Eles, o João Bispo, o Baiano do Rato e o Chapéu de Couro, que eram aqueles posseiros mais da linha de frente, haviam tirado uma gleba nesta área(...) uma média de mil, mil e poucos alqueires cada(...) para depois colocarem as pessoas dando ou, às vezes, vendendo a troco de serviço, como era o meu caso e do Sebastião, meu irmão e do meu cunhado Antônio Morão. Viemos e o João Bispo convidou a gente para ver a área. Andamos a pé no mato mais de vinte e tantos quilômetros. O caminho era penoso. Chegamos lá e gostamos muito da área. Paramos no barraquinho dele por dois dias. Olhamos a área. Ele me cedeu 42 alqueires a troco de uns 15 sacos de arroz e 7 dias de serviço. Eu e meu irmão tivemos que dar serviço para ele, para terminar de tirar umas picadas. Fechamos negócio e voltamos para Mirassol D'Oeste. No mês de julho, nós viemos já para roçar e entramos com meus irmãos e cunhados. Logo o João Bispo também cedeu um pedaço de terra aos meus cunhados.¹¹³

¹¹² São nomes de comunidades que se formaram durante a ocupação da gleba São Domingos.

¹¹³ Entrevista com Manoel do Prado, em novembro de 2002.

João Bispo e o Baiano do Rato, ao que parece, repartiam uma liderança mais geral sobre os ocupantes da gleba e exerciam poderes localizados onde depois se formou a Vila Máquina Queimada, as comunidades Santa Luzia, a linha dos Paranaenses e o Pé de Galinha. Para isso, utilizando-se do argumento de antiguidade de estadia na área, o serviço de abertura dos picadões e picadas, principais travessões e sua reserva de terra demarcada, que era empregada como valor na barganha de serviços, produtos e dinheiro, nas relações com os que chegavam para fazer uma posse.

O controle da terra era um instrumento de poder em suas mãos. Exploravam-no com muita habilidade, custeando com o dinheiro da venda, produtos e serviços prestados, as despesas com o preparo da área para facilitar e agilizar sua ocupação mais ordenadamente. Seria a cobrança de um tipo de serviços imobiliários pelo loteamento da gleba ocupada, já que o poder público ou a iniciativa privada não o fizeram? A concessão de terra àqueles que chegavam, pelas lideranças, dependia muito do seu imediato interesse em efetivar a posse. Ocorreram conflitos porque uma mesma área foi concedida ou vendida duas ou mais vezes à pessoas diferentes, porque os primeiros compradores demoraram para ocupá-la ou não *davam assistência*, no dizer do Tonho Toca.

Na seqüência, o relato do Manoel Prado indica algumas das práticas das complexas relações dos posseiros com as lideranças do *grilo*, uma vez que nem sempre se conheciam antes e a consolidação da posse pela sua ocupação efetiva era um caminho para a conquista da confiança mútua.

A partir daí começamos a ter uma ligação maior com o pessoal. Começamos a entender o que estava se passando, porque viemos, tipo laranja, sem saber direito, achando que era o INCRA que estava cortando a área, tudo beleza. Quando já estávamos dentro é que começamos a sentir que o negócio era barra pesada. Aos poucos pelas conversas e reuniãozinhas fomos sondando a eles, que também foram sondando a gente. Tinha uma relação mútua de desconfiança muito grande entre nós e eles (...) porque não éramos desse meio. Conforme o tempo foi passando, quando viram que a gente era da terra e o nosso ideal era realmente ter a terra, eles foram se abrindo mais conosco. Eu tinha mais relação com o João Bispo e o Baiano do Rato. Toda vez que eles vinham da cidade pra

cá já tinha contato com eles. Os dois estavam no mato, mas tinham contato com a família deles que morava na cidade. Pousavam na casa deles lá em Pontes e Lacerda¹¹⁴.

A posse efetiva exigia maior atuação no lote pretendido e significava mais tempo de permanência na gleba em conflito. A participação nas reuniões servia para sondar os interesses mútuos. O trabalho de derrubada, o plantio de lavouras, a construção dos barracos nos lotes e os contatos mais diretos e constantes com as lideranças mais próximas eram algumas das práticas indicadoras dos bons propósitos e intenções do novo posseiro que o tornavam merecedor da confiança e do apoio dos companheiros.

O relato do Manoel do Prado mostra que as lideranças eram precavidas para aceitarem pessoas desconhecidas em seu meio, pois *havia uma mútua relação de desconfiança*. A confiança resultava de um conjunto de práticas reveladoras dos interesses do novo ocupante nas suas relações com outros posseiros e lideranças. Assim, os posseiros confiavam cada vez mais nas lideranças na medida em que estas demonstrassem a eficácia de seus serviços para o sucesso da luta. As lideranças também confiavam mais, pois *elas foram se abrindo mais conosco*, na medida que o posseiro demonstrava seu interesse concreto pela terra e respeitava as normas da ocupação executando bem as tarefas que lhe eram confiadas e *viram que a gente era da terra*.

A atuação regionalizada ou espacial das lideranças na ocupação parece-nos um aspecto fundamental para entendermos a formação das localidades, depois denominadas de comunidades rurais, em São Domingos. Este aspecto do exercício do poder, por um lado, foi fortemente acentuado pelo relato do Joãozinho e, por outro, muito pouco lembrado pelo Tonho Toca. Novamente esta percepção diferenciada pode estar ligada à trajetória de vida posterior ao tempo da ocupação em que o Tonho não deixou de exercer sua liderança local no Guaporé, mas o Joãozinho ampliou a sua para todo o município e região do Vale do Guaporé como militante do Movimento de União dos Lavradores.

Muitas das localidades lembradas pelo Joãozinho surgiram durante o processo de ocupação por influência das lideranças citadas. Outras se constituíram a partir da sua localização estratégica no espaço da gleba em disputa¹¹⁵. Algumas localidades exerceram função de aglutinação sócio-política sendo locais de reuniões dos ocupantes para fazerem

¹¹⁴ Entrevista com Manoel do Prado, em novembro de 2002.

¹¹⁵ Entrevista com João Vieira, julho em de 2000 detalhou dados de cada comunidade da gleba São Domingos.

planejamento de ações e traçarem estratégias de luta. Este foi o caso da Máquina Queimada, São Domingos, Pé de Galinha e Barretos. Outras ainda, se tornaram marcantes para a segurança dos posseiros, pois estavam no cruzamento de picadas nos vários *pés-de-galinha* da gleba. A proximidade de água, favorecendo as paradas para lanches, beber água e pinga ou para um breve descanso da caminhada, foi o caso de outros locais como os córregos Farofa, Sardinha e São Domingos. Ao que parece todos os nomes de locais lembrados por uma ou outra razão poderiam ser identificados como o que Moraes Ferreira (1997) denomina como *lugares da memória*, pelo fato de estarem carregados da significativa experiência social, que os relatos reconstroem

Os depoimentos orais colhidos na pesquisa de campo indicam que havia várias formas de mobilização de pessoas nos processos de ocupação envolvendo muitas instituições, pessoas e interesses. No caso de São Domingos, exerceram certa influência os dirigentes dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Pontes e Lacerda, Jauru/Figueirópolis, S. José dos Quatro Marcos e Mirassol D'Oeste¹¹⁶; membros da Assembléia de Deus¹¹⁷ que se articularam e participaram de ocupações; seguidores da Igreja Católica ocuparam e o Padre Luiz Tanguy denunciou a violência policial, paramilitar e de pistoleiros contra posseiros¹¹⁸; pessoas se articularam pela procedência comum como os vindos de Mato Grosso do Sul, Bahia, Paraná, etc¹¹⁹ onde já eram conhecidos; outros foram atraídos individualmente pelo convite de posseiros amigos que já estavam na área¹²⁰; alguns foram motivados por militantes do MDB¹²¹ que exercia forte influência na direção da FETAGRI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Mato Grosso e nos sindicatos do sudoeste, através do deputado Paulo Nogueira e de outros membros dos diretórios municipais e estaduais.

Também, haviam os comerciantes que forneciam alimentação, ferramentas e sementes a ocupantes, seus “testas de ferro”, em troca de um lote¹²². Outros ocupavam interessados em desfazer-se do lote na primeira oportunidade vendendo-o para quem

¹¹⁶ Os depoimentos do Mané Prado (2002), Genésio (2001) e o Mané do Sindicato (2001).

¹¹⁷ Os relatos do Tonho Toca (2000) e Genésio (2001).

¹¹⁸ Cartas manuscritas do padre Luiz Maria Tanguy entre 1982-86 publicadas em jornais de Cuiabá.

¹¹⁹ Parece o caso da Linha dos Paranaenses; dos 40 Baianos; e de vários agrupamentos nas glebas.

¹²⁰ São inúmeros casos como o do Joãozinho, Mané Caboclo e de outros entrevistados.

¹²¹ Quase todos os dirigentes dos STRs do sudoeste de MT e da FETAGRI eram militantes do MDB depois PMDB, conforme depoimento de Nildo Mendes ex-presidente do STR de Rio Branco e Lambari.

¹²² Conforme as entrevistas com Lourenço Nunes (2001), Genésio (2001) João Vieira (2000) Renato (2001).

oferecesse dinheiro ou em troca de outros bens¹²³, pois esta prática era comum, no Vale do Guaporé, resultando dela a identidade de *comerciantes de terra*, de *profissionais do grilo* e de *caçadores de terra*, apontados em vários depoimentos e escritos.

5. Ocupar seria tornar-se posseiro ou grilar terra?

O loteamento da terra numa gleba ocupada aponta para uma das atividades mais importantes de um líder, conforme a experiência e o relato detalhado do Tonho Toca. Esta prática exigia dos primeiros ocupantes um profundo conhecimento da exata localização da área, do relevo e da hidrografia. Inicialmente, o loteamento consistia apenas na demarcação dos travessões centrais e abertura de alguns picadões mais importantes pelos *caçadores de terra*, que serviam durante a ocupação como caminhos para a passagem dos posseiros e de cabeceiras de onde partiam os lotes com frente de 400 a 500 metros de largura, por 1.500 a 2.500 metros de comprimento até o fundo¹²⁴. A demarcação dos lotes já era o segundo passo do fazer-se posseiro.

Muitas picadas eram abertas em mutirão somente no momento da chegada dos requerentes de lotes que as assinalavam e roçavam separando e demarcando as laterais e o fundo¹²⁵, implantando os marcos de madeira a distância de cem em cem metros. Este fundo, sempre que possível, podia ser um dos muitos córregos existentes na área ou o rio Guaporé, isto parece significar que havia a preocupação das lideranças com que todos os lotes tivessem algum tipo de acesso a água. O traçado dos travessões e picadões principais em São Domingos foram direcionados para que o maior número de lotes tivesse acesso direto a alguma fonte d'água observando para isso, em parte, os acidentes do relevo e da hidrografia local¹²⁶.

Outro aspecto importante no processo de loteamento de terras ocupadas é que dificilmente os posseiros incluíam a reserva de uma área para futuros espaços comunitários

¹²³ Conforme os depoimentos de João Vieira (2000) e de Lourenço Nunes (2001).

¹²⁴ Entrevista com Tonho Toca, em agosto de 2001, ver também dissertação de mestrado de Bernadete de Oliveira em “Os Posseiros de Mirassolzinho”, USP. São Paulo: 1991.

¹²⁵ Entrevistas com Tonho Toca e Vaquinha, em agosto de 2001.

¹²⁶ Entrevista com João Vieira, em 2000.

ou urbanos¹²⁷. A que se deveria este formato? Que sentido teria a ausência da previsão destes espaços, construídos posteriormente e decisivos para o desenvolvimento da gleba?

Baseados nos indícios das fontes seria necessário pensar a ocupação e o traçado do loteamento destas glebas dentro da estratégia dos ocupantes. Nossa primeira hipótese é que a ocupação se fazia com a chegada dos posseiros em grupos ou individualmente e não obedecia a projeto pré-concebido e desenhado em mapa e a distribuição das terras não foi coordenada e executada por lideranças centralizadoras. Os posseiros concebiam a gleba como espaço agrário onde necessitavam principalmente de água, terras férteis e vias de acesso e de escoamento.

A segunda hipótese complementando aquela indica que a ausência de projeção dos espaços urbanos durante o processo de ocupação também pode ser compreendida a partir da situação de conflito e de tensão social que se criava. Se os posseiros construíssem aglomerados humanos durante a ocupação, facilitariam a repressão dos pistoleiros e policiais¹²⁸. Assim, o agrupamento era arriscado nesta estratégia de mobilidade da luta, pois facilitaria os ataques dos adversários e dificultaria a defesa dos posseiros, porque estariam jogando com a necessidade do controle do espaço (estratégia) e não tanto com exploração de cada oportunidade de tempo e situação específica da luta (tática) conforme Certeau (1999).

Os relatos orais sobre quase todas as ocupações indicam que ninguém é posseiro, mas torna-se tal através das práticas do fazer a posse que aconteciam em sigilo, parecendo ações individuais, realizadas às escondidas na mata ou na escuridão da noite. Conhecendo os perigos os posseiros neste tempo não podiam andar juntos na gleba durante o dia. Andavam sempre em pequenos grupos na mata ou pelas picadas, em silêncio e de preferência reuniam-se à noite¹²⁹.

Ocupar significava, também, *dar assistência* no lote¹³⁰ trabalhando nele sem deixá-lo abandonado por muito tempo. Tratava-se de manter as picadas desobstruídas, limpas e roçadas. Fazer uma pequena derrubada para plantar roças. Abrir uma clareira onde construir o barraco.

¹²⁷ Entrevista com Décio Maniçoba, ex-executor do INCRA na UF-Casalvasco de Pontes e Lacerda, realizada em 2002.

¹²⁸ Entrevista com João Vieira, em 2000.

¹²⁹ Entrevista com Manoel do Prado, em 2002 e João Vieira, em 2000.

¹³⁰ Entrevista com Tonho Toca, em 2001 e Manoel do Prado, em 2002.

A implantação dos barracos tinha importante significado simbólico para assegurar a posse. Era mais que uma simples casa para morar e abrigar a família do posseiro. Muitos traziam os restos de seus barracos velhos construídos em outros locais fora da gleba e os implantavam no lote ocupado para indicarem que ali já moravam há muito tempo¹³¹.

As plantas permanentes ou semiperenes eram preferidas para assinalar e evidenciar uma ocupação prolongada uma vez que na justiça os latifundiários questionavam o direito de posse. Havia posseiros que introduziam plantas adultas no pomar para comprovarem a antiguidade da ocupação. Plantavam bananeiras e mudas de abacaxi quase produzindo nas suas lavouras ou traziam árvores frutíferas adultas de outros locais para o lote¹³².

Ocupar a gleba também significava o posseiro participar de reuniões e assumir responsabilidades em tarefas diversas da coletividade que se formava. Uns cozinhavam para os demais nos ranchos dos colegas. Este foi o caso do Manoel do Prado e de seu cunhado Antônio Morão¹³³. Outros roçavam as picadas sob o comando das lideranças, como foi o caso do Genésio e de muitos outros, enquanto uns vigiavam na entrada dos travessões e nos cruzamentos de picadas observando a aproximação de pessoas para comunicar aos demais a presença de suspeitos ou de estranhos¹³⁴. Outros carregavam água para os que estavam roçando a mata. Haviam, também, os que se armavam para os enfrentamentos com os pistoleiros das fazendas ocupadas¹³⁵.

Ir e vir da cidade de Pontes e Lacerda ou de outras próximas onde deixavam as famílias, para trabalharem nos lotes individuais ou atuarem na defesa coletiva da área ocupada¹³⁶ era importante para obter informações, abastecer-se de alimentos, tranquilizar os familiares e estabelecer contatos com outros posseiros no território controlado por eles.

Todas estas práticas assinalam que a ocupação de uma gleba era um conjunto de ações táticas e de atividades estratégicas realizadas ao mesmo tempo em diversos locais por pessoas diferentes dentro e fora da área em disputa¹³⁷. Se os posseiros tinham medo, também a polícia e os pistoleiros dos fazendeiros só entravam ou transitavam na área

¹³¹ Pierre Mombeig. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec-Polis, 1984. Aponta na ocupação do oeste paulista em fins do século XIX e primeiras décadas do XX estas práticas, utilizadas pelos grileiros de terra junto com documentação falsificada e envelhecida em processos mecânicos e artificiais.

¹³² Idem e entrevista com Lourenço Nunes, em agosto de 2001.

¹³³ Entrevista com Manoel do Prado, em 2002.

¹³⁴ Entrevista com Genésio de Oliveira, em agosto de 2001.

¹³⁵ Cf. relatos do João Vieira (2000), Tonho Toca, Boca Rica (2001) Manoel do Prado e Gilson (2002).

¹³⁶ Entrevista com Manoel do Prado, em 2002.

¹³⁷ Diversos depoimentos apontaram para a combinação das táticas individuais com as estratégias coletivas.

cautelosamente, porque também podiam ser vítimas nas armadilhas e tocaias preparadas pelos ocupantes¹³⁸.

A presença de famílias completas no *grilo* foi assinalada e registrada em documentos escritos e depoimentos orais, mas pouco se sabe sobre o assunto, apesar de, às vezes, falarem em famílias ocupantes. Teresa Cordeiro, esposa do João Bispo, inquirida sobre o tema afirmou-nos que foi a primeira mulher que entrou no *grilo* de São Domingos e mesmo assim, isto teria ocorrido já no final do período dos confrontos em 1983¹³⁹. Por estas indicações e registros, podemos dizer que na gleba São Domingos e em outras áreas ocupadas e em conflito, a presença de mulheres e de crianças era muito pequena e rara.

Ocupar, no imaginário dos “sem terra”, era uma tarefa essencialmente masculina. Fazer-se posseiro era uma atividade perigosa que, no imaginário *machista* da maioria dos ocupantes, não deveria ser enfrentada pelas mulheres¹⁴⁰. Com a estratégia de ocupação podia-se obter sucesso ou fracassar-se completamente, perdendo-se a vida. O sucesso ou o fracasso de uma ocupação sempre era apenas uma possibilidade, ninguém poderia assegurar nada, antes de realizá-la. O sonho, o intenso desejo e a necessidade da terra mobilizavam os sem terra¹⁴¹ e o sucesso obtido em ocupações anteriores incitava a esperança¹⁴², suspendia as interdições sócio-culturais a estas práticas e afugentava o medo dos perigos prováveis¹⁴³ de uma ocupação.

Ocupar foi uma arte que se desenvolveu ao longo dos anos no vale do Guaporé, produzindo uma “cultura da posse”, conforme alguns e do *grilo*, de acordo com outros.

As expressões *posse* ou *grilo*, para designar as práticas dos posseiros parece estar no centro de um debate relacionado ao exercício de poder por diferentes grupos sociais. Chamar os posseiros de grileiros foi uma construção dos advogados dos latifundiários e da justiça para enquadrarem na ilegalidade as práticas dos sem terra. Muitos relatos mostram

¹³⁸ Entrevista com João Vieira (2000), Tonho Toca (2001) e Manoel do Prado (2002).

¹³⁹ Entrevista com Teresa Cordeiro, em agosto de 2001.

¹⁴⁰ Entrevistas com José Ferreira, Manoel do Prado, Gilson (2002), Tonho Toca, Genésio de Oliveira, Boca Rica, Lourenço Nunes, Manoel Caboclo (2001) e João Vieira (2000)

¹⁴¹ Guimarães Neto (2002) Tavares dos Santos (1992) e Leite (1993) a mobilização de migrantes a partir do sonho da terra própria, explorado pela propaganda das colonizadoras públicas e privadas ou dos governos federal e estadual para atrair sem terras alardeavam a existência de terras férteis, abundantes, vazias ou desocupadas em Mato Grosso.

¹⁴² Exemplo disso foi a gleba Scatolin no começo dos anos setenta do século XX.

¹⁴³ Entrevistas com Manoel do Prado, José Ferreira, Gilson Freitas (2002) e Tonho Toca (2001).

que esta denominação foi também reapropriada pelos posseiros e utilizada conforme as situações.

A grilagem de terras, neste espaço regional, nas últimas quatro décadas do século XX é um fenômeno conhecido da opinião pública, porque foi denunciado diversas vezes na imprensa nacional e estadual, por sua violência. Apesar disso, o fenômeno da grilagem ainda foi pouco estudado em Mato Grosso, por pesquisadores das várias áreas do conhecimento.

Consideramos pioneira, neste assunto, a pesquisa de Eudson de Castro Ferreira, no livro *A Posse e Propriedade Territorial – a luta pela terra em Mato Grosso*, em que analisa com detalhes as questões dos posseiros em comunidades tradicionais de ocupantes de terras devolutas ou públicas sem títulos. Estes sofreram violentos ataques aos seus territórios pela indiscriminada alienação de terras por parte do Estado e a agressividade das ações dos compradores de títulos de propriedades de terras que já estavam ocupadas. Deflagravam-se imensos territórios de conflitos, muitas vezes, à revelia da justiça por se tratarem de ações fraudulentas caracterizadas pelo emprego de documentação falsificada e envelhecida artificialmente¹⁴⁴ e de forças armadas para desalojar, muitas vezes, posseiros legítimos.

A geógrafa Gislaine Moreno pesquisou a legislação de terras de Mato Grosso ao longo dos séculos XIX e XX, analisando as práticas de distribuição do território pelos poderes públicos e as políticas dos governadores no processo de alienação de terras públicas à iniciativa privada. Na sua tese, denunciou inúmeras irregularidades praticadas pelo Estado e a iniciativa privada, ao titularem terras não localizadas e nem demarcadas conforme as exigências da lei que depois originaram inúmeras práticas de violência, tais como a grilagem de terras. Trata-se de uma obra de consulta enciclopédica sobre a legislação de terras, as práticas dos governadores e dos órgãos estaduais executores da política de terras e de colonização em Mato Grosso¹⁴⁵.

Uma investigação mais recente, focalizando o estado de Mato Grosso, analisando a grilagem e conflitos de terras, encontra-se na tese de pós-doutorado de Ariovaldo Umbelino

¹⁴⁴ DE CASTRO FERREIRA, Eudson. *Posse e Propriedade Territorial: A luta pela terra em Mato Grosso*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1986.

¹⁴⁵ MORENO, Gislaine. *Os (Des) Caminhos da Apropriação Capitalista da Terra em Mato Grosso*. São Paulo: Tese de doutoramento em Geografia pela USP, 1993.

de Oliveira¹⁴⁶. Podemos citar um outro estudo sobre os conflitos de terra e a grilagem na região noroeste de Mato Grosso, a dissertação da geógrafa Lea Caban¹⁴⁷, que analisou o processo de apropriação de terras pela iniciativa privada, no Vale do Guaporé, dentro da faixa de Fronteira Internacional com a Bolívia, sob o comando do Departamento de Terras e Colonização do Estado de Mato Grosso, nas décadas de 1950-70, e a atual organização do espaço agrário da região citada. Analisa menos os conflitos e a grilagem do que descreve as formas de ocupação do espaço e identifica as atuais territorialidades que se constituíram ou estão em processo de consolidação.

Durante a década de 1980, os “trabalhadores sem terra” do Vale do Guaporé passaram a se assumir menos como grileiros, para afirmarem-se como posseiros. Pode-se atribuir o resultado dessa mudança de atitude às suas próprias práticas e a convivência política com o movimento sindical rural, com militantes político-partidários, com agentes de pastoral e com técnicos de organizações não governamentais e outros atores locais.

6. Caminhos em busca de melhora

Que experiências traziam consigo os que arriscavam a vida enfrentando obstáculos e perigos na ocupação de terras e como aprenderam a arte de ocupar?

A reconstrução de algumas trajetórias de vida de trabalhadores que vieram para ocupar a terra, através de seus próprios relatos pode oferecer luzes para compreendermos que se tratava de vários grupos sociais e, às vezes, de indivíduos isolados, com experiências de vida bastante diversificadas. Os testemunhos norteadores da nossa narrativa sobre a ocupação da gleba São Domingos confrontados com outros relatos orais e pesquisas acadêmicas possibilitam-nos, também, algumas reflexões sobre a história recente do Brasil e de Mato Grosso.

Focalizando a família do Joãozinho, verifica-se que esta se deslocou para Dourados, em Mato Grosso, em 1965, atraída pelas terras da Colônia Agrícola Nacional no sul do estado, propagadas na simbólica Marcha para o Oeste, que na década de 1950 estimulou um

¹⁴⁶ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A Fronteira Amazônica Mato-grossense: Grilagem, Corrupção e Violência*. Tese de Livre Docência na FFLCH-USP. São Paulo: 1997.

¹⁴⁷ CABAN, Lea. *A Fronteira do Guaporé: O Processo de Apropriação de Terras e a Organização do Espaço Agrário*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em Geografia pela UFRJ, 1999.

amplo movimento de remanejamento de populações no país¹⁴⁸. Instalou-se em *Fátima do Sul*, num tempo caracterizado por mudanças radicais nas bases tecnológicas da produção agropecuária nas regiões Sul e Sudeste do país. Transformações baseadas na introdução de equipamentos e insumos industriais no campo, como máquinas, implementos agrícolas, adubos e corretivos químicos do solo e a utilização de sementes geneticamente melhoradas em laboratórios de empresas multinacionais. A esta situação ele nos remete quando relata *fui trabalhar numa fazenda como tratorista*. Indica como a instalação das colônias agrícolas nacionais e estaduais em Mato Grosso e em outras localidades do país eram parte da estratégia dos governos para suprir de mão de obra os grandes empreendimentos a serem consolidados nestes *espaços vazios*¹⁴⁹.

A família do Tonho chegou em Pontes e Lacerda no final da década de 1970, *pensando que, com o trabalho de um ano poderíamos adquirir um pedaço de terra para morar*, foi por isso que *nós esprememos para cá*. A mesma expectativa de acesso a terra pode ser destacada nos depoimentos do Joãozinho, do Gilson, da Laura, do João, do Diá, do Mané Caboclinho e de tantos relatos que recolhemos e que outros autores também registraram ao investigarem áreas de colonização ou de assentamentos em Mato Grosso¹⁵⁰.

Joãozinho contou que em 1980, chegou em Pontes e Lacerda onde esperava *adquirir um pedaço de terra (...) pois tinha o tal de grilo (...) onde se comprava com pouquinho dinheiro. Trabalhando um ano. Lembra que: trabalhei como ensacador no armazém da CASEMAT, para juntar o dinheiro. Comprou seu lote em São Domingos, onde a terra era mais barata, por ser no grilo,*

¹⁴⁸ LENHARO, Alcir. *Terra para quem não trabalha nela*. In Revista Brasileira de História 1. São Paulo, ANPUH, 1986.

¹⁴⁹ LENHARO, Alcir. *Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro Oeste. Os anos 30*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1986.

¹⁵⁰ Veja-se nos estudos de Guimarães Neto (2002); Castrillon Fernandes (1997); Souza (2001).

como ele recordava: *comprei esse sítio que ainda era um grilo, como eles diziam aqui, era uma posse.*

Esta permanente busca, sempre adia no tempo e desloca no espaço a realização do sonho. Talvez possamos resumir o sonho na expressão muito comum dos depoentes: *sempre em busca de melhora*. Nesta parte final do capítulo remetemos ao depoimento de um pernambucano que relata a memória de sua trajetória e a resume com aquela expressão:

Sempre fomos caçando um meio de vida melhor, porque, no estado de Pernambuco, éramos fracos. Mudamos pro Alagoas para ver se melhorava um pouco e deu certo. Melhorou, mas foi o tempo em que me formei¹⁵¹ e casei. Viemos para o estado de São Paulo caçando melhora. Melhorou um pouquinho em São Paulo, mas a família foi aumentando e mudamos pro Paraná. Ficamos no Paraná até que viemos pro Mato Grosso. Toda vida caçando melhora. Graças a Deus, achei que aqui foi o suficiente. Acabei de formar toda a minha família. Criei todos os filhos e filhas que hoje já estão casados. Cheguei com todas as crianças novas e hoje já tenho netos e bisnetos. Aqui foi o lugar melhor que achei para criar a família. Saí de Pernambuco com meu pai, minha mãe e meus irmãos, não tínhamos nada mais que viver na terra dos outros. Era preciso caçar o melhor (...) que eu trabalhava na terra dos outros. Foi aqui no Mato Grosso que encontrei a terra própria, para melhorar¹⁵².

João e sua mulher, Laura, foram posseiros em várias glebas de Pontes e Lacerda, como muitos deles. Tiveram lote pelo menos nas glebas: Scatolin, São Domingos e Adriana. Hoje já velhos, residem na casa que têm num bairro da cidade. Apesar de reconstruírem na memória, sua trajetória como a busca de melhora de vida, hoje lamentam não ter terra para continuar a plantar, cultivar e criar pequenos animais para o seu sustento.

Podemos dizer que para estes sonhadores de uma vida melhor, a vida é: terra, família, filhos casando, netos e bisnetos nascendo e crescendo. São sonhos e desejos realizados ou não. Vida é libertar-se, deixando para trás problemas e fracassos do passado, ligados a determinado espaço e tempo. A vida é luta cotidiana contra o desânimo e o sem sentido. Vida é coragem de enfrentar tudo para defender quem se ama. Vida é ocupar terra, é matar ou morrer por ela. Viver e lutar pela vida é exercer poder, contrapondo-se a outras forças, no campo de disputas e concorrências.

¹⁵¹ Formar seria desenvolver-se física e culturalmente da infância até se tornar adulto.

¹⁵² Entrevista com João Antônio da Silva, em julho de 2000.

Viver para eles também é contar, narrar, lembrar, recordar, reconstruir com palavras experiências e sentimentos. É seduzir os outros com as memórias do passado do qual não se tem vergonha porque não se foi covarde. Relatar, depor como testemunhas é uma prática destes homens e mulheres para animar a vida que deve continuar, assim como continua nos filhos, netos e bisnetos. Narrar é um ato gerador que reanima vidas passadas.

No Vale do Guaporé, poderíamos dizer que a vida dos “sem terra” e desempregados continua porque ocupam terras. Seguem ocupando porque a terra continua necessária a vida. Prosseguem contando e narrando o passado porque continuam vivendo.



Foto 03: Vigilância de Madeireiro em área ocupada por posseiros – Fonte: Boca Rica



Foto 04: Trabalho em mutirão de construção de barraco de madeira coberta de taubinhas – Fonte FASE-MT – 1988

CAPÍTULO 02

02 – O CONFRONTO

Analisamos, no capítulo anterior, a ocupação da gleba São Domingos e de outras do Vale do Guaporé e as práticas que os posseiros desenvolveram neste processo. Neste capítulo, apresentamos a complexidade dos conflitos que ocorriam nas áreas ocupadas por posseiros, disputadas com latifundiários no Vale do Guaporé. Iniciamos registrando e refletindo sobre os conflitos a partir dos relatos dos posseiros, para depois utilizarmos outras fontes na construção desta história dos confrontos que ocorreram na gleba enquanto estava em disputa. O capítulo se concentra na abordagem do cotidiano dos conflitos vividos e representados pelos sem terra ocupantes de propriedades privadas de latifundiários na sua busca por um espaço de sobrevivência e de reprodução social como pequenos proprietários ou agricultores familiares. Ao mesmo tempo em que a estratégia de luta dos ocupantes construía o conflito, os confrontos pelos perigos que representavam. Neste paradoxo, entre o temor e a necessidade do enfrentamento se construíram as táticas e estratégias dos posseiros, que podiam obter sucesso ou serem fracassadas.

Tratamos os confrontos a partir de alguns relatos orais e escritos, para depois descrever e analisar com mais detalhes os enfrentamentos dos posseiros com a polícia do Estado em que desenvolveram um tipo de estratégia bastante interessante de simulação e obediência a lei, mas ao enfrentar os pistoleiros e jagunços do latifúndio parece que mudam significativamente as ações e comportamentos e também abordamos diversos outros conflitos que, o fazer-se posseiro implicava.

1. Relatos dos conflitos

Começaremos a análise dos conflitos na Gleba São Domingos, através do depoimento do Tonho Toca, retomando sua trajetória de Mato Grosso do Sul para Pontes e Lacerda. Ele recorda: *“Á não tivemos condição de desenvolvermos. Viemos com a idéia firme de adquirirmos um pedaço de terra e graças a Deus conseguimos. Moramos como arrendatários, por quatro anos, em Pontes e Lacerda. Foram dois anos, (...) na região do Barreirão¹⁵³”*. O Barreirão de que se lembra é uma comunidade da gleba Scatolin, conquistada pelos posseiros no começo da década de 1970, como já mencionamos no capítulo anterior. Eles vieram para o Vale do Guaporé para serem proprietários de terra e não para continuarem arrendatários ou peões. Sem dinheiro para comprarem terra já legalizada encontram esta possibilidade em áreas ocupadas por posseiros reconhecidas pelo nome *grilo*.

Tonho Toca reconstrói sua trajetória de como chegou ao *grilo*: *“surgiram as condições de entrarmos no grilo. Primeiro, arriscamos entrar num grilo no Matão¹⁵⁴, mas não deu certo porque nos jogaram numa fria e a terra não era boa¹⁵⁵”*. O relato indica que ele tinha muita disposição na luta pela terra e já conhecia a história das posses na Scatolin onde morava. Ao ser convidado, participou da ocupação de uma área no Matão situada a mais de 100 km de Pontes e Lacerda, nas proximidades da fronteira com a Bolívia.

¹⁵³ Entrevista com Tonho Toca, em agosto de 2001.

¹⁵⁴ Matão era uma área rural próxima a fronteira da Bolívia distante mais de 100 km de Pontes e Lacerda.

¹⁵⁵ Idem, Tonho Toca.

Também se refere à prática dos posseiros de ocuparem somente terras férteis e agricultáveis, não bastando que fossem cobertas de florestas.

Raramente se encontra uma gleba de posseiros em terras fracas, no Vale do Guaporé. Antes de ocupá-las eles as pesquisavam e as analisavam sob diversos aspectos, Entre eles a fertilidade que percebiam observando as plantas indicadoras ou analisando a cor e a textura do solo¹⁵⁶.

Neste trecho, o posseiro utilizou seguidas vezes o termo *grilo* para designar o lugar onde os trabalhadores, sem terra e sem capital para comprarem um lote regularizado, podem realizar o sonho de obterem terra própria, entrando no grilo e fazendo a posse. O termo nos coloca no centro de uma disputa. Ele é a expressão do poder de nomear, de designar, de enquadrar, de deslegitimar ou de afirmar a identidade própria ou de outrem.

O termo *grilo* no dicionário da língua portuguesa tem vários sentidos, entre os quais alguns por analogia ou metaforicamente traduziriam o significado que a palavra utilizada pelos depoentes expressaria. A melhor definição da situação vivida pelos ocupantes nos parece: *a sensação de inquietação; preocupação; desassossego* ou ainda *situação complicada; trapalhada; confusão*, mas a literatura acadêmica sempre se apóia em dois outros sentidos. Um de que é *propriedade territorial estabelecida sob títulos falsos* e grilar seria *criar falsos títulos de propriedade de terra*, assim, denomina-se grileiro aquela *pessoa que se apodera ou procura apossar-se de terras alheias, mediante falsas escrituras de propriedade*¹⁵⁷. Um estudo publicado pela Associação de Assessoria Jurídica Popular define o grilo como *a falsificação de documentos que 'criam' propriedades particulares em terras abandonadas, devolvidas ou sem dono*¹⁵⁸. O sentido de *falsificação* em muitos casos seria complementado pelo recurso à força para limpar a área pretendida de possíveis ocupantes. Assim, a base do conceito *grilo* na historiografia e ciências sociais expressa a prática de fazer-se proprietário de terra usando a falsificação de títulos envelhecidos artificialmente e o recurso à força contra outros pretendentes da mesma área (Motta, 2001; Mombeig, 1984; Waibel, 1979 e Penço, 1994).

Porém nos dias atuais, no Vale do Guaporé se denomina *grilo* a qualquer área de tensão social no campo ou conflito de terras. São chamados de *grileiros* também os atores sociais que não recorrem a falsificação de títulos e cujas práticas se assemelham aos que em outros lugares e estudos acadêmicos se designariam *posseiros* (Martins: 1984, 1986, 1997; Esterici: 1988; Leite: 1993; Castro Ferreira, 1986).

Utilizamos a denominação de *posseiros*, ao longo do texto, considerando que há importantes semelhanças e diferenças se compararmos as práticas dos trabalhadores que estudamos com as dos *grileiros* e *posseiros* identificados pela pesquisa acadêmica. Basta, por enquanto, que chamemos atenção para a forma como o próprio posseiro depoente nomeou e como tantos outros o fazem. *Sáimos do grilo do Matão e desanimado eu disse: acho que não vamos mais mexer com grilo. Vamos trabalhar na roça e tentar comprar um pedacinho de terra de lavoura*¹⁵⁹.

O relato indica a decepção do trabalhador diante do fracasso ao tentar fazer sua posse numa área de terra em disputa. O sucesso e o fracasso eram possibilidades que

¹⁵⁶ Cf. Cláudia Maria Calório. *Agricultura numa Perspectiva Ecológica e Pequena Produção no Vale do Guaporé*. Monografia de Especialização em Educação Ambiental pela UFMT. Cuiabá, 1991. pg. 15-25.

¹⁵⁷ *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Instituto Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001.

¹⁵⁸ Coleção "Socializando Conhecimentos", N. 1. *Discriminatória de Terras Públicas*. Rio de Janeiro: AJUP/FASE, 1986, p. 5.

¹⁵⁹ Entrevista com Tonho Toca, em agosto de 2001.

apresentavam probabilidades praticamente idênticas. Encontramos muitos trabalhadores sem terra que tinham medo do grilo, por isso nunca ocuparam uma área, por maior que fosse sua necessidade¹⁶⁰. Existem “sem terras” que vivem como peões ou arrendatários e não são contra os posseiros, mas têm medo de ocuparem. Sabem o que representa fazer a posse em terras privadas e se submetem a condições de trabalho adversas, por medo.

Outros “sem terras” parece que são contra as ocupações por razões culturais. Compartilham os valores e normas vigentes no meio social onde se criaram e vivem que determinam o respeito aos bens ou à propriedade alheia. Apesar destas convicções encontramos, entre estes, compradores de terras em áreas consideradas *grilo* e, que ao mesmo tempo, se declaram radicalmente contra a *grilagem* feita pelos posseiros¹⁶¹.

Os “trabalhadores sem terra”, em sua maioria, atraídos pelas propagandas que ouviram e viram sobre o Vale do Guaporé, chegavam com a convicção de que encontrariam terra barata para comprarem. Imaginavam que, com o salário de peões ou os ganhos de arrendatários, poderiam realizar seu sonho da terra própria. Chegavam e viam que a situação era mais complexa. A terra mais barata se encontrava nos *grilos* em condições de grandes riscos. O exemplo e o convite de amigos e de conhecidos estimulavam muitos, que sonhavam com a terra, a arriscarem, como se percebe neste relato:

Companheiros nossos que entraram em S. Domingos viram que tínhamos disposição para trabalhar, pois éramos uma turma grande. Falaram para meu pai: Emídio! Vai pro S. Domingos arriscar um pedaço de terra. Insistiram tanto que acabamos entrando¹⁶².

Neste relato, parece que a força do convite dos amigos para fazerem a ocupação desculpa o fato de desistirem da compra de terra, como o caminho legal. Seria como dizer: entramos no *grilo* por causa do convite insistente dos colegas que já estavam na área, não por vontade própria? A ocasião, a companhia e o desejo de ter terra superavam o desânimo e o medo e subornavam normas e valores culturais. As dificuldades a serem enfrentadas eram muitas e exigiam determinação, como Tonho Toca conta no trecho que segue:

Encaramos a luta com muito sofrimento porque carregávamos o cacão¹⁶³ nas costas desde o asfalto até onde estamos. Foi sofrido, pois havia pistoleiros e tanta coisa nos agredindo. Em todo grilo de terra existem atritos. Se os posseiros afrouxam e saem da área perdem tudo. Fomos apertando as catracas dos companheiros sempre pressionando juntos, até que conseguimos liberar a área. Assim adquirimos nossa terra e até hoje estamos plantados nessa luta¹⁶⁴.

A falta de convicção pessoal parece desmentida quando insistiu na idéia de que encararam a luta apesar dos sofrimentos de carregar o peso do *cacão nas costas*, no percurso de mais de 20 km e dos perigos que representavam os *pistoleiros* que havia. Os posseiros não podiam abandonar a terra apossada para não perdê-la. Era preciso encarar a luta *pressionando juntos* contra os pistoleiros do fazendeiro, pois sabiam que *em todo grilo*

¹⁶⁰ Conforme depoimento não gravado com o sem terra Sebastião Capela, “tenho medo e prefiro trabalhar com a família como arrendatário a enfrentar os perigos de um grilo”.

¹⁶¹ Entrevista com Ulisses na sua residência na comunidade de Máquina Queimada, município Vale do São Domingos, em julho de 2000. Ele afirmou ser contra a “grilagem feita pelos pequenos”, mas conseguiu seu lote comprando-o de um destes “grileiros”, porque não tinha condições de comprar terra regularizada.

¹⁶² Entrevista com Tonho Toca, em agosto de 2001.

¹⁶³ “Cacão” é uma mochila de saco ou de pano com alças de cordas ou de tecido, para ser carregada às costas onde cabiam as roupas, material de cozinha, instrumentos de trabalho, armas, munição, sementes e outros pertences do trabalhador ou posseiro, utilizada para longas caminhadas para o trabalho, caça ou pescaria.

¹⁶⁴ Entrevista com Tonho Toca, em agosto de 2001.

de terra existem atritos. Além disso, foi um dos que *apertando as catracas dos companheiros* pressionaram até conquistarem a terra. Reconheceu, que a liberação da área e a aquisição da terra resultou dessa luta imprevisível e perigosa. O *grilo* para eles traduz a luta a ser enfrentada para conquistar a terra, quando não se consegue comprá-la. Isto é um novo significado do conceito *grilo*, apesar de manterem o termo tradicional nos relatos.

Os trabalhadores sem terra e sem emprego enfrentavam muitas dificuldades como peões assalariados ou como arrendatários, no Vale do Guaporé, que consideravam piores e mais cruéis do que os perigos e os sofrimentos que sabiam do *grilo* e não lhes ofereciam perspectivas de vida, conforme o relato:

Os dois jeitos mais viáveis de se conseguir terra em Pontes e Lacerda, quando chegamos em 79, eram fazer a compra ou o grilo. Você trazia dinheiro para comprar ou devia entrar no grilo. (...) aqui era difícil plantar lavoura para vender, cultivar uma lavoura era difícil. Roçar e plantar para da roça tirar o dinheiro de comprar as coisas nós vimos que não dava, apesar de sempre plantarmos rocinha negra¹⁶⁵. (...) Era difícil comprar terra só com a produção da roça¹⁶⁶.

Ele relembra que era difícil para o trabalhador mudar da categoria de sem terra para a de proprietário, em Pontes e Lacerda. Naquela época, ali só havia dois caminhos de acesso à propriedade: a compra ou o *grilo*. Esta constatação traça a linha que separava aqueles que tinham capital e os que nada tinham. Muitas vezes, como já vimos, até mesmo no *grilo* era necessário ter um pouco de dinheiro para comprar um direito de posse pagando aos que primeiro chegaram e abriram as picadas para outros entrarem. Ganhar dinheiro para comprar terra regularizada ou uma posse, só no trabalho de peão ou de arrendatário tornava-se inviável. A outra alternativa, apesar dos riscos que representava, era o *grilo*.

Tonho Toca considera normal que no *grilo* existissem os atritos com os proprietários e seus seguranças ou com a polícia. Em São Domingos, que tipo de atritos eles enfrentaram no tempo do *grilo*? Como os posseiros agiram nos confrontos? Analisemos alguns relatos sobre estas questões. Afirmou que em São Domingos *tivemos vários enfrentamentos com os fazendeiros, os pistoleiros e a polícia*¹⁶⁷. Trataremos detalhadamente os tipos de conflitos com a polícia, pistoleiros, fazendeiros e outros, para entender melhor o temor que o *grilo* provocava entre os *posseiros* e os significados que lhe atribuíam. A análise das fontes que falam dos confrontos ocorridos em São Domingos, no entanto, não dirimem certas confusões quanto ao número, circunstâncias, datas, pessoas envolvidas e detalhes das ocorrências destes confrontos. As pressões iniciais em fins de 1979 até final de junho de 1981 poderiam ser uma primeira fase do *grilo* de São Domingos; a segunda fase de fins de junho de 1981 até maio de 1983 foi caracterizada por diversas ações judiciais, despejos legais e ilegais, prisões e tortura de posseiros, enfrentamentos com mortes e feridos. O ex-executor da Unidade Avançada do INCRA, em Pontes e Lacerda, relatou que a gleba São Domingos *atualmente é objeto de grande tensão social; só do ano passado para cá, ocorreram três despejos e o consecutivo retorno dos posseiros à mesma*¹⁶⁸, o que indica a intensidade do conflito nesta fase. Trataremos os confrontos sem preocupação com a ordem cronológica e nem o tratamento detalhado de todas as

¹⁶⁵ Expressão usada para significar roça queimada e grande.

¹⁶⁶ Idem, Tonho Toca.

¹⁶⁷ Idem, Tonho Toca.

¹⁶⁸ Processo 431/82-INCRA/MT, carta do Eng. Agr. Décio C. Maniçoba ao Executor de MT, em 6 de setembro de 1982, fls. 23-25.

ocorrências, porque interessa entender os conflitos constituintes da sociedade e dos poderes atuando em situação de fronteira¹⁶⁹.

2. Possesiros e polícia: uma relação sociedade-estado

Os episódios de encontro com a polícia durante o *grilo* de São Domingos foram vários e os relatos são numerosos sobre eles. Torna-se difícil saber pelos depoimentos orais se tratam dos mesmos acontecimentos, tais são as diferenças de detalhes ou as contradições entre as diversas histórias de *posseiros* encontrando, fugindo ou sendo presos por policiais. Quase todos os depoimentos de posseiros relacionados à ação da polícia abordam o elemento surpresa e o medo de serem presos. Temiam a polícia pelos maus tratos que impingia e representam o ser preso como algo terrível, provavelmente, por associá-lo a delito ou crime. Eis um relato que espacializa o campo do confronto com a polícia:

Aqui corremos várias vezes, para escapar da polícia. Quando dava qualquer pegazinho nas picadas na entrada do Barretos aqui no rumo do Jauru, a polícia entrava pelo lado do Zeca Rezende por onde é a estrada hoje. Entrava caminhão de polícia adoidado e se escondiam na mata (...) quantas pessoas foram pegas na entrada e saída da gleba! Não sabiam quando desciam do ônibus, às vezes, quando davam fé já topavam com barreira que os fechava. Alguns companheiros ficaram presos em Jauru por três dias e três noites¹⁷⁰.

A polícia quase sempre aparecia alguns dias depois que os posseiros tivessem enfrentado as forças de segurança dos proprietários ou ocorresse algum outro atrito com tiroteio, feridos ou mortos que o depoente expressa com o *pegazinho*. Constata-se que da memória de muitos participantes do *grilo* brotam relatos que envolvem a polícia e ressaltam a grande cautela dos posseiros para desviarem dela, pois temiam a prisão. A polícia agia disfarçada na mata para pegá-los de surpresa, por isso também, a notícia da presença dela no *grilo* deixava os familiares angustiados em suas casas, como conta:

Nunca fomos presos de tanta fé que tínhamos em Deus. Parece que tínhamos aquele aviso e também os companheiros vinham avisar-nos e desviávamos da polícia nas picadas. (...) Quando corriam as histórias de que a polícia estava pegando os posseiros, a mamãe ficava louquinha em Lacerda e falava: agora a polícia vai pegar eles e vão para a cadeia¹⁷¹.

Andar no *grilo* e não ser preso pela polícia poderia representar várias coisas ou ter diversos sentidos para os posseiros. Um dos significados mais comuns que parece ter sido importante, para eles, era um sinal de esperteza. Conseguir fugir ou obter informações sobre a polícia que andava na área, antes de ser pego e poder desviar, era fundamental para manter-se na gleba. Contar com a sorte de algum companheiro que avisava ou alguma outra forma de perceber a presença da polícia, antes de ser avistado por ela, era importante. Nem sempre a coragem era o mais importante. Em certas ocasiões valia mais a prudência e a capacidade de fugir ou furar o cerco que a polícia armava, do que o enfrentamento. Tonho Toca insiste *corremos muitas vezes da polícia ou desviávamos da polícia pelas picadas*.

¹⁶⁹ José de Souza Martins, em *Fronteira a degradação do outro nos confins do humano*, p. 13, fala que: “Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta). Fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano”. Já na p. 12 afirmava: “É na fronteira que se pode observar melhor como as sociedades se formam, se desorganizam ou se reproduzem”.

¹⁷⁰ Idem, Tonho Toca.

¹⁷¹ Idem, Tonho Toca.

Muitas vezes, escapar era também uma questão de sorte¹⁷². Outras vezes era interpretado como ajuda divina, como no caso relatado, *nunca fomos presos de tanta fé que tínhamos em Deus*.

A família ficava ansiosa por notícias quando sabia que a polícia estava cercando a área. A truculência da polícia era conhecida e a violência nos casos de prisão era temida. Tonho Toca lembrou que nestas horas sua mãe ficava “*louquinha*”, porque sabia o que aconteceria aos presos:

Deus me livre quando a polícia pegava os presos apanhavam. Teve cara que apanhou muito. Eles melavam o peão com coisa doce e deixavam deitado na grama onde juntava formiga em cima dele que ficava desgraçado mesmo. Amarrado e deitado no chão, os bichos mordiam e as formigas roíam. Fazer o quê? Não tinha jeito. Ficava gente amarrada dentro do curral, ali no Barretos. Vinte companheiros que pegaram aqui, dizem que ficaram presos três dias com três noites, num cubículo de dois metros quadrados¹⁷³.

Ressalta o medo provocado pelas histórias contadas sobre as torturas que a polícia impunha aos posseiros presos como parte importante da estratégia repressiva e de retomada do controle sobre os sem terra que ocupavam cada vez mais áreas, no Vale do Guaporé e no estado, a partir de 1980. No início daquela década, dava-se a lenta abertura política do regime militar em nível nacional, mas em Mato Grosso a atuação do estado continuaria com as regras antigas, sem respeitar o movimento de gradual distensão do presidente Figueiredo. Manifestações sociais e políticas continuaram reprimidas drasticamente em Mato Grosso durante os governos do interventor Carlos Frederico de Campos e depois de 1982 de Júlio Campos, que teve como secretário de segurança um repressor dos trabalhadores rurais¹⁷⁴.

O uso da força por instituições e funcionários estatais em Mato Grosso foi prática cotidiana no período. Exemplo disso foi publicado na imprensa de São Paulo, quando em consequência de um confronto da polícia civil com posseiros, em 3 ou 5 de março de 1978, morreram dois policiais civis e um posseiro e ficaram feridos outros dois policiais e três posseiros. Este fato parece ter sido o estopim de um clima de tensão e de guerra em Pontes e Lacerda com a revolta dos posseiros contra o delegado especial da polícia civil Anquises Batista da Silva que os acusara de guerrilheiros, como registrou:

a pequena vila de pouco mais de quatro mil habitantes, ficou praticamente paralisada, o comércio caiu em quase 70% e o comandante do policiamento do interior, coronel José Silvério,

¹⁷² Entrevista com Manoel do Prado, em novembro de 2002.

¹⁷³ Entrevista com Tonho Toca, em agosto de 2001.

¹⁷⁴ *O Correio da Imprensa*, Cuiabá 20 de setembro de 1980, na p. 4 publicou uma denúncia dos posseiros da gleba Cerro Azul entregue à Comissão de Pastoral da Terra “*denunciando pressões e ameaças de despejo pela polícia do Estado a mando do secretário Paulo Santa Rita de Athayde que pretende entregar terras ocupadas pelos posseiros ao latifundiário João Gilberto Rodrigues da Cunha e outros donos da Agropecuária Cerro Azul, que possuem documentos falsos e dizem ser proprietários das mesmas*”. Estas denúncias também foram apresentadas pelo Padre Luiz Tanguy e reconfirmadas em publicação do *Correio da Imprensa* no dia 21 de setembro de 1981, p. 8, contra a estréia da “polícia rural” atuando contra os posseiros e a favor dos latifundiários na Cerro Azul e se defendendo das acusações do secretário de segurança publicadas no mesmo dia no jornal *O Dia*, com a manchete: “Santa Rita desmente padre que o acusou por despejos”.

para conter mais de 400 colonos revoltados, implantou uma espécie de “toque de recolher”, mantido por 42 soldados que patrulham as ruas¹⁷⁵.

Quando aconteciam os conflitos em São Domingos, as arbitrariedades da polícia contra os trabalhadores já faziam parte da cultura dos mandantes e mandados, desde longa data, e eram conhecidas da população pelas referências que fazem nos relatos sobre a tortura realizada pelos soldados nos corpos dos posseiros. Estes depoimentos são testemunhos suficientes para entendermos o terror e o medo que neles causavam o encontro com a polícia e a prisão pela tropa.

As denúncias relatadas também foram documentadas por escrito pelo Engenheiro Agrônomo Décio Maniçoba¹⁷⁶, Padre Luiz Tanguy¹⁷⁷ e jornais da capital do Estado¹⁷⁸. Registraram as arbitrariedades e as truculências praticadas pela polícia militar ou por paramilitares apoiados pelo secretário de segurança pública contra posseiros e contra quem se indignava com estas práticas. As arbitrariedades policiais, no Vale do Guaporé, recordadas nos relatos apontam que, às vezes, os fazendeiros contratavam policiais para fazerem a segurança das terras ou simplesmente vestiam seus funcionários (pistoleiros) com a farda da polícia ou do exército, utilizando-se da influência junto ao governo e a estas instituições. Esta aliança entre o estado e a empresa privada confundia os trabalhadores. O fragmento do relato que segue traz indícios desta relação de aliança muito estreita destes poderes contra os *posseiros*:

Não se sabe se eram da polícia (...) vinham trajados de polícia. Falavam que eram mandados dos fazendeiros que trajavam seus pistoleiros de polícia. Disfarçados assim, chegavam e davam voz de prisão ou atiravam. Outros diziam que os fazendeiros tinham um certo controle com o comandante de Cáceres que lhes liberava uma equipe de policiamento. O Bráulio vestia a farda nos peões dele. Um peão que trabalhava com ele, falou-nos assim: estou cansado de vestir a farda de polícia com o Bráulio. Dizem que ele tinha um grau no exército, com acesso ao fardamento. Chegava e trajava os peões dele, os pistoleiros e dizia assim: caiam no mato, quem vocês pegarem podem descer o pau e dizer que são da polícia. Podem espancar mesmo. Dizem também que policiais entravam neste sistema, pois conseguiam a liberação de cima e então agiam. Por isso aconteciam problemas como a prisão dos posseiros em Jauru sem o controle das autoridades¹⁷⁹.

Nos diversos depoimentos de *posseiros*, a polícia quase sempre foi vista como aliada dos fazendeiros. Isto se deve ao fato de ela ter atuado de formas diversas, muitas vezes articuladas com as ações dos fazendeiros agindo conjuntamente com forças

¹⁷⁵ O jornal *O Estado de São Paulo* dos dias 5 e 28 de março de 1978, publicou denúncias contra o delegado Anquises Batista da Silva e ironiza-o com críticas tanto de posseiros como de policiais militares locais que o acusavam, “arbitrário e despreparado” para lidar com trabalhadores sem terra e latifundiários ou grileiros.

¹⁷⁶ Processo 431/82-INCR/MT, fls. 25 e 67; e fl 66 em telegrama de 18 de janeiro de 1983 lê-se: “*Situação São Domingos estah sob observação PT informo 30 PM’s conduziram 22 posseiros ateh município de Jauru VG fim serem ouvido instrução inquérito instaurado pela PM PT objetiva apurar autores tiroteio ocorrido São Domingos contra presumíveis policiais PT tenente Narciso informou executor não ter sido ferido nenhum PM referido tiroteio PT esposas posseiros preocupadas com demora seus maridos VG tendo em vista ausência mesmos desde dia 16 VG domingo último PT – PFVG*”

¹⁷⁷ Padre Luiz M. Tanguy era pároco da Paróquia Bom Jesus de Pontes e Lacerda e participava da Comissão de Pastoral da Terra de Mato Grosso como tal encaminhou à imprensa, às autoridades civis e eclesiásticas cartas, denunciando diversas agressões policiais contra posseiros da Gleba Cerro Azul, Paulista e São Domingos e em todo Vale do Guaporé tanto por pistoleiros, paramilitares e policiais militares.

¹⁷⁸ Jornal *O Dia e Correio da Imprensa*, em 20 e 21 de setembro de 1980; *Diário de Cuiabá* e jornal *O Dia*, em 29 de outubro de 1983; *Diário de Cuiabá*, em 31 de julho de 1984.

¹⁷⁹ Entrevista com Tonho Toca, em agosto de 2001.

paramilitares. Estes empresários pagavam combustível, alimentação e hospedagem para a tropa pública, nas fazendas, quando a serviço da justiça para o cumprimento de sentenças de Reintegração de Posse ou de Manutenção de Posse, executando o despejo judicial.

Outras vezes, os latifundiários subornando os comandantes locais conseguiam ações policiais sem autorização judicial ou extrapolando medidas judiciais. Isto pode ter ocorrido, por exemplo, após a sentença de Interdito Proibitório. Na execução da ordem judicial, provavelmente, o oficial de justiça ao intimar os sete réus citados no processo aproveitou a presença dos policiais e realizou o despejo e a remoção de todos os posseiros da área de São Domingos¹⁸⁰, mesmo os não citados. Este parece ter sido o primeiro momento de confrontação mais direta com forças do estado na gleba, em junho de 1981.

O juiz responsável pela sentença escreveu, em agosto daquele ano, documento em que estranha a atitude do oficial. Reconhece que nestes casos nem havia necessidade de policiais acompanharem o oficial e muito menos de remoção dos citados. Tratava-se de uma comunicação que os responsabilizava, perante a justiça, a pagarem uma multa em dinheiro, caso ocorresse turbação que os autores do processo previam.

Os casos piores que punham em pânico aos posseiros eram aqueles em que os fazendeiros conseguiam que policiais das forças públicas ou ex-policiais se colocassem a serviço da segurança das suas propriedades privadas. Nestes casos, podiam ser policiais agindo fora das normas jurídicas, sob o comando dos proprietários, ou simplesmente podiam ser tropas privadas trajando fardas e agindo como se fossem policiais.

No relato acima, Tonho Tonho denuncia este fato e remete à existência destas práticas. Um outro caso, contemporâneo a S. Domingos, aconteceu na gleba Cerro Azul onde esta prática foi registrada tanto pelos relatos orais de vários trabalhadores como pelos escritos do Padre Luiz Tanguy e publicados pela imprensa da capital denunciando o Secretário de Segurança Paulo de Santa Rita, que estaria estreando uma força paramilitar denominada “polícia rural”, no episódio do despejo de posseiros da Cerro Azul, financiada pelos pecuaristas e latifundiários do Vale do Guaporé, apoiados pelo governo do Estado¹⁸¹.

Evidenciamos que o depoimento aponta para uma dimensão da política dominante entre os grandes empresários rurais e setores do estado representados no governo (cargos de confiança do governador) e nos funcionários públicos (oficiais de justiça, policiais militares) que prestavam serviços mútuos, para se manterem no poder controlando os recursos e a mão de obra.

Ressaltamos uma questão bastante controversa entre os vários depoentes, que demonstra o tipo de relacionamento e de confrontos que os posseiros tiveram com a polícia. Quase todos os relatos de *posseiros* tratam com precaução, o envolvimento da polícia seja militar, federal ou do exército, nas questões de terras no vale do Guaporé em Mato Grosso. Tonho Toca chegou a afirmar que *troca de tiros com policiais nunca teve, que eu soubesse*.

Havia um acordo tácito entre os posseiros para não enfrentar a polícia. Existem evidências deste acordo quando acatam as ordens dos comandantes da polícia de retirar-se da área cumprindo ordem judicial e aguardando a retirada da tropa da área para retornarem

¹⁸⁰ Processo 049/81, Segunda Vara Cível de Cáceres em 7 de agosto de 1981, fl.58, o Juiz Jurandir Florêncio de Castilhos critica o oficial de justiça por exceder-se. Caso semelhante ocorreu na Gleba Cerro Azul. Cf. Processo 213/79 com Interdito Proibitório deferido pelo mesmo juiz de Cáceres, em 12 de agosto de 1980, desta vez contra 9 citados como réus tentaram despejar 120 posseiros.

¹⁸¹ Jornal *O Dia e Correio da Imprensa*, de 20 e 21 de setembro de 1980.

às suas posses. Os atritos com a polícia não deveriam ter o mesmo peso que os confrontos com os fazendeiros, pistoleiros e outros atores envolvidos em conflito desta natureza.

Política e culturalmente a polícia e a justiça representavam a lei e o estado. Os ocupantes sabiam que o único caminho para obterem o reconhecimento dos seus direitos de posseiros passava pelo estado e a lei. Nos confrontos, a polícia não representava a maior ameaça para eles, mas os pistoleiros e paramilitares. Notado nos relatos parece razoável supor que tinham consciência que a força pública do estado era uma realidade distinta dos latifundiários apesar das suas relações comprometedoras. Joãozinho lembrou que houve apenas dois confrontos com a polícia no caso de S. Domingos, o que não parece expressar todas as ocorrências anotadas pelos documentos escritos do INCRA.

Houve dois confrontos, mas um não foi bem confronto, pois foi uma procura policial quando a área já estava em negociação. Nesta ocasião também meu primo, de quem comprei o lote, ficou preso por uma noite. Os soldados do exército e da polícia militar pediram e os posseiros saíram juntos da área sem se confrontarem. Só disseram: não queremos nada contra vocês, somos da polícia, só queremos que sentem para conversarmos. Pediram para o pessoal se retirar porque estavam negociando a área e para não ter problemas com os fazendeiros. Se ficassem lá dentro seria pior, porque os homens mandavam jagunços. Diziam que queriam proteger a vida dos posseiros. Apresentaram-se como militares mostrando os documentos para todo mundo. Recolheram todo o pessoal que estava na área. Tinha mais ou menos cento e poucas pessoas. Transportaram o pessoal até a BR e pediram para se recolherem. Não sei, disseram que estavam dando apoio aos posseiros, mas estes achavam que era uma estratégia para afastá-los das posses. Diziam que era para esperar a negociação e de fato uns 4 meses depois foi liberada a área¹⁸².

As informações sobre as ações legais da polícia, quando atuava em nome do estado e no cumprimento de decisões judiciais ou não, os *posseiros* conseguiam levantar através dos seus advogados que acompanhavam os processos nos fóruns em Cáceres ou Mirassol D'Oeste, na região sudoeste de Mato Grosso, ou através de policiais que tinham parentes, amigos ou conhecidos dentro da área.

As “ações legais” da polícia parece que nunca tomaram os *posseiros* de surpresa, por isso se preparavam e não confrontavam. Vinham mandados pela lei, para executarem a retirada dos ocupantes da área. Bastava uma tática de simulação de aceitação da ordem de retirada por parte dos *posseiros*. Saíam da área por alguns dias, até que a polícia fizesse o seu relatório e se retirasse da área com a ordem judicial executada e depois os *posseiros* retornavam e reocupavam as suas posses. Acompanhemos como o funcionário do INCRA descreveu um processo desses:

Vale salientar que esta ação de despejo, no momento em que nosso técnico estava caracterizando a área, foi prontamente suspensa pelo Tenente Coronel Amylton Sá Correia, da Polícia Militar do Estado, que no dia seguinte, 21/08/82, sobrevoou a área comigo e o Tenente Valter, o mesmo que no dia anterior concluía o despejo, ocasionando a aglomeração de um grande número de posseiros em frente ao INCRA, que nos solicitava providências. O referido Tenente Coronel, que aqui veio a serviço do governo disse-me que estavam suspensas a ação da Polícia e os posseiros podiam voltar às suas posses. Concluindo, eu vos afirmo, a arraigada idéia de cada posseiro, de que existe terra devoluta, sempre vai fazer com que voltem toda e qualquer vez que forem despejados¹⁸³.

¹⁸² Entrevista com João Vieira, em julho de 2000.

¹⁸³ Processo 431/82-INCRA/MT, fl. 25 da carta do Executor Décio Maniçoba, em 06.09.82.

A suspensão do despejo já executado contra os posseiros de São Domingos, nas vésperas da eleição para governador, indica que a polícia agia, às vezes, por conta própria e outras sensível ao momento político vivenciado pelos seus superiores. O tenente coronel não só suspendia a operação policial, como autorizava o retorno dos posseiros às suas posses, conforme o relato do funcionário do INCRA. Termina tirando uma conclusão que parece ser: não adianta despejar o posseiro se ele estiver convencido de que no lugar há terras devolutas, sempre voltará a ocupá-las.

A polícia, porém, nem sempre agia dentro dos parâmetros da lei. Nestas ocasiões procedia como se estivesse em operação de guerra pegando os posseiros de surpresa. Facilmente estas operações poderiam descambar para a violência e a truculência contra ocupantes. Mesmo nestes casos, conforme os registros, eram muito raros os confrontos armados dos posseiros com a polícia. Transparece, porém, um grande temor entre os posseiros de que a polícia pudesse estar a serviço e a mando dos fazendeiros e não do estado e da lei.

O depoimento do Joãozinho põe esta dúvida ao questionar o papel e a atuação da polícia no despejo que relatou. Estavam ali os policiais *para proteger a vida* dos posseiros? Mais adiante afirmou *não sei, disseram que estavam dando apoio aos posseiros, mas estes achavam que era uma estratégia para afastá-los das posses*. Mesmo que confiassem na lei ou necessitassem de apoio do estado, não confiavam em quem se apresentava como seu representante legal, por causa das relações dúbias que mantinham com os latifundiários.

Essa incerteza e o temor em relação à polícia nasceram das experiências da atuação contraditória desta instituição estatal ou de membros dela, em conflitos anteriores e contemporâneos aos acontecimentos de São Domingos, anotadas por diversas fontes¹⁸⁴. Não é possível afirmarmos que nunca houve confrontos armados entre a polícia e os *posseiros*, porque a fronteira entre a lei imposta em nome do Estado e a atuação dos fazendeiros não é clara, misturando-se e se complementando. Joãozinho relatou, assim, um desses confrontos:

Sei que, no Cerro Azul, houve enfrentamento meio problemático com a polícia. Tinha o gado largado do fazendeiro que se apossara da terra que virou desertado ou alongado¹⁸⁵, como se diz. Os posseiros entraram caçando as vacas que chegavam até 100 metros de distância. Atiravam de espingarda, carabina ou fosse com o que fosse, as matavam. Houve a denúncia de que estavam matando o gado do fazendeiro. Então a polícia daqui, e acho que veio reforço de Cáceres, num ônibus cheio de polícia foi para lá e aconteceu o confronto. Andaram matando uns três policiais que balearam uns 10 ou 15 posseiros, mas não mataram nenhum. Parece que no Cerro Azul foi o único lugar em que houve confronto de posseiros com a polícia. Só porque os posseiros, quando pressentiram a polícia, atacaram de frente achando que ela foi lá para acabar com eles. Conta-se a história, depois do acontecido, que a polícia apenas queria ver quem era o responsável pela matança do gado. Veio para prender porque não era pra matar o gado já que estavam invadindo a área, no dizer do fazendeiro e ainda matando o gado. Era gado que de fato já estava alongado¹⁸⁶.

Esse não foi o único depoimento que aponta a ocorrência de confrontos armados com a polícia. A gleba Cerro Azul foi o mesmo caso da atuação da “polícia rural”,

¹⁸⁴ Exemplos já citados do confronto no Pindaituba, denunciado pelo jornal *O Estado de São Paulo*, em 5 e 28 de março de 1978; na gleba Cerro Azul jornal *O Dia e Correio da Imprensa*, de 20 e 21 de outubro de 1980 e outros posteriores como os da Gleba Bananal e Mirassolzinho, entre 1984 e 86.

¹⁸⁵ Diz-se de gado ou animal que era domesticado ou domado e voltou a tornar-se selvagem ou chucro.

¹⁸⁶ Entrevista com João Vieira, em julho de 2001.

paramilitar, denunciada pelo Padre Luiz Tanguy nas cartas e documentos que os jornais da capital do estado publicaram, as quais já nos referimos.

O movimento de organização paramilitar denunciado precedeu o surgimento da UDR – União Democrática Ruralista, que depois teve forte atuação e repercussão nacional, no momento em que se intensificaram os processos de ocupação de terras, em todo o Vale do Guaporé e do Estado de Mato Grosso, e o governo da “Nova República” apresentava o I PNRA - Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, em 1985.

A organização regional dos fazendeiros contou anos depois com a presença do presidente nacional da UDR, Ronaldo Caiado, em diversas assembléias dos Sindicatos Rurais e em leilões de gado realizados em diversos municípios do sudoeste do estado¹⁸⁷.

O temor dos *posseiros* da ação policial construiu-se a partir das diversas experiências de confrontos ocorridos, ao longo de duas décadas, nos quais a polícia raramente agia dentro da lei ou não agredia aos ocupantes de terra. Em relatos de alguns casos, se confunde a polícia militar e o exército. Este último apareceu nos relatos de *posseiros* sobre o *grilo* da Scatolin como se sua intervenção tivesse acontecido para proteger e apoiar a causa dos trabalhadores contra o latifundiário que agia através de seu gerente e seguranças, pistoleiros. A continuidade crescente do número de conflitos, no Vale do Guaporé, constituiu no imaginário da população local a desconfiança em relação à polícia e as representações de que é violenta e arbitrária. A aplicação seletiva e outras vezes massiva da prisão, torturas, maus tratos e outras humilhações parece ser central na estratégia de controle do estado e de repressão dos trabalhadores inconformados com a falta de condições para viverem e se reproduzirem.

Poderíamos apontar outro aspecto cultural desta produção do medo da polícia e até de sentimento de culpa, porque se associava a ocupação de terras de propriedades particulares à ilegalidade e ao crime que trazia consigo o medo da condenação. O ato de ocupar, apesar da sua legitimidade, carregava o estigma de “roubo” ou de crime contra a propriedade, ao ser identificado com a grilagem de terra. Tomando algo à força, parece que se colocava em risco todos os princípios básicos da proteção a qualquer propriedade que eles também buscavam afirmar como um direito. Ocupar, para as autoridades do Estado e o senso comum dos trabalhadores, significava estar fora da lei e sujeito à punição que a polícia executava em nome do Estado.

Lourenço Nunes, mineiro de nascimento, já viveu como arrendatário no oeste de São Paulo onde se casou e teve filhos. Também foi pequeno agricultor em vários lotes comprados de posseiros e comerciante de secos e molhados em Pontes e Lacerda. Saiu de São Paulo para comprar terra em Bataiporã, no sul de Mato Grosso, na década de 1960 onde veio, no início da década de 1970, para o norte de Mato Grosso. Primeiro morou na colônia de SINOP, onde foi proprietário de alguns terrenos no perímetro urbano. Soube depois, através de um amigo do sul, das terras férteis e baratas de Pontes e Lacerda e se dirigiu para lá. No começo comprou várias datas¹⁸⁸ na vila que a CODEMAT estava loteando e organizando e só depois foi dono de vários lotes rurais sempre comprados de posseiros.

¹⁸⁷ Filme VHS, em vídeo arquivado na FASE-MT, contendo o discurso de Ronaldo Caiado, em Cáceres, por ocasião de sua visita a este município.

¹⁸⁸ Em Pontes e Lacerda é comum denominar os lotes de terrenos urbanos, pela expressão “data”.

Hoje, aos 78 anos, vive numa pequena chácara do cinturão verde da cidade. Vivendo longos anos nas proximidades da praça, hoje centro, acompanhou o movimento de luta pela terra e conheceu de perto diversos atores deste processo. Utilizamos o seu depoimento para ilustrar a mentalidade contrária às ocupações em setores da sociedade local, inclusive, “sem terras” que tiveram uma trajetória de muitos deslocamentos e experiências de trabalho assalariado, de arrendamento de terras ou de outras formas de parcerias com os proprietários. Apesar de conviverem anos em ambiente onde havia a prática das ocupações de terras, eles não assimilaram completamente os valores e aparentemente não concordam com elas. Analisemos o seguinte depoimento de Lourenço Nunes sobre este assunto:

Nunca gostei de invadir, porque na invasão sempre tem a discriminação. Ao invadir tem que bancar o brabo, pois se bater você perde, se morrer você perde, se correr você perde, então fica difícil. Comprando a terra com documento, achei mais vantagem porque estou nos meus direitos e posso provar a compra que fiz. Comprei as datas e paguei pro dono.(...) Eu não entro no grilo porque não tenho coragem. Acho errado o cara entrar na terra dos outros, porque é deles, tendo documento ou não. Sou contra essa lei de invadir terra que tem dono, só quando não se conhece o dono é de quem ocupa. Quero explicar pra você que no dia em que eu roubar isso aqui seu, preciso estar disposto a matar ou morrer ou correr. Se matar, eu perco, pois um assassino não pode mostrar a cara. Se morrer ou correr, também perdi. Nunca entrei, porque não sei correr¹⁸⁹.

Muito importante observar que ele nomeia a “ocupação” como “invasão” e insiste neste conceito que, em outros depoimentos quase nunca aparece ou ocorre mais na documentação escrita. Afirmando que *nunca gostei de invadir* ou *sou contra essa lei de invadir terra que tem dono* demonstra que partilha os valores e normas da sociedade que protege a propriedade privada adquirida legalmente pela compra ou pela posse, se não for propriedade particular. Reforça esta idéia ao lembrar sua prática *comprando a terra com documento (...) posso provar a compra que fiz* porque *estou nos meus direitos*, mas nisto não considera a condição daqueles que não tinham dinheiro, como ele, para comprarem. Como poderiam, de outra maneira, ter acesso a terra?

Justifica de duas maneiras o fato de nunca ter “invadido” e sim sempre ter adquirido a terra pagando, mesmo que a comprasse de quem havia ocupado. Primeiro raciocina que o invasor tem que *bancar o brabo* e deve estar disposto a tudo *matar ou morrer ou correr*, considerando que em todas estas alternativas ele perde ou terá problemas. O segundo argumento é que ele nunca teve *coragem* de *invadir* avaliando as três possibilidades do *invasor*. No final do trecho citado, porém, ele parece negar que nunca invadiu por medo,

¹⁸⁹ Entrevista com Lourenço Nunes da Cruz, em agosto de 2001.

afirmando que não o fez *porque eu não sei correr*, parece dizer *como não sou covarde não estou disposto a correr*, quando a estratégia de luta o exigir.

O relato seguinte é do mesmo depoente em que elabora um discurso que justifique a sua prática de comprar a posse de quem a fez por *invasão* com a qual diz que não concorda. A argumentação parece uma lógica hipócrita ou uma tática, no sentido de golpe de esperteza na apropriação e interpretação da lei:

Comprar uma coisa grilada ou grilá-la é o mesmo ladrão, mas comprando, pelo menos, posso bater no peito em qualquer lugar, porque sou ladrão do meu próprio dinheiro com que comprei. Não podem me acusar que fui na área para brigar. Quer dizer que apenas estou defendendo o meu dinheiro. Muitos estavam arriscando a vida e quando comprei estavam liberando a área. No processo por roubo, o comprador do grilo também é um ladrão. Até é pior, porque se não tem comprador, não tem ladrão. É assim que entendo, porque tenho medo de chegar na sua porta e dizer que achei algo e tirá-lo. Eu não peguei a terra, estavam oferecendo dizendo que não tinha perigo então comprei e entrei numa boa. Não entro brabo numa casa. Falaram-me que não tinha perigo e que aquilo era deles. Não sei nada se tinha questão pendente. Não teve problema. Se pegar o que é dele com minhas mãos, não tenho defesa, porque ninguém me obrigou. O vendedor não me obrigou a comprar, mas me levou no papo conversando, esforçou-se até me convencer, mas me deixou escolha¹⁹⁰.

O depoente se caracteriza pela condição econômica de poder comprar terra e no relato se coloca fora do campo da luta dos posseiros ao afirmar *muitos estavam arriscando a vida* ou quando diz que *não podem me acusar que fui na área para brigar*. Este discurso contra a ocupação era comum entre os aliados dos posseiros que, muitas vezes, utilizavam outras pessoas necessitadas para fazer a posse por eles, financiando-lhes as despesas no período do conflito ou comprando-lhes a posse depois de liberada.

Comprou a posse de outro, mas reconhece que quem *grila* é ladrão como o é quem compra o *grilo*. Seria cinismo afirmar que comprando *apenas estou defendendo o meu dinheiro*? Ou então *comprei e entrei numa boa* ou ainda *eu não peguei a terra, estavam oferecendo*, não são discursos que contradizem sua prática, apoiando-se na lei de tirar vantagem em tudo?

As várias partes do depoimento abordam três conceitos muito utilizados pelos opositores dos ocupantes de terras, que são: “invadir”, “roubar” e “grilar”. Estes verbos apontam ações ilegais com as quais pessoas da sociedade local enquadravam os *posseiros*. Ocupar implicava, na lógica deste depoente, a coragem de matar, correr ou morrer. Não coloca a possibilidade de ocupar e ganhar a terra sem matar. Ocupar, para ele, já significava perder, pois arriscava sua vida e de outros ou sua honra, se corresse.

Correr poderia ser um ato de covardia, mas recuar fazia parte da estratégia geral. Era uma tática muito utilizada na luta pelos *posseiros*. Na concepção de muitos trabalhadores, fugir não era uma estratégia de luta aceitável. Prefeririam o enfrentamento,

¹⁹⁰ Entrevista com Lourenço Nunes de Cruz, em agosto de 2001.

mas as lideranças dos trabalhadores sabiam da importância tática da posição de recuo diante da poderosa força que desafiavam. Os depoimentos ressaltam que a estratégia do recuo tático foi utilizada tantas vezes que a memória coletiva que está na base dos relatos dos posseiros fica evidenciada em vários casos e no de São Domingos, como neste:

Uns três meses depois a polícia entrou de novo na área. Desta vez também fiquei detido assim como da outra vez todo mundo ficara. Ocorreu o mesmo processo que no despejo anterior, pois veio o Paulo Nogueira e o advogado Dr. Bezerra. A polícia entrou e retirou-nos da mesma forma e depois de alguns dias na cidade retornamos¹⁹¹.

O exemplo mais claro do emprego desta tática pode-se considerar as situações de despejo judicial. Os posseiros, nestes casos, obedeciam à lei e às autoridades judiciais e policiais, retirando-se pacificamente. Depois, cumprida a lei, lentamente retomavam suas posições anteriores.

A justiça retira os posseiros, para ver com quem fica a terra (...) se houver demora os posseiros não têm paciência (...) se a polícia vai embora hoje, de tardezinha eles já estão lá de novo. É como retirar um bicho da selva, pois escapa e volta de novo para o seu lugar. Em poucos dias dá outro barulho e vem a polícia de novo. Se o posseiro não voltar, perde a causa. Por isso ele tem que entrar e arriscar, se não entrar é pior. Porque, se correr ou matar, perde e se correr e não voltar perdeu. Os posseiros fazem um acordo entre eles - nós saímos cedo e de tardezinha voltamos e nos escondemos no mato outra vez. Chegando na cidade quando a polícia virou as costas o posseiro já vai trabalhar¹⁹².

Correr ou recuar posições já assumidas seria a tática mais comum e a menos arriscada e prejudicial à luta, nos despejos legais realizados pela polícia. Evitava, muitas vezes, o risco de ser preso e torturado, de matar ou de morrer. Matar nem sempre seria vantajoso como também, nem sempre seria desvantajoso, para a causa dos posseiros. Era uma possibilidade a qual se recorria excepcionalmente, tanto para a autodefesa como para enfraquecer o adversário. Morrer seria a única possibilidade totalmente desvantajosa. Tudo se fazia para evitar a morte, mas nem sempre isto era possível, como indicam as diversas experiências de luta no Vale do Guaporé. O medo da morte era uma constante que está presente em todos os depoimentos de ocupantes.

Lourenço Nunes usa estes riscos reais da ocupação, para justificar a prática corriqueira de comprar-se as posses dos primeiros ocupantes durante ou logo após o final dos conflitos e se considera fora da lógica da luta dos *posseiros*. Falar do roubo que envolve o comprador da terra grilada que lhe é oferecida lhe parece delito menos grave do que tomá-la à força, pois nesta operação haveria uma troca voluntária em que o vendedor empenha a terra e ele o seu dinheiro. Comprar produto roubado não tira responsabilidade sobre o roubo. Ele mesmo o expõe ao afirmar que *o comprador do grilo também é um ladrão. Até é pior, porque se não tem comprador, não tem ladrão*. Omite que nem todo posseiro ocupava para vender e ao abordar a questão da ocupação e da venda de lotes por *posseiros* entra em contradição, pois age com a mesma lógica dos proprietários que usam o poder do dinheiro, sem descartarem o recurso à força bruta para imporem seus interesses. Suas palavras

¹⁹¹ Entrevista com Manoel do Prado, em novembro de 2002.

¹⁹² Entrevista com Lourenço Nunes da Cruz, em agosto de 2001.

condenam a luta dos *posseiros*, mas aprovam o uso da força do dinheiro própria do sistema e dos valores sociais defendidos no seu discurso e infringidos na prática.

Na compra de posse, o roubo seria mais caracterizado como receptação ilegal do que o aspecto de tomar algo de alguém à força, como aconteceria no *grilo*. Assim, grilar e roubar seriam sinônimos de tomar algo de outro, pela força. Já, comprar uma área de “grilo” significaria apenas trocar seu dinheiro legal, por uma terra que lhe estava sendo oferecida e que você não estava tomando de alguém. Inocenta-se, construindo uma justificativa em que alega desconhecer se a terra que adquiria poderia ser de outra pessoa. Não estaria agindo com má fé e teria a posse de boa fé, conforme a lei.

Vários conflitos ocorreram com os representantes do Estado, que eram os oficiais da justiça e os policiais. O Estado, apesar de aliado dos fazendeiros, era menos temido que os agentes a serviço destes. Houve casos no Vale do Guaporé em que policiais também tinham terras dentro das áreas em conflito, tornando-se aliados ou complacentes com os ocupantes¹⁹³. Há depoimentos de posseiros falando que estabeleceram amizade com policiais que lhes informavam quando haveria despejo ou do andamento dos processos judiciais.

A postura da polícia militar, da polícia federal e do exército não foi homogênea analisando-se os casos de conflitos de terras. Adotavam posições diversas e aparentemente contraditórias. Tomemos como exemplo o conflito na gleba Scatolin, no início da década de 1970. Segundo os relatos de *posseiros* houve uma intervenção do exército vindo de Cáceres. Na interpretação de trabalhadores, a vitória sobre o fazendeiro só aconteceu porque o exército interveio a favor dos ocupantes. Primeiro, o comandante teria solicitado o desarmamento dos posseiros e, depois, teriam desarmado os funcionários do Scatolin.

Presos ou apenas retidos no escritório improvisado pelos militares os posseiros teriam mantido diálogo com os comandantes da operação. Os militares teriam explicado que eram favoráveis aos posseiros e que sua intervenção em Pontes e Lacerda era para apaziguar os ânimos e acabar com as mortes. O depoimento do Zé Ferreira representou esta intervenção do exército da maneira que segue:

Quando os pistoleiros mataram um posseiro na cidade, corremos e fizemos um acampamento. Logo a polícia federal mandou notícia para Cáceres informando que estávamos tampando tudo por aqui. Então chegaram reforços do exército que vieram nos apoiar. Então a gleba ficou libertada e começamos a viver uma liberdade grande (...) naqueles dias do confronto não houve prisão nem desarmamento dos posseiros pela federal. Não aconteceu nada disso. Chegaram dizendo para nós: podem guardar suas armas, porque agora quem vai movimentar aqui dentro somos nós e estamos a favor de vocês, não precisam se preocupar. Assim mesmo, os chamamos para indagar se de fato estavam a fim de ver isto aí melhorando ou se apenas queriam que continuasse na mão do fazendeiro. Eles disseram que nós estávamos fazendo a coisa mais útil para o lugar, porque até o momento só chegaram os que queriam ser grandes pecuaristas ou latifundiários.

No escritório da federal falavam que o lugar só ia crescer se houvesse mais gente e produção. Presos uns três dias na federal ouvimos os oficiais falando com o capitão e o general que nos perguntavam para que queríamos aquelas terras e qual era a idéia do que fazer na gleba? Falaram - se isso acontecer, a cidade de Pontes e Lacerda vai ser uma senhora cidade por causa de

¹⁹³ O jornal *Estado de São Paulo*, de 5 de março de 1978, a respeito do conflito de posseiros de Pindaituba em Pontes e Lacerda e polícia civil onde houve mortos e feridos, publicou: - “*Isto aqui virou um oeste americano. Temos uma história de terra, suor e sangue. Ninguém sabe como resolver o problema em definitivo. A declaração é do delegado de polícia de Pontes e Lacerda, Mário Brandolph da Costa, ele próprio um posseiro que há pouco mais de quatro anos ocupa uma área de mil hectares*”.

vocês. Era o que esperávamos, mas hoje ela está trancada. É uma cidade trancada porque não vem pessoas que querem conformá-la. Uma cidade para ser boa tem que ter uma agricultura boa e expandida em toda área. Ainda nos disseram: - quanto mais gente entrar aqui, mais a cidade cresce. O município foi criado e depois passou à comarca e lutamos para ver o município crescer mais. Hoje ela de fato é uma cidade crescida, mas não tanto quanto precisava crescer, pela idade que tem. Já estou aqui há 32 anos e ela era pra ter crescido muito mais para ser uma segunda capital, que é o que nós esperamos¹⁹⁴.

Nem todos os relatos aceitam esta versão favorável ao exército ou à polícia. Lourenço Nunes considera a ação da polícia somente de apaziguamento sempre em busca de acordos entre as partes e nunca seria uma posição de apoio aberto aos posseiros.

No caso da gleba Scatolin, a maioria dos depoimentos, no entanto, apresentam a interpretação do Zé Ferreira. Seria uma estratégia dos posseiros para mostrar que o exército mesmo nos tempos da ditadura militar teve a sensatez de reconhecer a necessidade e o direito dos posseiros? Este e outros casos semelhantes mostrariam que a atuação da polícia e do exército não pode ser considerada homogênea e igual a da polícia militar? Um conhecimento mais abrangente da história de Mato Grosso e do Brasil, no período, necessitaria da desconstrução da idéia de que o estado e seus órgãos formavam um bloco monolítico de pensamento e totalmente uniformizado nas ações, enfocando-se as ações dos indivíduos nas instituições?

Outra questão que o depoimento do Zé Ferreira oferece ao debate daquele contexto histórico é que, a cada agressão dos fazendeiros, os *posseiros* respondiam com uma ação afirmativa, que provocava a intervenção do estado através da força pública da polícia militar, da polícia federal ou do exército. Até onde investigamos a intervenção relatada pelo depoente no caso da Scatolin, parece que ele confundiu a polícia militar com o exército. Não temos condições de confirmar esta versão, que foi negada por outros relatos nos que, no entanto, todos reconhecem a importância da intervenção da força estatal para liberar a área aos posseiros.

Ainda chamamos atenção para as imagens sobre a cidade que o relato de Zé Ferreira apresenta ao leitor. Primeiro, entre 1972-74 quando se intensificaram os confrontos na Scatolin Pontes e Lacerda para ele era apenas uma vila que atraía latifundiários interessados em formarem fazendas de pecuária. Segundo, a agricultura seria incipiente ou quase inexistente e a cidade só se desenvolveria adensando a população produtiva e consumidora no campo e propiciando um processo consistente do crescimento urbano com uma *agricultura boa*. Parece supor que, o latifúndio deixava a cidade *trancada*, porque os fazendeiros não vinham para *conformá-la* e transformá-la numa cidade grande e *boa*. Somente a multiplicação do número de pequenos produtores agrícolas poderia alcançar este resultado esperado por tantas pessoas que chegavam, para isso, de todos os cantos do país. Essa convicção parece fortalecida quando, no relato, expõe estas idéias pela boca dos militares, dando autoridade e avalizando poderosamente seus interesses de *posseiros*.

3. Posseiros contra pistoleiros: os enfrentamentos

O confronto central nos *grilos* do Vale do Guaporé acontecia entre os *posseiros* e os seguranças dos latifundiários. Na análise destes enfrentamentos utilizamos as denominações “pistoleiros”, “jagunços” ou “guaxebas”, do jeito que foram utilizadas nos

¹⁹⁴ Entrevista com José Ferreira, em novembro de 2002.

relatos dos *posseiros*, mas reconhecemos que os fazendeiros e seus advogados os denominavam “peões”, “funcionários” ou “seguranças”. Há inúmeras controvérsias sobre a existência de pistoleiros e das formas de sua atuação nos “grilos” de terra. Tonho Toca fala de dois confrontos em que identifica como pistoleiros tipos diferentes de defensores dos interesses dos latifundiários:

Tivemos enfrentamentos com pistoleiros. Foi morto o administrador do Zeca Rezende na entrada de São Domingos e também mataram um tratorista aqui, assim me falaram os companheiros que estiveram juntos.

O caso aconteceu quando já tinha muitas rocinhas, até grandes, plantadas de feijão na região de Santa Rita puxando pro lado do Barretos, naquele meio o fazendeiro mandou um cara de trator de esteira desmatar. Onde achava uma rocinha metia o trator e revirava tudo. Levava tudo aquilo amontoando os paus, para atrapalhar e pressionar os posseiros. Os donos dos terrenos que já tinham suas rocinhas chegaram nele e lhe pediram com muito jeito e carinho: - rapaz pelo amor de Deus! Isto aqui é a comida que temos para nossos filhos e você faz um serviço desses com essa máquina!? Ele só disse: estou aqui mandado pelo fazendeiro e não atendo a voz de vocês e aqui não tem acordo. Os grileiros ainda contam que ele mostrou um picadinho de bala¹⁹⁵ e uma carabina e falou assim: olhem, minha lei é essa! Os posseiros falaram entre si: - são balas, e dar a cara pra uma carabina dessas não tem jeito e ele continuou moendo as rocinhas. Então falaram: - precisamos dar um jeito nesse cara, não vamos deixar assim. Vieram nos seus ranchos e prepararam algumas “coisinhas” que eles tinham e amoitaram. Todos os dias cedo o pessoal da fazenda vinha trazê-lo de carro e lhe davam assistência. No outro dia cedinho, estava clareando o dia, o carro encostou, mas os do carro logo se mandaram. O tratorista devia ter muita coragem, porque ele peitava mesmo e dizia pro motorista do fazendeiro: - podem me deixar sozinho, que eu quebro o pau aqui. O cara do carro o largava ali e partia rapidamente, acho que de medo se mandava. Dizem que naquele dia ele chegou, desceu e assim que o carro virou para trás ele subiu no trator de esteira e deu partida. Funcionou o trator com os caras amoitados por perto. Quando deu partida para trabalhar, os caras o queimaram.

Tem gente que afirma que ele era inocente. Eles dão essa desculpa, mas eu acredito que ele ao responder pros caras, não queria nem saber o que aconteceria. Certamente estava ganhando uma boa gorjeta, uma grana muito grande para encarar aquela bocada! Todo mundo diz que foi isso. Ele nem era da fazenda em conflito. Segundo o pessoal daqui ele era mandado do Barretos que queria ser o dono da área, que é o Joaquim Goulart. Era mandado por ele, sem dúvida! Por que um cara entraria aqui naquela época?¹⁹⁶.

Destacamos deste relato os pontos que parecem evidenciar que, neste período, no Vale do Guaporé se instalou e construiu uma cultura de confrontos armados, nas áreas em conflitos de posseiros com os latifundiários. Ele inicia dizendo que *tivemos enfrentamentos com pistoleiros*, mas não explica a morte do *administrador do Zeca Rezende*, que era de uma das fazendas ocupadas e não lhe dá muito destaque. Até hoje não foram esclarecidas as circunstâncias em que a morte ocorreu e parece não haver dúvidas que foi obra dos posseiros de São Domingos.

Houve depoimentos que foram mais específicos em relação ao tipo de práticas deste funcionário da fazenda. A sede da mesma estava localizada próxima à rodovia em construção. Partindo da rodovia seguia até a sede, a única estrada pela qual também transitavam os posseiros, numa de suas rotas de ocupação de São Domingos. A passagem dos posseiros, nas proximidades da sede, começou a ser interceptada por este gerente que os ameaçava e impedia de seguirem o caminho. Estes, então, retornavam ou seguiam pelo

¹⁹⁵ Punhado de balas.

¹⁹⁶ Entrevista com Tonho Toca, em agosto de 2001.

mato, às escondidas, beirando a estrada. A tensão foi se elevando até que os posseiros resolveram fazer uma tocaia, mas parece que o gerente morto na entrada não seria o da fazenda do Zeca Rezende.

Outros relatos como o do Joãozinho e do Renato do INCRA que divergem tanto na informação sobre a pessoa que foi morta pelos *posseiros*, quanto nos motivos que conduziram a este desfecho e as circunstâncias em que ocorreu. O gerente da fazenda do Zeca Rezende aparece em vários depoimentos como perseguidor e agressor dos *posseiros* que tentavam entrar na gleba. Manoel Prado chegou a relatar o caso em que se esconderam na mata para escaparem à sua perseguição. A referência à sua morte só aparece no relato do Tonho Toca.

Renato do INCRA parece identificar o rapaz que foi morto pelos posseiros como funcionário da fazenda Palmar de propriedade de Bráulio Menezes e Cia. Os *posseiros* teriam feito uma tocaia no caminho por onde passava para chegar à fazenda. Voltava da cidade de Pontes e Lacerda onde teria participado de uma reunião do Rotary Clube ao qual estava filiado. Estaria na porteira da fazenda quando os posseiros tocaiados o teriam assassinado. Na avaliação do Renato *morreu inocente*, assassinado covardemente pelos *posseiros*.

O relato do Joãozinho parece muito próximo desta versão ao afirmar que *morreu o gerente de uma fazenda vizinha já toda ela formada. Ele foi atravessar a porteira que dava acesso à área ocupada e os posseiros que estavam de tocaia, para deter os pistoleiros que por ali entravam, acabaram matando ele por engano, porque não o conheciam*. Ele não informa claramente quem foi morto, mas parece que se trata da mesma pessoa da qual falava o Renato, pois seria o gerente da mesma fazenda. Neste caso, teria morrido por *engano* e não se trataria de pistoleiro como se refere o Tonho Toca ao administrador da fazenda do Zeca Rezende.

A imprecisão da memória coletiva que aparece nos diversos relatos a respeito desse tipo de práticas, pode ser interpretada como parte da estratégia dos posseiros que não só resistiam às agressões dos fazendeiros. Eles desenvolviam ações para inviabilizarem a produção nos latifúndios ocupados. Há indícios que, em vários casos, chegaram a matar funcionários principalmente gerentes de fazendas para amedrontar os trabalhadores destas empresas. Reforçavam, assim, o argumento de que a área era improdutiva. Contar com detalhes as circunstâncias e os motivos da matança de funcionário de fazenda poderia comprometer a causa dos ocupantes, mas trata-se de executar parte de uma complexa estratégia de luta em que não se descartava a “violência”. As circunstâncias e as motivações para matar alguém que obstruía o caminho da conquista da terra é que mudavam.

O caso da morte do tratorista detalhadamente relatado por Tonho Toca identifica-o claramente como representante do fazendeiro e agressor corajoso, mas impiedoso. Estaria mais identificado com as práticas de um pistoleiro? Sabe-se que os posseiros entravam armados na mata. Sabiam que o enfrentamento *não podia ser de peito aberto*, porque os funcionários ou seguranças das fazendas também andavam armados. Seria temeridade e ingenuidade, na opinião dele, entrarem desarmados? No final do diálogo frustrado dos posseiros com o tratorista, o relato parece mostrar que o intento do funcionário do *Barretos* era destruir as roças que forneciam o sustento das famílias e eram as provas da posse. Evidencia, ainda, que ele os ameaçou mostrando-lhes as armas e a munição e afirmando *essa é a minha lei*, e não teria acordo porque era mandado pelo latifundiário que devia pagar-lhe um salário muito bom para ele *encarar esta bocada perigosa*.

O depoimento expressa uma situação em que de fato os posseiros tinham suas armas, afirmando que por não serem atendidos seus pedidos ao tratorista *prepararam algumas “coisinhas” que eles tinham e amoitaram*. As “coisinhas” a que se refere eram suas armas de fogo, possivelmente, espingardas de caça, mas a forma de dizê-lo parece um recurso de linguagem para não possibilitar a identificação exata a que tipo de arma se refere. A expressão os posseiros *queimaram ele* permite-nos imaginar que falava de armas de fogo.

Porém, o relato do Tonho chama atenção pela riqueza de detalhes e a sua arte narrativa: a morte do tratorista. Primeiro, apresenta a prática dos posseiros de chegarem e fazerem suas roças. Segundo, aponta o atentado do tratorista contra suas provas de posse: a destruição da lavoura plantada. Terceiro, ressalta, na relação dos posseiros com o funcionário do fazendeiro moendo as lavouras, que não só estava destruindo a prova da posse, mas atentava contra a sua vida e a da família, ao destruir seus alimentos.

Habilmente maneja o argumento da defesa da vida em sua narrativa, a favor dos direitos dos posseiros contra o interesse do fazendeiro que apenas defenderia uma propriedade, com documentação suspeita ou inexistente, agindo através de um funcionário pago. O tratorista agressor também deveria ser desclassificado, porque fazia aquela violência contra as famílias dos lavradores sem terra somente por dinheiro ou para provar que era corajoso.

No diálogo entre os posseiros e o tratorista, ressalta a abordagem respeitosa dos primeiros e a truculência do segundo que responde com uma “banana¹⁹⁷” e aponta suas armas e munição, demonstrando sua intenção de terminar o serviço tratado com seu patrão. A coragem e valentia do homem, representando o fazendeiro, foi ressaltada no momento em que o depoente relata a tocaia preparada pelos *posseiros* para *queimá-lo*. Primeiro, era de madrugada quando os posseiros foram para a tocaia. Segundo, mostra que ele vinha no carro da fazenda e que os funcionários que o traziam estavam com medo, pois deixavam-no sozinho e retornavam rapidamente. Terceiro, aponta que não só desafiou os posseiros, mas os próprios funcionários da fazenda, ao afirmar *podem deixar que eu quebro pau por aqui*. Toda a argumentação seguinte se volta contra a maldade, a violência e a ganância deste funcionário que, por uma proeza e um bom dinheiro, desafiava o perigo e afrontava os *posseiros* para defender os interesses de seu empregador, que não se sabe se seria o Zeca Rezende ou o Joaquim Goulart. O depoente argumenta que teria sido funcionário do Barretos, ou seja, do Joaquim Goulart, porque este teria pretensões sobre aquela área e pela localização da ocorrência.

A forma final do relato constitui um discurso que funciona como prática de poder, numa situação de disputa, ao lembrar que *tem gente que afirma que ele era inocente. Eles dão essa desculpa*. Se fosse inocente, no entender dele, não teria assumido este serviço perigoso, pois é o que *todos dizem que aconteceu*. Interessante que ele busca respaldar-se na opinião dos outros posseiros, que é a legitimidade das vozes coletivas. Quanto a isto, porém, sua versão é única, mas apóia-se na legitimidade da memória coletiva. Nenhum outro depoimento faz referência de que tal fato tenha ocorrido.

Se aconteceu este evento ou não, não temos condição de afirmar ou de negar e também não é essa a nossa intenção. Interessa-nos compreender por que apareceu no relato. O importante é o efeito de verdade que produz, como discurso de poder frente a outros poderes, na situação de disputa e concorrência pelo mesmo espaço.

¹⁹⁷ “Banana” gesto típico com os braços.

Esta estratégia discursiva não é exclusiva dos posseiros. Nos processos judiciais movidos pelos fazendeiros contra os ocupantes de suas terras, a desclassificação destes é essencial para imporem a sua verdade e ordem, na lei ou no uso da força bruta. Alguns funcionários do INCRA, ao longo do processo de desapropriação, também recorreram à estratégia do discurso do poder, ao justificarem a desapropriação proposta por causa da situação de “tensão social” existente na área.

Podemos analisar esta disputa pela verdade a partir das proposições de Foucault que relacionam saber, poder e subjetivação do sujeito. Faz uma primeira afirmação: *o próprio sujeito de conhecimento tem uma história, a relação do sujeito com o objeto, ou mais claramente, a própria verdade tem uma história* (1999: p.8). Para esse autor, o sujeito não era um dado estático e definitivo, anterior ao saber e fora do exercício do poder, assim como “o grileiro” ou “o posseiro” não pré-existiam às práticas da grilagem ou do fazer a posse. Mais que isto, considerava necessário encarar os *atos de discurso como jogos (games), jogos estratégicos, de ação e de reação, de pergunta e de resposta, de dominação e de esquivas, como também de luta* (1999: p. 9). Assim os discursos dos sujeitos da disputa pela terra constituíram jogos estratégicos de ação e reação, de dominação e esquivas que criaram sentidos e produziram verdades conflituosas como as relações de forças entre grupos sociais. Neste processo histórico de correlação de forças é que, para Foucault, se daria:

a constituição de um sujeito que não é dado definitivamente, que não é aquilo a partir do que a verdade se dá na história, mas de um sujeito que se constitui no interior mesmo da história, e que é a cada instante fundado e refundado pela história”(p.10), dizendo-o de outra maneira, havia necessidade de investigar como acontece “a constituição histórica de um sujeito de conhecimento através de um discurso tomado como um conjunto de estratégias que fazem parte das práticas sociais” (FOUCAULT: 1999: 8-11).

Entendemos que propõe estudarmos a constituição histórica dos *posseiros, grileiros, “pistoleiros”, “latifundiários”, etc.*, considerando os seus discursos como práticas sociais e políticas que constituem uma estratégia de saber e de poder. Considerando o campo de disputa e de concorrências que se estabelecia no *grilo*, tomamos para a análise do seu cotidiano os conceitos de estratégia e tática, como Certeau (1999) os definia:

Chamo de “estratégia” o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta e denomino, ao contrário, “tática” um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. (...) a tática depende do tempo, vigiando para “captar no vôo” possibilidades de ganho (...) tem que jogar com os acontecimentos para os transformar em “ocasiões”. Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas. Ele o consegue em momentos oportunos onde combina elementos heterogêneos (...), mas a sua síntese intelectual tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a ocasião”.(CERTEAU: 1999, p. 46-7)

A tática é muito mais presente no cotidiano da vida individual de cada *posseiro* e depois *parceleiro*. Suas expressões são muitas nos relatos e nas ações que se descrevem e narram, aproveitam as ocasiões, às vezes, as mais adversas para tirar proveito de forças contra as quais lutam. São disfarces, fugas, recuos, simulações, palavras evasivas, meias

verdades, acordos provisórios, etc, que constituem no dia a dia a vida dos fracos nas suas relações com poderes incontrolláveis que invadem seu espaço e sua vida no tempo do *grilo*. A maioria dos *posseiros*, talvez, nem compreendia a estratégia de luta, mas foram suficientemente expertos e táticos para sobreviver nas dificuldades.

O número de mortos nos conflitos de São Domingos é bastante confuso nos relatos orais. Eles se desencontram quanto ao número de pessoas assassinadas, aos locais onde e a forma como ocorreram. Não fica claro quem eram as pessoas que morreram e quais foram as motivações que provocaram as mortes. As contradições sobre os confrontos com pistoleiros são muitas, no caso da gleba S. Domingos. Num trecho do relato, Joãozinho conta a morte de vários jagunços e de posseiros, mas o acontecimento não está bem identificado no tempo e no espaço, porque fornece poucas referências circunstanciais. Fala de um *antes disso*, referindo-se provavelmente ao caso da morte do gerente da fazenda do Zeca Rezende ou o da fazenda Palmar:

Antes disso, houve mais um outro confronto. Dizem que foi uma bobeira de jagunços que não eram da fazenda ocupada, mas inventaram de andar na terra. Os posseiros e os jagunços andaram se atirando e machucando uns aos outros. Ouvei uma história de que morreram uns quatro jagunços e uns três posseiros. Foram estes os confrontos que aconteceram¹⁹⁸.

Encontramos em outros relatos diversas referências à morte de pistoleiros na Gleba São Domingos, mas não encontramos quem fizesse qualquer alusão à morte de *posseiros*. Joãozinho foi o único que relatou, com detalhes, vários conflitos de glebas diferentes e retratou uma situação de alto grau de conflitos, quase um clima de guerra no Vale do Guaporé, também compartilhado por Lourenço Nunes.

A atuação dos pistoleiros no conflito das terras de São Domingos pode ser lido como parte de uma ação mais ampla dos fazendeiros e deste tipo de agentes sociais que praticavam sua profissão no sudoeste e em outras partes do estado, naquele período:

Não conheci nenhum pistoleiro que atuou em S. Domingos, mas aqui na cidade conheci vários que eram meio descartáveis, como se diz. Descartável é aquele camarada que não trabalha. Chamam-no de pistoleiro descartável, porque não trabalha só para um camarada. Às vezes alguém, de repente, precisa dele para pegar e *fazer um cara*¹⁹⁹ na rua mesmo. Então ele vai e faz ou toma conta de picada no mato. Esse é o descartável que faz de tudo. Conheci muitos tipos assim²⁰⁰.

Os nomes que lhe são atribuídos em grande parte definem as suas funções. O fazendeiro os contratava como a qualquer outro trabalhador para sua segurança pessoal ou guarda dos bens e propriedades. Os seus contratos, em geral, eram temporários e por tarefas. Não teriam residência fixa, por muito tempo, nos locais de trabalho, pois quase sempre vinham de fora, de estados como o Paraná, Minas Gerais, Goiás e Espírito Santo e podiam retornar para lá logo após o cumprimento de suas tarefas.

Nomear o pistoleiro como “descartável” indica a sua função estritamente tarefaira e empregado pelos fazendeiros em qualquer serviço, porque ele o faz. As funções para as quais eram contratados podiam ser: correr as picadas nas matas da fazenda; pressionar trabalhadores assalariados ou posseiros a saírem da fazenda; executarem desafetos do contratador; acompanhar o proprietário de terras em missões de risco; fazer proteção pessoal, executavam todas as atividades definidas pelo gerente ou o patrão. Muitas vezes, o

¹⁹⁸ Entrevista com João Vieira, em julho de 2000.

¹⁹⁹ A expressão vou “fazer um cara” era usada para dizer que iria matar alguém.

²⁰⁰ Idem, João Vieira.

peão era contratado por um tipo de serviço e depois que estava na fazenda tentavam obrigá-lo a participar de atividades típicas de jagunço, como relata o cerqueiro²⁰¹ contratado pela Fazenda Nossa Senhora Auxiliadora, de Antenor Duarte do Vale:

Nesse ínterim, durante a fase de derrubada da mata, o gerente da Fazenda o procurou, propondo-lhe pagar Cr\$ 50 mil e mais 20 mil ao mês, com direito de continuar fazendo as empreitas que vinha realizando, para que matasse um fazendeiro vizinho de nome Pedro Ferro, adiantando-lhe que quem ali trabalhasse tinha toda garantia, armas modernas em quantidade, bem como todo o apoio da polícia de Cuiabá, que só ia na Fazenda para expulsar posseiro, sendo que a camioneta C-10 vermelha que a polícia usava para ir à Fazenda, fôra dada pelo Sr. Antenor e pelo Dr. João, este último da Fazenda Cerro Azul. Recusada a proposta pelo declarante, este foi advertido pelo Gerente de que sendo assim ele estaria contrário às ordens da Fazenda, onde todo empregado deveria fazer de tudo, inclusive ser jagunço e matar quem tivesse que ser morto²⁰².

O denunciante afirmava que fora contratado pela fazenda para construir cercas e currais, mas como o material necessário não estava disponível contratou e executou outros trabalhos de empreita na fazenda junto com dois companheiros. Tendo cumprido bem todos os contratos, ganhara uma boa quantia de dinheiro, mas ainda não tendo o material para a tarefa inicial o gerente teria tentado transformá-lo em jagunço com uma proposta financeira tentadora, assegurando-lhe armamentos e munição moderna e proteção legal da polícia. O relato explicita o entranhamento existente entre a lei, as autoridades, certos fazendeiros e pistoleiros. Os fazendeiros financiando a polícia que agiria contra os *posseiros* e forneceria armas e proteção aos pistoleiros que, por sua vez coagiriam trabalhadores ou matariam *quem deve ser morto*, ou seja, fazendeiros que competiam com seu patrão ou trabalhadores que atrapalhavam seus lucros e planos. É um sintoma de uma cultura que se constituiu no Vale do Guaporé. Este documento traz inúmeras outras informações sobre este cotidiano que unia visceralmente funcionários do Estado, iniciativa privada e trabalhadores assalariados do capital.

É interessante observar como Lourenço Nunes detalhou no seu relato nomes, funções, hábitos e práticas destes atores sociais no Vale do Guaporé, sobretudo em Pontes e Lacerda nos anos de 1970 e 80:

O nome que as pessoas aqui davam para o grileiro ou o posseiro era invasor. Já o pistoleiro é o pistoleiro, mas tem vários outros nomes, inclusive pode ser o guaxebeba, como eles tratam. Guaxebeba é um pistoleiro, um cara prevenido sempre está preparado para entrar no mato atrás de posseiro ou grileiro, se procurado pelos fazendeiros. O jagunço e o guaxebeba são um só. Infelizmente, hoje o jagunço é preparado e documentado, pois é profissão. Hoje ele já é

²⁰¹ Cerqueiro é o profissional especialista em construir cercas de arame e currais para o manejo e criação do gado no meio rural.

²⁰² Queixa apresentada por Marques Soares Borges, ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pontes e Lacerda, no dia 2 de novembro de 1980, entregue pelo Padre Luiz Tanguy ao deputado Ubiratan Spinelli e aos bispos da diocese de Cáceres, em 23 de maio de 1981. A declaração está em quatro laudas datilografadas e assinadas pelo declarante indicando certidão de nascimento e outros dados pessoais. O trecho transcrito é o último parágrafo da primeira folha.

profissional, mas o guaxeaba não. O guaxeaba só tem vida torta. Não tem carteira registrada, não tem nada²⁰³.

Retoma a idéia de que a sociedade local conhecia o posseiro como grileiro ou invasor de terras, mas o mais importante, neste trecho do depoimento, parece que são os nomes como eram conhecidos os seguranças das fazendas ou funcionários contratados para realizarem serviços de proteção às propriedades ou ao patrimônio dos latifundiários. Três nomes para indicar funções diferentes: o pistoleiro era o mais conhecido e temido porque tido como matador profissional; o jagunço podia ser um profissional a serviço permanente de um só patrão ou contratado temporariamente para uma tarefa, fiel a uma ética própria da profissão; e o guaxeaba, mais típico da região, designa o sujeito bandido, de vida torta que fazia tudo por dinheiro.

Joãozinho relata que conheceu alguns famosos pistoleiros que viviam na cidade de Pontes e Lacerda que agiam em todo o Vale do Guaporé, respeitados pelo seu profissionalismo e temidos pela sua frieza na execução de pessoas:

Não sei de nenhum pistoleiro que trabalhasse direcionado só para alguém ou que atuasse no caso específico de S. Domingos ou de outra área. Inclusive, dos que conheci aqui que eram muito afamados, três já foram mortos. Eram o tal de Valdirão, o Cirçã e o Pelezinho. Na história daqui, estes três faziam de tudo e eram descartáveis afamados²⁰⁴.

Ele citou três nomes de pistoleiros, mas muitos outros ficaram conhecidos em Pontes e Lacerda. Os posseiros da gleba Scatolin se referem a um tal de “Mato Grosso” como um homem perigoso, matador, bom de pontaria e muito esperto. Homens assim raramente se colocavam a serviço de um só proprietário. Executavam serviços por tarefas ou empreitas. Vinham contratados para fazer a *limpeza de uma área*, isto é, para retirarem ocupantes indesejados nos latifúndios.

Lourenço Nunes vivendo no centro da cidade de Pontes e Lacerda parece que conheceu bem o funcionamento do sistema de contratação destes serviços pelos empresários que viam ameaçadas as suas propriedades. Contratavam os serviços de *limpeza da área* com um *empreiteiro*, chefe de mão de obra especializada que vinha de outros lugares:

Os pistoleiros não eram da região, vinham de fora. Quando os fazendeiros formavam o grupo de pistoleiros deles, eles traziam de outros estados: de Goiás, às vezes, traziam de Cuiabá e vinham do Paraná, porque lá eles já tinham os pistoleiros velhos, os chefes ou os empreiteiros. Estes pegavam a empreita para limpar a área e traziam os peões ou a jagunçada deles. Aquilo era uma empreitada, porque eles pegavam a empreita para limpar sua fazenda. Ajustavam os camaradas dizendo: - vamos pra quebra de milho, ou vamos plantar milho. Eles falavam em “quebra de milho”. O cabra que não entendia, pensava que iria quebrar milho e, chegando lá, era diferente. O empreiteiro e o cara vivem disso. Não recebem salário fixo. Às vezes dizem pro cara: - vamos pra tal lugar fazer uma limpeza do milho. O camarada vem, recebe pelo total contratado, volta e só vem

²⁰³ Entrevista com Lourenço Nunes da Cruz, em agosto de 2001.

²⁰⁴ Entrevista com João Vieira, em julho de 2000.

de novo quando pegar outra empreita no lugar. Alguns deles que vêm como encarregados ficam ali esperando por vaga ou patrão até arrumarem serviço²⁰⁵.

Alguns destes empreiteiros tinham mais condições empresariais para manterem seus representantes locais a espera de contatos com as empresas ou pessoas necessitadas de seus serviços. Tendo fechado algum contrato eles tratavam de formar a turma para a empreita e traziam gente de fora da região, que ainda não era conhecida. Lourenço Nunes que morava próximo a um dos hotéis mais freqüentados da cidade, aponta casos em que empreiteiros acamparam junto com 15, 20 ou 30 homens, nos hotéis e pensões, até executarem suas empreitas. Muitos deles se tornaram conhecidos na cidade como pistoleiros, mas também como gente honesta e boa pagadora. Relacionavam-se bem com a população da cidade e no cotidiano viviam como cidadãos comuns na sociedade local.

Os empreiteiros tendo fechado os contratos *de limpeza de uma área* precisavam organizar sua turma de peões. Muitas vezes, o contratado não tinha experiência de pistoleiro e nem sabia de que se tratava, pois os *chefes* lhes falavam em linguagem cifrada, em códigos como *vamos quebrar milho* cujo significado nem sempre conheciam. Percebiam a gravidade da situação no momento em que lhe entregavam as armas para começar a ameaçar e amedrontar ocupantes de terras a serem retirados ou eliminados.

Não era fácil ao observador pouco atento perceber a presença de pistoleiros na cidade, mas aconteceram casos em que se conhecia a identidade profissional de alguns. Vejamos como Joãozinho relatou sua experiência em relação a alguns deles:

Conhecia um, porque morava vizinho dele. Um dia tomamos cerveja, juntos e ele abriu o jogo. Os outros sabíamos deles através de um amigo que os conhecia e porque aconteciam as histórias. Eles são camaradas diferentes, mais amigos que seu amigo do dia a dia, conhecido de infância. Nós não nos abrimos tanto um pro outro, como eles. São pessoas frias, como se diz, podem acabar de aprontar uma tarefa e chegam conversando muito tranquilos e dando risada. Chamam você pra tomar cerveja em qualquer lugar, não se importam, pois são assim. São pessoas que chegam facilmente até você. O Cirçã falou que procuram não mostrar distância com ninguém, para o povo não desconfiar. Eles gostam de estar no meio do povão, brincando. Eles são muito amigos, mas amigos da onça, que dão o tapa e escondem a mão. Não são pessoas que tropeçam com você, somente quando são mandados vão em cima daquilo²⁰⁶.

Este depoimento ressalta as estratégias de convivência destes homens para não atraírem suspeitas sobre si e nem revelarem sua verdadeira identidade profissional. No relato, o depoente utilizou diversos adjetivos para qualificá-los negativamente: *são diferentes, são mais amigos que seu amigo do dia a dia, tomam cerveja, com você, em qualquer lugar, ainda, chegam facilmente até você* e não mostram distância com ninguém ou *gostam de estar no meio do povão, brincando* e não tropeçam nos outros, mas por outro lado *são frios, tranquilos, amigos da onça, dão o tapa e escondem a mão e quando mandados vão em cima*. Ao que parece, trata-se de personalidades muito complexas cujas identidades são voláteis, mutantes e facilmente se adaptam ao ambiente, mas não se desviam de suas metas estratégicas e compromissos profissionais. Este depoimento foi corroborado por diversos outros, mostrando que eram conhecidos na cidade e temidos pela população, mas tratavam bem as pessoas fora de sua mira ou do contrato de trabalho.

²⁰⁵ Entrevista com Lourenço Nunes, em agosto de 2001.

²⁰⁶ Entrevista com João Vieira, em julho de 2000.

Em Pontes e Lacerda, a memória social ficou profundamente marcada pela presença dos pistoleiros e as histórias sobre eles são incontáveis. Lourenço Nunes que vivia em contato com os posseiros e os pistoleiros conta mais sobre estes últimos:

Em Lacerda, tinha pistoleiros famosos como o João Canuto, que era um grande homem. Trabalhava como pistoleiro e veio como chefe deles. Era homem muito honesto e muito boa gente. Vivia no meio do povo e com a jagunçada dele. Eu aluguei casa pra eles, pois vieram em 25 jagunços. Ainda tem alguns deles aqui que vieram do Paraná, mas ele foi morto em Mirassol por uma mulher e filho.

Vamos ver se lembro o nome de outro cara (...) era conhecido como pistoleiro e empreiteiro. Deixa ver, ele veio do Paraná e o nome dele era Floriano. Foi famoso e vinha com 30 homens, todos pistoleiros que se alojavam no hotel por conta dele. Andavam na rua como peões de fulano e ninguém punha a mão neles. O Floriano matou um homem muito grande, que veio pra brigar nessas terras do Geraldo Riva, parece que é do outro lado do Sararé²⁰⁷. Ali eles brigaram muito mesmo e veio uma turma grande do Paraná. Depois o Floriano morreu em uma queda de avião aqui na fazenda do Bráulio. Andavam de peito limpo o empreiteiro e os peões. Se pegasse um peão daqueles, eles iam tirar onde estivesse. Se a polícia pegasse ou prendesse um peão do Floriano, naquela época, eles soltavam na mesma hora, porque ele mandava soltar e tinha que soltar senão revoltava tudo. Sempre tinha uma turma de uns 20 jagunços todos armados²⁰⁸.

Lourenço Nunes retoma qualidades, aspectos da prática e da personalidade destes homens muito respeitados e temidos pela capacidade de impor sua vontade à força e também pelas suas estratégias de inserção na sociedade local como cidadãos *honestos*, respeitadores de quem não atravessasse seu caminho. Mostra também o poder de fogo que certos empreiteiros de pistoleiros tinham para influenciar os poderes do estado ou de empresários com interesses locais. A presença dessas turmas de *peões* movimentava setores da economia da cidade, animava a vida social, mas também criava inúmeros campos de atritos, conflitos e confrontos de jagunços armados por facções a serviço de proprietários que muitas vezes rivalizavam na disputa pelas mesmas áreas. Se levantássemos todos os nomes de pistoleiros citados nos depoimentos, a lista cresceria passando pelo Valdirão, Cirção, Pelezinho, Mato Grosso, João Canuto, Floriano, e outros. Os *chefes de pistoleiros* ou *os empreiteiros*, em geral, ficaram mais conhecidos porque contratavam o serviço e depois juntavam sua turma para executá-lo.

A ação deles seria executada com o maior rigor e sangue frio. Não afetava o seu relacionamento com os demais membros da sociedade local. Sua atuação era estritamente profissional, no ofício não transigiam, nem consideravam argumentos de natureza moral ou religiosa contrários às suas práticas. Consideremos mais este trecho do depoimento que aborda o assunto:

²⁰⁷ Trata-se de uma referência ao Rio Sararé, um dos afluentes da margem direita do Rio Guaporé.

²⁰⁸ Entrevista com Lourenço Nunes da Cruz, em agosto de 2001.

Deus me livre deles. Até hoje, graças a Deus, ninguém matou um irmão meu. Acho doído o camarada chegar e matar friamente. O Cirção me contou um dia que um cara falou pra ele: - pega esse revólver e faz esse negócio. Ele só lhe disse: - manda colocar uma pinga ali, enquanto eu vou lá e encontro o cara. Estavam num boteco, no meio da rua ao meio dia em ponto, ele e o cara e o botequeiro foi pondo a pinga. Ele pegou o revólver do cara e foi lá. Matou o cara, voltou e tomou a pinga. Ele me contou isso com a própria boca, no meio da rua²⁰⁹.

O trecho reforça aspectos da prática destes homens já abordados por outros relatos. A preocupação principal não é com a veracidade destes fatos narrados, mas em compreender porque ficaram marcados na memória social a ponto de aflorarem, em todos os depoimentos de *posseiros* e até de não posseiros. Histórias como esta contada pelo Cirção a um trabalhador sem terra certamente tinham endereço e objetivos estratégicos claros. Não seria uma mensagem dos empresários, avisando os trabalhadores do que poderia acontecer-lhes porque existiam sujeitos como o Cirção para executar serviços contratados por eles? Esses tipos de história certamente funcionavam e acionavam o medo entre os sem terras e, por isso, encontramos inúmeros deles que nunca tiveram coragem de enfrentar o *grilo*, por causa dos riscos de vida que representava. O imaginário sobre a existência dos pistoleiros e de suas ações relatadas nas inúmeras histórias que circulavam de boca em boca atribuíam poderes e agilidades que eles, às vezes, em carne e osso não tinham. Os relatos, sendo “jogos estratégicos”, também poderiam servir para justificar a eliminação de sujeitos com tais atitudes e práticas, pelos posseiros.

Outro aspecto presente em diversos depoimentos trata do relacionamento destes pistoleiros com a polícia local. *A polícia não metia a mão nestes caras* com muita facilidade e frequência. Eles eram temidos. A polícia os respeitava e, muitas vezes, tinha medo deles ou os tinha como aliados na execução de despejos judiciais, mas muito mais quando agia fora dos parâmetros legais lhes dava cobertura e proteção legal. Lourenço Nunes dizia do bando ou da *turma* do Floriano, quando a polícia prendia algum dos *peões* dele *mandava soltar e tinha que soltar senão revoltava tudo*. Joãozinho lembra-o também a respeito de outros pistoleiros conhecidos na cidade sem serem incomodados pela polícia ao afirmar: *a polícia não abraçava o Cirção e o Valdirão. Nem tentava pegá-los e também não conseguia, porque não os encarava*.

Este respeito da polícia pelos pistoleiros tinha suas razões. Se prendesse qualquer um desses homens, em poucas horas, os advogados dos “empreiteiros” ou do fazendeiro que os contratara articulava com as autoridades e comandos mais graduados e os retiravam da cadeia, humilhando os policiais ou ameaçando resistir nas próximas tentativas de prisão. Para ilustrarmos mais a complexidade das relações que havia entre empresários, grupos paramilitares armados, policiais, judiciário e os diversos poderes estatais locais ou superiores, analisemos com mais detalhes o relato de Lourenço Nunes:

Aqui quem mandava e fazia a lei era quem pudesse mais. Por exemplo, se eu morasse no Paraná e tivesse uma fazenda no município e ela fosse invadida, eu traria pra cá o Floriano que já conhecia do Paraná. Diria pra ele: - vai limpar aquilo. Ele que vivia disso ia, porque tinha a mesada dele. Tinha avião, tinha tudo por conta da firma lá. Tudo o que acontecesse aqui, a firma cobria. Se prendessem um peão dele, a firma mandava soltar na hora. O comando deles (empresas e empreiteiros de pistoleiros) era bem feito. Não era coisa só acertada de boca: - eu pego a sua

²⁰⁹ Entrevista com João Vieira, em julho de 2000.

empreita, mas você me larga tudo. Era tudo por conta da firma. É onde ele (Floriano) mandava fácil. Chegava para o acerto, que ele era homem direito, pra pagar era honesto. Ele comandava os peões que limpavam as picadas da fazenda ou corriam as picadas tirando gente do mato, no acordo. Chegavam e faziam acordo com os posseiros. Os caboclos saíam e os pistoleiros queimavam os barracos. Também tiravam na bala, que fosse, depois que eles saíssem da área chegavam o tiro. Aqui teve muitos que foram mortos, assim, pelo Floriano. Ele mesmo não contava suas proezas, mas isso tudo era público. Todo mundo sabia disso e a polícia não fazia nada, porque não tinha condições. Não tinha condição pelo seguinte: porque eles vinham pra tirar o pessoal da terra. Chegavam e buscavam um acordo, mas na hora que não tinha acordo dava briga. A polícia começava a “entreverar”, então vinham os advogados das firmas grandes e soltavam sem problema nenhum. É como hoje, se eu tenho um dinheirinho posso até tratar o cadáver que eu matar. É só afiançar o crime. Na época, aqui, os advogados pagavam a fiança dos seus clientes presos e soltavam, pois o crime já estava feito. Aquele peão que matava “vazava”, ia embora, e vinha outro no seu lugar. Aqui era uma terra sem lei ou fazia a lei quem podia mais. Infelizmente, quem podia mais eram as firmas grandes cujos donos moravam mais lá pro Rio de Janeiro, São Paulo ou Brasília. Eles ajustavam o peão, o chefe, o empreiteiro pra vir e tirar o pessoal para fazer a limpeza da fazenda. Estes chegavam (pro posseiro) dizendo: - tenho que tirá-lo da fazenda - mas este dizia: – não saio. Neste sai, não sai. (...) Diziam: - não sai? então vamos queimar o seu barraco. O caboclo já vinha com ignorância e a coisa apertava. Então vinha a polícia daqui, de Cuiabá, de Brasília. Vinha o policiamento de Cuiabá e intervinha no meio daqueles pistoleiros e afastavam eles. A polícia só apaziguava. Entrava no meio tirando posseiro e pistoleiro, afastando-os da área. Nesse meio tempo os posseiros iam cuidar de recurso com o advogado e a fazenda tratava com seu advogado até ver pra quem ficava. Ganhava quem podia mais, aqui foi assim. A polícia nunca esteve do lado do posseiro. A polícia pode entrar no meio para evitar a briga do posseiro com o pistoleiro, mas não vem para apoiar. Se ela vem é para fazer acordo, pra retirar o posseiro e aí muitas vezes não é polícia²¹⁰.

As empresas compradoras das terras do Vale do Guaporé, em sua maioria, eram de outros estados de onde traziam insumos, máquinas, equipamentos, estrutura empresarial e a mão de obra para se instalarem, apoiadas nos incentivos dos recursos públicos e toda rede de relações com os poderes econômicos, políticos e judiciais. Um estado subserviente aos interesses dos capitalistas que não respeitavam as leis, mas as faziam de acordo com a ocasião. O relato sugere a existência de *empresas privadas especializadas em segurança*,

²¹⁰Entrevista com Lourenço Nunes da Cruz, realizada em agosto de 2001.

em vários estados do país nas décadas de 1970-80, estimuladas pelas necessidades de seguranças das empresas latifundiárias que atuavam em todo país sem respeitarem as leis trabalhistas e os direitos de posse de trabalhadores. Um dos representantes deste tipo de *empresa especializada em segurança*, atuando no Vale do Guaporé, seria a do empreiteiro Floriano, vindo do Paraná com toda infra-estrutura financeira, política, judicial, transporte, armas, munição e mão de obra por conta das firmas contratadoras, cujas ações tinham um *comando bem feito*, acertado no contrato. Todo este apoio logístico lhe dava um amplo campo de liberdade de ação *é onde ele mandava fácil*, até sobre a polícia, autoridades, organizações e outros poderes locais.

O relato detalha como se desenvolvia a ação dessa empresa no campo na sua relação com os *posseiros* que veio retirar. Ressalta que iniciavam com uma tentativa de acordo para a retirada da área sob pressão e ameaças. Por respeito ou medo os *posseiros* se retiravam e os pistoleiros iam destruindo e incendiando os barracos e, muitas vezes, acabavam matando alguns dos *posseiros*, já fora da área, para amedrontá-los e evitar o seu retorno após a retirada da empreiteira. Estes acontecimentos seriam conhecidos, mas a polícia não coibia seus autores. Caso não houvesse acordo, criava-se o confronto em que poderia morrer gente dos dois lados. Nesses casos, a polícia intervinha para evitar os conflitos, retirando pistoleiros e posseiros da área e a questão se desenrolava na justiça onde os personagens mais importantes eram os advogados dos dois lados. Pagavam a fiança de pistoleiros assassinos presos, que libertados sumiam do lugar para não responderem processo judicial e eram substituídos por outros. As prisões de pistoleiros desmoralizavam a autoridade da polícia que conhecia assassinos e não os prendia porque tinham a proteção de autoridades superiores²¹¹. Essa impunidade constituía a base desta representação do lugar como *uma terra sem lei* ou, melhor dizendo, *fazia a lei quem podia mais* e a impunha com os recursos que dispunha. As disputas de terra deixavam as autoridades locais sob o fogo cruzado de poderes que jogavam num campo mais amplo e complexo, no qual eram figurantes

²¹¹ A proteção de autoridades superiores estaduais e federais a tais empresários que utilizavam empresas de segurança privada pode-se perceber na denúncia do cerqueiro Marques Soares Borges, quando afirma que o gerente para convencê-lo a ser jagunço lhe garantia “armas modernas em quantidade, bem como o apoio da polícia de Cuiabá” a mesma situação que se criou com a “polícia rural”, na gleba Cerro Azul denunciada pelo Padre Tanguy.

secundários, muitas vezes, impotentes²¹² e outras mancomunados aos mais fortes contra os mais fracos para burlar a lei ou constituí-la. Pior que isso, às vezes, gente fora da lei poderia agir como se fosse autoridade legalmente constituída. Este parece o caso de pistoleiros fadados como policiais, que aparecem freqüentemente, como nesta representação do depoente:

Pode até vir com a farda da polícia. Creio que muitas vezes não é polícia, mesmo que venha fardada. Creio que são daqueles bandidos que eles trazem de fora e põem a farda neles. Aconteceu, aqui em Mirassol, de morrer dois soldados e os outros que morreram fardados, o que eram? Eram bandidos e isso está provado. A polícia era pouca. Há pouco tempo, uns dois ou três anos atrás, um capitão falou que morreram cinco soldados num confronto na Barra Funda, mas em Cuiabá só apontaram um soldado que morreu que era daqui. Os outros então só estavam com a farda de polícia. Isto é que não foi esclarecido com certeza, porque só mostraram dois soldados que morreram. Por que? Tinham que apresentar todos. Eu acho o seguinte, eles entram na cadeia e tiram aqueles bandidos mais famosos, vestem a farda da polícia e dizem: - bom, você está livre, se perdeu, morreu. Eu penso que é isto, a gente não vê o trato deles, mas por que morrem dez ou doze fardados e só aparecem dois policiais mortos? As autoridades tinham que apresentar os outros²¹³.

Este depoimento retoma uma série de questões já apontadas anteriormente e ajuda explicitar o ambiente cultural que se estabeleceu a partir das práticas dos posseiros que, na região do Vale do Guaporé, desafiavam a ordem instituída pelo estado e a força da iniciativa privada dos latifúndios.

Lourenço Nunes levanta outro viés de uma questão apontada no depoimento de uma filha de policial já aposentado que atuou muitos anos na Colônia Rio Branco-MT. Ela lembrou-se que, na infância, seu pai contava que o governo federal em acordo com o estadual buscava presidiários do nordeste e sudeste do país para colonizar áreas do estado, prometendo libertá-los em troca da terra que deveriam ocupar e fazer produzir. O depoimento acima se refere ao uso de presidiários para reprimir posseiros em troca da liberdade. Seria o inverso da informação do pai policial à sua filha, ao levantar a hipótese de o estado adotar a mesma prática para encorpar os quadros da polícia estadual a serviço

²¹² O jornal *O Estado de São Paulo*, no dia 5 de março de 1978, publicou uma declaração atribuída ao delegado de Pontes e Lacerda, Mário Brandolph da Costa, após o conflito dizia: “*aqui tudo é muito confuso – diz ele. Ninguém sabe quem é dono do que e os títulos quase nunca são apresentados*”; e declarava mais: “*não se chegará, também desta vez, a uma solução pacífica da disputa entre fazendeiros, pretensos proprietários ou grileiros e os posseiros*”.

²¹³ Entrevista com Lourenço Nunes da Cruz, realizada em agosto de 2001.

dos fazendeiros, colocando criminosos na linha de frente dos combates com os posseiros nas áreas de conflito?

Na descrição da *terra sem lei* ou da vigência da *lei do mais forte*, estão presentes imagens interessantes que nos possibilitam falar de uma cultura da fronteira agrícola, em expansão onde a lei escrita não normatiza nem norteia as vidas humanas, mas é uma força que impõe determinado tipo de relações, controla, reprime e institucionaliza. A lei da força ou a força da lei depende da correlação existente entre as diversas forças que competem no mesmo campo de lutas. O trecho do relato que segue parece ajudar a entender a dinâmica deste processo instável:

O pistoleiro existiu de verdade e não é invenção do posseiro, que não faria isso. O posseiro entra na sua terra trabalhando quietinho, plantando os pezinhos de mandioca e as coisinhas dele. Então a fazenda (...) está invadindo, quando manda alguém de lá pra cá pra fazer um acordo. Se não der acordo vem dez pra intimidar e se ainda não der parte pra justiça. Não dando acordo, pega um foguinho, briga e mata um ou dois. Aí entrega pra lei, porque já tem sangue e morreu alguém. A lei entra para fazer investigação e acabar com a guerra, é uma guerra, que já morreu dois. É onde a justiça intervém para tirar o posseiro e o pistoleiro²¹⁴.

A afirmação de que os pistoleiros existiram não só na imaginação dos posseiros confronta-se com o depoimento de um funcionário do INCRA que afirmara que houve casos de pistoleiros, mas não na quantidade e intensidade com que os posseiros os lembram e contam nas suas narrativas. As próprias narrativas exerceriam uma função estratégica que justificava algumas atitudes dos posseiros agindo contra a vida de funcionários de empresas cujas terras ocupavam.

A atuação dos pistoleiros, porém, não só se tornou conhecida nas áreas de conflito de terra com posseiros, mas também nas fazendas que contratavam abundante mão de obra de peões para os serviços de desmate, plantio ou roçagem de pastagens em determinados períodos do ano como aponta o relato que segue:

Os pistoleiros pegavam também as pessoas que eram contratadas para trabalharem nas fazendas. Aqui aconteceu muito disso, os fazendeiros levavam a peãozada e o camarada trabalhava dois, três ou quatro meses numa roçada e derrubada de mato ou roçada de pasto, que fosse. No final,

²¹⁴ Entrevista com Lourenço Nunes da Cruz, em agosto de 2001.

para não pagar o camarada, contratavam o pistoleiro e mandavam apagar. Eles faziam desse jeito, só não sei se ainda acontece hoje, mas a gente soube muito disso²¹⁵.

A expressão *a gente soube muito disso* inscreve e referencia este relato na memória coletiva que se constituía a partir das experiências de vida e das histórias que circulavam no meio social. Então, *limpar uma área* ou *quebrar milho* não só se referia ao despejo de *posseiros* das terras ocupadas, mas também de controlar peões assalariados temporários e assegurar os lucros dos investimentos do empresariado que fazia a lei do trabalho sem salário.

Encontramos a denúncia do trabalho escravo mais fortemente registrada no relato de um outro nordestino²¹⁶ com longa trajetória de migração saindo do Pernambuco, ainda menino acompanhando a família, até Dourados no final da década de 1950, onde se criou e na década de 1970 migrou para Pontes e Lacerda. Ele se dizia atraído pela propaganda da Reforma Agrária que o governo fazia no rádio quando ainda morava no sul de Mato Grosso. Veio atrás da promessa oficial de terra para o trabalhador sem terra que desejasse trabalhar. Tinha tradição agropecuária de pequeno porte, mas vivera na maioria dos lugares anteriores como arrendatário ou diarista.

Seu irmão mudou-se para Pontes e Lacerda e, um tempo depois, Diá novamente juntou-se a ele. Relatou com detalhes como funcionava o sistema de empreita nas fazendas, operado pelos “gatos” ou empreiteiros de peões. Como exemplo, citou o caso da fazenda Cobral, no município de Vila Bela, nas proximidades da fronteira com a Bolívia, à margem esquerda do Rio Guaporé, há mais de 40 km da cidade, onde seu cunhado trabalhou e permaneceu preso, por vários meses. Foi procurá-lo e o encontrou endividado naquela fazenda. *A libertação dele só veio depois que eu trabalhei várias semanas junto com ele para concluirmos o trabalho de outros peões*²¹⁷, pois a prática da empresa era não liberar ninguém mesmo cumprido o contrato, antes que todas as turmas tivessem terminado suas tarefas. Contou, também, que toda tentativa de fuga ou evasão da área era frustrada pela vigilância dos pistoleiros que se aproveitavam da distância da cidade e do conhecimento da região para reconduzir os fugitivos²¹⁸. Os que tentassem uma segunda fuga eram mortos na

²¹⁵ Entrevista com João Vieira, em julho de 2000.

²¹⁶ Entrevista com Diá, o Francisco Alexandre dos Santos, realizada em julho de 2000, na sua residência na comunidade do Barreirão situada na gleba Scatolin, a 12 km de Pontes e Lacerda.

²¹⁷ Idem, Diá, Francisco Alexandre dos Santos.

²¹⁸ Carta Pastoral de D. Pedro Casaldáliga. *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social*. Prelazia de São Félix do Araguaia, 10 de outubro de 1971, da p. 26-28 cita casos e arquivos de situações de escravidão de peões, nas fazendas do noroeste de Mato Grosso, de 1960 e 70.

mata, conforme alguns depoentes²¹⁹. Aqueles peões que, por acaso, chegassem até o local onde a barca fazia a travessia do rio Guaporé, na cidade de Vila Bela, segundo o Diá, eram recapturados pelos capangas da fazenda ou presos pela polícia local que lhes *amarrava uma pesada corrente nas pernas e no pescoço que precisavam carregar ou arrastar se quisessem deslocar-se na cidade*²²⁰. Depois que a empresa liberasse todos os contratados, partiam quase sempre sem pagamento, sem comida e nem transporte, iam a pé da fazenda à cidade de Vila Bela.

A atuação da polícia causava temor e medo nos trabalhadores e posseiros, mas os pistoleiros eram o terror. Só de se ouvir falar deles alguns entravam em pânico, como se pode deduzir do depoimento do Joãozinho que segue:

O medo maior do posseiro era do pistoleiro, porque sabia que este vinha encomendado pela fazenda para exterminá-lo e o encontro com ele era fatal. Os posseiros também tinham medo, secundariamente, da polícia que podia, de uma hora para outra, vir mandada pelo fazendeiro. Havia estes dois tipos de medo, mas o maior mesmo era do pistoleiro que vinha para matar o posseiro e não para pedir sua saída da fazenda, considerada do seu patrão. Se encontrasse algum posseiro o pistoleiro matava mesmo. Não tinha esse negócio de falar: - companheiro, vamos sair daqui ou desocupa aí que a fazenda tem dono. Os pistoleiros só não exterminariam se não encontrassem, porque sempre que podiam, eles pegavam mesmo. Os posseiros também não perdoavam os pistoleiros, porque sabiam mesmo que eles perdoassem, não seriam perdoados por eles. Em toda a região, foi na gleba Cerro Azul onde maior número de pistoleiros foram mortos²²¹.

O depoente insiste em dois personagens que causavam medo aos posseiros, mas hierarquiza: *o medo maior do posseiro era do pistoleiro*, porque o confronto decisivo ocorria, sem dúvida, entre os ocupantes e os representantes armados dos proprietários, os pistoleiros. Vinham para matar e não para negociar como parece induzir o relato de Lourenço Nunes ao falar das práticas do Floriano, que tentava *um acordo* e só atacaria os *posseiros* se resistissem à pressão e às ameaças iniciais. A situação podia descambar para um verdadeiro clima de guerra, pois nenhuma das partes confiava e perdoava a outra. Nesta

²¹⁹Os arquivos e denúncias da Prelazia de S. Felix do Araguaia abrangem muitos casos de trabalhadores escravizados, mas também de várias mortes de fugitivos destes cativados ao tentarem retornar aos seus lares, depois de meses de reclusão e de trabalhos forçados sem pagamentos, em troca de comida. Também denunciada à CPI da Terra, no Congresso Nacional, em Brasília, em 17 de junho de 1977, documento publicado pelo SEDOC 10, outubro/novembro 1977 p. 375-79.

²²⁰Idem, Dia Francisco Alexandre dos Santos.

²²¹Entrevista com João Vieira, em julho de 2000.

guerra o inimigo poupado, no passado, podia ser fatal no próximo encontro. Essa postura dos *posseiros* que *não perdoavam os pistoleiros*, porque também *não seriam perdoados* cria uma situação ímpar no Vale do Guaporé que diferencia as práticas destes *posseiros* das de muitas outras partes do país e os aproxima de certa forma às práticas tradicionais de grileiros que usavam a força.

O conflito todo se armava mais forte e violento dependendo da ação mais vigorosa destes pistoleiros. No caso de São Domingos, parece que o conflito foi crescendo de intensidade após várias intervenções da justiça e numa delas a polícia executou o despejo em 1982, mas logo em seguida os posseiros retornaram e encontraram maior número de pistoleiros na área dispostos a defendê-la e reconquistá-la. O ex-metalúrgico paulista, Manoel do Prado e seus parentes vieram de Mirassol D'Oeste a São Domingos para desmatarem uma parte de suas posses onde fariam lavouras e construiriam os barracos, ainda em 1981, quando conheceu de perto a realidade da intervenção dos pistoleiros no *grilo*, conforme relato:

Depois daquela vez que a polícia esteve na área começou a entrar pistoleiro mesmo e a ficar complicado. Chegamos a ficar quase cinco meses sem ir lá, porque o negócio estava quente mesmo. Só mesmo eles, os líderes, ficaram mais na área. Depois disso entrou mais gente, o pessoal mais lá do São Domingos mesmo, perto do Chapéu de Couro. Desta vez nós estávamos na área, eu, o Cidinho, Antônio Morão e um tal de Arcides quando veio recado lá de cima dizendo que tinha uns pistoleiros lá no Barretos. Lá estavam com máquina de esteira e já estavam desmatando e tal²²².

Após uma vitória nos tribunais e a conseqüente execução da ordem judicial de despejo dos posseiros, os latifundiários, em geral, se tornavam mais agressivos na defesa de suas propriedades. Manoel do Prado ao afirmar que *depois daquela vez que a polícia esteve na área começou a entrar pistoleiro mesmo*, parece apontar para o fato de que o despejo judicial favoreceu a estratégia de defesa dos fazendeiros que introduziram mais funcionários para torná-la produtiva e defendê-la dos ocupantes. Este depoimento aponta o recrudescimento dos confrontos com pistoleiros em áreas de conflitos nos períodos após despejo judicial, destruindo as benfeitorias e praticando truculências contra os que voltavam às suas posses. Refere-se à situação tensa e complicada criada em São Domingos neste período em que a estratégia de luta ficou centrada nas principais lideranças que

²²² Entrevista com Manoel do Prado, em novembro de 2002.

ficavam escondidas na mata e andavam vistoriando a área, para descobrir o melhor momento de retorno dos demais posseiros. Esse momento parece ter chegado meses depois, quando se intensificou a ocupação em novas partes da gleba. O trecho do relato termina anunciando um novo tipo de confronto que poderia ocorrer e ocorreu com frequência no Vale do Guaporé.

4. Confrontos diversos no tempo do grilo

Houve outros enfrentamentos que não entre *posseiros* contra pistoleiros e policiais. Este foi o caso dos madeireiros ou de seus trabalhadores que tentavam extrair a madeira antes da liberação da área ocupada. Muitas vezes, eles vinham a mando dos fazendeiros, outras vezes por conta própria aproveitavam a situação indefinida, para extrair o máximo de madeira sem precisar pagar a ninguém. Vejamos como os posseiros enfrentaram esta situação pelo relato de Tonho Toca:

Aqui mesmo, encontramos umas pessoas de caminhão na estrada e escoramos o maquinário com que estavam tirando madeira. Conversamos com eles e nos disseram: - estamos aqui sem saber, ganhando o pão e os caminhões são nossos. Dissemos o seguinte: - os madeireiros agora já estão a par de tudo e as máquinas devem ficar paradas. Então, eles aquietaram com os maquinários²²³.

Ele situa este episódio do embargo das máquinas dos madeireiros na área de propriedade de Joaquim Goulart, ou “Barretos”, que também era do ramo da indústria madeireira. No seu relato, contou que saíram sessenta *homens* da sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pontes e Lacerda e chegaram de caminhão na entrada da gleba São Domingos com a missão de todos juntos pararem a *ação dos madeireiros, no fundo da gleba*. À medida que a marcha a pé teria avançado e os *posseiros* chegando próximos às suas posses arranjavam uma desculpa para saírem da missão coletiva. Resumindo, contou que chegou somente num grupo de oito *posseiros*, armados, diante dos madeireiros para parar as máquinas. Salientou que entre eles estava o Baiano do Rato, quando teria ocorrido aquela cena descrita no trecho citado. Entendemos que quis mostrar duas questões da luta que enfrentaram em São Domingos: primeira, que muitos posseiros tinham medo dos embates com quem quer que fosse nas áreas que ocupavam e que somente uma minoria

²²³ Entrevista com Tonho Toca, em agosto de 2001.

tinha coragem para estes momentos; segunda, não se tratava de pistoleiros, mas Tonho Toca se refere a eles apenas como madeireiros, indicando que os confrontos em glebas ocupadas aconteciam não só com pistoleiros e policiais.



Foto 05: Madeireiros aliados dos posseiros. Fonte: Boca Rica

Ocorria, também, o caso em que funcionários da fazenda ocupada começavam a desmatar com máquinas ou simplesmente continuavam fazendo o que já vinham fazendo antes da ocupação. Estes trabalhadores não estariam na área sem saberem do conflito em andamento e não podiam dar a desculpa dos madeireiros. Por alguns relatos como o do Tonho Toca, parece difícil admitir que os funcionários das fazendas ocupadas não conheçam a situação de perigo, neste caso muitas vezes são identificados pelos posseiros como pistoleiros ou pessoas muito próximas de suas práticas e qualidades, como segue:

Será que alguém entraria aqui com máquina para trabalhar sem saber, pra tirar uma madeira ou desmatar a floresta? Tenho certeza que eles diziam assim: - você entra e desmata, mas está perigoso e vai ganhar tanto! Tem coragem de encarar?- O cara dizia: - por uma grana boa a gente encara - entendeu!?! Sem dúvida alguma era isso!²²⁴.

Esses trabalhadores arriscavam enfrentar uma situação perigosa, por isso muitas vezes trabalhavam armados para se defenderem, como parece ter sido o caso do tratorista morto pelos *posseiros*, conforme o relato de Tonho Toca. As relações dos *posseiros* com os trabalhadores das fazendas ocupadas, muitas vezes, podiam provocar representações confusas e contraditórias das funções destes últimos, identificando-os facilmente com os pistoleiros. Pois além de desafiar os ocupantes com o seu trabalho, também os encaravam, às vezes, com armas.

O foco central do confronto, porém, poderia desviar-se como muitas vezes ocorreu ao explodirem brigas entre os próprios ocupantes das áreas. Havia *posseiros* que não se conformavam com o tamanho do seu lote demarcado durante o conflito com o fazendeiro, avançando depois as picadas para dentro da área dos vizinhos ou tentava, de todas as formas, tumultuar o processo demarcatório, obstruindo picadas, desviando os rumos, arrancando os marcos originais de madeira implantados. Criavam-se, durante a ocupação e depois, problemas sérios de divisas entre vizinhos. Esse tipo de conflito tornou-se mais comum após a liberação das posses, como faz notar no seguinte depoimento:

Teve gente que quis fazer confusão. Depois de liberada a área e acabada a briga com o fazendeiro, tentavam invadir o lote dos outros dizendo: - eles tem uma área maior que a nossa. Nós tivemos problemas com o Oraci, na divisa aqui e o Zé Mineiro, na cabeceira. O Zé Mineiro chegou por derradeiro, tomando o direito de outro. Disse pro povo assim: - vou empurrar com a barriga. Quis tomar 15 alqueires do finado papai, lá em cima. Tivemos problema sério com ele e fomos várias vezes no INCRA porque ele entupia as picadas. Depois de liberadas as terras aconteciam problemas de divisa de lote, porque as pessoas queriam aumentar a sua área. Se a picada era aqui, vamos supor, eles tentavam empurrá-la para outro lugar, entupindo aque la, para a área deles crescer mais²²⁵.

Ele trata de um conflito muito intenso e comum entre posseiros do Vale do Guaporé. A união entre eles que se sedimentava durante o período dos confrontos abertos

²²⁴ Entrevista com Tonho Toca, em agosto de 2001.

²²⁵ Entrevista com Tonho Toca, em agosto de 2001.

com os proprietários não apagava as pretensões individuais quando utilizavam, uns contra os outros, as mesmas armas empregadas na luta contra os antigos donos. O uso da força de um posseiro contra outro era mais viável para muitos do que o enfrentamento dos perigos dos tempos do grilo. Essas lutas entre vizinhos que produziram mortes, ferimentos corporais, inimizades e desavenças que depois nunca sararam. Permaneceram como obstáculos no cotidiano da convivência social e política. Esse tipo de desavenças produziram um certo número de documentos escritos no escritório do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, nas Unidades Fundiárias Casalvasco de Pontes e Lacerda e Guaporé em Vila Bela além das delegacias de polícia. Alguns desses acordos são bilhetes manuscritos numa folha que se encontram nos arquivos destes órgãos e quase sempre se referem a reclamação de quem se sentiu prejudicado pela ação de outro na divisa dos lotes.

Os confrontos diretos de posseiros com fazendeiros foram raros e ocorriam, quase sempre, nos tribunais por causa dos litígios judiciais. Nos relatos ouvimos apenas um depoimento que se refere a um debate entre um dos líderes dos posseiros de São Domingos, João Bispo e o Joaquim Goulart, na sede da sua fazenda quando a polícia efetuou o despejo e a prisão de inúmeros posseiros, ao que parece, ainda no ano de 1981. Transcrevemos um trecho do relato para mostrar como aconteceu o conflito:

O despejo acontecia sem problemas e neste dia o João Bispo estava lá e discutiu com um senhor meio gordo e barrigudo, o Joaquim Goulart, que ficava xingando e maltratando os posseiros. Havia muitos posseiros sentados na grama da fazenda e os chamava de vagabundos que não tinham um pé de nada plantado, nem um pé de mandioca ou de milho. Nesta hora, o João Bispo teve a coragem de chegar e explicar: - se quiser, eu levo você lá para ver o que tem. Tem mandioca boa de comer. Ele ficou retrucando junto ao fazendeiro e o tenente logo o repreendeu e ele se aquietou²²⁶.

Este foi um dos raros relatos ou testemunhos de confronto direto de fazendeiro com *posseiro*. A cena mostra um fazendeiro *meio gordo e barrigudo*, xingando de vagabundos a *posseiros* presos pela polícia, em sua fazenda. Tratava-se de desqualificá-los como *posseiros*, afirmando que não tinham lavouras que significariam provas efetivas de que se constituíam posseiros pelo trabalho na terra. O fazendeiro era o patrão do tratorista

²²⁶ Entrevista com Manoel do Prado, em novembro de 2002.

que destruiu as lavouras dos posseiros e que estes acabaram matando e agora lhes pedia provas da posse que mandara destruir.

João Bispo, contracenando, defende os presos afirmando-os posseiros, usando o argumento *tenho mandioca boa de comer* se quiser ver posso provar. Sinal que evidenciaria a posse de longa data e ao mesmo tempo seria a demonstração que ocupava terra para nela produzir o sustento. Era *posseiro* e não poderiam chamá-lo de vagabundo.

Este diálogo entre o *posseiro*, considerado um dos líderes em São Domingos pela maioria dos depoentes, e o fazendeiro não prosseguiu porque o policial reprimiu e produziu o silêncio tático, diante do estado. Os *posseiros* e os fazendeiros evitavam o confronto direto e são raros os relatos destas situações. Os casos mais citados de conflito direto, entre as partes do litígio, podemos considerar o de S. Domingos do qual apresentamos o depoimento anterior e um caso semelhante teria ocorrido na Cerro Azul, relatado pelo Joãozinho. Ouviu falar que o fazendeiro sabendo que os *posseiros* estariam acampados na cidade de Pontes e Lacerda, veio de avião hasteando uma bandeira branca pedindo paz. Queria negociar com os *posseiros* e o INCRA para assegurar a terra a um funcionário seu, no assentamento.

Empresários e seus advogados criticavam quando funcionários públicos, no cumprimento de suas obrigações realizavam ações que contrariavam os seus interesses e favoreciam os *posseiros*. Denunciavam estes servidores como se estivessem desvirtuando as funções do Estado e não consideravam o cumprimento da legislação em vigor. A exemplo dessa atitude, aparece a reação do presidente da Agropecuária Florêncio Bonito, Zigomar Franco que escreveu ao Diretor Regional do INCRA, denunciando o executor Irajá Rodrigues do INCRA de Vila Bela por encaminhar o processo de desapropriação de sua propriedade conhecida como Gleba Sararé. Este elaborou, em seguida, um detalhado relatório em que esclareceu ao Diretor Regional do INCRA as denúncias do fazendeiro na sua versão. Analisemos alguns aspectos do texto:

g) Afirma o sr. presidente, no item 9, que acha difícil eu levar avante minha pretensão pessoal. Não sei se devo entender isso como uma ameaça velada ou se o sr. presidente não conseguiu ser claro o bastante. De qualquer maneira esclareço que minha pretensão pessoal é tão

somente e unicamente cumprir com todos os encargos que o cargo de executor tem, de forma decente, honesta, séria e íntegra e se isso o está incomodando eu lamento muito²²⁷.

A tensão social já ocorria há mais de três anos entre os posseiros e o pretense proprietário, assim por lei e pelo I PNRA – Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República seria uma área prioritária para a desapropriação e Reforma Agrária. Quando o INCRA encaminhou o processo, o latifundiário ameaçou e tentou desautorizar o funcionário público que cumpria a lei. Mais que isto segue questionando como se fazer o que a lei dizia, fosse uma questão pessoal e uma opção por apoiar um dos lados, contra os seus interesses:

f) (...) afirma o sr. presidente que por decisão pessoal minha existe desejo de desapropriação da área para fins de Reforma Agrária, para logo em seguida *reconhecer a existência de tensão social*. O sr. presidente está se contrariando pois, primeiro, a Reforma Agrária é uma pretensão do sr. presidente da República, José Sarney, e não minha e, segundo, se existe tensão social, pela Lei, a área é prioritária para Reforma Agrária. (...) que a escolha da área para a Reforma Agrária, neste caso, surgiu por consequência de uma orientação governamental e por consequência direta do proprietário que permitiu a ocorrência da tensão social, reconhecida por ele próprio²²⁸.

Esse trecho do documento indica aspectos mais interessantes para se compreender as práticas políticas e culturais reinantes entre os empresários rurais naquele momento em relação às funções do Estado. A simples omissão do INCRA nos conflitos seria mais desejável do que a execução do que dizia a lei, em casos como esse. Compromisso com os interesses dos empresários ou no mínimo omissão e retardamento do cumprimento das leis era o que esperavam do Estado. Desapropriar terras e assentar sem terras ou regularizar as posses, mesmo sendo função legal do Estado e projeto do governo, na concepção dos latifundiários do Vale do Guaporé era apoiar uma causa contrária à sua. Tentam cooptar os funcionários, mas quando não aceitam o suborno pressionam seus superiores ou os ameaçam de todas as formas, desqualificando-os como profissionais e criando todo tipo de

²²⁷ Relatório do Engenheiro Irajá Rodrigues Executor do INCRA no Projeto Fundiário Vale do Guaporé em Vila Bela, enviado ao diretor Regional do INCRA em 19 de dezembro de 1985. p. 3.

²²⁸ Idem Irajá Rodrigues, p. 2.

entraves ao seu trabalho deturpando ou sonhando informações, impedindo vistorias, não comparecendo às audiências de negociações, como se pode depreender do trecho seguinte:

e) Afirma, o Sr. presidente, no item 6, que o Projeto Fundiário está apoiando uma causa errada e mal informada; o sr. presidente está completamente equivocado ao fazer tal afirmativa. Nunca nos passou pela cabeça apoiar essa ou aquela causa. Buscamos informações sim, com a população de Pontes e Lacerda, com o Sindicato, com políticos, Hospitais e até mesmo com as casas de prestação de serviços Funerários da cidade e por isso posso garantir que nossas afirmações estatísticas estão bem mais próximas da realidade das fornecidas pelo sr. presidente. Saliento ainda que ele próprio foi convocado para nos informar adequadamente, sem ter comparecido²²⁹.

Sigomar ao mesmo tempo proprietário presidente da Agropecuária Florêncio Bonito de mais de 65.000 hectares, também era advogado. Foi um dos casos, não muito frequentes, em que o próprio dono se expôs diretamente no embate. A maioria dos confrontos foi mediada pelos representantes dos proprietários, funcionários, gerentes, seguranças ou advogados contratados contra os posseiros e seus aliados. Assinalamos anteriormente que o maior temor dos posseiros era o confronto com os pistoleiros (seguranças conforme os proprietários e seus advogados). Criou-se uma verdadeira mitologia em torno dos nomes de pistoleiros afamados e respeitados pelos posseiros, similar a de líderes temidos pelos proprietários, policiais e os pistoleiros, que os chamavam de *profissionais do grilo* e desenvolveriam a *indústria da posse* ou do *grilo*²³⁰. Essa realidade não era nova ao que parece e muitos depoentes a reconheceram.

Difícilmente um trabalhador da região sudoeste e noroeste de Mato Grosso desconheceria a realidade do *grilo* no Vale do Guaporé, porque era notícia frequente nos meios de comunicação falada e escrita. Assim, o Manoel Prado mesmo sendo de Mirassol D'Oeste, conhecia esta situação apesar de não tê-la experimentado antes, conforme o seu relato:

²²⁹Idem, Irajá Rodrigues. p. 2.

²³⁰ Reportagem do jornal *O Estado de São Paulo*, de 5 de março de 1978. “Ele, entretanto, admite que esteja ocorrendo também naquela região de terras férteis a indústria da posse, homens que ocupam áreas apenas para receber indenizações dos proprietários”. Essa declaração foi atribuída ao delegado de polícia de Pontes e Lacerda, pela reportagem.

Terminamos todo serviço que tínhamos para fazer e estávamos no barraco do João Bispo, porque ali ficávamos alojados. Um dia antes de partirmos para casa, ele falou que tinha pistoleiros na área. Esta era uma coisa nova, que a gente ainda não tinha visto²³¹.

Sendo de um município vizinho de Pontes e Lacerda, vieram à ocupação através do movimento sindical rural, sem informações completas da situação, alegava que *não era desse meio e achava que era um loteamento coordenado pelo INCRA*, pois *ainda não tinha ouvido falar do grilo e de pistoleiros*. Esses registros do narrador *posseiro*, dificilmente são expressão da experiência vivida pelos sem terra naquela época e condições do Vale do Guaporé. Podemos questionar a postura de ignorância do Manoel do Prado em relação ao *grilo*, da mesma forma que Tonho Toca problematizou a dificuldade de encontrar-se um funcionário de madeireira ou de fazenda que entrasse e trabalhasse em área de conflito sem saber o que estava acontecendo. Raramente encontraríamos um *posseiro* que ocupasse uma terra sem saber os riscos da disputada com latifundiários. O relato parece-nos uma estratégia de resignificação de uma prática considerada ilegal, usando a desculpa de não conhecer o que era o *grilo* em sua conflitividade.

Já haviam se passado mais de uma década de lutas e conflitos entre posseiros e latifundiários no Vale do Guaporé, com inúmeras mortes de ambos os lados, com histórias de fracassos e sucessos contadas nas rodas de trabalhadores, na cidade e no campo. Seu relato parece uma estratégia discursiva construída no presente, para justificar uma prática na qual teve participação, apesar do medo que assume ter vivido naquela situação de perigo. Sobre isso falou o seguinte:

Já tínhamos terminado o serviço e saímos apesar do perigo. Arriscamos e viemos, assim mesmo e foi nossa sorte sairmos naquele dia. Fizemos duas paradas, uma às três horas da tarde e a outra às cinco horas quando chegamos no barraco de um velho que morava perto do Farofa²³². Não lembro se era Zé Dias, parece que era este o nome dele. Pousamos no barraco dele. No outro dia, de manhã, antes do sol nascer catamos a tralha, o cacaió e fomos embora tranquilos. Passamos na frente da sede da fazenda e vimos que o movimento era meio esquisito. Saímos no asfalto na beira da BR²³³.

²³¹ Entrevista com Manoel do Prado, em novembro de 2002.

²³² Nome do Córrego onde os posseiros costumavam tomar água e fazer sua parada para comer a farofa ou outro lanche.

²³³ Idem Manoel do Prado, em novembro de 2002.

Se nunca tinha ouvido falar dos pistoleiros e do grilo, e nem sabiam de que havia polícia na área, como o Manoel do Prado poderia julgar *apesar do perigo, ou arriscamos?* Sem dúvida esta é uma avaliação a posteriori dos acontecimentos. No momento em que eles viviam essa jornada não sabiam dos riscos que estavam passando, conforme deduzimos do relato que se segue: *na hora que chegamos e saímos na beira da rodovia apareceu um cara que falou: - vocês aqui? Como conseguiram chegar se entraram mais de três ônibus de polícia aqui dentro*²³⁴?

O relato indica que perceberam o perigo que haviam passado somente depois de alertados pela pessoa que lhes perguntava e ao mesmo tempo informava sobre o movimento de entrada da polícia na fazenda. João Bispo os alertara sobre pistoleiros que haveria na área, mas o que relatou foi a presença da polícia que estava chegando para fazer o despejo dos ocupantes da gleba São Domingos.

Os confrontos com as madeiras²³⁵ foram mais raros, pois quase sempre eram aliadas dos ocupantes e depois de liberadas as terras se apropriavam das madeiras nobres, em troca de transporte, estradas ou outros favores.



Foto 06: Ocupando nascem novas comunidades na gleba – Fonte FASE/MT 1988

²³⁴ Idem.

²³⁵ *O Estado de São Paulo*, de 28 de março de 1978, p. 22 identificava uma disputa entre duas lideranças dos posseiros e afirmava: “por trás de tudo, estaria a madeira da região pretendida pelos posseiros. As terras do Vale do Guaporé possuem os mais variados tipos de madeira, principalmente aroeira e mogno, de alto preço no mercado, e a posse desse produto estaria sendo disputada pelos dois”.



Foto 07: Alguns políticos também aliados de posseiros – Fonte: Boca Rica



Foto 08: Comerciantes também foram aliados de posseiros – Fonte: Zezo

CAPÍTULO 03

03 – AS ALIANÇAS

A preocupação central deste capítulo é analisar a complexidade dos procedimentos e práticas dos lavradores sem terra, ocupantes de latifúndios, na construção de alianças táticas e estratégicas para que pudessem garantir a sobrevivência e o sucesso da luta, alcançando, assim, sua meta e objetivo imediato: a conquista da terra. Partimos da descrição detalhada de relações que os lavradores e demais trabalhadores construíram, no processo de ocupação da Gleba São Domingos, para poder estender estas análises, associando às lutas e aos conflitos agrários, para além do Vale do Guaporé, em outras partes de Mato Grosso.

As alianças foram elementos centrais da estratégia dos trabalhadores sem terra da Gleba São Domingos e de outras áreas ocupadas no Vale do Guaporé, em que *posseiros* lutaram para se consolidar como proprietários de uma pequena parcela de terra. Entendemos por alianças as relações que estabeleceram com setores da sociedade civil e do estado, na busca de apoio, solidariedade, engajamento, publicidade, legitimação e fortalecimento de suas posições na luta pela terra.

Ressaltamos que as práticas abordadas como alianças não eram relações fixas e estáveis entre posseiros e os sujeitos ou grupos tidos como aliados. Às vezes, eram apenas táticas de aproximação dos *posseiros* com pessoas ou organizações, para realizarem determinada ação específica no cotidiano, como também poderiam representar relações, mais ou menos permanentes, de indivíduos e grupos internos da área ocupada em busca de apoios externos de indivíduos, empresas, organizações civis, político-partidárias e pastorais ou instituições públicas da sociedade local, regional, estadual e/ou nacional.

Berno de Almeida (1993) trata aqueles que denominamos aliados mais como medidores e, suas relações com os sem terra em luta pela posse ou propriedade rural, mais como mediação entre eles e o Estado. Castrillon Fernandes (1997) analisou assentamentos rurais em Mato Grosso, resultantes do I PRRA- Primeiro Plano Regional de Reforma Agrária, considerando indispensável para o estudo destes, compreender os processos de ocupação conflitivos e de construção das posses para se entender a complexa e

multidimensional identidade dos assentados e dos assentamentos que se construíram. Neste processo de consolidação das posses e dos posseiros, também considera necessário estudar por um lado o movimento e organização interna entre os ocupantes e as relações externas ao campo de conflitos que se expressaria pelos confrontos com os fazendeiros e instâncias estatais representados como seus inimigos, adversários e, por outro lado, empresários, entidades sindicais, partidos políticos, organizações eclesiais, organizações não governamentais consideradas mediadoras do conflito e apresentadas pelos *posseiros* como amigos, companheiros, apoiadores, aliados.

Destacamos alguns aspectos das posições de aliados dos *posseiros*, no momento da ocupação e consolidação das posses. A situação em que lideranças de áreas ocupadas anteriormente tornaram-se parceiros importantes ocorreu em São Domingos, onde Vivaldo Araújo, Baiano do Rato e outros posseiros da gleba Scatolin participaram da ocupação. O mesmo aconteceu na fazenda Mirassolzinho onde o Chapéu de Couro e mais companheiros de São Domingos também enfrentaram a luta até a morte. A solidariedade entre ocupantes de uma área constituiu, muitas vezes, relações de cooperação frágeis e esporádicas, que após a conquista, inclusive, dificultaram o avanço de outras lutas necessárias para se consolidarem na terra.

O envolvimento de dirigentes do movimento sindical dos trabalhadores rurais foi bastante heterogêneo, mas se constatou na documentação analisada, que desde o início da década de 1980 se tornou mais intenso e freqüente nas ocupações de terra em todo o sudoeste e noroeste de Mato Grosso, articulada regionalmente e orientada pela FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura e políticos da oposição aos governos do estado e federal.

A atuação dos madeireiros nas áreas de posses foi pluralista e diversificada, ocorrendo situações onde lideravam o processo de ocupação como foi em Nova Lacerda com o Taim e em partes da Funai-Sararé, ou de mero apoio durante e depois dos confrontos em troca de madeiras. Também houve oposição e confronto com madeireiros, como em São Domingos, quando estavam a serviço do latifundiário, no tempo do *grilo*. Ao longo do capítulo, veremos que as relações entre comerciantes e posseiros foram equacionadas de formas diversas, pois havia os que participavam da ocupação, os que apoiavam com

recursos financiando ocupantes, os que compravam lotes de posseiros e até os que se opunham a estas práticas.

O interesse de advogados na solução dos conflitos foi bastante diferenciado e seu empenho na solução dos casos dependia muito do engajamento ideológico a favor ou contra a causa dos posseiros ou do interesse em obter uma parcela de terras em pagamento dos honorários. A presença de políticos na ocupação, nos conflitos pela posse, na regularização e no cotidiano da vida dos parceiros, envolveu desde os que apenas eram candidatos a cargos eletivos no executivo ou legislativo, até senadores, deputados federais e estaduais, prefeitos e vereadores em exercício, que atuavam na frente jurídica, na denúncia nos meios de comunicação e tribunas, na presença nos locais onde a polícia despejava os posseiros para evitar violências, arbitrariedades e prisões ilegais e na pressão sobre os governantes. Também havia os políticos que se opunham completamente a causa dos posseiros e defendiam os interesses dos latifundiários, no acesso aos incentivos públicos e os representavam nas instâncias do Estado.

O trabalho de agentes de pastoral da CPT – Comissão Pastoral da Terra e do padre da Paróquia Bom Jesus de Pontes e Lacerda parece ter sido mais de retaguarda e de publicação das denúncias dos conflitos e das violências contra posseiros nos meios de comunicação e órgãos públicos do que de envolvimento direto nas ocupações, ao contrário de inúmeros membros das igrejas Assembléia de Deus e Cristã do Brasil.

Funcionários públicos ligados ao INCRA e à polícia militar prestaram informações úteis aos posseiros para traçarem e executarem suas estratégias e táticas de avanços e recuos, de simulação e afrontamento nos momentos da ocupação e confrontos.

Neste capítulo, abordaremos com detalhes cada uma destas forças sociais que se apresentaram no campo da luta e contribuíram para modificar a correlação instaurando na sociedade civil e no Estado aquilo que Tavares dos Santos (1991) denomina *campo dos possíveis*. O *grilo* abre um campo de exercícios de poder, que Foucault (1979) aborda *como*:

algo que circula, ou melhor, que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam,

mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão (1979: p.183).

Assim a ocupação e as conseqüentes confrontações que ocorrem constituem um “campo de possíveis” onde o resultado da luta nunca é previsível, mas se constrói na correlação de forças, que continuamente se faz, desfaz e refaz, interna e externamente, ao campo da luta.

As fontes fundamentais que serviram de base para a construção deste capítulo são os relatos orais de posseiros e aliados, confrontados com fontes escritas e audiovisuais. Inicialmente, para analisarmos a complexidade destas práticas expressas num momento de conflito em São Domingos, apresentamos um fragmento do depoimento de Manoel do Prado que veio do município de Mirassol D’Oeste, onde foi dirigente sindical e tornou-se *posseiro* na gleba São Domingos. Era filho de uma família numerosa de pequenos produtores rurais, que trabalhavam e viviam da agropecuária num pequeno lote de propriedade de seu pai, no atual município de Glória D’Oeste, então, ainda Mirassol D’Oeste no sudoeste de Mato Grosso distante mais de 100Km de Cáceres. Ele, seus pais, irmãos e cunhados viviam trabalhando como diaristas, arrendatários ou como parceiros, na área de propriedade insuficiente para sustentar todos os membros da família. Descortina um cenário bastante comum nas áreas de conflitos agrários por causa das ocupações de terra e em São Domingos chama atenção para o campo dos confrontos e sua dinâmica.

Manoel do Prado estabeleceu contatos com diretores do sindicato de Pontes e Lacerda e ali conheceu um dos líderes da área, o João Bispo, que o convidou a participar da ocupação. Relatou a sua entrada em São Domingos, mas principalmente ressaltou como eram complexas as relações entre os posseiros e como articulavam forças sociais e políticas de fora do campo de confrontação, como segue:

O Zé Alves era comerciante e também dirigente do sindicato. Tinha um mercadinho em Quatro Marcos, era tesoureiro do sindicato e tinha terra lá dentro de São Domingos. Também ajudava a gente porque ele tinha grilo lá e conhecia este advogado de Cáceres, o Dr. Bezerra²³⁶.

O movimento sindical rural no sudoeste de Mato Grosso não associava apenas trabalhadores rurais. Há diversos indícios de que também comerciantes e outros

²³⁶Entrevista com Manoel do Prado, em novembro de 2002.

profissionais urbanos se filiavam aos Sindicatos por interesses diversos, entre eles a possibilidade de acesso à terra, a consultas médicas, internações hospitalares, remédios, dentista e, às vezes, assistência jurídica. Quase todos estes benefícios provinham do FUNRURAL administrado pelos dirigentes sindicais. O exercício da direção sindical, por isso, também se tornava um espaço de construção de uma clientela política, em que muitos aproveitaram para tornar-se candidatos a vereadores e a outros cargos político-partidários. O comerciante Zé Alves, certamente, percebia o cargo de diretor como um caminho para assegurar o acesso à terra e utilizava todo seu conhecimento e relações com advogado e outras autoridades para influenciar esta teia de poderes, que constrói uma rede de forças aliadas, a favor dos posseiros. Manoel do Prado contou que, saindo da gleba São Domingos, onde entraram diversos caminhões carregando policiais militares para mais uma operação de despejo, foram de ônibus até o município São José dos Quatro Marcos para articular a defesa dos posseiros. Vejamos como contou o que sucedeu:

Chegamos em Quatro Marcos e fui direto no Valdevino [presidente e posseiro em São Domingos], no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Valdevino foi direto lá no Zé Alves [tesoureiro, comerciante e posseiro]. Junto com o Zé Alves fomos imediatamente para Cáceres e só depois voltei para casa. O Dr. Bezerra [advogado dos sindicatos do sudoeste de MT] logo se dispôs, pegou o carro do Zé Alves e viemos para o conflito na Fazenda [São Domingos], onde estava a polícia. Depois chegou o Senador Bezerra, o advogado e também o deputado Paulo Nogueira²³⁷.

O fragmento do relato mostra as complexas articulações que os posseiros desenvolveram ao longo dos anos de 1970 e 80, no Vale do Guaporé Mato-grossense. Reconstrói o emaranhado jogo de interesses presentes numa ocupação ao mostrar que dirigentes sindicais de municípios vizinhos, eram comerciantes e também posseiros em São Domingos. Valdevino era presidente do Sindicato de Quatro Marcos, município próximo a Mirassol e distante mais de 100 Km de São Domingos, onde também era posseiro. Foram ao tesoureiro do sindicato, Zé Alves, que tinha carro com o qual se deslocaram em busca de apoio jurídico e político aos posseiros ameaçados de despejo. Mostra que havia uma teia formando uma rede de alianças que os posseiros construíram e estabeleceram com o movimento sindical rural (Valdevino), a política partidária (Senador Carlos Bezerra e

²³⁷ Idem, Manoel do Prado.

deputado Paulo Nogueira), a participação de comerciantes (Zé Alves) e de advogados dos sindicatos (Francisco Bezerra). No momento do despejo, esta rede de relações para fora da área do conflito contribuía para fortalecer a luta no campo de confronto. Os fios da teia que formavam esta rede de forças que apoiaram a luta dos posseiros serão mais detalhados, ao longo do capítulo.

No caso do despejo relatado pelo Manoel do Prado a justiça e os fazendeiros fretaram os ônibus para o transporte dos posseiros retirados de São Domingos para a cidade de Pontes e Lacerda. Eles recuaram, mas não ficaram paralisados. Sigamos o relato que aborda estas táticas:

Aquela vez aconteceu tudo beleza. (...) Assim que o Paulo Nogueira chegou o pessoal resolveu sair. Trouxeram dois ônibus de Lacerda e todo mundo entrou e levaram o pessoal até a cidade e nós também fomos. Chegando em Lacerda, tinha muita gente reunida, o João Bispo e outros logo combinaram que em oito dias iriam voltar à área. Tinham que esperar acalmar os pistoleiros e a retirada da polícia. Entrariam primeiro para ver se tinha polícia e pistoleiro, depois avisariam os demais para entrarem. Primeiro entrariam uns seis ou sete que eram “os cabeças”. Não recordo o nome de todos eles agora. Tinha o Chapéu de Couro, o Baiano do Rato, João Bispo e tinha o tal do Capixabinha que era um baixinho meio moreno. Passados alguns dias, como não aconteceu nada, vieram e logo todo mundo já entrou de novo²³⁸.

A presença de aliados fortes como os políticos do MDB, nas pessoas de Carlos Bezerra e Paulo Nogueira, mais os advogados, sindicalistas e comerciantes, certamente, criaram um clima de intimidação da polícia, pois o Manoel do Prado lembrou que *aquela vez tudo aconteceu beleza*. Seria para distinguir ações semelhantes ocorridas sem esta cobertura e presença de aliados? Os posseiros fora das posses engendraram novas ações, com sua estratégia que incluía avanços, recuos, golpes e ações persistentes, simulando submissão à ordem e à lei, burlando a atenção e os controles e continuando a competição no campo de luta apesar da correlação de forças, às vezes, tremendamente desigual.

Conta que escaparam de serem presos pela polícia que vinha para despejar os ocupantes e fez contato com os dirigentes do “Sindicato dos Trabalhadores Rurais” de Quatro Marcos. Estes foram buscar o advogado, Francisco Bezerra em Cáceres, que se

²³⁸ Idem, Manoel do Prado.

articulou com os dirigentes da FETAGRI-MT, em Cuiabá, e dirigentes do MDB municipal e estadual. Seguiram para o local do despejo onde acompanharam a ação policial para a defesa dos *posseiros*, visto que, muitos deles já estavam presos e reunidos na sede da fazenda. Logo chegaram os políticos do MDB que mediarão as negociações entre *posseiros*, policiais e fazendeiros. O relato destacou o deputado Paulo Nogueira e Carlos Bezerra foi citado como se já fosse senador, sendo que ele chegou a ser depois destes eventos e ainda era no momento do depoimento.

O relato indica uma corrente de atores que entraram em cena, sucessivamente, para se encontrarem no palco do confronto: a fazenda ocupada. Essa situação, parece ter ocorrido como um cenário bastante freqüente, nos conflitos de terra em todo o Vale do Guaporé. Na ocupação da gleba São Domingos, ressaltamos algumas práticas dos *posseiros* que expressam táticas e estratégias para a construção de alianças internas e externas à área em disputa no campo e em litígio na justiça. Abordaremos com mais detalhes alguns destes atores que foram procurados pelos *posseiros* ou que se aproximaram deles constituindo-se em aliados conjunturais e táticos ou formaram alianças estratégicas duradouras e fundamentais para o sucesso da luta. Destacaremos a busca de alianças entre advogados e funcionários públicos, sindicalistas, madeireiros, comerciantes, políticos e agentes de pastorais e os *posseiros*.

1. A busca da legalidade da luta: articulando advogados e o Incra

Construir relações sociais e políticas nos espaços públicos representando um grupo de pessoas tidas, muitas vezes, como fora da lei e invasoras de terras, não era uma tarefa simples. Nem todas as lideranças de grupos de sem terra que organizavam ocupações estavam em condições de construir alianças políticas fora do campo da confrontação, para romper o isolamento do campo do confronto, amplificar a repercussão dos conflitos na opinião pública e garantir um acúmulo de forças políticas necessárias ao sucesso da luta conjunta. Encontram-se relatos que permitem afirmar que alguns posseiros, líderes de ocupações, se especializaram e se distinguiram pela sua capacidade de convencer e articular aliados para a causa dos posseiros. Parece ter sido o caso da liderança exercida pelo Vivaldo, que também foi nomeado como Nivaldo, Vivaldinho ou Vivaldino. Tudo indica que se tratava do Vivaldo Araújo pelas características e práticas com que Lourenço Nunes

descreveu a pessoa, as qualidades e as práticas de Vivaldo Araújo, chamando-o de Nivaldo, no relato que segue:

Eles não queriam passar por chefes, mas quem comandava todo o pelotão era o velho Nivaldo, que mandava em tudo. Num setor, o Ditão mandava umas dez a doze famílias. Cada um tinha seu grupo que ele liderava, mas todos obedeciam ao velho Nivaldo. Como chefe, ele corria pra Cáceres para falar com os dois advogados, ia pra Cuiabá e Brasília. (...) Tinha muita coragem, mas também muita inteligência. Se você falasse com ele acharia que aquele homem tivesse toda formatura e talvez tivesse uma formaturazinha. Era um baiano muito inteligente e velhinho, mas se pensava que era uma criança²³⁹.

O começo deste depoimento mostra que a estratégia dos *posseiros* era nunca revelar quem eram os líderes do movimento para evitarem a prisão ou outras complicações na justiça onde poderiam ser acusados e enquadrados em diversos artigos da lei. Esta estratégia aparece em reportagem publicada em 1978, a respeito do conflito dos posseiros com o Antenor Duarte do Valle em Pindaituba, próximo a Pontes e Lacerda, quando duas lideranças foram acusadas pela polícia como incitadores da ocupação e apareciam em disputa pela direção do movimento dos ocupantes: de outro lado o mineiro Antônio Gomes, ex-presidente e um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pontes e Lacerda e Vila Bela e o capixaba José Feliciano. Afirmava o jornal:

começam agora, efetivamente, a disputar essa liderança – embora ambos neguem que ali exista qualquer tipo de chefe” ou ainda “para provar que não há um só líder entre os colonos, ele [Antônio Gomes] pergunta às quase 50 pessoas reunidas na frente de sua casa: quem é o chefe da gente? Todos, imediatamente, respondem: nosso chefe é a fome e a vontade de trabalhar²⁴⁰.

Exerciam uma liderança efetiva sobre os *posseiros*, mas em público negavam qualquer responsabilidade sobre decisões, encaminhamentos e ações realizadas pelo grupo sob o seu comando. Além disso, o relato retoma a existência de lideranças múltiplas, como o *Ditão que liderava umas dez ou doze famílias*, e não centralizadas. Havia lideranças que repartiam tarefas e campos de influência. O Vivaldo aparece claramente não como uma

²³⁹ Entrevista com Lourenço Nunes da Cruz, em agosto de 2001.

²⁴⁰ Jornal *O Estado de São Paulo*, 28 de março de 1978, p. 22.

liderança do *mato*, considerado o campo mais perigoso dos confrontos onde atuavam os pistoleiros, a polícia ou os disfarçados pela farda como policiais. Ele é *o chefe* porque tem o seu campo de atuação ligado ao saber escrever e a habilidade nos contatos com advogados e autoridades fora de Pontes e Lacerda como Cáceres, Cuiabá, a capital do Estado, e Brasília a federal, para onde recorria em nome dos posseiros. O depoimento dá outras indicações sobre as formas como exercia o seu comando e liderança entre os posseiros:

Era corajoso demais para discutir, mas não pra ir no mato. No mato punha uns bestas para cuidar e corria, vazava quando vinha a briga. No dia do pega ele estava fora, em Cuiabá e só ficavam os bobos. Nas terras dele, no mato, queria ver se construía alguma coisa? Ficava na rua. Era meio reservado pra conversa, mas sabia todas as mancadas da [gleba] Scatolin, onde mandou. Hoje não quer que se fale que mandou e jura que não sabe quem mandou. Aqui posseiro nunca teve chefe é o que todos diziam. É mentira, porque todos tinham chefe. Eu o tenho como chefe, mas ele não quer que o chamem de chefe. Muita gente falava que isto era política dos advogados, mas era ele que comandava. Quando queríamos alguma coisa, íamos ao velho Nivaldo²⁴¹.

O depoente considera o campo de exercício de sua liderança fora do mato como uma certa forma de traição ou de covardia, mas reconhece que *era corajoso demais para discutir*. Discutiria com quem? Com os posseiros, seus liderados ou as autoridades com as quais se defrontava e tinha que usar sua inteligência e conhecimentos? Parece que eram os dois casos. Sabia mobilizar, convencer a ação dos *posseiros*, mas também tinha argumentos para defender os posseiros diante dos advogados, dos funcionários do INCRA, dos políticos, na imprensa e de outras autoridades que procurava para expor a causa dos trabalhadores sem terra. Queria a posse, sem fazer-se *posseiro* no campo, deixando outros trabalhando no seu lote ou enfrentando a polícia e os pistoleiros quando vinham. Isto parece interpretado como covardia da parte do relator que, apesar disso, tinha uma visão positiva de sua liderança e insiste que ele foi o chefe, mesmo que o negasse, pois todos o procuravam quando queriam resolver qualquer problema ou para tratar com o advogado. Parece que a orientação de não aparecer como líder do grupo vinha dos próprios advogados enquanto estratégia para confundir a justiça e os advogados dos proprietários que assim não saberiam a quem acusar nos processos que moviam na justiça.

²⁴¹ Entrevista com Lourenço Nunes da Cruz, em agosto de 2001.

Lourenço Nunes segue no relato, apontando como ele preparava a documentação de todos os posseiros e como eles contribuía com dinheiro para pagar os honorários dos advogados de defesa:

Ele tinha umas pastas, que todo mundo assinava quando pagava R\$ 2,00 (reais) pra levar pro doutor Bley e outros advogados. Juntava o pessoal no mato e para escrever no caderno ele era muito sabido. Todo mundo chegava, assinava a folha, fazia sua pasta e ele levava pro advogado, tudo comandado por ele. Em tudo o Nivaldo estava no meio²⁴².

As pastas eram as procurações que os posseiros faziam constituindo seus advogados de defesa. Ele conseguia convencer todos os posseiros a assinarem e recolherem o dinheiro para pagar as despesas processuais. A insistência no *tudo comandado por ele* ou *em tudo o Nivaldo estava no meio*, parece um refrão que visa ressaltar a importância do Vivaldo na primeira fase das lutas pela terra no Vale do Guaporé, principalmente na gleba Scatolin da qual ele *sabe de toda a mancada* que houve ali. Outros relatos relativizaram a sua importância mesmo na gleba Scatolin, ao apontarem várias outras lideranças que tiveram atuação expressiva na ocupação e luta de resistência às pressões do proprietário. Parece que o Vivaldo, aos poucos, foi perdendo a confiança dos liderados, como indica a seqüência do relato de uma série de práticas:

O Nivaldo era meio covarde, porque pegava o dinheiro de um e de outro e comia tudo e na hora do ônus encostava. Ele já estava meio cismado com os companheiros porque tinha muita briga e rixa com ele [Vivaldo], por isso se afastou. Era meio covarde e é até hoje. Ele ficou sujo e por isso os companheiros queriam aproveitar a situação e matá-lo. Em São Domingos ele tentou pegar uma área de mais de 1.000 alqueires, mas depois os próprios posseiros tomaram dele, pois ali tentou pegar tudo igual no Scatolin onde mandava e era o capitão. Quando pensou que os próprios colegas já o estavam manjando, ele foi cuidar de suas terras. Em São Domingos, antes de acharmos o João Bispo e esses outros, o Nivaldo entrou ali pela água do Rio Guaporé²⁴³. Vários deles entraram pela água: o João Bispo, o Zé Nego, o velho Agê, o Ronaldo, o pescador e o

²⁴² Entrevista com Lourenço Nunes da Cruz, em agosto de 2001.

²⁴³ Alguns relatos indicam que o primeiro caminho de posseiros para a área de São Domingos teria sido o rio Guaporé acima, partindo de barco de Pontes e Lacerda chegariam até a foz do córrego São Domingos e por ele penetrariam na área, inclusive o João Bispo e outros que o depoimento de Lourenço Nunes cita. Teresa Cordeiro, esposa do João Bispo, não confirmou essa informação e também negou a versão apresentada pelo Joãozinho de que seu marido tivesse trabalhado de peão e segurança para um dos proprietários da área.

Alfredo Gaúcho fizeram as posses na beira do rio, por intermédio dele. O Agê, no fim, ganhou 300 alqueires, o Ita, irmão do Deni Brabo, pegou 500 alqueires pra viver.(...) e o velho Nivaldo estava querendo encostar só para passar a mão. A polícia correu com ele, por isso não chegou lá. Foi quando ficou arisco com os companheiros, era pura esperteza. Está vivo até hoje e tem uma fazendinha na cabeceira do Alegre²⁴⁴.

O relato aponta vários problemas que o Vivaldo estaria apresentando: desvio de dinheiro, não assumir nenhum ônus como os demais, ser covarde ao não atuar na área quando o conflito crescia de proporções, manter brigas e rixas com posseiros, criando entre eles a desconfiança e a divisão, daí a idéia de cismar. Por último, ao tentar grilar e tomar dos *posseiros*, na justiça, uma área de mais de 1.000 alqueires em São Domingos, criaria inimidade com eles, que chegariam a tramar a sua morte. Extraímos diversos trechos do depoimento para apresentar um conjunto de representações que se fizeram sobre o tipo de atuação de um dos primeiros líderes de trabalhadores sem terra que ocuparam a fazenda Scatolin, no início da década de 1970, mas que como outros teve atuação importante em outras disputas de *posseiros* como Pindaituba, Cerro Azul e São Domingos.

Ressaltamos deste relato algumas questões que ele repete várias vezes. Constrói e apresenta o Vivaldo como uma figura humana e política bastante contraditória. Num jogo de palavras sutis apresenta-o como um ser humano excepcional e positivo que aliava algumas qualidades fundamentais para um líder popular: inteligência e coragem; capacidade de comandar; saber das coisas, ou seja, estar informado; saber fazer e encaminhar papéis escritos como abaixo assinados e listas de posseiros aos advogados e às autoridades; contratar os serviços de advogado; negociar com as autoridades; ele tinha a confiança dos companheiros que o procuravam quando havia algum problema ou lhe confiavam o dinheiro para pagar o advogado.

A esse lado luminoso da figura do Vivaldo ele contrapôs outra figura cheia de sombras e defeitos. Afirmando que ele era “covarde”, “comia nosso dinheiro”, “no mato punha uns bestas para cuidar” e “ele ficava na rua”. Quando acontecia o confronto ele “estava fora”, em “Cuiabá” e ficavam somente “os bobos”. Ele “estava cismado com os companheiros”, “ele tinha muita briga, muita rixa” e por isso ele se afastou. Ele já estava

²⁴⁴ Entrevista com Lourenço Nunes da Cruz, em agosto de 2001.

“manjado” e “sujo”. Estas são expressões que constituem, o reverso do Vivaldo, líder de posseiros.

Interessante observarmos que, no relato e na vida real, o Vivaldo teve uma trajetória de participação na luta pela terra, que o deslocou da condição de líder máximo de um movimento como o da ocupação da fazenda Scatolin onde “comandava tudo” e era o chefe, no início da década de 1970, para a condição de covarde traidor da mesma causa, na gleba São Domingos, já no início da década de 1980. A aparente contradição na construção da figura do Vivaldo entende-se pela sua atuação em relação à gleba S. Domingos onde ele, inclusive, aparece como o inimigo dos ocupantes, pois estava na área disputando-a com fazendeiros e *posseiros*, ao tentar grilar. Ele, em vez de fornecer e buscar advogados para a causa dos trabalhadores, constituiu-os contra um grupo de sete *posseiros*, que já estavam na área por ele pretendida, ao mover processo judicial²⁴⁵. Nem todos os *posseiros* conheceram estas duas faces do Vivaldo. Outro depoente que não o conhecera, antes de São Domingos, afirmou:

Íamos nas reuniões e tinha aquelas questões que falavam sobre o Vivaldo, das brigas que havia. Na época eu não conseguia captar. Diziam que havia os inimigos que seriam um tal de Vivaldo e Capilé. Eles falavam de pessoas que estavam brigando com eles e queriam tomar a área²⁴⁶.

Manoel do Prado aponta para a disputa interna pela terra da gleba São Domingos com estratégias diferentes. Num lado estava o Vivaldo, tentando grilar a área utilizando-se da documentação irregular de um título “voador”²⁴⁷, e de outro, estavam os *posseiros* liderados por João Bispo e outros, afirmando que a terra era devoluta²⁴⁸ ou branca, o que significava dizer, que estaria sem título. Lourenço Nunes, que parece ter conhecido Vivaldo nos dois momentos, informa sobre as condições em que se construiu esta representação dupla. A imagem positiva do Vivaldo se construiu *antes de achar o João*

²⁴⁵ Conforme Processo 049/81, na 2º Vara Cível de Cáceres, em 1981, movido por Vivaldo Araújo e sócios.

²⁴⁶ Entrevista com Manoel do Prado, em novembro de 2002.

²⁴⁷ “Título voador” é a expres

são corrente utilizada para designar títulos emitidos pelo Estado, mas sem localização efetiva no mapa por falta dos referenciais básicos de medição, demarcação real e memorial descritivo, muito comuns nas práticas do DTC nas décadas de 1940 até sua extinção em 1966.

²⁴⁸ Conforme Carta de Décio Cipriano Maniçoba ao executor regional do INCRA-MT, cf. Processo 431/82-INCRA/MT, fls. 23-25, sugere que os posseiros sempre que despejados retornariam a área por estarem convencidos de se tratar de terras devolutas.

Bispo, e parece que pelo relato de Manoel do Prado este último e *os outros posseiros* faziam questão de destruí-la junto aos trabalhadores sem terra, visando o reconhecimento de si mesmos como lideranças e referências. Precisavam aniquilar aquela liderança forte, anteriormente, representando-a como inimigo a combater.

A afirmação de Lourenço Nunes de que o comandante de todo o pelotão era o velho Nivaldo, que também em São Domingos antes de acharmos o João Bispo e esses outros, o Nivaldo entrou pelas águas do Rio Guaporé, parece apontar para uma fase em que a liderança dele ainda não era contestada entre os posseiros e trabalhadores sem terra. Depois de estarem na gleba São Domingos, travou-se uma disputa entre os posseiros pela liderança do movimento, mas também por propostas diferentes de distribuição e apropriação da terra ocupada. Interessa-nos ressaltar, no relato, a importância que tinha a figura do “doutor” ou do “advogado” no imaginário popular. Muitos arriscavam entrar numa área em conflito por que confiavam no líder e por ele se articular com algum advogado:

Aqui não tinha autoridade ou advogado que ajudava, porque não existia advogado. O posseiro quando entrava numa área em que o velho Nivaldo estava junto, sabia que ia dar a questão pro Bley e os outros dois doutores, advogados de Cáceres. Nivaldo usava o nome meu e seu para pegar as assinaturas e o dinheiro e já levava pra ver as pastinhas. Destas pastas, uma ficava conosco e a outra, com o advogado. Não sei o que ele fez com as pastas. A minha mesmo, não sei o que ele fez com ela, mas o velho Nivaldo recolhia aquilo e levava para Cáceres. Fui umas duas vezes pagar o advogado em Cáceres, porque eu comprei o lote e passei a acompanhar e a pagar aquela quantia²⁴⁹.

O relato refere-se a atuação do Vivaldo na Scatolin e aponta para questão da confiança do trabalhador na atuação do advogado de defesa a quem passavam a procuração através da liderança que coordenava a ocupação e recolhia o dinheiro para pagar o honorário do “Dr. Bley” e de outros dois doutores, advogados de Cáceres. O Dr. Bley parece que teve escritório de advocacia na cidade de Pontes e Lacerda, desde tempos anteriores ao conflito em S. Domingos. Sempre trabalhando com outros advogados de fora que acompanhavam os processos no Fórum de Cáceres e depois em Mirassol.

²⁴⁹ Entrevista com Lourenço Nunes da Cruz, em agosto de 2001.

No imaginário dos trabalhadores, a possibilidade de contratarem um advogado de defesa dos posseiros os animava e encorajava, parecia uma garantia a mais para enfrentar os riscos. Na estratégia dos *posseiros*, ele representava a única possibilidade de comprovarem a legalidade das ações de ocupação de terras privadas e tituladas, na justiça onde se questionavam as ações do fazer-se posseiros.

O mesmo se poderia afirmar em relação ao INCRA. Esse órgão público federal, instalado em Vila Bela, na década de 1970, e em Pontes e Lacerda em 1980, funcionava no imaginário dos posseiros como uma instituição de apoio legal, importante, mas ambígua na sua atuação. Havia funcionários que estavam mais próximos dos trabalhadores do que dos fazendeiros proprietários. A simples execução de atividades previstas na lei era interpretada, por muitos ocupantes de terras, como se o INCRA fosse uma instituição que lhes desse amparo ou que poderiam confiar, aliado na luta contra os fazendeiros. Mas, nem todos pensavam desta maneira.

Ter advogados de defesa ou funcionários do INCRA como amigos e aliados produzia um efeito de legalidade bastante significativo entre os ocupantes de terras, por isso os relatos o enfatizam tantas vezes. Indica também que uma das estratégias do movimento sempre foi buscar o amparo legal de suas reivindicações. Preocupavam-se com a representação e construção da legalidade das suas ações, tentando, para isso, mobilizar o Estado a agir por causa dos conflitos e tensões sociais que criavam nas terras ocupadas, pois sabiam que a lei previa a intervenção nestes casos.

2. Os posseiros e o movimento sindical dos trabalhadores rurais

O processo de ocupação da gleba São Domingos, pelo que pudemos constatar nos depoimentos de vários trabalhadores, foi obra conjunta dos sem terra e de dirigentes sindicais do sudoeste do Estado. Parece que já havia uma certa articulação dos sindicatos que se constituíram, durante a década de 1970, em Mirassol D'Oeste, São José dos Quatro Marcos, Rio Branco e Vila Bela da Santíssima Trindade, com sede em Pontes e Lacerda.

Lideranças da ocupação, como o João Bispo, estavam afinadas com o movimento sindical e participavam das reuniões dos sindicalizados com políticos do MDB, advogados e autoridades de órgãos públicos, promovidas pela diretoria, para esclarecer aos

trabalhadores os seus direitos, mas também para defendê-los com assistência jurídica, em situações de conflitos.

Vários trabalhadores tiveram acesso aos seus lotes em São Domingos por terem contatos ou por serem incentivados por dirigentes sindicais. Analisando depoimentos, podemos perceber a importância desta articulação sindical, para a luta pela terra na década de 1980:

Eu era fiscal do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mirassol D'Oeste quando tivemos contatos pelo Valdevino [do sindicato de S. J. dos Quatro Marcos], Miguel [diretor da FETAGRI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura MT] e seu Vicente e com o sindicato daqui [Pontes e Lacerda], por meio do Antônio do sindicato, o Fernando e outros. Então, tivemos contato com São Domingos que, na época, estava começando a ocupação, através dos dois Sindicatos. No dia 15 de maio de 80, viemos ao sindicato Pontes e Lacerda, eu e o Sebastião Peixoto, que era o tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mirassol. O João Bispo estava na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais ao chegarmos, pois era muito defensor do sindicato, na época²⁵⁰.

Manoel do Prado não só teve contato com o sindicato, mas fazia parte do Conselho Fiscal. Sua entrada e a de seus irmãos e cunhados, em São Domingos, esteve totalmente mediada pela ação sindical, o que foi também o caso relatado por Genésio de Oliveira, morador de Figueirópolis que veio para o local onde foi construída a comunidade e vila Máquina Queimada, situada na gleba:

Entrei aqui em oitenta e três, mas três anos antes, isto é em oitenta por aí, é que a situação estava “quente”. Não estava aqui, na época dos conflitos, mas meu padrinho Otavinho sim. O nome dele era Otávio Fernando Cunha, depois chegou a ser prefeito do município de Figueirópolis, onde mora até hoje. Naquela época era o presidente do sindicato de Cáceres, que ainda mandava até Jauru. Ele falou pra mim: - não vai em S. Domingos agora. Deixa esse trem baixar a poeira - que diariamente ele estava aqui dentro, junto com o povo organizando. O Otávio ia organizando e explicando: - é assim que se faz - e ia entrando gente. Eles apoiavam o povo e a polícia em cima. Uns iam presos ele ia lá e soltava. A luta foi assim até que venceram, mas passaram por um

²⁵⁰ Entrevista com Manoel do Prado, em novembro de 2002.

monte de dificuldades. Andaram matando gente. Teve trincheiras daqui e dali, até que a área foi liberada. Eu entrei quando a área já tinha sido liberada²⁵¹.

Genésio, apadrinhado pelo presidente do Sindicato de Cáceres, que atuava na área próxima até Jauru, recebia seguidas informações sobre o conflito em São Domingos. O Otávio participou da organização dos “sem terra” formando um movimento contínuo de ocupação em São Domingos. Segundo o depoente, ele orientava os ocupantes e articulava apoio jurídico com os advogados dos sindicatos para soltar posseiros presos. Usando a expressão: *eles apoiavam o povo e a polícia em cima*, parece reconhecer que o Otávio não estava só, no processo. Havia um espaço de luta que pressupunha diversas atividades e atores. Apoiar, orientar, organizar e incentivar os ocupantes da gleba, São Domingos, a enfrentarem as situações de conflito, era tarefa para várias pessoas. Isso nos remete a outra informação indicada pelo depoimento do ex-presidente do sindicato de Rio Branco - MT, Nildo Mendes, que relatou:

Em 1978, como membro do Conselho Fiscal do Sindicato de Cáceres, participei da comissão de fundação do Sindicato de Rio Branco. Fui indicado para ser presidente do novo Sindicato. Nós fazíamos reuniões da FETAGRI, com todos os sindicatos do sudoeste do Estado. Participavam destas reuniões os representantes da federação como o advogado Paulo Nogueira, o Miguel, o Gilson de Barros e outros que estavam ligados ao MDB, mais o pessoal do MR-8. Naquele tempo havia mais articulação regional dos sindicatos que hoje. Os sindicatos atuavam na luta pela reforma agrária organizando os trabalhadores e ocupando terras²⁵².

Considerando as concordâncias desta série de depoimentos, podemos afirmar que já em fins da década de 1970 e durante a de 1980, havia considerável número de ações conjuntas realizadas com a participação dos dirigentes sindicais dos municípios e da federação nas ocupações de terras no sudoeste e noroeste de MT. Primeiro, porque foi neste tempo é que fundaram a maioria dos sindicatos da região. Segundo, a direção da Federação passou a ser controlada majoritariamente por trabalhadores filiados ou simpatizantes do MDB, depois PMDB, com expressiva representação de lideranças da região na diretoria. Terceiro, os sindicatos em suas bases municipais se não articulavam, pelo menos apoiavam

²⁵¹ Entrevista com Genésio de Oliveira, em agosto de 2001.

²⁵² Entrevista com Nildo Mendes, ex-presidente do STR de Rio Branco – MT, em novembro de 2002.

jurídica e politicamente os *posseiros*, cada um a sua maneira. Quarto, a articulação sindical regional criou uma infra-estrutura de ação conjunta com a contratação de advogados para a defesa de *posseiros* e com as reuniões periódicas de diretorias sindicais para traçar estratégias de encaminhamento de lutas comuns. O serviço mais importante oferecido aos posseiros, pelos sindicatos no sudoeste era a assistência jurídica permanente de um ou mais advogados contratados em Cáceres para defendê-los na justiça. O exemplo dessa prática foi o trabalho de Francisco Bezerra de Cáceres, advogado ao qual o Manoel do Prado já fez referência.

Esta atuação dos dirigentes era bastante heterogênea. Parece que nem todos se envolviam da mesma forma e intensidade. No caso da região de Pontes e Lacerda, apesar de se reconhecer que houve empenho de dirigentes sindicais, na luta pela terra havida na gleba São Domingos e em outras ocupações como Pindaituba, Agropecuária (Pontes e Lacerda), Mirassolzinho (Pontes e Lacerda e Jauru), Canaã (Lambari D'Oeste), Vereda (Araputanga), Montechi I, II e III (Rio Branco), no geral, os relatos de posseiros apresentam críticas aos sindicalistas, como este:

O Mané do sindicato não mexia com isso não. No tempo de S. Domingos não foi ele que tirou o lote dele. Os posseiros deram o lote pra ele. Ele foi de muita coragem, porque tem coragem demais, mas é bruto. Não concordo com a coragem que ele tem, porque ele brigava de peito a peito e torto a direito, no sindicato e dizia: - vou lá, mato e aconteço. O diabo que acontece! Ele ia mesmo, mas na rua. O lote dele no mato foram outros caras que entraram, tiraram para ele e construíram a casa²⁵³.

O *Mané do Sindicato* a que o relato se refere era o presidente do Sindicato de Pontes e Lacerda, na época da ocupação de São Domingos. Muitos posseiros já eram sindicalizados e participavam das reuniões promovidas por ele na sede do Sindicato. Nestas se definiam estratégias de ação dos posseiros, junto com os diretores sindicais. Esses, porém, raramente entravam nas áreas em conflito. Permaneciam mais na cidade, na sede, fazendo abaixo assinados, elaborando e enviando ofícios ou telegramas a FETAGRI e às autoridades de órgãos públicos, denunciando violências contra os trabalhadores, solicitando medidas para solucionar os conflitos ou viajavam para a capital do estado ou federal para negociar. Lourenço Nunes parece ter, em relação a ele, a mesma opinião que expressou

²⁵³ Entrevista com Lourenço Nunes da Cruz, em julho de 2001.

sobre o Vivaldo Araújo, considerando-o um homem da “rua” e não do “mato”, onde este último representava o campo do confronto, o *grilo* e a primeira, a realidade externa, indiretamente envolvida. Esta oposição entre espaços como *mato* e *cidade* ou *rua*, sob o controle de diferentes grupos sociais em luta também aparece nas análises de Oliveira (1992) a respeito do conflito entre os posseiros e latifundiários na gleba Mirassolzinho, expressões de sistemas sociais e de poderes diferentes. Atuar na *rua* parte do campo de luta, mesmo com coragem, no depoimento não parece suficiente, para não ser considerado covardia ou traição à luta. Não reconhece a diferença de instâncias e a importância da luta política que se realiza fora do espaço do campo de confronto direto. Essa, porém, não foi a opinião de todos os depoentes. Alguns, ao contrário, consideraram que a atuação desse e de outros diretores do sindicato foi fundamental para garantir a conquista da terra pelos posseiros, na gleba São Domingos, como se pode ler deste depoimento:

Na época já tinha o sindicato daqui e seu Manuel era o presidente. Ele foi um homem, que na luta pela terra atuou muito bem. Acompanhava os processos junto às autoridades e defendeu os posseiros quando, muitas vezes, essas queriam ir contra eles. Tinha um tenente que era nojento, que propunha retirar o pessoal das posses, porque decerto o fazendeiro lhe oferecia dinheiro, que hoje, normalmente, leva tudo. Foi em Brasília umas duas ou três vezes. Inclusive assisti uma reportagem dele na Rádio Nacional de Brasília, em que falava que queria o apoio do governo Federal para proteger os trabalhadores. Seu Manoel, que era o presidente do sindicato, falou com essas palavras, que ‘o governo deveria apoiar os trabalhadores rurais e não mandar os seus capangas contra eles’²⁵⁴.

Manuel Alves de Souza foi presidente do sindicato de Pontes e Lacerda, por muitos anos, por isso era conhecido como o *Mané do sindicato*. Em quase todos os depoimentos, sua atuação foi lembrada como a de um aliado importante dos *posseiros*. Ele ocupava um espaço importante da luta dos trabalhadores, constituído pelo campo da luta política. O sindicato era uma instituição legal que o colocava no campo da luta política dentro dos parâmetros da lei, criada e reconhecida pelas próprias autoridades governantes. Vemos, nos dois relatos, que a positividade da atuação do *Mané do Sindicato* não foi representada da mesma forma, mas ambos reconhecem que ele foi, para fora da área de

²⁵⁴ Entrevista com João Vieira, em julho de 2000.

conflito, um porta voz dos *posseiros* na cidade, nas capitais estadual e federal, junto às autoridades e a imprensa. Ele ocupava um importante espaço público que lideranças do *mato* não podiam exercer, pois permaneciam na clandestinidade da mata.



Foto 09: Aliança do movimento sindical com os posseiros - Fonte FASE/MT 1990

Nem todos os sindicalistas só atuavam nestas instâncias. Nos depoimentos do Genésio Oliveira, do Nildo Mendes e do Manoel Prado, podemos reconhecer que havia dirigentes que participavam diretamente de ações de ocupação, como parece ter sido o caso da gleba São Domingos e posteriores como Mirassolzinho, Canaã, Agropecuária e Noroagro²⁵⁵.

Era comum os sem terra reconhecerem qualquer gesto de solidariedade ou de apoio prestado pelos dirigentes sindicais, recompensando-os. Os *posseiros* geralmente reservavam-lhes um lote ou os próprios dirigentes o exigiam. Foi assim que sindicalistas citados como Otávio, Zé Alves, Valdevino, Mané do Sindicato, Miguel da FETAGRI e outros dirigentes sindicais tiveram lotes na gleba São Domingos, mesmo sem se envolverem diretamente como posseiros, mas atuando no espaço político público de defesa dos interesses desses.

²⁵⁵ A fazenda Noroagro foi desapropriada pelo INCRA e se constituiu em assentamento já em 1990 no município de Comodoro a 270 Km de Pontes e Lacerda, por uma articulação regional da FETAGRI e todos os STRs do sudoeste de MT, que indicaram os assentados e coordenaram parte do loteamento.

A doação de lotes das áreas ocupadas era uma parte da estratégia geral dos *posseiros*, na construção de relações e alianças com setores da sociedade que pudessem socorrê-los, nos momentos mais difíceis da luta. O pagamento dos custos advocatícios, o apoio de comerciantes, de políticos ou de funcionários públicos, não raramente era assegurado com a reserva de um ou mais lotes na área em conflito e que seria entregue a eles após a liberação.

A atuação dos dirigentes sindicais de Pontes e Lacerda, em períodos mais recentes, foi reconhecida por duas práticas distintas e contraditórias em relação às ocupações. Os dirigentes sindicais mais ligados à direção da FETAGRI, sendo militantes do PMDB que durante a “Nova República” também assumiu a direção do INCRA/MT, o governo do Estado, LBA, a EMATER e a Prefeitura de Pontes e Lacerda, lentamente mudaram de posição e atitudes práticas. Começaram a criticar os ocupantes de terras contrapondo, a esta prática, a promessa de que o INCRA faria o assentamento, desde que estivessem inscritos num cadastro organizado pelo sindicato²⁵⁶. Por outro lado, continuavam encaminhando documentos escritos em favor de posseiros²⁵⁷, em troca de lotes nas áreas em disputas, mantendo assim uma prática antiga. Esta atitude dos sindicalistas foi apresentada pelo relato do Renato do INCRA, que também a criticou pela falta de critérios nas inscrições de candidatos a assentados da Reforma Agrária:

Os sindicatos fizeram, há alguns anos atrás, listas de inscritos para serem assentados, que não funcionam. Se amanhã nós abrirmos as inscrições, tudo que é comerciante vai querer se inscrever, como já encontrei em listagem do sindicato²⁵⁸.

Renato, como funcionário público, reconheceu, no seu depoimento, a ineficiência da política do governo e do INCRA para realizar a reforma agrária. Nesta passagem ao fazer a crítica sobre a atuação dos dirigentes sindicais, parece que a ineficácia dos cadastros de sem terras (candidatos a uma parcela num assentamento), organizados pelo sindicato, foi atribuída à falta de triagem, incluindo nelas comerciantes e outros não beneficiários desta política. Omite, não reconhecendo que se tratava de um acordo tácito entre as duas partes,

²⁵⁶ Na década de 1990, vários cadastros de sem terras foram organizados pelo STR de Pontes e Lacerda, sem realizar o assentamento de nenhum inscrito.

²⁵⁷ No arquivo de correspondências entre o STR de Pontes e Lacerda, FETAGRI e INCRA encontramos diversos indícios desta prática dos dirigentes.

²⁵⁸ Entrevista com Renato do INCRA, em julho de 2000.

numa estratégia do Estado, para neutralizar a força do movimento de ocupações, que continuou e acontece até hoje, com ou sem o apoio dos sindicalistas. O depoimento do Renato reconhece a importância da atuação de dirigentes sindicais em áreas de ocupação mais recente que se tornaram assentamento:

Acho que a participação maior do sindicato foi na gleba Rio Alegre²⁵⁹, mas isso é bem recente. Parece-me que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pontes e Lacerda teve alguma participação mais ativa, aqui no assentamento Rio Alegre²⁶⁰.

Não parece que dirigentes do sindicato tenham participado da ocupação da área, mas da organização do Assentamento Rio Alegre, realizado na década de 1990. A regularização da área a transformou num Assentamento da Reforma Agrária, com os benefícios e créditos que isso representa. Na formação da equipe de assistência técnica do Projeto Lumiar, na aplicação dos recursos do crédito, houve a participação constante, mas diferenciada de dirigentes. Inaugurava-se, assim, uma prática inédita e uma nova frente de ação sindical. Trata-se da organização dos parceiros assentados para reivindicarem e acessarem recursos públicos para a produção. Esse novo sindicalismo recuava nas questões da luta pela terra, atuando mais nas políticas de crédito e na regularização fundiária das áreas já ocupadas para que os posseiros, titulares de um lote, se tornassem beneficiários de recursos.

Os sem terra hoje continuam ocupando e procurando os dirigentes sindicais para apoiarem sua luta, mas parece que os novos sindicalistas retiraram a luta pela terra das suas prioridades. Continuam aliados dos ocupantes, mas apenas encaminham documentos, abaixo assinados, denúncias ou viabilizam e participam, com os posseiros, de algumas negociações com os órgãos públicos. As fontes indicam que a aliança entre posseiros e sindicalistas sempre se manteve instável e oscilante e assim permanece até hoje. Houve momentos em que ela foi mais estrutural e estratégica e noutras situações as relações com os sindicalistas ficaram tensas e conflitivas, principalmente quando estes foram

²⁵⁹ A gleba Rio Alegre, está situada a 20 Km da cidade de Pontes e Lacerda no caminho para ao Matão, na margem direita do rio com este nome era propriedade de uma agropecuária por isso muitos trabalhadores chamam a gleba de Agropecuária, cuja ocupação e desapropriação ocorreu até meados de 1990.

²⁶⁰ Idem, Renato do INCRA.

pressionados por funcionários do INCRA, políticos e latifundiários locais e assumiram posições contrárias aos ocupantes de áreas²⁶¹.

3. As alianças dos posseiros com madeireiros

A formação da categoria nomeada como madeireiros no Vale do Guaporé faz parte de uma longa e controvertida história de valorização e avanço do comércio da madeira extraída da floresta. Nas décadas de 1950 e 60, o estado de Mato Grosso vendeu, doou ou leiloou as terras cobertas de matas fechadas e ricas em madeira, para empresários, funcionários públicos ou partidários dos governadores que ocupavam cargos importantes na administração. O jornalista Dylton Motta publicou uma violenta denúncia deste processo de alienação indiscriminada de terras públicas do Estado em anos pré-eleitorais como em 1953-54 quando o DTC – Departamento de Terras e Colonização assinou 22 contratos com empresas privadas para a colonização em terras que sequer foram discriminadas, em áreas que alcançavam cada uma 200.000ha. contrariando a Constituição de 1946, que proibia a venda de lotes maiores de 10.000ha. sem autorização do senado federal. Sigamos a denúncia:

As circunstâncias sob as quais se processam as concessões de terras em Mato Grosso, conforme temos visto, jamais se confundiriam com um verdadeiro programa de colonização. De fato os contratos são de tal natureza que a denominação colono só entra para figurar o adquirente dos lotes, nas áreas presumidamente demarcadas pelas empresas imobiliárias. (...) Em todos os contratos as áreas concedidas recebem delimitações incertas e registra-se a omissão total de estradas ou outros meios de comunicação, as quais o concessionário deve construir ou continuar. (...) Não houve, portanto, o intento de colonização na real acepção da palavra, mas uma larga concessão de terras a empresas privadas, para efeito de loteamento e revenda. (...) Não havendo um critério único, as concessões, em muitos casos, foram outorgadas em atenção a interesses políticos. No ano pré-eleitoral de 1953, foram assinados quatorze contratos,

²⁶¹ Esse caso parece ter ocorrido na gleba Mirassolzinho e também, na Primavera, quando o presidente do sindicato de Pontes e Lacerda se voltou contra os posseiros ao receber carta do executor do INCRA de Vila Bela, criticando aos novos ocupantes afirmando que esta atitude prejudicaria as negociações já iniciadas entre o sindicato, o INCRA e o proprietário para regularizar parte da área, em 1994.

que são mencionados na mensagem do governador à Assembléia Legislativa, embora sem discriminação das áreas concedidas. (...) E assim por diante, demonstrando-se que só beneficiaram aqueles que dispunham de influência junto ao governo²⁶².

A denúncia questiona as concessões numerosas de grandes extensões de terras pelo estado de Mato Grosso que se justificavam como projetos de colonização, mas que não exigiam as mínimas providências tais como, áreas legalmente discriminadas, demarcadas e localizadas no mapa, sem referências a criação de infra-estrutura para receber colonos. Tornavam-se áreas de especulação imobiliária, porque as terras eram praticamente doadas às empresas imobiliárias que as repartiam em grandes lotes a serem revendidos depois de valorizados, gerando altos lucros ou só beneficiando pessoas relacionadas com os senhores do poder do estado. Dias antes o mesmo jornalista havia denunciado que:

Doação, concessão, venda, enfim, uma orgia de transações imobiliárias, que fazem milionários da noite para o dia, beneficiam tubarões de todos os matizes parentes, amigos, afiliados políticos. A colonização, esta só existe para figurar nos contratos, para que a lei e a Constituição possam ser burladas mais livremente²⁶³.

No mesmo dia, o jornal publicou uma carta escrita e assinada por um grupo de deputados da UDN, a mando do governador, ao Deputado Gerson de Oliveira, solicitando seu voto para aprovar projetos de interesse do governo em troca de diversos favores pessoais, entre eles, a concessão de várias áreas de terras que já havia requerido junto ao DTC, numa clara demonstração de que nas concessões de terras do estado o critério político precedia aos demais. Esses, tornaram-se grandes proprietários de uma hora para outra, sem terem interesse real de tornarem a terra produtiva. Não extraíam nada da floresta por falta de interesse ou de condições. Esta situação foi denunciada pelo governador João Ponce de Arruda ao assumir em 1956, quando chegou a dizer:

O que se deu (...) é do domínio público e as concessões que se fizeram ao arripio de todas as normas jurídicas, a pessoas nem sempre idôneas, só tiveram resultado negativo, para o Estado, e positivo financeiramente, para os beneficiários de concessões e personalidades vulneráveis ao aceno criminoso de vantagens pessoais.

²⁶² Motta, Dylton. *A verdade sobre a colonização em Mato Grosso*. O Estado de Mato Grosso, 12 de dezembro de 1954, p. 2.

²⁶³ Motta, Dylton. *A verdade sobre a colonização em Mato Grosso*. O Estado de Mato Grosso, 5 de dezembro de 1954, in Gislaïne Moreno. *Os (Des)Caminhos da Apropriação Capitalista da Terra em Mato Grosso*. Dissertação de Mestrado. USP, São Paulo: 1993, p 207-209.

Nada menos de 42.000 quilômetros quadrados se concederam a cerca de vinte empresas, quase todas elas absolutamente inidôneas para o objetivo em vista²⁶⁴.

Estas questões relacionadas às concessões de terras do estado à iniciativa privada foram, minuciosamente, investigadas por Moreno (1993), que apontou inúmeros indícios de fraudes e de corrupção nos sucessivos governos das décadas de 1940-66. Mostrou, ainda, como o discurso moralizante dos governadores no início dos mandatos não modificava os critérios e as práticas de concessões até e que o DTC foi definitivamente extinto em 1966. O Estado de Mato Grosso ficou sem nenhum órgão de controle e registro de terras por 11 anos, piorando ainda mais a situação legal das terras, até que em 1976 se criasse o INTERMAT. Todas estas práticas do estado, favorecendo a iniciativa privada inescrupulosa, tiveram repercussões sobre as terras indígenas e de populações tradicionais no Vale do Guaporé, com as concessões de terras em grandes e médias extensões de áreas que ficaram inexploradas por anos²⁶⁵.



Foto 10: Posseiros foram aliados e apoiados de Madeireiros – Fonte: Zezo

²⁶⁴ João Ponce de Arruda. Mensagem do governador à Assembléia Legislativa. Cuiabá, 1956, p. 73.

²⁶⁵ A venda e concessão de terras públicas e devolutas do Estado de Mato Grosso à iniciativa privada também foi investigada por Ariovaldo Umbelino de Oliveira. *A Fronteira Amazônica Mato-Grossense: Grilagem, Corrupção e Violência*. Tese de Livre Docência na FFLCH, da USP. São Paulo: 1997.

No final da década de 1960 e durante os anos 70, porém, com a abertura da rodovia BR 174 e a organização da vila de Pontes e Lacerda, pela CODEMAT, lentamente se estabeleceram algumas agropecuárias e pequenas serrarias de empresas que só retiravam as madeiras mais próximas da estrada e de maior valor econômico nos mercados do centro-sul do país ou no exterior.

O controle da terra pelos grandes empresários que tinham os títulos de propriedade tornava a madeira quase inacessível aos madeireiros que iniciavam suas atividades extrativistas, no vale do Guaporé. Não poderiam ou não queriam pagar caro pela madeira a ser extraída, para poderem fazer frente à concorrência de outros que tinham livre acesso a ela. Todas as áreas de ocupação por pequenos posseiros se localizavam em terras de mata, por duas razões que foram lembradas nos relatos:

Primeira, porque a tecnologia que os trabalhadores rurais conheciam e tinham acesso na prática da produção exigiam terras novas, férteis. Derrubavam, queimavam, encoivaravam e plantavam. Depois da colheita, faziam nova roçagem, queimada e plantio²⁶⁶. Assim, sucessivamente, até o esgotamento do solo com poucos anos de uso, exigindo a recuperação com produtos químicos, a rotação de culturas ou o pousio da terra, formando a capoeira e a mata secundária.

Segunda, porque os posseiros, em geral, eram trabalhadores descapitalizados que não tinham recursos para iniciarem as atividades produtivas no lote. A madeira era uma das riquezas naturais mais conhecidas e apreciadas pelos ocupantes. Além da possibilidade da venda da madeira para angariar recursos com que sustentariam a família ou investiriam em atividades de produção, nos primeiros meses da ocupação, a vegetação da mata servia como um dos indicativos de fertilidade da terra²⁶⁷. Ocupando sempre terras de mata com madeiras que interessavam aos *posseiros* como recursos naturais para investimentos e aos

²⁶⁶ Ariovaldo Umbelino de Oliveira. *A Fronteira Amazônica Mato-Grossense: grilagem, corrupção e violência*. Tese de Livre Docência, FFLCH da USP. São Paulo: 1997, cap. 7 trata das atividades de abertura das grandes fazendas descrevendo as técnicas, as relações de trabalho, a divisão social do trabalho em profissões especializadas, os regimes de trabalho, os cultivos e seus manejos. Cláudia Maria Calório. *A Agricultura numa Perspectiva Ecológica e a Pequena Produção do Vale do Guaporé*. Monografia de Especialização em Educação Ambiental, pelo Programa de Pós-graduação em Educação, UFMT. Cuiabá-MT: 1991. Trata das práticas de manejo tradicionais dos pequenos agricultores que incluem as práticas descritas. Também Castrillon Fernandes: 1997 – cap. 4 p. 115-124 fala dessa forma de manejo nas áreas de posses e assentamentos.

²⁶⁷ Cláudia Maria Calório. *A Agricultura numa Perspectiva Ecológica e a Pequena Produção do Vale do Guaporé*. Monografia de Especialização em Educação Ambiental, pelo Programa de Pós-graduação em Educação, UFMT. Cuiabá-MT: 1991, p. 24 e seguintes.

madeireiros como matéria prima para sua indústria, tornava-se relativamente fácil e corriqueira a aliança entre estes atores, porque a madeira ficava para eles quase gratuitamente, como se pode ler neste relato:

Os madeireiros apoiavam os posseiros só porque queriam a madeira. Queriam comprar a madeira do fazendeiro, mas não conseguiam ou se conseguissem tinham que pagar mais caro. Quase não se vendia a madeira nas áreas de posses, inclusive naquela época, eu era sitiante. Morava na beira da ponte da estrada e cedro ninguém queria nem de graça. Era derrubado e queimado. Até cerejeira, da grossura de um metro e meio, ficou para trás²⁶⁸.

Na maioria das posses em que se fez derrubada durante os períodos de conflitos, como em São Domingos, onde o enfrentamento levou de dois a três anos até a área ser liberada, muita madeira de valor comercial se perdeu e foi queimada porque não havia utilidade ou comércio para ela. As madeiras de maior valor de mercado se não fossem excepcionalmente boas para a extração se perdiam como relatou Lourenço Nunes: *cerejeira, da grossura de um metro e meio, ficou e madeira de menor valor como, jatobá, carapa e cedro, ninguém queria nem de graça*, mesmo estando próximas da estrada. Tudo isto significa que o mercado de madeira ainda não se constituía plenamente e que a grande oferta com a pequena demanda da indústria instalada derrubava os preços a níveis insignificantes. Lembremos que isso ocorria em meados da década de 1970, em lotes situados próximos à vila de Pontes e Lacerda onde havia as únicas serrarias instaladas. Em áreas distantes destas indústrias e sem estradas de acesso, como em São Domingos, a situação ficava ainda pior.

Muita madeira de valor comercial foi queimada nas áreas de posses, para fazer lavouras, já que os troncos atrapalhavam o manejo do roçado. Este quadro parece que foi mudando desde o início da década de 1980, quando a rodovia BR 174 foi asfaltada. Instalaram-se inúmeras serrarias, que compravam madeira barata dos posseiros, que as vendiam para levantarem recursos e iniciarem a produção, como podemos deduzir pelo relato que segue:

As madeireiras financiavam os posseiros, mas compravam a madeira baratinha. Você chegava na madeireira e não via sair nenhuma madeira, mas o Bastião [madeireiro]

²⁶⁸ Entrevista com Lourenço Nunes da Cruz, agosto de 2001.

tinha muita madeira. Eu oferecia: - vendo madeira pra você. Ele perguntava: – quanto você quer?. Eu propunha: – quero 30 reais. Então ele dizia: - dou 20. E a gente entregava. Não foi só ele que comprou madeira em São Domingos. Todos os posseiros que chegavam, encontravam o escritório dele aberto. Ele chegava e falava com você: - tem madeira? O cara dizia: - no meu lote tem e estou precisando de dinheiro. Falava, assim, a olho a quantia que podia tirar²⁶⁹.

O comércio da madeira começou a funcionar como financiamento de atividades agropecuárias, como recursos emergenciais ou como investimentos em infra-estrutura como estradas, casas, construções rurais, compra de moto-serras, equipamentos, instrumentos de trabalho, gado bovino e outros. Além dos incentivos fiscais e créditos subsidiados da SUDAM, a madeira também foi um dos primeiros recursos que muitos proprietários de latifúndios exploravam e, às vezes, o único. Depois já revendiam a terra, sem madeiras de valor comercial. Joaquim Goulart é um exemplo, sendo o maior proprietário que teve terras desapropriadas para formar a gleba São Domingos, estava mais interessado na exploração da madeira que na pecuária em quase 30.000 ha. de terras que possuía em Pontes e Lacerda²⁷⁰. No tempo do *grilo* muitos *posseiros* que viviam na dúvida se conseguiriam a propriedade da terra, lançavam-se à exploração indiscriminada da madeira para levantarem pelo menos algum recurso e ressarcir-se de despesas executadas no período, conforme relatou Lourenço Nunes:

A derrubada de madeira durante o grilo, quando ainda estavam brigando, naquele sai não sai, fica não fica, deixava o pessoal em dúvida. Muitos posseiros tiravam a madeira para aproveitarem pelo menos um pouco, caso perdessem a terra. Tinha seu Ambrósio, não sei o nome certo, parece que era Bastião Ambrósio, um madeireiro que adiantava 20 ou 30 reais pra você por toda a madeira do seu lote, antes de pegá-la. Ele parecia daqueles ricos, milionários. Foi lá que ele ficou fraco até o fim dos seus dias²⁷¹.

No aperto financeiro, os posseiros recorriam aos madeireiros e lhes ofereciam a única riqueza que tinham e vendiam a madeira de todo o lote por pouco dinheiro, para quem lhes pudesse adiantá-lo, ainda no tempo do conflito, sem avaliarem o valor que poderia ter. Aos poucos surgiu uma categoria de intermediários entre os donos de serrarias

²⁶⁹ Idem, Lourenço Nunes da Cruz.

²⁷⁰ Processo 431/82 INCRA/MT e relatos orais.

²⁷¹ Idem, Lourenço Nunes da Cruz.

e os posseiros que vendiam madeira. Muitas vezes, as lideranças da ocupação assumiam este papel²⁷². Estes entravam em acordo com um ou mais madeireiros e desde o início da ocupação impunham obrigações aos posseiros, de lhes entregaram uma porcentagem de toda a madeira que saísse dos lotes, fosse comercializada por ele ou não.

Encontramos esta prática nos relatos sobre a ocupação de terra em Nova Lacerda, constituída por várias glebas a mais de 100 Km de Pontes e Lacerda, ao longo da BR 174, rumo à Vilhena – RO, onde o Taim comandava as ocupações. Este parece também o caso do Vivaldo Araújo na Scatolin e depois em São Domingos, conforme o relato que segue:

A madeira dos lotes era o seguinte: de toda venda que você fazia tinha que tirar uma madeira para o Nivaldo. Uma parte da madeira era pra ele, pois era meio ativo, de muita coragem, mas falavam que ele não peitava. Pegava alguém que dizia: - não vou tirar madeira pra você. Vendia pra outro na rua e ele não peitava. Era inteligente e não bancava o burro, pois só fazia pela frente, mas se o cara endurecesse, vazava²⁷³.

Essa intermediação da venda da madeira poderia ser realizada por lideranças que subordinavam os posseiros às suas exigências, mediante o exercício de certas tarefas de negociação ou mesmo madeireiros que lhes forneciam apoio em transportes, segurança ou em dinheiro, como já falamos anteriormente. Os posseiros aceitavam as condições impostas, quando as consideravam razoáveis, para garantirem o acesso a terra. Era uma forma de gratificar ou de pagar os serviços prestados, por quem recebia a madeira.

Os que não considerassem a entrega da madeira exigida como um compromisso de pagamento ou de reconhecimento de serviços prestados, podiam negar-se a fazê-lo, mas corriam riscos. Essa atitude desafiadora dependia muito da capacidade de enfrentamento do próprio posseiro ou das possibilidades de ser atingido negativamente pela reação efetiva do requerente. Diz o relato que o Vivaldo o exigia, mas se alguém o *peitasse*, isto é, o desafiasse enfrentando-o, ele não era burro de cobrá-lo. Faltariam-lhe os meios para fazê-lo. Diferente do que ocorria em Nova Lacerda onde o paraguaio Taim não só cobrava, mas também tinha os meios para exigir e efetuar a cobrança, pois dispunha de jagunços e capangas armados, que todos temiam. Olhemos o relato do Lourenço Nunes que apresenta

²⁷² O Jornal *O Estado de São Paulo*, em 5 de dezembro de 1978, já apontava para Antônio Gomes, um dos líderes de *posseiros* da Pindaituba como um comerciante, intermediador de madeiras. Esta era uma situação freqüente nas áreas de *grilo*.

²⁷³ Idem, Lourenço Nunes da Cruz.

essa importante figura que liderou diversas ocupações, como a gleba Velha, Nova Lacerda, gleba dos Goianos, Serra Sofrida, Rio Novo e outras mais:

O Taim foi para Nova Lacerda e adquiriu umas terras na brabeza e numa parte devia ter muita vantagem. Ele comandou o “grilo” daquelas terras ali da Fazenda Milagre. Levava as pessoas e colocava dentro da área, mas dividia as datas que eram dele. Fazia aquilo para tirar a madeira toda para ele.(...) Em toda a vila de Nova Lacerda ele tinha os mensageiros dele (...) Era um cara inteligente, só que era perigoso. Era um homem esquisito, que não tinha amizade com ninguém. Tinha que ser do jeito que ele queria, senão mandava recado porque ali todo mundo estava sob a ordem dele. Todo mundo só entrava lá se fosse com a sua ordem.(...) Nos grilos ali comandava os posseiros, mas a madeira de qualquer lote era dele. Era tido como um comandante, um capitão que fazia a escalação (...) o Taim não era bobo e tinha muita sorte, porque uma vez a polícia federal pegou, sumiu e desapareceu com ele. Aquilo deu briga, porque o pessoal enfrentou muito, até que o trouxeram de volta. (...) Comparando os dois, o velho Nivaldo tinha muito estudo, até estudo demais²⁷⁴.

O relato indica que o Taim agia como uma liderança autoritária, um militar ou um patrão que exigia total submissão dos seus dependentes em troca de proteção ou transporte para chegar nas posses. O compromisso que se estabelecia entre os posseiros e os intermediadores do comércio de madeira seria cumprido na medida da autoridade e do poder dos que se propunham mediar. A estratégia do Taim era mais consistente e eficaz, neste sentido, do que a do Vivaldo. Este último não tinha a coragem de utilizar os meios, apesar de ser considerado mais inteligente que o outro. O reconhecimento e o temor que o Taim produzia entre os posseiros, no entanto, não provinha unicamente da força das armas e do dinheiro, mas também de qualidades pessoais como a inteligência política, como indica o relato:

A inteligência estava nisso, que o Taim não era muito bobo, porque sempre tinha um bom advogado. Ele era inteligente e o advogado tinha instrução. Outra coisa, depois que o INCRA se instalou aqui e vistoriava uma área, a terra era de quem estava dentro, reconhecia que era dono²⁷⁵.

²⁷⁴ Entrevista com Lourenço Nunes da Cruz, em agosto de 2001.

²⁷⁵ Idem, Lourenço Nunes da Cruz.

Taim fazia um investimento inicial comandando a ocupação de uma terra, coordenando os posseiros e fazendo-lhes a segurança com seus próprios capangas. Tinha assessoria de advogados e sabia que o trabalhador, estando de *posse de uma terra* por um ano e um dia²⁷⁶, teria reconhecido o direito pelo INCRA e ele teria acesso a toda a madeira de todos os lotes. Ele tornou-se, por esta via, um dos grandes loteadores de terras do Vale do Guaporé, assumindo uma função social e política que o INCRA e o governo deixaram de exercer legalmente e cobrando o preço da madeira.

À medida em que se constituía a infra-estrutura de estradas e de instalação de serrarias, no município de Pontes e Lacerda, o comércio da madeira se intensificava, aumentava a procura, inclusive de madeiras inicialmente menos apreciadas pelo mercado, acarretando a valorização da madeira bruta, na floresta.

A intensificação da procura pela madeira estreitou as relações entre madeireiros e posseiros. As alianças que, inicialmente, poderiam ser apenas de apoio com dinheiro, em troca da madeira quando a área fosse liberada, passaram em vários casos a submeter diretamente os ocupantes aos interesses destes.

Os primeiros comerciantes de madeira levavam-na serrada até os depósitos de madeiras nas cidades do estado que ficavam mais próximas e acessíveis aos mercados do centro-sul do país. Posteriormente, também, estabeleceu-se o comércio direto e o transporte de madeiras, para estes mercados consumidores. Esse processo foi descrito assim pelo relato de Lourenço Nunes:

O Nilton tinha uns caminhõezinhos velhos com que levava esta madeira para Cuiabá, Várzea Grande, no bairro Cristo Rei. Aqui só tinha essa serraria dele, tinha um movimento muito grande (...). Depois foram entrando mais serrarias e através delas foram se abrindo as estradas. Também foi entrando mais gente e melhorando o comércio de madeira, porque até aí era pouco²⁷⁷.

O mercado da madeira reforçou a aliança entre o setor e os pequenos ocupantes de grandes propriedades privadas ainda não desmatadas. Essa aliança, sem dúvida, contribuiu para consolidar os pequenos posseiros e os madeireiros como duas categorias sociais expressivas, na região, até tempos recentes quando grandes áreas de florestas foram

²⁷⁶ Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964, conhecida como Estatuto da Terra, reconhece o direito de posse depois de ocupação com trabalho e moradia efetiva de um ano e um dia.

²⁷⁷ Idem, Lourenço Nunes da Cruz.

escasseando. O crescimento do mercado madeireiro indiretamente favorecia os posseiros, pois poderiam ganhar mais com a venda deste recurso quando a oferta foi diminuindo e a procura aumentando. Os posseiros de São Domingos ainda encontraram um mercado bastante restrito e tiveram poucas alternativas para comercializarem a madeira dos lotes. Eram poucos compradores para muita madeira. Vejamos pelo relato quais teriam sido os maiores compradores desta riqueza natural naquela gleba:

O madeireiro mais forte que esteve aqui [em São Domingos] foi o Carlinhos²⁷⁸ de Pontes e Lacerda, que dois anos atrás, ainda, morava em Lacerda, mas não sei se ainda mora. Ele tinha a maquinaria, abriu a estrada e puxou-a daqui para o lado do Chapéu de Couro, do Guaporé e aqui pros paranaenses. Também cortou e puxou muita madeira e fez a estrada até na beira do asfalto. Naquela época, estavam fazendo a terraplanagem para construir o asfalto. Esplanava a madeira até a BR e lá encostava a carretona, carregava e ia embora. Foi muita madeira naquele tempo. Tinha uns dois ou três madeireiros que compravam. Ao todo saiu muito mogno, cerejeira e peroba daqui. Tudo era madeira de primeira como até hoje, ainda, tem uma madeirinha por aí. O povo aqui mediu muita madeira e foi onde controlou a situação de muita gente. Essa madeira era o seguinte, eles vendiam para fazer roçada e derrubada. Derrubavam e tiravam as madeiras e depois de queimarem faziam os plantios de arroz, feijão, milho, que eram os três principais produtos²⁷⁹.

O depoimento acentua que foram poucos madeireiros que entraram em concorrência para comprar a madeira dos *posseiros* de São Domingos. Muita madeira foi entregue pelos posseiros em troca de estradas comunitárias ou acessos aos lotes que os madeireiros construíam com suas máquinas de forma precária. Parece que muita madeira era retirada em toras até a beira da BR 174, onde a carregavam em caminhões maiores para levá-la até Cáceres ou outras madeireiras próximas dos mercados consumidores estaduais ou de exportação pela hidrovía ou as rodovias para o centro-sul do país. O processo de formação deste mercado partiu de pequenas empresas, serrarias, que lentamente foram crescendo e constituindo grandes potências econômicas baseadas na extração indiscriminada de madeiras e com grandes desperdícios de recursos florestais. Muitas dessas pequenas serrarias-empresas faliram e outras se consolidaram com serviços prestados aos *posseiros*,

²⁷⁸ Conforme outros seria o Vavá, conhecido em Pontes e Lacerda.

²⁷⁹ Entrevista com Genésio de Oliveira, em agosto de 2001.

comprando deles ou serrando madeira para eles construírem. O final do trecho do relato retoma a idéia de que a madeira foi o produto que financiou os *posseiros*, nos primeiros tempos de sua produção. Essa realidade também foi retomada e descrita pelo relato que segue:

A salvação dos posseiros e das pequenas madeireiras que entraram aqui foi a madeira. Muitas acabaram ficando sem nada. Conheço uma madeireira onde fui eu que comprei a primeira madeira cortada a sair. Hoje estão ricos. Comprei do velho Antoninho e ele um dia contou para um viajante: - esse homem aqui foi o meu primeiro freguês de Lacerda. Na época puxava madeira num trator velho e hoje tem fazenda muito grande²⁸⁰.

Muitos *posseiros*, sem recursos para plantar ou construir, recorreram à venda da madeira, já que não tinham acesso aos créditos agrícolas subsidiados ou incentivos fiscais do governo. Alguns madeireiros acabavam ficando sem nada, enquanto outros desenvolveram-se como empresários. Isso dependia muito da possibilidade de acesso à matéria prima fácil e barata, à infra-estrutura de estradas e ao mercado consumidor. O mercado local era muito pequeno para manter a quantidade de serrarias que ofereciam madeira. Desse modo o mercado nacional e internacional era o grande formador dos altos preços, estimulando a agressividade extrativista dos madeireiros.

O transporte da madeira serrada para os mercados foi promovido principalmente pelos proprietários de caminhões que transportavam trabalhadores e suas famílias com os parques pertences, em mudança para Pontes e Lacerda. Retornavam, com os caminhões carregados de madeira, aos seus locais de origem. Esses caminhoneiros estabeleciam, assim, um elo entre o extrativismo da madeira do Vale do Guaporé e de todas as regiões onde a Amazônia estava sendo desbravada pela frente de expansão demográfica ou em que

²⁸⁰ Entrevista com Lourenço Nunes da Cruz, em agosto de 2001.

se constituía a frente pioneira²⁸¹, com trabalhadores expulsos do campo em outras regiões, de que tratam diversos autores²⁸². Esse elo foi descrito neste outro trecho de um depoente:

Estava ali a madeira e se escolhia a vontade. Chegava caminhão de fora e carregava. Vinham trazendo mudanças, compravam madeira e levava na volta para traz. Tinha madeira à vontade, pra quem chegasse primeiro e se não tivesse, encomendavam. Alguns madeireiros também vendiam pra nós, aqui²⁸³.

A madeira não só financiou o início da agricultura dos posseiros no Vale do Guaporé, mas também motivou muitos caminheiros a transportarem as mudanças de trabalhadores sem recursos para a região, porque havia a possibilidade do retorno com uma carga muito preciosa e lucrativa nos mercados do sul. Em São Domingos muitos ocupantes iniciaram o trabalho de abertura de sua terra para o plantio de roças financiadas com o dinheiro da madeira, vendida antecipadamente. Grande parte das estradas para os lotes foi aberta pelas máquinas dos madeireiros, em troca de madeira. Isso era muito comum nas áreas onde a situação de ilegalidade perdurava muito tempo e não havia possibilidade de acesso aos créditos da reforma agrária ou outro recurso público para o financiamento agropecuário. Esta fonte de recursos trazida pelos madeireiros levou a maioria dos depoentes a se referir à presença destes como muito importante e decisiva para a sobrevivência dos *posseiros* nas glebas. Analisemos o seguinte depoimento:

A atuação dos madeireiros foi boa, porque o povo entrou aqui [em São Domingos] sem dinheiro, com a situação fraca. Então, venderam madeira para esses madeireiros e outros até doaram, por exemplo, quando faziam a estrada. Isto aconteceu, na época que fizeram essa estrada que vai pro lado dos paranaenses [na vila da Máquina Queimada]

²⁸¹ Utilizamos os conceitos de “*Frente de Expansão Demográfica*” e “*Frente Pioneira*” como Martins (1997), quando no Capítulo 4 aborda o *Tempo na Fronteira* apresentando um debate em que revê os clássicos como Mombeig, Waibel, Velho, Foweraker e outros. A partir da p. 145, trata das novas fronteiras agrícolas capitalistas que avançam sobre terras de populações tradicionais como os indígenas na Amazônia, seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, extrativistas diversos e pescadores, provocando desencontros e temporalidades em conflitos, por seguirem ritmos e lógicas diversas como fronteiras do humano e da civilização.

²⁸² José Vicente Tavares dos Santos. *Matuchos*: 1986; Regina Beatriz Guimarães Neto. *A Lenda do Ouro Verde*: 2002. Estes dois autores investigaram regiões produtoras de excedentes de trabalhadores e de demandantes de terras como colonos ou posseiros que, expulsos de seus territórios do sul e sudeste partem para a Amazônia onde existiria o paraíso da terra abundante, fértil e vazia, imagem mítica vendida pela propaganda dos governos e empresas privadas de colonização que suscitavam desejos e ressuscitavam esperanças em sem terras que, seduzidos pelas promessas de vida melhor para a família, se punham em marcha floresta adentro, para chegar ao fim do caminho.

²⁸³ Idem, Lourenço Nunes da Cruz.

e em outros lugares que também precisavam de estradas. Vendiam a madeira, pois precisavam da estrada. Assim, vendiam um pouco e doavam outro pouco pro madeireiro poder fazer essa estrada. Então, os madeireiros ajudaram muito o povo a possuir o que tem na gleba. Ajudavam para um e outro lado, assim, a gleba ficou beneficiada de pontes e tudo isso. Os madeireiros entraram, só depois que liberou a área, pois antes não podiam. Virgem! Se entrassem caíam no chumbo. [ri]²⁸⁴.

A presença dos madeireiros entre trabalhadores de *situação fraca e sem dinheiro* só podia ser boa, porque resolviam grande parte desta situação ao comprarem a madeira que serviu tanto para formar um fundo de financiamento da *reforma à bala*, realizada pelos trabalhadores que utilizavam os recursos naturais para alavancar o início da produção, a abertura de estradas, os caminhões para o transporte de pessoal e de mercadorias, a construção de pontes, o fornecimento de madeiras para as construções rurais e o dinheiro para a compra de produtos industriais e de consumo. A aliança dos posseiros com os madeireiros, porém, extrapolava a simples dimensão econômica e adquiriu sentidos políticos e sociais importantes, como se pode deduzir pelo relato abaixo:

O pagamento de peões que ajudavam nos lotes dos posseiros era o seguinte: no primeiro e segundo ano, era da madeira que saía o dinheiro. A madeira ajudou muita gente a abrir as primeiras roças. Vendiam peroba e pau de angico e pagavam os companheiros ou também trocavam dias de serviço entre si²⁸⁵.

A madeira forneceu recursos até para os posseiros que necessitaram de mão de obra, além da familiar. O dinheiro da venda de madeira possibilitava contratar e pagar o trabalho de companheiros que ajudavam na abertura das roças, plantios, colheitas, construções, roçadas e derrubadas de mata, quando o sistema tradicional do mutirão ou da troca de dias de serviço já não funcionava ou era insuficiente. O relato dá informações que fornecem indícios sobre a realidade camponesa que se encaminhava para relações de assalariamento.

²⁸⁴ Entrevista com Genésio de Oliveira, em agosto de 2001.

²⁸⁵ Idem, Genésio de Oliveira.

4. As alianças entre posseiros e comerciantes

As relações dos *posseiros* com os comerciantes foram semelhantes, em vários aspectos, àquelas com os madeireiros. O surgimento e consolidação do comércio atacadista e varejista ocorreram concomitante ao surgimento da cidade de Pontes e Lacerda, criada como vila em torno do Posto Telegráfico construído pela Comissão Rondon²⁸⁶ na primeira década do século XX. Situada nas proximidades da ponte sobre o Rio Guaporé na saída para Vila Bela, transformou-se ao longo do tempo em local de passagem e de hospedagem de autoridades, viajantes diversos e comerciantes que percorriam o Vale do Guaporé vendendo seus produtos ou comprando produtos do extrativismo vegetal e animal das florestas locais ou tentavam a sorte em alguma área de garimpo.



Foto 11: O comércio se constituiu muitas vezes em aliado dos posseiros – Fonte: Zezo

Tratava-se de um comércio precário de trocas raras e desiguais de produtos ou matérias primas naturais por produtos artesanais ou industrializados vindos de fora da região. Na primeira metade do século XX, esta situação não se alterou significativamente na vila de Pontes e Lacerda, onde hoje se situa a vila Guaporé.

²⁸⁶ Comissão Rondon, 1907-1914.

O comércio de terras, nas décadas de 1950 a 70, produziu uma nova dinâmica demográfica, econômica e política transformando este território indígena e de afro-descendentes (Bandeira: 1988) em espaço de expansão da “frente demográfica” e da “frente pioneira”, na nova fronteira amazônica (Martins: 1997), noroeste de Mato Grosso e Territórios federais de Rondônia e Acre. O estabelecimento de populações compostas por trabalhadores em busca de emprego e terras, mas também de empresas agropecuárias (Caban: 1999) transformou rapidamente a Vila de Pontes e Lacerda num mercado consumidor de produtos industriais e de insumos para a produção agropecuária e ao mesmo tempo tornou-se centro comercial de produtos agrícolas.

O comércio de cereais somente se constituiu localmente com o desenvolvimento da agricultura nas primeiras glebas ocupadas e depois regularizadas, como: Scatolin, S. João do Córrego da Onça, São Domingos, Cerro Azul, Cágados, Coronel Ari, 1.500 Alqueires, Santa Maria ou Bananal, Funai-Sararé, Nova Conquista D'Oeste, Nova Lacerda (Vide Mapa 06) e inúmeras outras de um relatório do INCRA²⁸⁷.

O estabelecimento de uma categoria de pequenos produtores, em suas posses ou propriedades regularizadas e tituladas, dinamizou o mercado local e regional de produtos agrícolas, nos anos finais da década de 70 e durante os 80. Esta produção não era toda consumida pelo mercado local, propiciando excedentes para serem enviados aos mercados regional e nacional²⁸⁸. A colocação desta produção no mercado nacional foi propiciada pelos comerciantes conhecidos como “cerealistas”, que se estabeleceram tanto na cidade de Pontes e Lacerda, como nas próprias glebas ocupadas pelos posseiros e regularizadas pelo INCRA. Inicialmente, havia somente o comércio varejista estabelecido na cidade. Fornecia produtos industriais, alimentos, ferramentas, equipamentos, insumos agrícolas, roupas, calçados e tudo que era necessário para a instalação dos sitiantes²⁸⁹ ou das grandes

²⁸⁷ Por solicitação da equipe da FASE/MT, o executor do INCRA da Unidade Fundiária do Guaporé sediada em Vila Bela forneceu, em abril de 1991, uma lista em que constam 46 áreas de posseiros já regularizadas ou em processo de regularização das terras. A lista trata só das áreas onde os ocupantes foram vencedores, mas tanto as fontes orais como as escritas indicam que em muito mais áreas eles foram vencidos pelos latifundiários. Aponta também para a intensidade do processo de disputa pela terra no Vale do Guaporé, desde fins da década de 1.960 até os dias atuais.

²⁸⁸ IBGE, censos agropecuários de 1975 e 85, indicam a produção de excedentes agrícolas no Vale do Guaporé comercializados nos mercados regional, estadual e nacional.

²⁸⁹ Cf. Dicionário Houaiss: 2001, sitiante é o proprietário ou morador de sítio, quinta ou roça. Sítio, entre outras coisas, é um estabelecimento agrícola de pequena lavoura, fazendola, quinta, chácara ou moradia rural nas redondezas de uma cidade. No Vale do Guaporé, considera-se sítio a qualquer pequeno lote rural cultivado e ocupado por uma família de posseiros ou de agricultores familiares pequenos proprietários.

empresas agropecuárias, para produzirem. O mercado local ou interno da região do Vale do Guaporé se consolidou basicamente com o surgimento das novas áreas de posses, pois os posseiros não tinham condições de trazer tudo que tinham necessidade de mercados distantes como ocorria com muitas empresas agropecuárias que traziam até a mão de obra dos locais sedes das matrizes ou dos proprietários.

Em São Domingos, os *posseiros* que se instalaram nos lotes, ainda no tempo do conflito com os fazendeiros, já produziam excedentes para o mercado. Porém, foi depois da desapropriação da área pelo INCRA que a produção de excedentes ganhou importância na estratégia de sobrevivência e de reprodução dos ocupantes que ali se estabeleceram e permaneceram, pelo menos nos primeiros anos. Analisemos o depoimento:

Primeiro veio o arroz, milho e feijão. Logo em seguida plantaram banana, mas isso aí já em oitenta e cinco, oitenta e seis ficou cheio de banana. Em oitenta e sete aqui saíam caminhões carregados de banana toda semana. Arroz era barato, e tinha bastante, porque aqui produzia muito arroz, vaca e banana e só depois veio o algodão. O povo desde o começo não plantava só pra comer, mas para vender cargas fechadas para onde tinha comércio. De oitenta e três pra cá tinha produção, quando o ‘trem’ cessou, ou seja, desde que terminaram os conflitos²⁹⁰.

A primeira preocupação dos posseiros era a produção para subsistência da família, mas não se restringia a ela. A existência da produção voltada para o mercado tornou a relação com os produtores atraente e lucrativa para os comerciantes. Este setor sócio-econômico, fornecedor somente de insumos e produtos industrializados, tornou-se um aliado indispensável dos ocupantes das terras de São Domingos, como compradores dos produtos agrícolas. Os “cerealistas” depois também se tornaram importantes para os parceiros se consolidarem na terra, produzindo mais para o mercado: milho, arroz, feijão, café, milho-pipoca, banana e outras culturas, como algodão e o leite mais tarde. O depoimento anterior indica que a produção agrícola dos posseiros, tinha como horizonte a comercialização no mercado para transformá-la em dinheiro que se utilizaria para comprar outras mercadorias. Outro depoente mostra que os comerciantes foram associados dos posseiros de formas diversas no processo da ocupação e entre eles havia os que tinham interesse na terra em troca de apoio:

²⁹⁰ Entrevista com Genésio de Oliveira, em agosto de 2001.

Sabe, na época aqui de São Domingos (...) muitos dos que mais apoiaram os posseiros aqui, foi o pessoal do comércio. Eles faziam reuniões entre eles. O interesse deles, você sabe que era adquirir a terra. Eles não iam lá, mas falavam e juntavam o pessoal. Isto quer dizer que eles tinham acordos com aqueles que eram as lideranças e prometiam: - nós damos o alimento para vocês, mas segurem um lote²⁹¹.

O relato lembra que nem sempre o interesse dos comerciantes era apenas o fortalecimento do seu negócio/comércio, visto que também queriam terra. Assim, nem sempre financiavam os trabalhadores mais necessitados, como aparece em alguns relatos. Dirigiam seus recursos mais àqueles que estivessem em condições de pagar o empréstimo em dinheiro, mas preferiam a reserva de um lote. O fornecimento de mercadorias para *posseiros* com retorno garantido seria aquele dado às lideranças da ocupação, porque teriam condições de reservar um lote como pagamento, se houvesse vitória na disputa contra o proprietário. Esta, ao que parece pelo relato do Joãozinho, seria a situação aceita pelas principais lideranças de São Domingos. Receberiam alimentos para se manter longos períodos na área em conflito. Joãozinho afirmou e ressaltamos de seu relato o que parece ter sido bastante comum que os comerciantes *tinham acordos com aqueles que eram as lideranças*, porque forneciam mantimentos e mercadorias diversas em troca de terra.

As relações entre posseiros e comerciantes, em geral, foram avaliadas como positivas, apesar de que cerealistas, muitas vezes, aparecem nos relatos como marreteiros²⁹². Enquadravam-se nesta categoria: cerealistas, bananeiros, algodoeiros, leiteiros, donos de máquinas de beneficiar arroz, vendedores de insumos (sementes, venenos, sacaria ou embalagens), de equipamentos (bombas, plantadeiras, grades), de máquinas, de veículos automotores ou outros tipos de mediações, todas representadas como formas de enganação ou/e de exploração dos produtores agrícolas.

Nos relatos, quando se referem à aliança dos posseiros com os comerciantes, entendemos que se tratava mais dos varejistas de secos e molhados, que forneciam alimentos e outros produtos industriais necessários durante o período do conflito, nem tanto interessados em serem pagos com a produção agropecuária, mas de terem terra na nova

²⁹¹ Entrevista com João Vieira, em julho de 2000.

²⁹² Trata-se de comerciante comprador ou vendedor de qualquer produto. Parece que se relaciona com a idéia de trapaça ou picaretagem, que o dicionário da língua portuguesa lhe atribui. Na intermediação que este tipo de comerciante fazia entre o produtor e o mercado consumidor, se encontraria a trapaça, a exploração.

gleba que se constituía. As estratégias e táticas destes comerciantes para alcançarem este objetivo, seu principal interesse, foram várias. Vejamos como alguns dos relatos de posseiros apontaram esta relação complexa entre os comerciantes e os posseiros:

Os comerciantes davam crédito para algumas pessoas. Um dava para um e outro dava pra outra pessoa e assim, salvavam seu lote. Se não salvassem, paciência, mas davam uma mão porque havia muitos posseiros que não chegariam até a posse se não tivessem isso. Não agüentavam, porque existiam pessoas que não tinham uma foice e nem um chinelo pra calçar. Estas também não tinham nada para comer, mas então, todo mundo trabalhava de forma unida. O caboclo entrava, uns lhe davam recompensa, mas outros já não davam. (...) Se não fossem unidos não tinham condições de irem pro mato a qualquer hora. Aquele que tinha um boteco dizia: - leva essa pinga, depois você me paga. O cara dizia: - não, eu deixo um lote. Ele só confirmava: - se você conseguir tirar um e me der, com isso você me paga. O posseiro dizia: - mas se eu perder? Respondia: - se perder, não tem problema, a gente caça outro pra você e aquele ali é meu. Se quiser levar a pinga, pode levar, ainda arrumo uns cartuchos e pólvora se você quiser. Se não fosse esta união, não ia não. Havia gente que não tinha nada, só a cara dura. Então, este pessoal dava dinheiro pra comprarem fumo, pinga, foice, machado pra todo mundo, mas não dava a motoserra, que era mais pesada²⁹³.

Chamamos atenção para três aspectos desta relação complexa entre posseiros e comerciantes. Primeiro, aponta-se para a necessidade dos ocupantes que, muitas vezes, nem tinham condições para fazerem a posse e iniciarem as atividades produtivas. Faltavam os recursos básicos para chegarem na área e permanecerem alguns dias no lote, indispensáveis para demarcá-lo e assegurar-se como posseiros. Ao se fazerem posseiros, faltavam: o transporte até a área; os chinelos ou botinas importantes para enfrentar longas caminhadas pelas picadas na mata; as roupas adequadas para agüentar as agruras da floresta; os alimentos e aguardente para ficar dias e dias fora de casa; as ferramentas de trabalho; as armas e munição para a caça de animais, a defesa pessoal e os enfrentamentos. Os comerciantes financiavam tudo, menos máquinas ou equipamentos mais caros. Segundo, o relato mostra a complexidade desta aliança como se fosse uma conjugação de interesses, necessária tanto para a sobrevivência das pessoas ocupantes como para o sucesso da luta dos posseiros, apresentada nas expressões *se não fosse a união, não ia* ou *se não fossem*

²⁹³ Entrevista com Lourenço Nunes da Cruz, em agosto de 2001.

unidos, não tinham condições. Identifica-se o concurso de interesses, na troca de favores momentâneos entre pessoas de grupos em diferentes condições de vida, com a união ou a solidariedade num grupo. Terceiro, o relato ainda aponta para o espaço de poder que os comerciantes exerciam na relação de troca, muitas vezes, desigual e desproporcional. A necessidade dos *posseiros* os condicionava a estabelecer estas relações, como também demonstra o relato do Joãozinho:

Muitas vezes, como eu disse antes, havia pessoas que vendiam a terra porque não agüentavam ficar no lote até produzir. Acontecia que muitos não agüentavam uma semana de trabalho na posse, porque não tinham como se alimentar neste tempo, pois levariam o que para comer? [Os comerciantes] aproveitavam esta fraqueza dos pequenos posseiros utilizando a tática de sustentá-los com alimentação, arrumando caminhão para deixá-los lá na gleba, já que em São Domingos ainda não tinha estradas²⁹⁴.

Faltando-lhe tudo, apenas duas alternativas se apresentavam a estes trabalhadores para enfrentarem as necessidades: recorrer à solidariedade dos companheiros que tinham melhores condições econômicas ou buscar recursos junto aos madeireiros ou convencer algum comerciante a lhe vender a prazo ou em troca de um lote de terras. Nos depoimentos de *posseiros*, comerciantes apareceram como parceiros, amigos e aliados. Entre os comerciantes a justificativa para esta relação de parceria, quase sempre, relaciona-se ao interesse pelo desenvolvimento e o progresso: quanto mais gente tiver morando e produzindo, melhor será a cidade e mais pessoas terão dinheiro e se beneficiarão ou são os pequenos que compram no comércio local da cidade já que os grandes trazem tudo de fora. Os próprios trabalhadores beneficiados por esta “ajuda dos comerciantes” avaliaram-na como indispensável em muitos casos, o que não quer dizer que não percebiam os interesses e os aspectos lesivos que a relação impunha. Ela constituía e definia um novo campo de confrontos e de exercício de poder, que teve um custo elevado e sacrifícios dos que só tinham a *cara dura*, isto é, só dispunham de sua força de trabalho.

Essa ajuda teve um custo que, muitas vezes, significava a perda do lote pelo próprio trabalhador financiado, porque só conseguia assegurá-lo para o comerciante, como forma

²⁹⁴ Entrevista com João Vieira, em julho de 2000.

de pagamento do crédito recebido. O posseiro tornava-se dependente e sujeito à pressão do comerciante que adquiria a terra com o trabalho de outro, como relata Lourenço Nunes:

Houve casos em que os comerciantes ou os madeireiros usavam trabalhadores pobres para fazerem uma posse para eles. Aconteceram muitos casos em que posseiros tomaram conta de lote e por traz recebiam um tanto de dinheiro por um pedaço de terra. Teve muitos casos que diziam: - limpa ali e cuida lá, que para você eu pago tranqüilo. O cara dizia: apóia!? Se ganharmos você tem um pedaço²⁹⁵.

Este tipo de relação era comum, mas nela o trabalhador se tornava mais peão assalariado ou “testa de ferro” do que posseiro. Vendia o seu trabalho na posse para o comerciante ou madeireiro, em troca do fornecimento de alimentos e outros produtos, vivendo um processo de exploração de trabalho, porque só conseguia o suficiente para comer. Tornava-se um peão do “grilo”. Às vezes, o trabalhador também conseguia defender seu lote e o do fornecedor, como aponta o seguinte relato:

Os comerciantes daqui foram os que mais apoiaram os posseiros. Eles davam alimentação e transporte até lá. Sempre naquela proposta: vai que eu te dou tanto. Sabe, tinha quem falava pra mim: - Joãozinho, você vai lá, eu te dou todos os teus custos que precisa na sua posse, só que eu quero que também reserve um sitinho pra mim²⁹⁶.

O depoente indica que neste período se criou, no Vale do Guaporé, um mercado de financiadores de ocupações, que tratavam isso como um investimento de risco relativo. Também profissionais liberais ou outros donos de capital que dispunham de recursos, poderiam fornecer ocupantes para que lhes reservassem um ou mais lotes, sem se envolver diretamente na ocupação e no conflito, entravam somente após a liberação da área. Caracteriza-se uma realidade de patrocinadores de “invasões” ou de ocupações, o que complexifica a questão da luta pela terra, criando um mercado de risco onde confluíam interesses e recursos de pessoas, empresas ou grupos sociais diferentes. O risco de perder a terra por insucesso, no enfrentamento, sempre era uma possibilidade. O fornecimento era um investimento de risco, porque poderia ser recuperado ou perdido. Somente quem tivesse

²⁹⁵ Entrevista com Lourenço Nunes da Cruz, em agosto de 2001.

²⁹⁶ Entrevista com João Vieira, em julho de 2000.

algum capital e quisesse apostar no investimento futuro fazia este tipo de negócio, que se tornou muito lucrativo com o tempo.

O posseiro Manoel do Prado relatou, que o Zé Alves era um *comerciante em Quatro Marcos*, que *tinha um grilo lá*, isto é, em São Domingos. O Joãozinho lembrava também, referindo-se ao caso de São Domingos, que em Lacerda havia vários comerciantes que, durante e depois do conflito financiaram os *posseiros*, afirmando que:

O comerciante Laerte Iponês, dono do Empório São Paulo em Pontes e Lacerda, apoiava os posseiros mais na alimentação, mas ele não pegou terra em São Domingos. Conversando com ele no Empório S. Paulo, um dia me disse: - ajudava porque conhecia muitas pessoas que precisavam da terra. Ele disse que ajudou sem interesse em nada, nem na terra. Também, havia outros que ajudavam. Soube que aqui tinha um camarada, dono do armazém S. Paulo antigamente, o Silas que ajudava, mas também o Jonas Rangel, o Dinor da Máquina... Tinha tantas pessoas que, às vezes, até passam perto da mente, mas já não lembramos muitas coisas²⁹⁷.

Joãozinho indica que havia vários comerciantes que, de uma ou outra forma, emprestavam seu auxílio financeiro ou em produtos aos posseiros necessitados. Havia comerciantes que apostavam no desenvolvimento econômico do lugar, o que também os favoreceria. Viam na formação de novas glebas de pequenos produtores no município um dos caminhos mais rápidos e eficientes desta estratégia. Por isso apoiavam os posseiros, sem interesse na terra, mas como um investimento futuro que retornaria em forma de comércio mais variado e dinâmico, como indica o relato:

Outros também apoiavam os posseiros, por ser do interesse dos madeireiros e dos comerciantes. O interesse de alguns deles ao apoiar os posseiros também era a expansão e o crescimento da cidade. Havia comerciantes que financiavam invasões, com este interesse. Esperavam que, com este crescimento, se gerariam mais empregos e investimentos financeiros de comerciantes da região, na cidade²⁹⁸.

Esta não seria a posição política da maioria dos comerciantes que apoiavam as ocupações, mas pode ser considerada como uma estratégia que incrementaria os seus negócios. Mesmo considerando o aspecto da visão de futuro e a solidariedade no presente, a

²⁹⁷ Entrevista com João Vieira, em julho de 2000.

²⁹⁸ Entrevista com Renato do INCRA, em julho de 2000.

maioria estava interessada na terra. O apoio aos ocupantes era o caminho mais fácil e barato de ter acesso a ela, sem riscos adicionais além dos financeiros, como mostra o depoente:

Tinha muitos, quase todos os posseiros, que tinham necessidade de apoio. Queriam ir pro mato e não tinham dinheiro, como é que fariam? Precisavam ir pro mato fazer a posse. O comerciante ou quem tivesse dinheiro dizia: - eu arrumo, ajudo você comer, mas depois nós repartimos entre nós. No fim ele ficava com um lote e o outro também. Se não houvesse união, não ia porque você não tinha condição e apoio. Não tinha uma lima, não tinha o que comer²⁹⁹.

A necessidade dos trabalhadores e o desejo dos comerciantes “ajudarem”, investindo em terra ou negócios com futuros lucros, reforçava a união entre duas categorias sociais que, muitas vezes, mantiveram relações conflituosas. As relações harmônicas dos momentos de ocupações poderiam transformar-se rapidamente em situações com confrontos de interesses entre categorias, depois de liberadas as terras.

As formas de relacionamento entre *posseiros* e comerciantes eram muito diversificadas. Em geral, era o pequeno comerciante quem mais atendia às necessidades daqueles trabalhadores que nem sempre tinham dinheiro para realizarem as compras à vista. O dinheiro era difícil e escasso, pois poucas fontes o geravam e nos primeiros anos viria da madeira, do trabalho de diarista, só depois proviria da venda da produção. Este aspecto foi acentuado no relato do Genésio Oliveira:

Só comprava a dinheiro, porque lá [Pontes e Lacerda] não tinha muito comércio. Naquela época lá só tinha o Pague-Pouco, um mercadinho onde eu comprava. Um padrinho meu mudou-se de Figueirópolis pra lá [Pontes e Lacerda] e me deu um pequeno crédito para comprar por mês. Comprava e no final do mês pagava, porque já colhia arroz, feijão, uma coisa e outra. Trabalhávamos por dia, ora pra um e pra outro, assim entrava um dinheirinho e com ele pagava. Nunca tive comerciante pra me sustentar. Fazia as compras em Lacerda e era difícil voltar caminhando com a tralheira nas costas³⁰⁰.

Além da escassez de dinheiro para as compras, o comércio em Pontes e Lacerda parece que ainda era fraco no início da década de 1980. Havia poucas opções para as

²⁹⁹ Entrevista com Lourenço Nunes da Cruz, em agosto de 2001.

³⁰⁰ Entrevista com Genésio de Oliveira, em agosto de 2001.

compras o que também acarretava, para os posseiros de São Domingos e de outras glebas, longas jornadas a pé ou em meios de transporte precários, por estradas em péssimas condições de conservação. Carregavam fardos pesados de compras nas costas, desde a rodovia BR 174, onde o ônibus ou alguma carona os deixava, até os sítios em que residiam.

A escassez de dinheiro entre os posseiros para as compras à vista induzia-os às vendas a prazo que facilmente poderiam desencadear atritos entre eles e os comerciantes, pois cobravam juros ou, às vezes, alteravam os valores, se o devedor não tivesse condições de fazer o seu controle. Os conflitos com os cerealistas e depois com os compradores de bananas e de algodão provinham, em geral, dos baixos preços pagos e da classificação dos produtos, deixando muitas vezes grandes prejuízos aos produtores.

Em glebas ocupadas mais recentemente e próximas das cidades, o interesse de comerciantes pela terra transformou algumas ocupações em verdadeiros negócios imobiliários. Os posseiros entravam na terra não em seu próprio nome, mas representando alguém que depois a venderia por um bom preço. Renato do INCRA refere-se a esta prática como sendo a grilagem de terras para comercializar: *nos assentamentos, nas glebas tipo a Agropecuária, por exemplo, teve a participação de comerciantes. Sem terra mesmo não teve. É grilagem para comercialização mesmo*³⁰¹.

A afirmação do Renato ao referir-se à ocupação da gleba Agropecuária, como grilagem por comerciantes e não sem terras traz à tona um aspecto importante da luta pela terra no Vale do Guaporé. A partir das ocupações formou-se um mercado de terras estimulado pelos próprios aliados dos ocupantes. Estes últimos se especializaram e se constituíram em verdadeiros *profissionais da posse* ou, como afirmariam os representantes dos proprietários e também o funcionário do INCRA, tornaram-se *profissionais do grilo*, não por opção, mas por não conseguirem se sustentar na terra, por falta de recursos e condições para iniciar a produção. Vendiam seus lotes para tentarem mais adiante, em outra área, investir na construção de uma posse.

³⁰¹ Entrevista com Renato do INCRA, em agosto de 2001.

5. As alianças de *posseiros* e políticos

Os *posseiros* atuavam em várias frentes de articulação, como vimos nos itens anteriores. Passamos a apresentar algumas situações em que aparecem as estreitas relações entre *posseiros* e políticos. Havia políticos que enquanto candidatos a vereadores e a prefeito já se aventuravam e investiam nas glebas ocupadas ainda em conflito. As posições de políticos a favor ou contra os *posseiros* existiram nos diversos partidos. As atitudes políticas dependiam mais das posições que ocupavam nas organizações partidárias ou dos cargos que exerciam nos órgãos públicos e seus interesses pessoais do que das posturas ideológico-programáticas das agremiações, como poderemos demonstrar ao longo do texto. Tratamos dos políticos e partidos aliados dos *posseiros*, mas não podemos esquecer que havia inúmeros políticos dos mesmos partidos que manifestavam posições abertamente favoráveis aos latifundiários e totalmente contrárias aos *posseiros* e ao INCRA como executor da Reforma Agrária. Este parece ter sido o teor da denúncia do deputado Rodrigues Palma na Assembléia Legislativa do Estado, contra o INCRA, acusando-o de retirar de São Domingos os verdadeiros *posseiros* e assentar grileiros conhecidos no Vale do Guaporé³⁰². Além disso, as atitudes do governo do Estado através do secretário de Segurança, Paulo de Santa Rita, e do próprio Presidente Nacional do INCRA, Paulo Yokota, expressaram, muitas vezes, posições políticas retrógradas até para o momento que vivia o regime militar, acusando os ocupantes de terras como criminosos para casos de polícia. Autoridades do poder executivo nas várias instâncias tinham problemas em reconhecer a luta pela terra como uma questão social e, muitas vezes, trataram-na como crime, contra o qual empunham as forças armadas.

Os investimentos políticos maiores, numa gleba ocupada, aconteciam depois que se abria a negociação entre o INCRA e os proprietários para a desapropriação. Políticos agiam em várias frentes, como nos casos em que ofereciam meios de transporte para pessoas e mercadorias, como relatou o Joãozinho:

³⁰² Denúncia do deputado Rodrigues Palma do PMDB, no jornal *Diário de Cuiabá*, 20 de agosto de 1983.

Também, havia transporte politicamente arranjado, já que era um ano eleitoral, como teve o caso do Zé Boca Rica, candidato a vereador. Ele colocou um carro só pra transportar o pessoal. Levava na segunda feira e buscava no sábado à tarde³⁰³.

José Lourenço, popular Boca Rica, foi eleito vereador pelo PMDB, utilizando o seu caminhão no transporte dos *posseiros* de Pontes e Lacerda a São Domingos. *Posseiros* contam que políticos colocavam máquinas e funcionários para abrirem estradas transformando as picadas em vias mais transitáveis para veículos automotores. Segue um relato do próprio Boca Rica, mostrando quem desenvolveu estas práticas:

A estrada [dentro de São Domingos] quem fez foi o Dauri. Até ali no começo foi o Dauri, mas depois seguindo em frente não estou bem a par. Foi ele que fez, pois até mataram um camarada dele, por lá³⁰⁴.

A estrada a que se refere, era a manutenção e abertura de parte dos caminhos que cortam a gleba São Domingos. Trechos de estradas foram construídos em mutirão pelos *posseiros* e outras abertas pelos madeireiros como carreadores melhorados apenas para facilitar o trânsito dos caminhões de toras. Em troca de madeira, faziam as entradas de acesso aos lotes. Joãozinho lembrou a contribuição do candidato do PMDB a prefeito de Pontes e Lacerda que conseguia mobilizar máquinas e pessoas de seu entorno para a construção e abertura de estradas em São Domingos:

O Dauri, na época, era candidato a prefeito. Pegou e botou também uma máquina de esteira pra abrir uma estrada, porque depois dessa fazenda que tinha na entrada, que já estava formada, não tinha mais estrada, só havia uma picada até lá na beira do córrego S. Domingos. Ele abriu um carreador para que o caminhão do Boca Rica pudesse levar esse povo, mas isso foi política e não foi um apoio direto. Foi interesse do lado político, inclusive os dois se elegeram, com essas histórias³⁰⁵.

Interessava o caminhão do candidato a vereador transportar os posseiros, mas para isso precisava de estradas que não havia. Fazia parte da estratégia política do PMDB, como partido de oposição, apoiar os posseiros. Era preciso construir estradas e mantê-las para o caminhão transitar, nem que fosse com recursos privados investidos na campanha eleitoral.

³⁰³ Entrevista com João Vieira, em julho de 2000.

³⁰⁴ Entrevista com Lourenço Nunes da Cruz, em agosto de 2001.

³⁰⁵ Entrevista com João Vieira, em julho de 2000.

Joãozinho percebeu que o apoio que davam não era direto aos posseiros, mas se tratava de interesse pelo voto, de uma troca entre as partes. Entrevistamos o Boca Rica, ex-vereador de Pontes e Lacerda, citado no depoimento anterior, que também contou: *eles conseguiram uma máquina de esteira para abrir a estrada. Era o Dr. Dauri que dava assistência*³⁰⁶.

Boca Rica era coordenador do trânsito da Prefeitura municipal de Pontes e Lacerda, quando fez seu relato sobre estes acontecimentos e as relações dos posseiros com os políticos locais, principalmente de oposição ao regime militar, os do PMDB. Contando sua trajetória de vida, iniciou falando que nasceu no município de Cascavel, no Paraná. Veio direto de lá para Pontes e Lacerda, em 1971. Pretendia ir para Porto Velho, mas o ônibus só vinha até Juruá e de lá o pessoal seguia de carona. Disse que chegou em Pontes e Lacerda para trabalhar na lavoura, mas acabou indo pra mata, mexer com madeira, pois tinha um caminhão. Ele recordou no seu depoimento, como se envolveu com os posseiros de São Domingos por interesse político partidário:

Chegou a época de eu ser candidato a vereador, quando fui convidado pelo partido do PMDB e começaram a me apresentar na política. Em São Domingos ficamos, na época, por dois anos quando iniciou a campanha de prefeito e de vereador em Pontes e Lacerda. Já estava iniciando a briga dos posseiros com os pistoleiros do fazendeiro. Na época, fui procurado pelos posseiros para trabalhar ali com o caminhão. Eu era motorista de caminhão e os levava até a estrada, na beira do asfalto, pra eles seguirem a pé, até as posses de São Domingos. Este transporte foi feito durante toda a campanha. Depois fui eleito por eles, mas prossegui junto com eles. Eu tinha um caminhão Chevrolet azul, em que transportava o pessoal na carroceria aberta, também levava alimentos, remédios e combustível para eles³⁰⁷.

O transporte dos posseiros desde Pontes e Lacerda a gleba São Domingos, a que se refere, parece ter iniciado no ano de 1980, porque teria começado dois anos antes da eleição municipal de 1982. O conflito na área apenas estava iniciando e os ocupantes tinham muitas necessidades, entre elas, o transporte de pessoal, alimentos, remédios e combustível, no trajeto de 25 a 30 Km até as posses.

Boca Rica constrói o relato de forma a explicitar que entrou na vida político-partidária atuando no transporte dos posseiros da São Domingos motivado por um duplo

³⁰⁶ Entrevista com José Lourenço, o Boca Rica, em agosto de 2001.

³⁰⁷ Idem, José Lourenço, o Boca Rica.

convite. Convidado a ser candidato a vereador pelo PMDB, como estratégia do partido e pelos *posseiros* a lhes prestar o serviço de transporte de que tinham necessidade extrema, pois era motorista e tinha caminhão. Era a medida justa, exata para uma estreita relação em vista da satisfação de interesses mútuos. Concretizava-se um ditado popular, muito comum na região: *uma mão lava a outra e as duas juntas lavam o rosto*.

Parece que as estratégias de grupos sócio-políticos diferentes ali se encontravam e se complementavam, num só espaço de ação conjunta. Os *posseiros* resolviam o problema do transporte e em troca elegeriam o Boca Rica vereador. Eleito, continuaria como um importante aliado na luta. O mesmo ocorreu com o Dauri, médico de Pontes e Lacerda, que foi eleito prefeito, na gestão posterior. Boca Rica descreve vários outros aspectos importantes da realidade ambiental e de tensão social por causa do conflito na gleba, relatando o seguinte:

Havia, em São Domingos, muita mata e muita cultura, mas em 1982 já tinha a rivalidade dos posseiros com o fazendeiro. Tinha policial e pistoleiro que corria com eles e queimava os barracos deles e essa briga prorrogou por dois ou três anos. Eu transitava lá dentro, mas ia com segurança junto. Eles estavam entre trinta a quarenta homens, no caminhão pra ir e voltar, senão não tinha como ir. A estrada era difícil e tinha muito atolador³⁰⁸.

Acentua que, em 1982, São Domingos ainda *tinha muita mata*, mas já era terra de *cultura* e produção. Paralelamente anota que havia o conflito denominado por ele como a *rivalidade* entre *posseiros*, fazendeiro, polícia e pistoleiros. Estes destruíam os barracos e expulsavam os posseiros dos seus lotes, para acabar com os vestígios das posses. Sentia-se seguro, apesar da *rivalidade* e da violência, transitando por estradas com muitos atoleiros carregando trinta a quarenta homens que lhe davam segurança e podiam fazer força para desatolar o carro. Significa que o espaço do *grilo* era representado como perigoso e repleto de dificuldades, mas era possível enfrentá-lo com a cooperação dos aliados em atividades, como transporte, segurança e empurrar o caminhão para sair de atoleiros.

Além de Boca Rica transportar gente no percurso entre a cidade e a gleba, também levava mercadorias para os posseiros e carregava as primeiras produções agrícolas da gleba para o mercado, como chegou a relatar:

³⁰⁸ Entrevista com José Lourenço, o Boca Rica, em agosto de 2001.

Quem carregou a primeira carga de produção de lavoura de lá fui eu, no meu caminhão que saiu do lote do João Bispo. Foram sessenta sacas de arroz, que produziu no sítio dele, pois as lavouras que lá produziam mesmo, naquela época, eram arroz, milho e feijão. Carreguei de tudo lá. Tiramos essas sessenta sacas de arroz de lá, pelo ano de 1982, quando a máquina chegou lá esse arroz já estava estocado na roça. Foi durante o conflito que carreguei pra ele. Eles já estavam dentro da área e já iam lá, escondidos. Levavam os trens nas costas, porque só havia picadas na época. Já eram uns quarenta a cinquenta posseiros, que, na época, estavam lá dentro e que estavam na briga mesmo³⁰⁹.

O relato deste político, aliado de posseiros, ressalta duas questões que interessam. Primeiro, que durante o tempo do conflito, em 1982, haveria em São Domingos de quarenta a cinquenta posseiros na briga pela terra, informação esta, que parece confirmada por outras fontes que elevam este número para mais de 80 famílias já em junho de 1981³¹⁰ ou para mais de 387 em maio de 1983³¹¹. Segundo, que a estratégia deles era fazer a posse morando nos lotes e produzindo alimentos para eles e o mercado. A preocupação com a produção era um dos aspectos característicos do fazer-se posseiros. Estas práticas dos ocupantes reforçavam a legalidade do movimento, por constituir e configurar a essência da posse, conforme o Estatuto da Terra que exigia efetivar-se morada e tornar a terra produtiva³¹². Significa que os posseiros, conhecendo aspectos da lei, pautavam sua estratégia em ações que poderiam produzir efeitos de legalidade e de verdade.

A aliança entre os posseiros e políticos não se reduzia a isto. Os políticos, conforme o relato, também providenciavam outros apoios, como recursos para socorrerem as necessidades de saúde dos posseiros, precária por causa das condições de alimentação, trabalho, higiene e tensão psicológica permanente, porque viviam de sobressaltos diante dos perigos e de possíveis doenças como a malária:

A única forma de apoio, na época, que tinha aqui era o hospital Santa Casa e o Dr. Dauri que dava uma cobertura a eles. Trazia medicamento de graça pra eles e distribuía

³⁰⁹ Entrevista com José Lourenço, o Boca Rica, em agosto de 2001.

³¹⁰ Carta de Francisco Bezerra à Unidade Fundiária Avançada de Cáceres/INCRA, após a condenação de sete posseiros no Processo 049/81, na segunda Vara Cível de Cáceres.

³¹¹ Processo 0431/82-INCRA/MT, de desapropriação da gleba São Domingos.

³¹² Lei n. 4.504 de 30 de novembro de 1964.

remédios. Eles brigavam no mato e saíam esfaqueados, essas coisas, ou baleados e o Dauri era o único ponto de apoio que eles tinham³¹³.

O médico Dauri era, na época, a principal liderança do PMDB, no município e um dos dirigentes do Hospital do Funrural de Pontes e Lacerda. Configurava uma oposição à liderança do então prefeito, Dionir de Freitas Queiroz que era do PDS no seu primeiro mandato³¹⁴. Dauri comandava no município um partido que se consolidava nos meios populares, urbanos e rurais em todo estado, por sua estratégia de oposição aos militares no governo federal e ao Carlos Frederico de Campos e depois ao Júlio Campos, no governo do estado, e pelo apoio à luta dos posseiros pela terra. A defesa dos posseiros era parte de uma estratégia mais ampla do partido na região e no estado, onde havia importantes lideranças com mandatos legislativos estaduais e federais utilizando sua imunidade parlamentar para intervir direta ou indiretamente nos conflitos, constituir advogados defensores dos trabalhadores e influenciar o movimento sindical rural através da FETAGRI e dos dirigentes dos STRs que, em grande parte, eram filiados a mesma facção política. O depoimento faz referência a vários deles:

O partido, PMDB, dava apoio, com seu Paulo, que é o Paulo Nogueira e também tinha aquele presidente do sindicato de Cáceres³¹⁵. O Valter Fernandes Fidelis também deu apoio pra nós, pois ele era candidato a deputado, na época. Foi eleito, em 82, e sempre ficou dando apoio durante o mandato dele, inclusive ainda depois disso³¹⁶.

O advogado e deputado Paulo Nogueira foi, muitas vezes, citado também em outros relatos como um aliado que dava apoio tanto como político, quanto como sindicalista. O presidente do Sindicato de Cáceres, ao qual se refere no trecho do relato, parece ser o mesmo Otávio Cunha ao qual Genésio de Oliveira devia seu ingresso em São Domingos, pela referência que o depoente faz ao ano de 1982, em que ele ainda exercia tal função. Paulo Nogueira mantinha relações estreitas com o movimento sindical no estado e apoiava as lutas dos posseiros em várias regiões. Valter Fidelis foi outro membro deste partido que teve uma atuação bastante contraditória em relação aos posseiros, principalmente porque

³¹³ Entrevista com Boca Rica, em agosto de 2001.

³¹⁴ Cf. cópia de Carta Diretório Municipal do PDS ao Governador, assinada por todos os membros do Diretório de Pontes e Lacerda, em 25 de abril de 1983, encontrada nos arquivos da família de João Bispo.

³¹⁵ Trata-se do Otávio Cunha.

³¹⁶ Entrevista com Boca Rica, em agosto de 2001.

teve sua propriedade ocupada no Canaã, atual município de Lambari D'Oeste. Iniciou fazendo pressão contra os sem terra e tentou despejá-los, mas quando percebeu que já não conseguiria retirá-los da área, utilizou-se do título de dono para distribuir autorizações de ocupação, em troca de votos. Assim foi eleito deputado (Moura: 1994).

A estratégia de expansão e inserção social do PMDB em Mato Grosso incluía a organização de *posseiros*, a partir da década de 1980, e o apoio à aceleração dos processos de regularização fundiária das áreas ocupadas ou a desapropriação das que se encontravam em conflito. Vejamos como Boca Rica tenta excluir outros partidos da aliança com os posseiros:

O PMDB dava apoio à organização dos posseiros, agilizava a parte da Justiça dando cobertura nesta parte. Dava apoio direto dentro das glebas, pois o único [partido] que aparecia lá dentro era o PMDB, com o Sindicato e com a Assembléia Legislativa. Era o único que apoiava os posseiros³¹⁷.

Boca Rica, sendo militante do PMDB, certamente acentuou no seu relato tudo que lhe fosse mais favorável e justificasse a sua opção política. Depoimentos de não filiados ao partido, também relataram aspectos desta importante aliança entre *posseiros* e o PMDB, disso também falam algumas fontes escritas. A necessidade de reforçar a obra do Dauri, em São Domingos, parece-nos a preocupação militante do Boca Rica no tempo presente em que as disputas eleitorais foram desfavoráveis ao seu partido. Conforme o relato, parece que tudo foi ele que fez. A investigação em outras fontes demonstra que houve muitas outras pessoas e políticos que contribuíram com o desenvolvimento desta gleba, ou seja, resultou de uma confluência de interesses e conjugação de forças sociais e políticas muito mais heterogêneas e complexas do que o relato tentou mostrar e segue:

Na primeira vez, ele [Dauri] não se elegeu, mas ele já foi candidato três vezes. Não se elegeu em 82, mas em 1988, foi o segundo mandato³¹⁸. A partir dali que trabalhou pra São Domingos, durante todo esse período. Antes disso, São Domingos ficou praticamente abandonado, pois entre o prefeito e o povo, praticamente, nada foi feito.

³¹⁷ Idem, Boca Rica.

³¹⁸ Dauri foi candidato três vezes, mas exerceu somente um mandato de prefeito de Pontes e Lacerda.

Quando Dauri foi eleito, aí sim, criou outro espírito. Construiu a escola Rainha da Paz, levou energia, ponte e reabriu as estradas. Foi o progresso de São Domingos³¹⁹.

Os investimentos do PMDB na gleba São Domingos foram recompensados com a eleição do prefeito, Dauri Alves Mariano e a reeleição do vereador Boca Rica, em 1988. Eles iniciaram a campanha eleitoral, investindo recursos privados na criação de infraestrutura para a melhoria da gleba, colocando a disposição o caminhão para o transporte e uma máquina de esteira para abrir e modelar estradas. Antes disso, membros do partido já haviam apoiado a luta dos posseiros contra os fazendeiros na conquista da terra. Tiveram presença marcante nos momentos mais violentos dos confrontos, forneceram advogados para a defesa dos posseiros na justiça, realizaram denúncias das arbitrariedades e violências contra ocupantes de terras no Vale do Guaporé, nas tribunas dos parlamentos estadual³²⁰ e federal e nos meios de comunicação. Dauri, no entanto, foi prefeito apenas por um mandato, contrariando a informação do depoente. Após a desapropriação, os políticos ou candidatos, marcavam presença ativa nas festas comunitárias, articulavam junto aos poderes municipais e estaduais a criação de escolas, estimulavam a organização de associações de pequenos produtores rurais e se faziam presentes na vida cotidiana dos parceiros, como mostra o relato:

Toda vida teve um barraco de palha lá, uma casinha de madeira, que era feito uma escola municipal. A escola Rainha da Paz foi instalada onde está, pelo Dauri. Hoje é uma escola estadual. Na Máquina Queimada a escola também foi feita pelo prefeito Dauri. Ele fez a primeira Escola ali, mas nem todas as escolas de São Domingos foram construídas na gestão do Dauri. Teve o mandado de outro governo no meio, depois ele construiu outra escola lá, no seu segundo mandato, que o Dauri foi prefeito duas vezes³²¹. Fez o posto telefônico e foi ele que fez o posto de Saúde³²².

³¹⁹ Idem, Boca Rica.

³²⁰ Diário de Cuiabá de 2 de abril e 21 de agosto de 1980, trás denúncias do deputado Márcio Lacerda PMDB contra Secretário de Segurança que fez acordo com latifundiários na Cerro Azul e depois executou o despejo de posseiros com a polícia rural. Também o Correio da Imprensa de Cuiabá, entre os anos de 1980-83, publicou várias denúncias de violências contra posseiros de São Domingos e em outras áreas do Vale do Guaporé como Cerro Azul, feitas na tribuna da Assembléia Legislativa pelos deputados Ubiratan Spinelli PDS e Márcio Lacerda. E na Câmara Federal no dia 23 de outubro de 1980, o deputado Airton Reis do PP e depois PMDB, denunciou a estréia em Pontes e Lacerda da polícia rural já denunciada pelo Pe. Luiz Tanguy.

³²¹ Informação equivocada.

³²² Entrevista com Boca Rica, em agosto de 2001.

Genésio de Oliveira diverge do Boca Rica ao indicar que as primeiras escolas de São Domingos foram iniciativa comunitária dos *posseiros* no mandato do prefeito Dionir de Freitas Queiroz, entre 1982-88, que foi outro prefeito, além do Dauri, que realizou obras em São Domingos, conforme os relatos orais e outras fontes. Ele foi prefeito de Vila Bela. Emancipado o município de Pontes e Lacerda, exerceu dois mandatos, sendo também eleito deputado estadual, por uma gestão. Teve atuação na gleba São Domingos durante o conflito³²³ e depois da regularização. Como deputado encaminhou na Assembléia Legislativa de Mato Grosso, em 1991, o primeiro processo de emancipação do distrito de São Domingos³²⁴.

A disputa nos espaços públicos para representar qual dos políticos fez mais por São Domingos é forte até hoje. Nesta competição presente também entra um ex-funcionário do INCRA, que chegou a ser prefeito de Pontes e Lacerda, Décio Cipriano Maniçoba. Era Engenheiro Agrônomo foi funcionário e executor da Unidade Fundiária do INCRA, no município de Pontes e Lacerda, no momento do conflito na gleba São Domingos. Coordenou o encaminhamento de todo o processo de desapropriação das terras elaborando a documentação necessária para tal. Comandou também o processo de regularização dos lotes, após a desapropriação. Parece que ele influenciou fortemente para que se criassem áreas urbanas dentro da gleba, já que os posseiros não as haviam reservado no processo de ocupação.

Décio foi candidato a prefeito de Pontes e Lacerda pelo PT – Partido dos Trabalhadores, por duas vezes, obtendo expressiva votação nas glebas São Domingos, Cerro Azul, Funai-Sararé e outras onde os posseiros e parceiros o consideravam um aliado. Os boatos que circularam na cidade de Pontes e Lacerda apontam que mudou de partido por pressões que exerciam sobre ele para deixar o PT e ser vice na Chapa do Dionir, do PFL - Partido da Frente Liberal. O fato é que Décio foi vice com o prefeito Dionir de 1992-96 e foi prefeito de Pontes e Lacerda entre 1997-2000, quando teve oportunidade de contribuir para a criação do município Vale de São Domingos.

³²³ Carta do prefeito Dionir de Freitas Queiroz do PDS de Pontes e Lacerda, enviada ao Governador do Estado Carlos Frederico de Campos, em 1983, solicita providências do governo contra o despejo dos posseiros de São Domingos, que a oposição derrotada atribuía ao seu partido, enquanto se dizia solidário com eles.

³²⁴ Processo n. 413/91, contendo projeto de lei que cria o município de São Domingos, desmembrado do município de Pontes e Lacerda, protocolado na Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso em 10 de setembro de 1991, pelo deputado estadual pelo PFL, Dionir de Freitas Queiroz.

Estes elementos levantados indicam a complexidade das alianças tanto durante o tempo do confronto, como também após a regularização. Houve muitos outros políticos que tiveram atuação e aceitação dentro da gleba, provocando muitas divergências entre os posseiros. Houve casos em que líderes locais se candidataram, conseguindo ou não serem eleitos como vereadores e representantes da população local no legislativo municipal. A política partidária assumiu a representação pública de interesses de grupos de interesse da gleba São Domingos.

6. Os *posseiros* e as igrejas

Nos capítulos anteriores, relatamos vários casos em que grupos de sem terra ligados às igrejas Assembléia de Deus, Cristã do Brasil e Católica Romana, se articularam a partir destes espaços sócio-culturais, de onde partiram para ocuparem terras. Este foi o caso da família do Tonho Toca e dos seus oito companheiros da Assembléia de Deus que, em 1980, entraram em São Domingos a convite do Zé das Verduras. Também podemos considerar o caso do Zé Ferreira, membro da Assembléia de Deus, que participou da ocupação da gleba Scatolin no início da década de 1970, junto com outros companheiros da mesma igreja.

O envolvimento de “fiéis” de várias igrejas cristãs, nas ocupações de terras no Vale do Guaporé, foi uma prática cotidiana. Todavia interessa-nos a relação dos *posseiros* com a CPT – Comissão de Pastoral da Terra, organização nacional, ecumênica e a atuação do Pe. Luiz Maria Tanguy, pároco da Paróquia de Pontes e Lacerda e membro da CPT-MT.



Foto 12 : As Igrejas mesmo reticentes apoiaram a formação de comunidades nas glebas de posseiros – Fonte: Zezo

As autoridades das várias igrejas cristãs, em geral, criticavam ou faziam restrições à participação de membros de suas congregações em tais práticas. Mas a CPT foi criada em 1975, em Goiânia – GO a partir de uma articulação de agentes de pastoral religiosos e leigos, em torno dos problemas da terra na fronteira agrícola amazônica (Almeida:1993, p.70ss; CPT - *Pastoral e Compromisso*: 1983; Lenz: 1980). Os trabalhadores rurais na Amazônia, quase todos peões, posseiros, ribeirinhos, extrativistas e indígenas viviam sob os violentos impactos da expansão capitalista do centro-sul do país.

Os agentes de pastoral em contato com estas populações tradicionais ou migrantes recentes sentiam os problemas e se solidarizavam desenvolvendo uma ação pastoral de apoio à sua organização e luta, confrontando-se com as empresas proprietárias de latifúndios que recebiam incentivos fiscais e créditos subsidiados do governo federal. Os agentes e pastoral assumiram a mediação política entre os trabalhadores, latifúndios e governo. Em consequência de confrontos dos trabalhadores com empresários, estes agentes pastorais foram tratados pelas autoridades políticas, policiais e militares como inimigos da pátria, promotores da desordem social, entraves ao progresso da nação e ameaças à segurança nacional (Almeida: 1993, p.113).

Os agentes da CPT incentivaram a articulação entre as diversas lutas, para reforçar a solidariedade entre os trabalhadores e propiciar recursos para a defesa jurídica e política destas populações atingidas, denunciando nos meios de comunicação casos de violência.

Agentes de pastoral das igrejas Católica e Luterana no estado participaram desta articulação nacional e criaram a CPT-Mato Grosso, a partir de 1976³²⁵. Criou-se uma entidade com estrutura e agentes (advogados, agrônomos, padres, religiosos e leigos) liberados (*CPT-Pastoral e Compromisso*: 1983). Estes agentes atuavam em quase todo o estado onde ocorressem conflitos na luta pela terra ou entre peões e patrões por salários e condições de trabalho.

Assim, desde o início da década de 1980, agentes da CPT- MT apareceram no Vale do Guaporé, apoiando posseiros em luta, documentando, elaborando dossiês para as denúncias na imprensa e encaminhando medidas judiciais em defesa de direitos. O *Aroeira*, pequeno boletim editado pela entidade, desde o ano de 1976, publicou denúncias de violências e despejos de trabalhadores que se intensificaram, nos anos de 1980 a 90³²⁶.

A atuação pastoral constante, mas isolada do Pe. Luiz M. Tanguy, no meio rural de Pontes e Lacerda, entre 1980-86, encontrou na CPT-MT um parceiro para dar publicidade às denúncias e reforçar seu trabalho na região. Ele denunciou ações ilegais da polícia militar e de paramilitares da polícia rural em Pontes e Lacerda, articulada por latifundiários com o consentimento do Secretário de Segurança do Estado, Paulo de Santa Rita, contra trabalhadores desarmados e indefesos que se encontravam em suas posses na gleba Cerro Azul³²⁷. Escreveu inúmeras cartas às autoridades religiosas, civis e políticos, denunciando a falta de condições para a educação e saúde da população, nas glebas rurais, e clamando contra a omissão das autoridades responsáveis pelas questões de terras e da segurança da população³²⁸. Convidava os agentes da CPT para ajudarem na formação, organização e defesa dos trabalhadores rurais através do Sindicato e das comunidades eclesiais de base³²⁹.

³²⁵ Boletim *Aroeira*, Ano 01, n.01, 1976.

³²⁶ Boletins *Aroeira* que publicaram denúncias e notícias de conflitos de terra do Vale do Guaporé, principalmente de 1978-86, principal período de atuação do Padre Luiz Tanguy em Pontes e Lacerda.

³²⁷ Denúncias do Pe. Luiz contra Santa Rita – arquivos da CPT- 1980.

³²⁸ Cartas a autoridades, bispos e CPT- arquivo da CPT- 1980-86

³²⁹ Correspondência entre Pe. Luiz e Dieter da CPT e Murilo da ASCCMT – arquivo da CPT – 1983-85.

Apesar da relação amistosa com os diretores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pontes e Lacerda, o Pe. Luiz sempre teve uma postura crítica ao trabalho sindical. Teve confrontos públicos com o prefeito, Dionir de F. Queiroz, que o ameaçou de morte.

Concluimos o capítulo com a afirmação de Castrillon Fernandes, que compreende que as lutas pela terra em Mato Grosso:

foram lutas plurais e heterogêneas, oriundas de conflitos agrários emergentes das áreas de posses. (...) o posseiro foi uma construção social que se fez ao longo do processo da luta pela terra. Foi um fazer-se diferenciado, pois engendrou diferentes relações sociais. (...) Posses e posseiros deixaram de ser categorias dadas e únicas, para serem categorias resultantes de processos sociais múltiplos e heterogêneos. (1997: p. 72)

Posseiros e posses são construções históricas múltiplas e heterogêneas no tempo e espaço e para compreendê-las torna-se necessário analisar as forças (poder) que estão em jogo, interferem na construção da identidade dos atores, que resultam da tensão entre as forças sociais internas ao grupo com as forças externas a eles³³⁰, como mostramos nestes primeiros capítulos. Por isso, os capítulos que seguem abordarão os resultados destas práticas e representações de ocupações, confrontos e alianças.

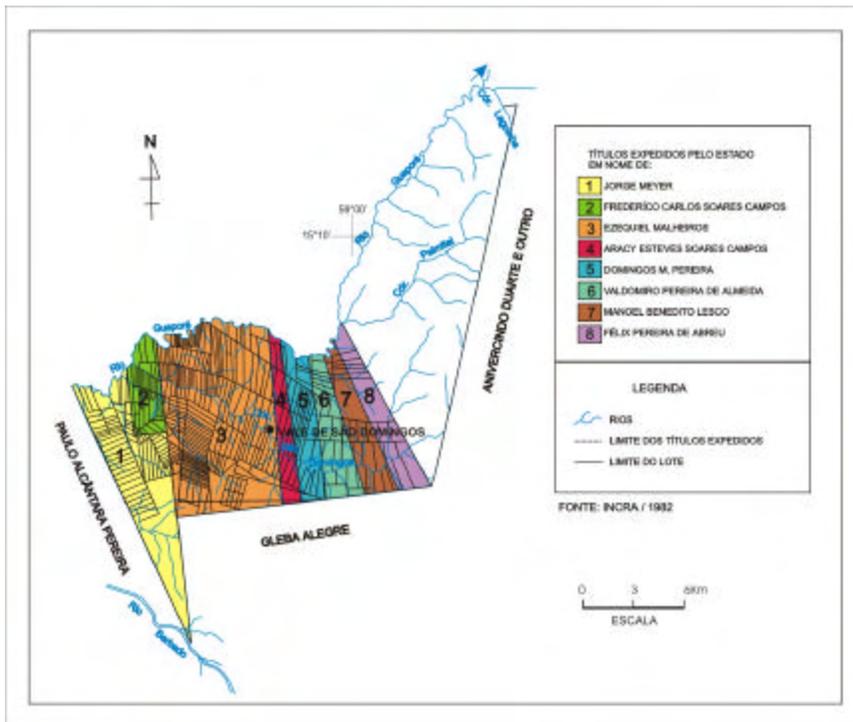


Foto 12: Vista parcial da Vila de São Domingos
Fonte : FASE/MT 1988

³³⁰ Relatório Final da Pesquisa: Reforma Agrária em Mato Grosso: Avaliação dos Projetos de Assentamento. GERA, UFMT. Cuiabá: 1997, p. 36



Foto 13 : Vista Parcial da Vila de São Domingos - Fonte Zezo



Mapa 04: Regularizando o INCRA reconhece o loteamento dos posseiros

CAPÍTULO 04

04 – A REGULARIZAÇÃO DAS POSSES

Analisaremos neste capítulo, a regularização da gleba São Domingos³³¹ descrevendo o processo de demarcação, medição e titulação dos lotes dos *posseiros*, desde os primeiros movimentos dos funcionários do INCRA para a desapropriação e depois disso o fornecimento de documentos provisórios e definitivos e a criação das áreas urbanas. Utilizam-se as fontes escritas do INCRA e os relatos orais de posseiros e funcionários da autarquia.

A repartição e ocupação de terras em pequenos lotes no Vale do Guaporé Mato-grossense, nas décadas de 1970 a 90, foram obra dos próprios trabalhadores que ocupavam, mediam, abriam as picadas e começavam a produzir na agropecuária. O INCRA teve pouca participação no processo de parcelamento em pequenos lotes de terras, em assentamentos ou em colonização, nem a iniciativa privada o fez.

Durante o tempo dos conflitos em consequência da ocupação de uma área, o INCRA só entrava para montar o processo de desapropriação. Depois de resolvido o conflito e tendo o domínio da área, com a emissão de posse, executava o projeto de regularização fundiária, mas o governo falava que era assentamento da reforma agrária.

Nessa fase, os funcionários do órgão cadastravam os ocupantes que tinham posse na área, verificavam as picadas e colocavam novos marcos de concreto em substituição aos de madeira colocados pelos posseiros. O INCRA emitia as AOs - Autorizações de Ocupação e as CAs - Cartas de Anuência, fazia o croqui da área, os memoriais descritivos dos lotes e finalmente emitia os títulos definitivos.

No conjunto dos relatos, percebemos que se estabeleceu um certo consenso entre os sem terra do Vale do Guaporé de que o INCRA não faria nenhum tipo de assentamento. Entendiam que, diante disso, não deveriam esperar. As inúmeras ocupações ocorridas indicam que a experiência vivida pelos *posseiros* firmou a convicção entre os trabalhadores de que precisavam tomar a iniciativa de ocuparem para, somente depois, contarem com a atuação regularizadora do órgão.

³³¹ Processo 431/82-INCRA/MT.

A reforma agrária que o INCRA não fez veio a ser a *reforma à bala* realizada pelos trabalhadores contra os fazendeiros, na expressão de um depoente³³², também conhecida e usada por muitos, no Vale do Guaporé. Aguardavam a reforma agrária prometida na lei e nos discursos dos governantes que não acontecia. Então, ao fazerem a ocupação de que resultou a maior parte das glebas de *posseiros* e pequenos parceiros, aconteceram muitos confrontos contra jagunços, paramilitares e policiais. Estes conflitos ocorreram em tocaias ou em batalhas no campo aberto com tiroteios em que houve feridos, presos e mortos. Esta foi a razão de considerarem *reforma à bala* a conquista da terra regularizada, depois de ocupada e defendida com todos os meios, que os *posseiros* dispunham.

Como dissemos, poucos estudos acadêmicos abordam este aspecto de que os *posseiros* na Amazônia andavam armados. Supomos que muitos pesquisadores omitam, que os ocupantes de terras recorrem às armas de fogo na luta contra os latifundiários, mais por compromissos políticos do que por desconhecimento do fato. No caso de agentes de pastoral da terra há, além disso, o impedimento moral que proíbe o uso de armas nos enfrentamentos, justificando-as, só em casos extremos para autodefesa, nunca de ataque ao adversário.

Constatamos que nos confrontos pela terra na Amazônia não só morreram índios, extrativistas, posseiros ou peões, mas também foram feridos e mortos muitos policiais, paramilitares, jagunços, pistoleiros, funcionários dos latifundiários e fazendeiros, embora não se conheçam muitos estudos sobre este aspecto e dimensão dos enfrentamentos e embates. Há alguns indícios, na documentação escrita dos jornais e relatos orais de fora do Vale do Guaporé, de que esta prática acontecia com certa freqüência, nos embates dos seringueiros do Acre, na região de Xapuri, com os latifundiários que queriam apropriar-se das florestas de castanhais e seringueiras. No sul do Pará e no Bico do Papagaio onde se encontram os estados: Tocantins, Maranhão e Pará, também se verificam estes confrontos armados.

As estatísticas anuais sobre assassinatos e violência no campo da Comissão de Pastoral da Terra informam mortes de não trabalhadores posseiros nas áreas de conflitos rurais. Estas mortes registradas suscitam a suspeita de que aconteceram porque os trabalhadores estavam armados. No entanto, não temos bibliografia especializada sobre a

³³² Entrevista com João Vieira, em julho de 2000.

questão, como referência. No Vale do Guaporé, essa prática ocorreu em quase todas as ocupações em que houve confrontos entre *posseiros* e latifundiários e está fartamente documentada pelos relatos orais e noticiários da imprensa e denúncias diversas, como apresentamos nos primeiros capítulos.

A busca do apoio e de envolvimento do INCRA nos conflitos era um dos objetivos estratégicos fundamentais dos ocupantes. Faziam imensos esforços para alcançá-lo. Foram poucos os casos em que os funcionários da autarquia se posicionaram a favor dos posseiros, enquanto o conflito estava ocorrendo. Poderiam até apoiar a luta, mas o faziam em silêncio e nos espaços privados. Os depoimentos orais citam apenas dois casos, em que funcionários desta autarquia foram considerados parceiros importantes e nos quais os posseiros poderiam confiar, e isto somente depois da liberação das áreas.

Vejamos como um funcionário do INCRA apresentou no seu relato esta situação que ocorreu em inúmeras glebas da região em estudo, inclusive na de São Domingos:

As pessoas não são cadastradas pelo INCRA, durante o processo de conflito porque até o INCRA desapropriar, ele não cadastra ninguém. Antes da desapropriação ele não pode intervir porque a área não é dele. Então se ele intervir ele pode ser processado. Às vezes, o proprietário já abandonou aquela briga há dez anos, mas se o INCRA resolver colocar a mão naquilo, que ainda por direito é dele lá ou por papel, ele pode processar. Então, o que o INCRA faz: saiu a desapropriação, saiu a emissão de posse, foi matriculado no nome do INCRA ou da União. Foi feita a averbação. Aí sim, o INCRA vai atuar e aí aquela situação inicial dependendo da velocidade dos trabalhos de desapropriação ou ela já desapareceu. Foi o que aconteceu na Scatolin, por exemplo, quando nós começamos a trabalhar no começo de 81, já tinha passado dez anos e dos antigos só tinha quinze posseiros, dos iniciais não havia quinze. Acho que hoje não tem nenhum. Na Scatolin não foram assentados depois, foram regularizados os que estavam na posse, que eram em torno de 400 e pouquinhos famílias³³³.

Renato do INCRA era mineiro, formado como técnico agrícola e concursado. Foi funcionário do INCRA por mais de vinte anos em Pontes e Lacerda, mas faleceu no ano de 2002. O seu depoimento permite visualizar o emaranhado legal que amarrava e justificava a inoperância do órgão oficialmente criado tanto para colonizar, bem como, realizar assentamentos da Reforma Agrária. Mostra que o INCRA não fazia cadastro de *posseiros*

³³³ Entrevista com Renato do INCRA, em agosto de 2001.

enquanto as áreas estivessem em conflito e nem se envolveria em qualquer tipo de ações em propriedades privadas, por respeitar a lei e evitar processos judiciais dos proprietários contra o poder público. Só poderia agir quando uma área já estivesse desapropriada e o INCRA tivesse o domínio, pela emissão de posse.

Isto ocorria, muitas vezes, depois de longos períodos que o conflito já estava terminado e que muitos *posseiros* já desistiram do assentamento ou da regularização dos lotes. Cita o caso da gleba Scatolin, onde o conflito iniciou em 1970 e cessou em 1974, mas a regularização dos lotes começou em 1981. Naquele momento, de quatrocentos posseiros iniciais, permaneceriam nos seus lotes ocupados, uns quinze. O dado indica a mobilidade que ocorria nas glebas com a venda dos lotes, mas esta situação também pode ser compreendida como uma consequência da lentidão da ação estatal para regularizar as posses, o que dificultava o acesso aos créditos ou outros recursos públicos de que careciam para iniciar e consolidar a produção agropecuária.

O INCRA, não tomando nenhuma iniciativa para arrecadar terras e assentar trabalhadores necessitados e que lutavam para tê-la, possibilitou a situação vivenciada no Vale do Guaporé, de inúmeros processos de ocupação. O INCRA pode atuar na área, antes da emissão da posse, pois a desapropriação e a consequente emissão da posse em nome do órgão só se viabilizam mediante ações ágeis dos funcionários, como a montagem de um processo legal para se chegar a tal objetivo. Procedem-se uma pesquisa sobre a realidade dos títulos e escrituras da área. O primeiro passo é encontrar o proprietário, se houver, reunir ou construir toda a documentação pessoal do dono e da propriedade, localizando-a no mapa, levantar o perímetro e o tamanho da área. Todos esses são procedimentos técnicos que poderiam ser realizados sem suscitar problemas com a justiça, mas a reforma agrária não é apenas uma questão de técnica. Trata-se, acima de tudo, de um processo que exige vontade política e esta, na maioria dos casos, faltava aos governantes, aos dirigentes do órgão e aos próprios funcionários. Castro Ferreira mostra que a ineficiência do Estado e específica do INCRA em Mato Grosso dependeu, essencialmente, de vontade política e cita dois casos:

O primeiro exemplo é quando no próprio PNRA de 1985, apesar de Mato Grosso ser reconhecidamente um estado de terras públicas, devolutas e de latifúndios improdutivos, a previsão de áreas a serem desapropriadas no período de 1985/89 correspondia a apenas 3,5% das áreas previstas para o país como um todo. Por outro lado,

quando o estado teve o ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Dante de Oliveira) as ações de assentamento corresponderam a 43% do previsto (famílias assentadas) e a 70% das áreas desapropriadas para aquele ano de 1987 (Castro Ferreira et alli: 1999, p. 209-10).

Aliás, esta postura política de omissão do INCRA também fica clara ao não fazer assentamentos, mas mera regularização fundiária. Nem mesmo a legalização da posse se fazia. Couto (1997) afirma que:

Não é por acaso, por exemplo, que até o presente, se percebe que, mesmo dentro dos assentamentos, o INCRA use o termo 'regularização' no lugar de 'legalização da posse'. Por outro lado, percebe-se que a única evidência da ação do INCRA junto aos projetos de assentamento é o da regularização fundiária, ou seja, determinar as posses (GERA: 1997, p. 15)

Enfim, na regularização trata-se de um conjunto de documentos que são produzidos por diversas pessoas e recolhidos de diferentes órgãos como cartórios, instituto estadual de terras, unidades fundiárias locais do INCRA e por diversos setores internos à autarquia, ao mesmo tempo. Além de toda essa documentação, tem aquela produzida durante a tramitação do processo nas instâncias internas, passando e retornando de um setor a outro, acrescida de novos elementos. No processo de desapropriação da Gleba São Domingos, produziu-se um volume de quase duzentas folhas de documentos e em algumas delas se encontram três a quatro despachos de pessoas que trabalhavam em setores diferentes do INCRA.

Aquele processo deslanchou e, em menos de um ano, conseguiu a façanha de chegar ao decreto de desapropriação, um caso raro na rotina do órgão. Isto parece que aconteceu porque do campo vinha a pressão social e política com a denúncia da eminência de confrontos entre *posseiros*, jagunços e policiais, registrada nos anexos ao processo.

Um processo, na maioria dos casos, precisa ser encaminhado durante o tempo do conflito e de litígio. A afirmação do Renato de que o órgão não pode fazer nada na área não quer dizer que o INCRA nada possa fazer para ali realizar um assentamento. O depoimento justifica a omissão, como se fosse uma questão mais técnica que política. Couto percebe que:

Estabelece-se dentro das instituições públicas aquilo que dentro do MIRAD se denominava de 'cultura institucional', referindo-se ao comportamento dos funcionários do INCRA contra os reformistas. Esta 'cultura' se forma a partir de uma mentalidade, valores e interesses localizados e passa a determinar as ações e reações dos diversos atores envolvidos (GERA: 1997, p. 16)

Esta *cultura institucional* se manifesta nos diversos casos de regularizações analisadas. Principalmente nos dois processos em áreas adjacentes a São Domingos, que continuam sem solução, mesmo que, com quase vinte anos de tramitação. Há, ainda, outros casos como o da Gleba Boa Vontade, nos municípios de Salto do Céu e Rio Branco, o Córrego da Onça em Pontes e Lacerda, muitos outros no Vale do Guaporé e sudoeste do estado, que iniciaram os processos há mais de duas décadas e não chegaram ao seu término.

A observação da atuação do INCRA em São Domingos durante os anos de 1982-86, nos põem em contato com uma dimensão do estado e sua prática nos remete a uma cultura burocrática bastante complexa. Os processos acima referidos, que tramitaram nesta instituição, seguiram por caminhos sinuosos de idas e vindas vagarosas e enfadonhas, que sua leitura e análise indica fartamente³³⁴.

Acompanhando a montagem e a tramitação destes processos de desapropriação da terra, encontram-se indícios daquilo que Couto (1997) denominava de *cultura institucional* do estado, presente no período de governos autoritários, elitistas e anti-reivindicatórios. No tempo da redemocratização com a *Nova República*, quando na elaboração e execução do I PNRA, esta cultura se torna pública, como focos de resistência à reforma agrária.

1. Primeiras ações do INCRA, na gleba

No período final da ditadura militar houve forte crescimento dos conflitos agrários e Sérvolo, analisando a política fundiária do governo federal, nos anos do presidente Figueiredo, constatou três tipos de ações desenvolvidas: *a repressiva, a intervenção regularizadora sobre algumas áreas de tensão e uma intensa propaganda sobre a*

³³⁴ Processos: 455/85-INCRA/MT trata da gleba Aerorrancho; 01/86-INCRA/MT trata da gleba São Domingos II, ambas em Pontes e Lacerda; e o 2.817/93-INCRA/MT que trata da gleba Boa Vontade, cujo primeiro processo iniciado em 1983, foi perdido na autarquia e recomeçado dez anos depois.

realização da maior reforma agrária do mundo. Todas elas visavam a neutralização política dos conflitos no campo (1989: p.168). Na Amazônia, de modo especial, nas áreas de maior tensão criaram-se os grupos executivos de terra, de cunho militar. Ao retirar do INCRA a responsabilidade política sobre os conflitos, tentava-se despolitizá-los.

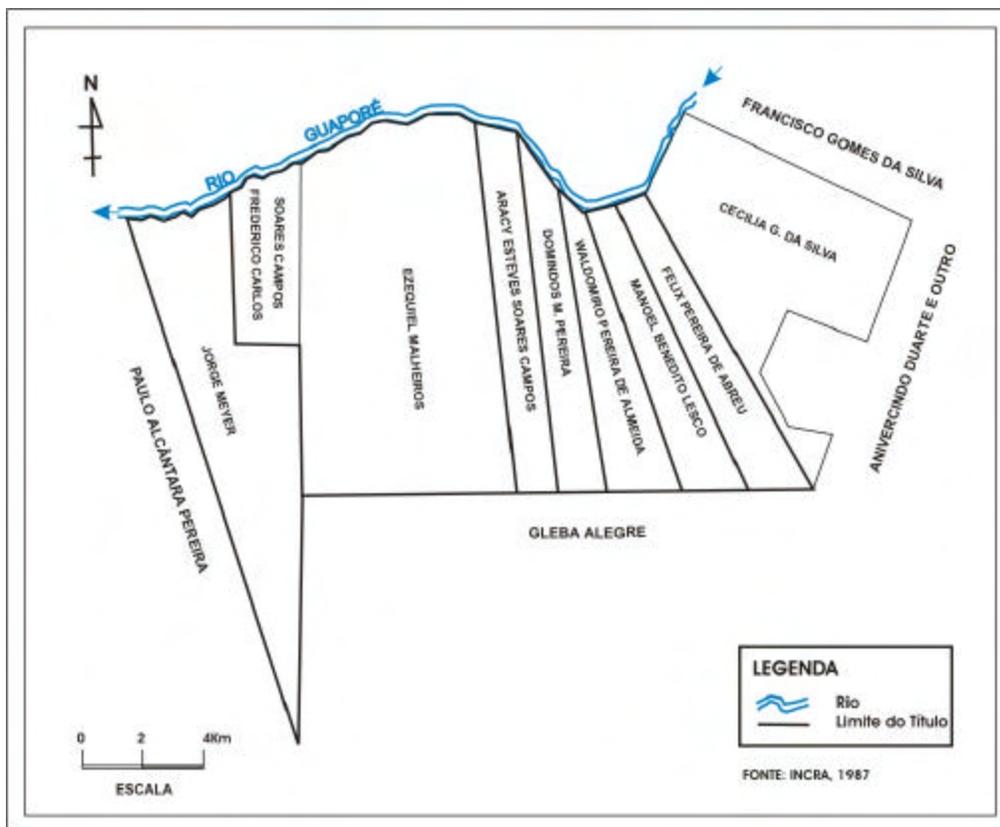
Em São Domingos, as primeiras ações do INCRA foram a identificação da área para ser desapropriada e a elaboração do processo para concretizar tal fim. Estas ações, nesta gleba, foram desenvolvidas quando ainda se encontrava em conflito. A desapropriação só poderia ocorrer com o reconhecimento da área como de “interesse social”, o que significava uma postura política de oficialmente reconhecer a existência do conflito e mais, assumir que se tratava de uma situação que exigia a intervenção do Estado, porque estava em jogo o interesse de toda a sociedade. Em relação a São Domingos, estes argumentos foram seguidamente veiculados por funcionários do INCRA, destacando-se os documentos emanados pelo executor da Unidade Avançada Casalvasco de Pontes e Lacerda, Eng. Agrônomo Décio Maniçoba. A mesma contundência de argumentação sócio-política não se percebe ao ler os processos posteriores, referentes às glebas São Domingos II e Aerorrancho.

O passo seguinte era a montagem do processo de *desapropriação por interesse social*. Tratava-se de compor um conjunto de documentos que evidenciassem a necessidade social de desapropriar a área e reconhecer a posse dos que a ocupavam e davam função social a terra ao torná-la produtiva, ao contrário do proprietário legal. Montada a base inicial do processo na Unidade Fundiária local do Vale do Guaporé ou Casalvasco, o que demorava algumas semanas, ele começava a tramitar pelos setores internos do INCRA em Cuiabá, depois Brasília. Às vezes, poderia retornar a instância de nível inferior, dependendo das condições em que se apresentavam os documentos exigidos no processo. Assim o processo de São Domingos, retornou de Cuiabá a Vila Bela e Pontes e Lacerda no mínimo três vezes e de Brasília a Cuiabá outras tantas vezes. Em Brasília, tramitava nos setores internos do INCRA, do ministério da Agricultura e no gabinete da presidência da República, até o decreto de desapropriação ser publicado no DOU-Diário Oficial da União. Em seguida a justiça, fazia a emissão de posse da área em nome do INCRA com a averbação, depois se elaborava e desenvolvia o projeto de regularização ou de assentamento, em caso de reforma agrária.

1.1. São Domingos: a área para desapropriação

O que veio a ser chamado de São Domingos resultou do que eram várias propriedades privadas, tituladas pelo Departamento de Terras e Colonização, nas décadas de 1950 e 60, e revendidas sucessivamente a outros empresários ainda nas décadas de 1960 e 70. (Vide mapa 02)

A ocupação pelos posseiros parece ter ocorrido mais ou menos no mesmo período, em várias áreas tituladas mais amplas que a gleba São Domingos, mas o INCRA elaborou três processos de desapropriação diferentes, cada um deles com data e números diferentes nomeando uma fração da área que forma uma gleba³³⁵.



³³⁵ Gleba São Domingos, Processo 431/82 – INCRA/MT; Gleba Aerorrancho, Processo 455/85 – INCRA/MT; Gleba São Domingos II, Processo 01/86 – INCRA/MT.

O processo 431/82, para a desapropriação de uma área composta de vários títulos, iniciou em julho de 1982 e concluiu-se com o decreto presidencial de desapropriação da Gleba São Domingos, assinado pelo presidente Gen. João Batista Figueiredo em quatro de maio de 1983, e publicado no Diário Oficial da União, no dia cinco. Desapropriava uma área de 27.214 ha., sendo 5.513 ha. da propriedade de Sidiney Martins Ferreira, João Antônio Assunção Rezende e José Rezende da Silva, apelidado de Zeca Rezende e o restante proveio da fazenda Aerorrancho de Joaquim Goulart, popular Barretos, detentor de uma propriedade de 29.028 ha. de área contínua³³⁶.

Depois disso, outra propriedade de Joaquim Goulart, também ocupada há anos, entrou em processo de desapropriação no ano de 1985, denominada Fazenda Aerorrancho, com 7.727 ha. provenientes de dois títulos adquiridos em datas diferentes. Conforme os funcionários do INCRA, achava-se ocupada há mais de três anos em 1985 por mais de 250 famílias de *posseiros*³³⁷, mas este número foi reduzido depois para 127 famílias³³⁸ e novamente ampliado para 300 famílias³³⁹. Sucessivamente crescia ou diminuía, nos documentos do INCRA, o número de *posseiros* conforme os processos. Isto pode significar tanto a mobilidade que acontecia nas glebas com a entrada e saída de ocupantes, como também pode indicar a precariedade das fontes e levantamentos com que trabalhava o INCRA. Não tinha um cadastro dos *posseiros* efetivos. O processo encaminhado foi protocolado com a área supracitada, mas na última vistoria em 1996 foram encontrados somente 5.918,3068 ha.³⁴⁰ para desapropriar, inclusive indenizando as benfeitorias nela construídas pelo proprietário³⁴¹. Desapropriada, a regularização demorou a acontecer porque o INCRA não obteve imediatamente a emissão da posse, já que o proprietário discordava dos valores propostos para a desapropriação.

³³⁶ Processo 431/82, fl. 129-130, publicação do decreto presidencial no DOU. Este processo tramitou nas instâncias internas do INCRA, desde 14 setembro de 1982 até a desapropriação em 4 de maio de 1983, quando depois o INCRA conseguiu a emissão de posse e a averbação da área em seu domínio e pôde realizar, ainda durante os anos de 1983 e 1984, as principais ações para a regularização fundiária.

³³⁷ Conforme fls. 07, 22 e 40 do processo 455/85.

³³⁸ Idem cf. fls. 17-21, processo 455/85.

³³⁹ Idem, fl. 73.

³⁴⁰ Idem fl. 280.

³⁴¹ O decreto da desapropriação foi assinado pelo presidente Fernando H. Cardoso, no dia 23 de abril de 1996 e publicado no DOU, em 24 de abril de 1996, com a área dos títulos e não a da vistoria, fl. 256.

Onde estariam as terras do título da gleba Arerorancho não localizadas durante a vistoria? Seria o título inicial maior que a área da propriedade de fato? Estaria a fração de terra não encontrada na vistoria incluída em área vizinha? Analisando o processo isolado, não obtivemos respostas para tal, mas podemos dizer que, olhando conjuntamente os três processos, há alguns indicativos e pistas do que poderia ter ocorrido.

Assim, podemos observar que outra área ao lado da gleba São Domingos foi ocupada junto com a desapropriada, fazia parte das terras que Paulo de Alcântara comprara do Departamento de Terras e Colonização e recebera o título definitivo em 1955, mas revendera a José Barduil em 1967. No ano seguinte, a esposa de Barduil, já viúva, vendeu-a a Bráulio Roberto de Menezes Rodrigues e Mário Pércio Campana que, como novos proprietários, começaram a formação da fazenda Palmar³⁴². Estes senhores se desfizeram de quase toda área inicial de 9.670 ha., em sucessivas vendas. A primeira ocorreu em 1977, quando negociaram 1.287,80 ha. com Nelson Moysés Andrade. Na segunda, realizada em abril de 1980, entregaram uma área de 484 ha. a Júlio Antônio da Silva e no mês de setembro do mesmo ano desfizeram-se de 124,5837 ha. entregues a Francisco Batista de Souza. A venda maior aconteceu no mês de abril de 1983, quando Walter Monari e Osvaldo Rodriguez Schwartz compraram 6.648,9331 ha. e formaram a fazenda Palmar.

O decreto da desapropriação e a imediata emissão de posse da área de São Domingos ao domínio do INCRA possibilitaram que a Cia. Construtora Triunfo Ltda³⁴³, em 1984, fizesse a medição e demarcação definitiva da área e dos lotes. Ao final, constatou-se que uma área maior que os 27.214 ha. desapropriados estava ocupada³⁴⁴ e que *posseiros* com AO - Autorização de Ocupação e CA - Carta de Anuência do INCRA estavam fora do domínio da autarquia, em 2.422 ha. de terra cujos donos não estavam identificados.

Importante informar a respeito das terras ocupadas fora do perímetro desapropriado de São Domingos, que só uma parte foi identificada como propriedade remanescente de Bráulio Menezes e Mário Pércio. Em 1983 o INCRA, concomitante à montagem do processo de desapropriação da gleba São Domingos, realizou uma Ação Discriminatória de

³⁴² Processo 01/86-INCRA/MT, fls. 109-110.

³⁴³ Trata-se de um serviço terceirizado pelo INCRA, que contratou a empresa, para realizar a medição do perímetro da gleba São Domingos e dos lotes com a demarcação definitiva em vista da titulação.

³⁴⁴ Processo 431/82-INCRA/MT, fls. 129-130.

Terras na gleba Alegre³⁴⁵, que englobava uma área de aproximadamente 168.400 ha. da qual faziam parte todas as áreas ora em estudo, para arrecadar terras devolutas e regularizar as já alienadas pelo estado.

Aconteceram alguns fatos que causam estranhamento. Primeiro, Bráulio Roberto de Menezes Rodrigues e Mário Pércio Campana, ao venderem em abril de 1983 a última fração de terra do lote Retomada, que já era a Fazenda Palmar, haviam construído uma cerca e estrada separando a sua propriedade remanescente da área ocupada pelos *posseiros*. Até que se constatou a sobra de terras também ocupadas, na medição de São Domingos, não questionaram na justiça a ocupação de terras suas. Segundo, também não apresentaram documentos na Comissão da Discriminatória de Terras, em 1983, da área remanescente de 1.124,6332 ha., que não haviam vendido. Terceiro, concluído o trabalho da Construtora Triunfo na Gleba São Domingos, os funcionários do INCRA perceberam que havia *posseiros* fora da área desapropriada, que então passou a ser reclamada por Bráulio Menezes e Mário Pércio como as terras remanescentes do lote Retomada. Quarto, o INCRA reconheceu que havia procedido indevidamente emitindo cinquenta e três AOs - Autorizações de Ocupação e CAs – Cartas de Anuência a *posseiros* em terras privadas não desapropriadas³⁴⁶. Aparece, na documentação, que as autorizações e cartas de anuência foram fornecidas por descuido dos proprietários, engano dos *posseiros* e desconhecimento dos funcionários do INCRA. Os funcionários do INCRA achavam que os *posseiros* estavam na propriedade desapropriada, mas se encontravam em outra. Quinto, os proprietários, agora reclamantes da indenização, queriam a desapropriação de toda área ocupada pelos posseiros fora do perímetro demarcado de São Domingos e não, apenas, de 1.124,6332 ha. que era a sobra do título que haviam adquirido. Sexto, os funcionários do INCRA, reconhecendo o erro das autorizações de ocupação em terras de domínio privado, logo encaminharam um processo de desapropriação por interesse social, com o nome de gleba São Domingos II de uma área de 2.422 ha. ocupados por setenta e sete *posseiros*, contemporâneos a São Domingos³⁴⁷. Depois, constatou-se que a área a desapropriar de Bráulio Menezes e Mário Pércio seria de 1.124,6332 ha. e desde então, procura-se o proprietário do restante da área ocupada. Não houve a desapropriação até meados de 2002,

³⁴⁵ Processo 01/86-INCRA/MT, fls. 119-123, tratam do relatório da Discriminatória CE/MT/60.

³⁴⁶ Processo 01/86-INCRA/MT, fls. 5-7.

³⁴⁷ Processo 01/86-INCRA/MT, protocolado no mês de janeiro de 1986.

porque a questão não estava resolvida. Somando a área total da gleba São Domingos, 27.214 ha., com os 5.918,3068 ha. da gleba Aerorrancho e os 2.422 ha. da gleba São Domingos II, encontrava-se ocupada, uma área contínua maior do que 35.000 ha..

Os processos de desapropriação analisados são peças complexas. Há indícios de que os funcionários do INCRA, para concretizar uma desapropriação por interesse social enquanto uma área se encontra em conflito, precisam elaborar um conjunto amplo de documentos como já referimos e realizam atividades em campo minado pela tensão, onde também arriscam suas vidas. Sem este trabalho preliminar, muitas vezes, não findam os conflitos e não haverá desapropriação, nem a emissão de posse para iniciar um processo de regularização fundiária ou de assentamento da Reforma Agrária.

Analisando a trajetória destes processos para a desapropriação de áreas em conflito, percebe-se que o estado reage às ações e pressões dos setores sociais e políticos da sociedade. Move-se sob pressão. Iniciativas como cadastramento de candidatos ao assentamento sempre foram medidas paliativas, eficazes para diminuir as pressões dos demandantes por terras. Foram ineficazes para solucionar a falta de terra para os sem terra, porque não se formavam estoques de terras disponíveis no INCRA para o assentamento. Além disso, o INCRA não constituía, com seus quadros, mão de obra numericamente suficiente e tecnicamente capaz para realizar sua tarefa, tampouco havia vontade política do estado para executar a reforma agrária. Representantes do funcionalismo do INCRA, com experiência nessa área em conflito, reconhecem esta realidade no depoimento:

É uma situação muito difícil. Porque a gente sabe que na região, toda vez que for abrir um cadastramento, a gente vai cadastrar pessoas que têm habilidade para terra, já viveram em função dela, mas infelizmente nós não temos ainda oferta de mão de obra e nem o governo está muito interessado³⁴⁸.

Reforça a avaliação de Couto (1997) de que a reforma Agrária é mais uma questão de vontade política do que de aparelhamento técnico. Sucessivos governantes, não comprometidos politicamente com as necessidades e interesses dos trabalhadores sem terra, utilizaram o INCRA mais para entrar a Reforma Agrária do que para fazê-la de fato. As inúmeras iniciativas de cadastrar gente sem terra com a promessa de assentá-la são um exemplo dessa postura política de muitos dirigentes da autarquia. Os vários cadastros de

³⁴⁸ Entrevista com Renato do INCRA, em agosto de 2001.

trabalhadores realizados pelo INCRA ou pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, ao longo das últimas décadas, foram uma parte importante da estratégia de controle dos trabalhadores, tentando evitar os conflitos, ao manterem a esperança de acesso a um lote, no futuro. Castrillon Fernandes afirma, que:

Os posseiros consideravam o Estado como o responsável pelo antagonismo das lutas sociais no campo. Era, portanto, definido como seu adversário, pois cabia-lhe a desapropriação da terra em conflito. Os assentados consideram que cabe ao Estado criar as condições necessárias a sua reprodução econômica e social (1997: p. 06).

Os posseiros do Vale do Guaporé aprenderam a desconfiar do Estado representado pelo INCRA, por isso muitos desconsideravam as listas de espera por assentamento dos cadastros e faziam-se posseiros ocupando terras improdutivas. Nos conflitos esperavam a ação do INCRA e quando acontecia qualquer tipo de ação contra eles, procuravam acampar na sede da autarquia, em Pontes e Lacerda ou Vila Bela, pressionando os executores para que agissem em seu favor. Essa expectativa em relação ao INCRA, como o responsável pelo assentamento ou a regularização fundiária das glebas já desapropriadas, parece uma mudança significativa que ocorre do *posseiro* para o parceleiro ou assentado. Vários autores interpretam esta mudança de atuação do INCRA como *um mecanismo de controle social, que garante a governabilidade de um território em conflito* (Castrillon Fernandes: 1997, p. 06), mas não se pode desconsiderar o esforço e a luta dos *posseiros* para que o Estado aja como mediador nos conflitos e possivelmente os solucione. A ação do Estado não pode, nestes casos, ser abordada apenas como uma forma de retomada do *controle social*, mas também deve ser considerada como uma conquista dos trabalhadores que conseguiram que reconhecesse seus direitos e legalizasse suas posses ao regularizá-las, mesmo que disso decorram mecanismos de controle e obrigações como o pagamento de impostos.

1.2. A elaboração e tramitação do processo

No espaço deste texto, não apresentaremos uma análise detalhada dos três processos elaborados pelos funcionários do INCRA, ao longo dos anos entre 1982-2002 e sua

tramitação com idas e vindas da Unidade Fundiária do Vale do Guaporé com sede em Vila Bela e da Unidade Fundiária Casalvasco sediada em Pontes e Lacerda e a Superintendência Regional n. 13, em Cuiabá e no Distrito Federal em Brasília o INCRA, o ministério da Agricultura ou do Desenvolvimento Agrário, a presidência da república e as instâncias da justiça federal.

Os processos percorrem este longo e sinuoso caminho burocrático, para chegar a decretação da desapropriação, a emissão da posse e averbação da área no domínio do INCRA, que depois faz a emissão das Autorizações de Ocupação e as Cartas de Anuência como titulação provisória, concretiza a medição e demarcação dos lotes, elaborando os croquis e os memoriais descritivos para, por fim, emitir os títulos definitivos. A estratégia analítica que adotaremos será a de eleger algumas questões que nos possibilitem debater a política institucional do INCRA, abordar com alguns detalhes a influência dos objetivos do governo na proposição de metas e ainda focalizar os impactos políticos da pressão social sobre o Estado, acelerando ou retardando os processos de desapropriação e regularização e a tomada de decisões políticas com a participação dos posseiros.

O processo n. 431/82 começou a ser montado na Unidade Fundiária Vale do Guaporé em estreita colaboração com a Unidade Fundiária Casalvasco, a partir dos meses de maio e junho de 1982. Mas, somente chegou a ser protocolado em Cuiabá na Superintendência Regional n. 13 do INCRA/MT, no dia 14 de setembro. Os documentos que constituem a base inicial foram numerados das folhas 01 a 26. Nelas, encontram-se a relação dos títulos a serem desapropriados, com cópias das certidões fornecidas pelo cartório de primeiro ofício de Cáceres, um mapa da localização da área dentro do estado e do município de Pontes e Lacerda e um memorial descritivo em que a área a ser desapropriada seria de 26.300 ha., junto com um diagnóstico técnico de aptidão da área para um assentamento.

Esses documentos foram elaborados de junho a setembro e se solicita a desapropriação da gleba São Domingos *por interesse social* e assinala a urgência no caso, porque havia uma situação de forte *tensão social* entre os proprietários e os mais de 387 posseiros da área.

Destacamos duas questões relacionadas a esse conjunto de documentos. Primeiro, a relação dos títulos da área e as certidões fornecidas pelo cartório indicavam que eles se originaram de inúmeros títulos emitidos pelo Departamento de Terras e Colonização, entre

1954 e 1964 e que, no momento, pertenciam a dois grupos apenas, mas eram caracterizados como latifúndios improdutivos. Uma das propriedades era de Sidney Martins Ferreira, João Antônio de Assunção Rezende e José Rezende da Silva (Zeca Rezende) cuja área seria de 8.311 ha. e 292 metros quadrados e o outro proprietário de uma área contínua de 29.028 ha. era Joaquim Goulart. Em carta, o Eng. Agrônomo Décio Maniçoba já apontava a contradição entre a área do título original que era de 5.513 ha. e a proposta a ser desapropriada de mais de 8.311 ha. dos sócios do Zeca Rezende. Comparando os títulos e as pretensões dos proprietários, evidenciamos a tentativa de apropriação indevida de uma parcela de terras, pelo grupo de donos interessados na desapropriação. Significaria uma tentativa de grilagem de terras?

A segunda questão que ressaltamos é que, no relatório técnico sobre a área a ser desapropriada, os funcionários do INCRA informaram que nela predominava a agricultura diversificada de culturas anuais nas posses de 387 famílias, com áreas médias de 100 ha. cada, mas nas grandes propriedades só teria pecuária extensiva. Haveria duas áreas tituladas a desapropriar: a Aerorrancho de Joaquim Goulart e a Estância São Jorge do Zeca Rezende e sócios. Informa também que a área já estava toda apossada há mais de 5 anos e os posseiros, apesar de pressionados pelos *constantemente despejos*, com a perda da sua produção agrícola, *jamais desistiram de suas ocupações*.

O número de *posseiros* aparece em registros controvertidos ao longo dos processos. Saber quantos ocupavam as áreas, parece relativo e dependente do interesse de quem o assinala. Observa-se que os *posseiros*, seus advogados e funcionários do INCRA tendiam a elevar este número, enquanto os advogados dos fazendeiros, nos processos judiciais, os rebaixam, como parte da estratégia de fortalecer a causa de quem falava e enfraquecer a de quem era adversário.

Existem contradições entre os diversos documentos como no caso o relatório técnico que fala de 387 famílias de posseiros³⁴⁹ e a carta do Eng. Décio Cipriano Maniçoba, executor local da UF-Casalvasco ao Executor do INCRA, no dia 6 de setembro de 1982, refere-se a 347 famílias³⁵⁰. Os dois documentos com informações contraditórias foram elaborados por funcionários do INCRA, com poucos dias de diferença entre eles.

³⁴⁹ Processo 431/82-INCRA/MT, fl. 22.

³⁵⁰ Processo 431/82-INCRA/MT, fls. 23-25.

Outro elemento que percebemos e ressaltamos a partir destes dois documentos, é que ambos solicitam urgência na tramitação do processo de desapropriação por interesse social, uma vez que há tensão social na área. Haveria ameaça de, em qualquer momento, explodir um conflito generalizado, ao anotar: *Atualmente é objeto de grande tensão social; só do ano passado para cá, ocorreram três despejos e o consecutivo retorno dos posseiros à mesma. A primeira invasão à gleba, ocorreu há mais de cinco anos*³⁵¹.

Invariavelmente, os funcionários do INCRA, no processo, invocam o Estatuto da Terra como a base legal da medida que sugeriam para eliminar focos de tensão social e superar conflitos pela desapropriação de propriedades que não cumpriam sua função social, onde a lei proporia os assentamentos³⁵².

O processo foi protocolado no INCRA em Cuiabá no mês de setembro de 1982, seguindo um percurso sinuoso, a partir desta data, com idas e vindas das Unidades Fundiárias locais para o Regional e Nacional. Porém, considerando tudo isto, a tramitação foi relativamente rápida, até o decreto de desapropriação em 4 de maio de 1983. Foram menos de oito meses de demora entre o protocolo e esta data. Comparado aos outros dois processos posteriores, podemos perceber algumas diferenças fundamentais nos trâmites deste e no ritmo de decisões e encaminhamentos, que obteve nas instâncias internas.

Estaríamos lidando com um processo excepcional que teria fugido das influências da cultura burocratizada da autarquia? Houve mais empenho criterioso na montagem inicial do processo pelos funcionários das UFs instaladas no vale do Guaporé, para que tramitasse mais tranqüilamente? Estaríamos ainda numa conjunção de forças políticas mais favoráveis à solução pacífica de conflitos sociais no campo, apesar da vigência da ditadura militar? Ou seria o mesmo estado movendo-se somente sob a pressão social, maior naquele momento, pela eminência de confrontos e mortes nos despejos?

Apesar da militarização da questão agrária (Martins: 1984) com o General Danilo Venturini dirigindo o MIRAD, parece que os militares no poder tendiam a agir com mais independência frente às pressões sociais tanto dos trabalhadores como dos empresários, pois faziam considerações mais técnico-burocráticas que políticas, já que seu poder não dependeria do voto popular. Havia um esforço explícito dos governantes executores de

³⁵¹Processo 431/82-INCRA/MT, fls. 23-25.

³⁵²Lei n. 4.504 de 30 de novembro de 1964.

políticas agrárias, naquele momento, para despolitizar a reforma agrária e encará-la como uma questão técnica e econômica (Couto e Castro Ferreira: 1997), o que de certa forma favoreceu os posseiros de São Domingos e de outras glebas do Vale do Guaporé, como também indicam alguns relatos orais sobre a gleba Scatolin e a Cerro Azul.

Por outro lado, para os funcionários do INCRA que montavam os processos era necessário demonstrar que a *terra improdutiva*, mantida assim pelos latifundiários, ocupada pelos posseiros se transformava em terra que cumpria sua *função social*. Esse tipo de discurso legal significava uma politização da questão agrária reconhecida e realizada pelo próprio estado e não pelo movimento social. Este, na maioria das vezes, procurava apresentar-se como movimento de resistência apartidário, não apolítico. As lideranças, estrategicamente, tentavam representá-lo independente de partidos, mesmo porque a luta pela terra instituíra um campo político conflituoso, mantinham-se abertas ao diálogo com todas as tendências políticas, desde que a eles não se opusessem. Esta conjuntura de forças políticas mais favorável à solução dos conflitos, em São Domingos, parece que teve bastante influência no rápido desfecho. Almeida (1993) chegou a afirmar que no Estado atuavam funcionários e técnicos que compreendiam a conflitividade como inerente à modernização no campo e que, portanto, achavam natural que ocorressem violências e confrontos, cuja solução viria com a conclusão do processo e a conseqüente eliminação de uma das forças.

Na documentação encontram-se indícios de que no governo do Estado, na gestão de Frederico Campos, havia uma postura mais flexível em relação aos conflitos agrários. Invocava, para isto, uma diretriz política nacional que emanaria do próprio presidente Figueiredo e dos ministros militares. Houve vários casos em Mato Grosso nos quais o governador teve atuação decisiva para evitar mais derramamento de sangue e violências. Na Gleba Vereda, no município de Araputanga-MT, Frederico Campos decidiu não usar a força policial para executar uma ordem de despejo judicial já deferida pelo Juiz de Cáceres, o que provocou uma crise entre os poderes executivo e judiciário estaduais em 1982, noticiada pela imprensa da capital. Houve, até, uma tentativa de cassação do mandato do governador, na assembléia legislativa, e um pedido de intervenção federal, em conseqüência do não cumprimento da ordem de despejo judicial pela força policial do estado (Divina: 2001). Outra situação onde interveio para solucionar o conflito entre

posseiros e fazendeiros foi na gleba Cascata, município de Rondonópolis-MT, no mesmo período. Ofereceu aos proprietários terras públicas no noroeste do estado, em troca da terra em disputa, para concretizar-se o assentamento dos posseiros pela CODEMAT (de Moura: 1992, p. 140-45).

Consideramos, ainda neste contexto, que havia entre os funcionários do INCRA do Vale do Guaporé, alguns com posturas políticas mais comprometidas com as causas dos trabalhadores, estimulando-os ao cumprimento da lei, extraíndo dela a base de argumentação a favor da causa dos posseiros. Este foi o caso do Eng. Décio Maniçoba³⁵³ e do Advogado Ubirajara Rodrigues³⁵⁴, entre outros, que encontramos na documentação. Sem assumirem publicamente uma postura de apoio, realizavam seu trabalho na autarquia, agindo criteriosamente apoiando-se na legislação. Extraíam dela tudo que fosse possível para juntar à documentação necessária à desapropriação para assentar trabalhadores que já ocupavam a terra. Pode-se considerar significativa, também, a atuação de políticos do PDS, como o governador do estado e o prefeito de Pontes e Lacerda, Dionir de Freitas Queiroz³⁵⁵, nesta conjuntura. Estes políticos dependeriam, cada vez mais, do voto popular para continuarem no poder na medida que a ditadura militar expirava, com a redemocratização.

Tanto os *posseiros* procuravam se articular com estas forças político-partidárias, como os políticos em manter-se próximos de seus eleitores, pois encontravam dificuldades em contrariar os interesses destes, mesmo tratando-se de uma questão tão espinhosa como a grilagem e ocupação de terras.

Nesse momento histórico, constituía-se ainda em Mato Grosso uma força política de oposição através do MDB e depois do PMDB, que cresceu rapidamente na década de 1970 até meados de 80. Um dos pilares deste crescimento do partido foi um certo compromisso das lideranças com os trabalhadores sem terra e sua aliança com o braço sindical representado pela FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Mato Grosso e alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais, nos municípios. De Rondonópolis, Carlos Gomes Bezerra, advogado de *posseiros*, elegeu-se deputado estadual, federal,

³⁵³ Cf. relatos orais e Processo 431/82-INCRA/MT, fls. 23-25.

³⁵⁴ Cf. carta que escreveu ao executor da SR-13, contra o Presidente da Agropecuária Florêncio Bonito.

³⁵⁵ Cf. carta que escreveu ao governador Frederico Campos, solicitando empenho para a manutenção dos *posseiros* de São Domingos, que ele tinha como seus eleitores e os opositores derrotados nas eleições municipais o acusavam de ser responsável pelo despejo.

prefeito, governador e senador (de Moura: 1992). A partir de Cuiabá, Dante de Oliveira, Paulo Nogueira, entre outros, apoiavam a luta dos posseiros em todo estado. Em Cáceres, Márcio Lacerda e Walter Fidelis e, em Pontes e Lacerda, o médico Dauri Alves Mariano constituíram uma força política favorável aos *posseiros*.

A crise de poder no final do governo do Presidente Gen. Figueiredo e o crescimento da pressão social e política interna no país constituiu uma situação muito mais propícia para a ação bem sucedida dos posseiros na Amazônia, época em que avançaram em diversas conquistas. O aumento do número de conflitos na Nova República parece que indica esta situação mais favorável ao movimento reivindicatório ante um governo mais democrático (Castrillon Fernandes: 1997).

Analisando detalhadamente o processo 431/82, nos pareceu possível afirmar que em períodos pré-eleitorais e sobretudo, quando chegavam ao INCRA em Cuiabá e Brasília telegramas de Pontes e Lacerda, mostrando o desenrolar de conflitos generalizados ou sua eminência, com ameaças de mortes e violências, os despachos de uma repartição para outra ou dentro de uma mesma repartição aconteciam mais aceleradamente³⁵⁶.

Encontramos três, quatro ou mais despachos num mesmo dia³⁵⁷, mas quando já não há notícias de enfrentamentos e conflitos no campo, parece que o ritmo dos encaminhamentos voltava ao passo lento do cotidiano e da rotina da repartição pública³⁵⁸. Quase todos estes são documentos datados após dia 15 de novembro de 1982, podendo-se estabelecer algumas relações com o momento conjuntural da campanha eleitoral e a pressão política e social que move os órgãos públicos, tornando-os mais sensíveis às críticas e controvérsias de adversários.

No caso do processo em análise, podemos dizer que, pelo fato de estar armado o confronto permanentemente, ele tramitou com uma certa velocidade não constatada em muitos outros. Isto se confirma quando analisamos dois momentos específicos: os primeiros passos do processo encaminhado em 14 de setembro de 1982 até o dia 15 de novembro em que ocorreram as eleições e o outro após o dia 18 de janeiro de 1983 em que chegaram telegramas alertando para a situação explosiva criada em São Domingos³⁵⁹.

³⁵⁶ Cf. Processo 431/82-INCRA/MT, fls. 26-29 e 66.

³⁵⁷ Cf. Processo 431/82-INCRA/MT, fl. 30 e verso.

³⁵⁸ Idem, fls. 35- 65.

³⁵⁹ Idem, fls. 66-67 e 95-103.

No caso da campanha eleitoral, ela teve um efeito significativo sobre os *posseiros* como eleitores, mas também sobre a atitude dos candidatos que tentavam granjear a confiança do eleitorado prometendo apoio na solução dos conflitos em São Domingos. Encontramos tanto os políticos da situação PDS, como os da oposição mais expressiva do PMDB engajados e aliados com os *posseiros*.

A Unidade Fundiária Vale do Guaporé enviava mensagem pelo rádio no dia 18 de janeiro de 1983 para a Unidade de Cáceres e a Superintendência Regional/MT, em Cuiabá, denunciando a atuação de trinta membros da Polícia Militar do Estado que teriam prendido vinte e dois posseiros de São Domingos e os conduziram até a cidade de Jauru-MT. Alegavam que a prisão dos posseiros era para apurar quem foram os autores do tiroteio com presumíveis policiais, alguns dias antes. O Ten. Narciso teria informado que nenhum policial foi ferido naquele confronto. Na mesma mensagem, o INCRA citava que as esposas de dois posseiros compareceram à sede do órgão, em Pontes e Lacerda, preocupadas com o destino dos maridos que desapareceram havia três dias, sem terem notícias deles.

O executor da Unidade Fundiária Vale do Guaporé fez um relatório sobre o episódio noticiado na mensagem de rádio, onde se lê em vários itens:

V – tudo corria normal, cessaram temporariamente os desmandos e arbitrariedades praticadas pela PM na área (...) item VI – entretanto, após as eleições de 15 de novembro de 1982, corriam boatos em Pontes e Lacerda, sobre o reinício dos abusos e violências na área³⁶⁰.

Nos itens VII a XVII, diz que não se sabe se foi forjado ou não, mas houve rumores de que teria ocorrido tiroteio na entrada da gleba. Em tal tiroteio teriam perecido quatro pessoas e, na cidade de Pontes e Lacerda, o comentário era de que haveria um despejo na gleba. O relatório segue contando que no dia 15 de janeiro a Polícia Militar despejou os posseiros, prendendo vinte, trazendo-os primeiro para Pontes e Lacerda, mas transferindo-os para Jauru, no dia 16, e continuavam lá até a data, dia 18.

O funcionário do INCRA associa o episódio da atuação arbitrária e violenta da PM diretamente ao fim do período eleitoral, pois noutra passagem já se aventava sobre esta possibilidade prometida por um dos comandantes da PM local.

³⁶⁰ Idem, fls. 68-71.

O impacto destas notícias vindas do campo pode se perceber na seqüência das folhas do processo onde os despachos são mais acelerados. Na fl. 70 encontra-se a conclusão do relatório de 18 de janeiro, recebe dois despachos, um no dia 19 e outro de 20, na Superintendência Regional-13 em Cuiabá, acelerando a tramitação. Isto ocorreu efetivamente nas fls. 71 a 83, onde em uma semana o processo foi reenviado de Cuiabá a Brasília, mas lá novamente ele começa a perder fôlego.

Os despachos se tornam mais lentos em Brasília, onde, conforme as fls. 84-86 há um primeiro despacho de 18 de fevereiro de 1983, na fl. 87 em 21 de fevereiro, a fl. 88 em 25 e 28 de fevereiro, as fls. 89-90 de 11 de março. Segue-se, nas fls. 91-2, a minuta do decreto presidencial que fixa a área prioritária para fins de Reforma Agrária, como anexo I e, nas fls. 93-4 anexo II, a minuta do decreto presidencial que declara de interesse social para fins de desapropriação da área da gleba São Domingos. Ambos os anexos estão sem data.

Nas fls. 95-103, ocorre um ex-curso, pois os documentos referem-se aos mesmos eventos já constantes nas fls. 68-71, acrescentando informações e reforçando as pressões sociais e políticas sobre o INCRA, para que acelere o processo.

Um telegrama de Cuiabá a Brasília de 11 de janeiro de 1983 informa que dois posseiros de São Domingos, Valdevino Pinto da Paz e Manoel Vicente da Silva, declararam no INCRA que:

três pessoas fardadas de policiais os espancaram e atearam fogo a vários barracos de posseiros. E o telegrama ainda diz: segundo outras informações, entre os dias 9 e 10 de janeiro de 1983, ocorreu um tiroteio na região morrendo 4 (quatro) policiais ou jagunços disfarçados como tais³⁶¹.

No dia 25 de janeiro de 1983, o INCRA, anexa as fls. 96-7, onde retransmite a Brasília as mensagens de rádio vindas da UFVG, já citadas sobre o boato do despejo realizado pela PM, que prendeu 18 ou 20 ou 22 *posseiros* de São Domingos, levados para a delegacia de Jauru, sendo maltratados, conforme informações de suas preocupadas esposas.

Outro telegrama anexado ao processo, no mesmo dia 25, veio do Prefeito eleito de Pontes e Lacerda pelo PDS, Dionir de Freitas Queiroz, enviado à UFVG no dia 19 de janeiro em que comunica que está ocorrendo despejo na área de São Domingos e afirma que o fato o deixa, como prefeito eleito, em situação difícil, pois:

³⁶¹ Idem, fl. 95.

grande número de famílias me pedem complacência (...), enquanto outros induzidos candidatos derrotados dizem terem sido despejados a mandado do PDS. Informa ainda que a tensão social aumenta à medida que a polícia procede o despejo e prisões de mais famílias que se encontravam naquela área, cujo número ultrapassa a 300³⁶².

Outra mensagem retransmitida a Brasília, no dia 20 de janeiro de 1983, vinda da UF de Pontes e Lacerda comunicava:

despejo levado a efeito pelos PMs, na área de São Domingos, implicou em grande tensão social na cidade de Pontes e Lacerda, haja vista que 18 pais de família se acharem presos na delegacia desta cidade, a qual não oferece espaço suficiente, nem contam com alimentação garantida³⁶³.

Finalmente, a mensagem que vem do STR de Pontes e Lacerda para a Superintendência Regional-13, assinada pelo secretário Fernando da Silva Nogueira de 20 de janeiro, informa:

está ocorrendo em nosso município lamentável atrito contra nossos companheiros camponeses, ocupantes da área São Domingos, onde existem mais de 300 famílias, há mais de dois anos e 80% são sindicalizados.(...) foram despejadas das suas posses deixando lavouras e animais de criação doméstica ao arbítrio de policiais que derrubam e queimam seus barracos. (...) vários companheiros estão presos na cadeia, sem condições, onde passam fome, além das próprias famílias ficarem desabrigadas, (...) mulheres com crianças vêm nos reclamar suas misérias, alegando que seus alimentos ficaram nas posses (...) pedimos providências no sentido de nossos companheiros possam voltar à terra onde tiram o sustento³⁶⁴.

Este ex-curso, no processo, parece que serviu para indicar aos funcionários e tomadores de decisões na autarquia a necessidade de prosseguir rapidamente a tramitação, como indicam os despachos subseqüentes.

Por outro lado, pode significar que no vale do Guaporé um conjunto de forças sociais e políticas, possíveis aliados dos posseiros, foi mobilizada na busca da publicização dos acontecimentos, denunciando a truculência da Polícia Militar, que teria aproveitado o fim da campanha eleitoral para agir, prejudicando inclusive a posição dos políticos

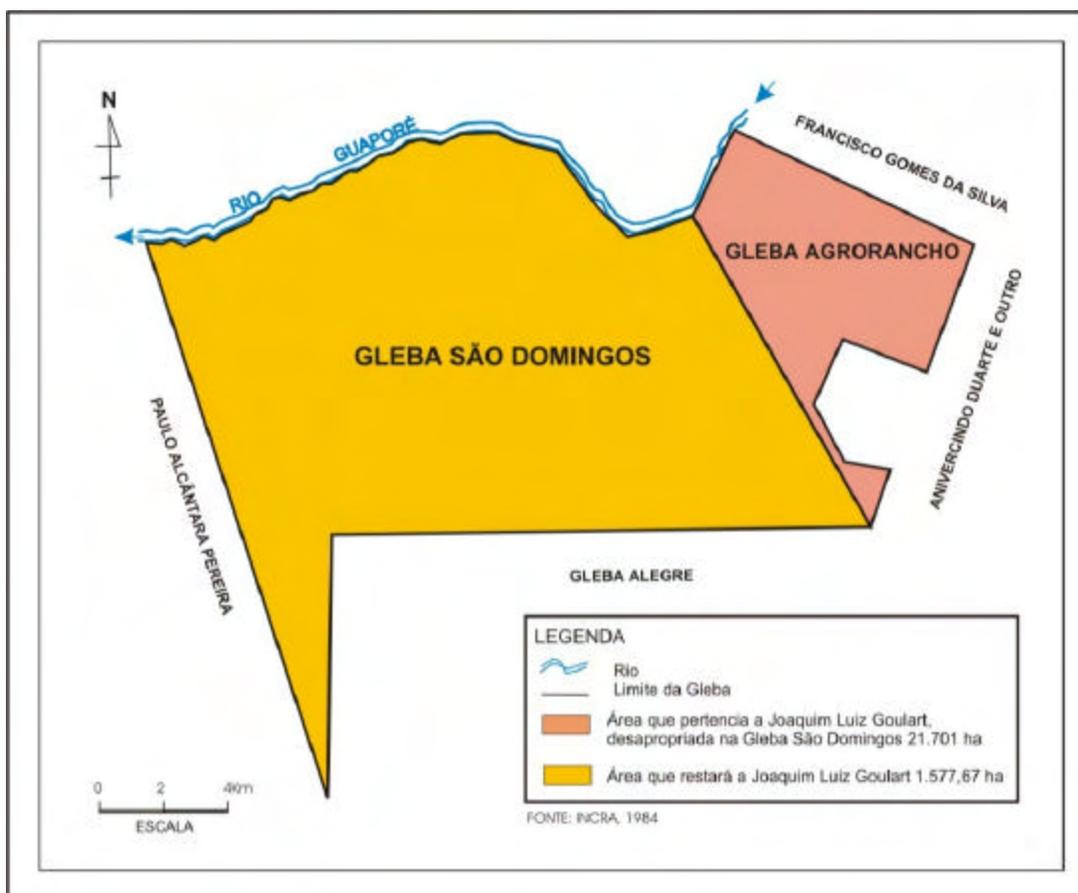
³⁶² Idem, fls.98-99.

³⁶³ Idem, fls. 100-101.

³⁶⁴ Idem, fls. 102-103.

situacionistas eleitos, ao oferecer munição para os protestos da oposição e o que era pior, prejudicando a imagem da corporação.

Havia a suspeita de que jagunços da fazenda andavam fardados, sem serem policiais. Este fato parece evidenciado quando dois posseiros denunciaram que três homens fardados andavam derrubando e queimando os barracos e destruindo os alimentos dos posseiros na gleba, desde o dia nove de janeiro de 1983. Ou quando o Ten. Narciso declarou que não houve nenhum policial ferido no tiroteio do dia 15 e os posseiros relatam que morreram, no combate, quatro pessoas fardadas.



Mapa 03 : Delimita as glebas São Domingos e Aerorrancho.

A impressão que se tem ao acompanhar a tramitação dos processos de desapropriação referentes à gleba Aerorrancho 455/85, iniciada em fins de 1985, levando mais de dez anos para chegar a este resultado e a quele da gleba São Domingos II 01/86, encaminhado em janeiro de 1986, que nem chegou à desapropriação depois de quase 20 anos de tramitação,

é que a lentidão e a obstrução nos despachos parecem o cotidiano da prática institucional do INCRA. Estes casos não são exceções, mas são indícios de uma cultura estatal e institucional no trato dos problemas da terra. A autarquia funcionou mais para impedir a reforma agrária do que para fazê-la mais ágil. Os percalços destes processos também denunciam o emaranhado da legislação que se modifica rapidamente para dificultar e burocratizar sempre mais os processos, mas não muda nos objetivos essenciais.

Encontramos assim inúmeros casos de glebas cujos processos na medida em que, ano após ano, vão crescendo em volume de documentação, parece que se tornam cada vez mais confusos. Neste rol de casos comuns, poderíamos incluir a gleba Boa Vontade ou Montechi III, nos municípios de Rio Branco e Salto do Céu, cujo primeiro processo foi iniciado em 1983. Em meados de 2002, uma das procuradoras do INCRA, em Cuiabá, sugeriu recomençar todo o processo do ponto inicial, porque até o momento, 21 anos após o início, ainda não se haviam identificado os proprietários a serem legitimamente desapropriados.

O processo INCRA 431/82 de desapropriação da gleba São Domingos foi realmente uma exceção à regra da cultura institucional pelo conjunto de questões que já apresentamos anteriormente. Houve uma rápida tramitação de menos de oito meses para sair o decreto de desapropriação e o encaminhamento da regularização com a emissão das AOs e das CAs, ainda em 1983 e 84, a medição e demarcação dos lotes com seu croqui e memorial descritivo no ano de 1984 e, a partir de 1986, os títulos definitivos.

2. A confirmação do loteamento dos posseiros.

Neste item, analisamos as ações do estado através do INCRA, para regularizar as posses. Couto(1997) chamava atenção para a prática do estado que não legalizava as posses e a ação dos *posseiros*, mas tentava enquadrá-las na disciplina e controle, regularizando o loteamento realizado pelos ocupantes, tentando interferir em tudo que pudesse para reaver o controle sobre o ocupantes e sua obra fundiária. Castrillon Fernandes (1997) chegou a supor que toda ação regularizadora do Estado no I PRRA-MT era basicamente uma estratégia de retomada do controle sobre os *posseiros*, ao transformá-los em parceleiros, nos projetos de assentamento acabava enquadrando-os nos parâmetros legais. Veremos

como estas ações do INCRA podem começar com o reconhecimento, ou não, do traçado das picadas na divisa de lotes e seus marcos de madeira, apenas substituídos por marcos oficiais de concreto, cadastramento dos ocupantes, emissão de documentos provisórios e definitivos e a demarcação de áreas urbanas, não previstas pelos *posseiros* no processo de ocupação.

Os *posseiros* haviam feito o loteamento durante o processo de ocupação como já relatamos e analisamos no primeiro capítulo. Inúmeros depoimentos fazem referência a esta prática, não deixando dúvidas sobre o tipo de tarefa que o INCRA exerceu. Foi mera *regularização e não assentamentos de reforma agrária*³⁶⁵. Outro dizia: *depois de a onça morta, todo mundo quer tirar o couro dela*³⁶⁶, quando se referia ao tipo de presença do INCRA e de outros que se diziam aliados e apoiadores dos posseiros. Conquistada a vitória sobre os latifundiários, muitas pessoas se atribuíam méritos que não tiveram, durante o conflito, segundo os posseiros.

A velocidade da tramitação de um processo de desapropriação, nas instâncias internas do INCRA, determina não só a rapidez com que se chega à solução do conflito entre o proprietário e os ocupantes, mas também o acesso à terra e a outros recursos como os créditos agrícolas, por parte de trabalhadores, muitas vezes, descapitalizados e inviabilizados para desenvolverem suas atividades produtivas.

A demora nos processos tem beneficiado pequenos e médios produtores mais capitalizados, que tiveram suas áreas regularizadas sem muitos custos. Não foram eles que enfrentaram os riscos da ocupação, pois compraram os lotes de *posseiros* ocupantes impossibilitados de produzirem.

Isto foi reconhecido, no depoimento do Renato, como um dos resultados da ação do INCRA, em diversas glebas do Vale do Guaporé, beneficiando com a terra inclusive pessoas que não se enquadrariam, por lei, como beneficiários da Reforma Agrária:

O INCRA, depois de certo tempo, vem e desapropria. Aí já encontra a situação toda praticamente definida onde você não tem como trabalhar com assentamento, porque a política é de assentamento. Mas, na verdade quando você vai trabalhar em cima de uma área que já tem uma história de ocupação e já está toda delimitada, então você não

³⁶⁵ Entrevista com Renato do INCRA, em agosto de 2001.

³⁶⁶ Entrevista com João Vieira, em julho de 2000.

tem como reordenar nem como desocupar, porque aí você vai criar uma outra tensão social, bem maior do que, talvez, aquela gerada pela ocupação inicial, muito maior³⁶⁷.

A tradição do INCRA, no Vale do Guaporé, é de regularizar o que já foi feito pelos *posseiros* e não de criar assentamentos. Esta situação condiciona as ações do órgão, reduzindo as possibilidades de um reordenamento do espaço agrário ocupado, muitas vezes, para uma distribuição mais eqüitativa das parcelas entre os ocupantes.

Intervir numa situação destas desencadearia uma nova ordem de conflitos considerados mais complexos que os enfrentados pelos *posseiros* com os proprietários da área ocupada. As tentativas do INCRA em desconsiderar o loteamento realizado pelos posseiros no processo de ocupação foram geradoras de confusões, conflitos e protestos dos ocupantes. Na gleba Mirassolzinho, quando se tentou um processo de demarcação que não foi aceito pelos ocupantes, criou-se um impasse com o INCRA, que suspendeu temporariamente os trabalhos, mas que depois acabou por reconhecer a obra dos posseiros (Oliveira: 1992). Essa autora considera este desencontro momentâneo, como um dos muitos exemplos do conflito pelo que era legal para os *posseiros* e o que seria para os funcionários e dirigentes do INCRA. Seria o indício da resistência do estado à legalização das posses.

Se a desapropriação de uma área ocupada demora anos, é muito provável que ocorra a regularização da terra para aqueles que, na sua maioria, não estavam presentes no momento da ocupação, mas compraram as posses. Foi isto que ocorreu na Scatolin onde a desapropriação ocorreu dez anos após o fim do conflito. Isto também ocorreu em inúmeras outras áreas, porque a resistência dos ocupantes era forte, conforme o testemunho:

Na hora da regularização ao se constatar que o ocupante não é sem terra, poderia ser retirado e colocada no seu lugar uma família de sem terra. Eu acho que poderia ser feito isso aí. Agora, teria que ser feito não pelos servidores do órgão que trabalham e moram aqui na cidade. Teria que ser feito por servidores vindos talvez até de outro estado pra fazer esse tipo de trabalho³⁶⁸.

Nas áreas ocupadas, o INCRA não realiza o assentamento de Reforma Agrária, pois isto implicaria na remoção de ocupantes, indenização de *posseiros*, nova medição e demarcação dos lotes dentro das dimensões dos módulos rurais regionais, acarretando, para

³⁶⁷ Entrevista com Renato do INCRA, em agosto de 2001.

³⁶⁸ Idem, Renato do INCRA.

alguns, perda de áreas e outros teriam acréscimos. Seria difícil intervir numa situação iniciada por um conflito, muitas vezes, violento e querer resolvê-la sem confrontos. O caminho da regularização é o mais cômodo e o mais econômico, mas, nem sempre o mais equitativo, por reconhecer e respeitar a força dos mais fortes entre os ocupantes e nem sempre a igualdade de direitos. O Renato considera equivocado o discurso que nomeia a prática de regularização como se fosse de assentamento e parece que lhe atribui os problemas provocados pelas ações do INCRA:

Agora, o grande erro é o órgão desapropriar uma área já ocupada para dizer que é um assentamento. Nestes casos, ele teria que desapropriar para regularizar a situação que está ali, ou seja, se sua posse é 100 hectares, então nós vamos regularizar esta posse. Nessa situação, sua posse é essa, vamos regularizar. É o que acontece aí no Rio Alegre, no Córrego da Onça, na Conquista, no Sararé. É, você vai encontrar lotes de dimensões muito diversificadas. Super diversificada e ao invés de se partir para a regularização, se parte para o assentamento³⁶⁹.

O Estado, na maioria dos casos, não resolve os conflitos, mas os acomoda ou os evita adiando medidas mais drásticas de intervenção que poderia adotar, se tomasse a iniciativa de assentar trabalhadores em terras onde já tivesse o domínio. A regularização, portanto, não é só enquadrar os posseiros na lei e nos controles do estado, mas é o reconhecimento legal da sua prática anterior. Este momento é buscado e desejado pelos ocupantes e temido pelo estado, pois confirma e atribui legalidade o que antes ocorria à margem do marco legal.

Lourenço Nunes chegou a negar qualquer tipo de mérito e atuação positiva do INCRA em áreas de posses. Toda conquista de terra foi atribuída aos posseiros, como resultado da sua luta, como indica o relato:

O INCRA, aqui, nunca fez nada. O INCRA, aqui, é uma unha encravada. Eu digo isso pra você aqui e digo em qualquer lugar. Aqui é o seguinte! Eu venho vindo, quanto tempo eu estou aqui, que toda picada que foi cortada foi os posseiros, os grileiros que cortou. O INCRA apenas pegou os dados de tua mão e... – quantos alqueires tem aqui?. –Tem tantos alqueires. Então pro INCRA vir aqui revisar essas terras, eles avisaram pra nós um dia, ou dois ou três, uma semana ou quinze dias antes: -Você limpa as

³⁶⁹ Entrevista com Renato do INCRA, em agosto de 2001.

picadas, bem limpas, que tal dia eu vou lá ver as picadas. E como não tinha INCRA, os caboclos não esperavam e partiam (...) pra atividade deles³⁷⁰.

O INCRA não obteve uma avaliação positiva da parte da maioria dos entrevistados. Percebemos um consenso nas expectativas dos trabalhadores em relação aos objetivos da existência e atuação do órgão e uma enorme decepção em relação à sua execução. A expressão *unha encravada*, referindo-se ao que era o INCRA na região, nos parece um indício desta avaliação negativa dos trabalhadores. O INCRA não fez na região o que esperavam dele, isto é, demarcar terra para assentar aqueles que a queriam e dela precisavam para viver.

Assim, a regularização das áreas ocupadas começa pelo reconhecimento, muitas vezes restritivo, do loteamento que os *posseiros* realizaram. O estado, através do INCRA, reconhece que o conflito é um perigo para a paz social e afirma que a desapropriação é de interesse social para eliminar um foco de tensão no campo.

Desapropria-se a terra e se confirma o parcelamento feito pelos ocupantes durante o período de confrontos com o proprietário anterior. Ao regularizar, o estado reconhece a legitimidade do que foi feito pelos *posseiros* e legaliza. Acompanhemos como se processa isto.

2.1. A demarcação dos lotes: novos marcos

A regularização da gleba passa pela demarcação dos lotes: dito de outro modo, passa pela a implantação dos marcos de concreto em substituição aos de madeira, fincados pelos *posseiros*, no período da ocupação. Passa também pelo cadastro dos *posseiros*, levantando a área de posse aproximada de cada um. Essa demarcação feita pelo INCRA, em acordo com os *posseiros*, foi descrito com bastante detalhes, no caso de São Domingos, que reproduzimos nos depoimentos a seguir:

Quando o INCRA chegou pra regularizar a área, foi o seguinte. Eles andaram posseiro por posseiro, lote por lote. Então cada um tinha seu lote, tinha suas picadas. Então, se

³⁷⁰ Entrevista com Lourenço Nunes da Cruz, em agosto de 2001.

nós dois, vamos supor, era vizinhos, então já vinha aquela pessoa com os marcos pra colocar. Então, nós dois juntos, ia lá. Era quase igual um casamento. Aí o senhor consentiu, o rapaz aprumava a linha para implantar um marco aqui, procurava pra você e pra mim. Nós dois era vizinho. Nós dizia: sim!. Aí cavocava e implantava ali o marco³⁷¹.

A regularização começava pelo acordo do INCRA com os posseiros. Juntos, os funcionários designados pelo órgão ou a empresa contratada e os posseiros, vizinhos de lotes, andavam na gleba. Vinham de lote em lote remarcando nas picadas já abertas e sempre que houvesse acordo entre os donos das posses cravavam um marco de concreto no solo para assinalar a fronteira e os limites do território de cada um. Interessante ressaltarmos a metáfora: *era quase igual um casamento*, que utiliza no relato para significar o acordo que sempre se buscava para evitar conflitos de interesses, entre posseiros vizinhos e também como expressão do reconhecimento, pelo INCRA, da demarcação feita anteriormente pelos *posseiros*.

A substituição dos marcos de madeira pelos de concreto foi a primeira ação regularizadora do INCRA, dentro da área. Tratava-se de uma confirmação das picadas e dos limites de cada lote ocupado. Colocados os novos marcos nas picadas, suas posições eram anotadas e lançadas num mapa da área. Somente num segundo momento se fazia a medição do perímetro, assinalado e se calculava a área, como relata o Genésio:

Esse negócio foi medido por picada. O INCRA chegou e as picadas já estavam feitas, então a área foi medida por picada, não teve esse negócio de: - Não! vamos fazer uma picada aqui! - Não! cada um já tinha seu lote, com as picadas feitas³⁷².

Este relato parece confirmar que o INCRA reconhecia plenamente a demarcação dos lotes feita pelos *posseiros* e diverge do que Oliveira (1992) constatou em relação aos funcionários do mesmo órgão que atuaram, na demarcação da gleba Mirassolzinho em 1988. Vejamos como este parceleiro viveu este momento e se referiu à atuação do INCRA ou dos funcionários da Construtora Triunfo, empresa que coordenava ou realizava este trabalho, em São Domingos:

³⁷¹ Entrevista com Genésio de Oliveira, em agosto de 2001

³⁷² Idem, Genésio de Oliveira.

Bom, na época, quem coordenou foi o Doutor Décio. Não era só ele. Tinha mais gente. Agora eu não sei os nomes das outras pessoas, que eu tinha mais conhecimento, assim, com ele. Agora, junto tinha os assessores e os topógrafos que vieram cá fazer o levantamento e medir. Mediram lote por lote. Tudo medidinho, não teve problema, não teve nada. Inclusive, às vezes, ele pedia o mapa. Para a gente ficar com ele no papel, eles faziam pra gente ali na hora. Eles faziam, pá, pá, pá, do terreno todinho, do traçado todo. Então, foi o Dr. Décio que coordenou tudo isso aí³⁷³.

Mais de uma vez, no seu relato, o Genésio ressaltou a atuação do Eng. Agrônomo Décio Maniçoba e da sua equipe, neste processo, mas ele achava que todos eram funcionários do INCRA. Porém, a medição e a demarcação definitiva, realizada na gleba São Domingos em 1984, foram obras da Construtora Triunfo Ltda., contratada pelo INCRA³⁷⁴. Ele recordou as funções de assessores e de topógrafos e as tarefas (fazer levantamento e medir lote por lote) desenvolvidas pelos funcionários, mas não lembrou seus nomes. Isto porque só manteve uma estreita e direta relação com o Décio.

Os gestos do Dr. Décio de dialogar e realizar o trabalho da demarcação e medição dos lotes, com a participação dos posseiros, foram interpretados como uma atitude de transparência, de confiança de uma autoridade na capacidade dos trabalhadores. O fato de fazerem o mapa dos lotes na hora da demarcação teve o significado, que ficou marcado na memória, de valorização do posseiro. Diversos outros parceleiros relataram positivamente o seu desempenho ao agilizar o processo de desapropriação e de regularização dos lotes, o que também percebemos ao analisar o processo de desapropriação, montado sob a sua coordenação.

2.2. Os documentos provisórios

Remarcados os lotes, o INCRA imediatamente emitia dois tipos de documentos: AO - Autorização de Ocupação e CA – Carta de Anuência. Estes documentos permitiam o encaminhamento de licença de desmatamento junto ao IBDF – Instituto Brasileiro de

³⁷³ Entrevista com Genésio de Oliveira, em agosto de 2001.

³⁷⁴ Conforme o Processo 455/85-INCRA/MT.

Defesa Florestal, mediante à assinatura de um termo de compromisso de respeitar determinadas cláusulas ambientais. Analisemos cada um destes documentos e seus significados no processo de regularização e no imaginário dos *posseiros*.

2.2.1. A AO – Autorização de Ocupação

Após a emissão de posse da área ocupada e desapropriada ao domínio do INCRA, esta autarquia procedia uma rápida vistoria na área, como indicam os relatos orais, para verificar a ocupação existente na área conferindo as divisas de lotes, as picadas, levantando seu tamanho aproximado, identificando os confinantes e cadastrando os proprietários dos mesmos. Sem realizar a medição do perímetro, esta documentação representava um título provisório, onde se fazia o cálculo aproximado ou se levava em consideração a área que cada posseiro declarava ao funcionário do órgão:

Então, fez um documento provisório, documentação provisória. Inclusive, eu ainda tenho aqui do sitio, da chácara que ainda tenho ali. Tinha isto é, como que fala, era um documento provisório do INCRA. Aí a pessoa dava a quantidade da área, exemplo dez alqueires. Então a documentação vinha assim: área aproximada de dez alqueires, quinze alqueires, vinte alqueires, trinta a quarenta, em aproximado. Podia dar mais, podia dar menos. Era um documento provisório³⁷⁵.

Levantadas estas informações, encaminhava-se a emissão do documento conhecido como AO – Autorização de Ocupação. A maioria dos *posseiros* da gleba, no momento da desapropriação do imóvel, recebeu esse papel que vinha enumerado desde a Superintendência do INCRA regional de Cuiabá, encaminhado pelos funcionários e executor do PFVG – Projeto Fundiário Vale do Guaporé de Vila Bela.

Analisamos alguns detalhes da AO n. 936, emitida em Cuiabá, em 18 de julho de 1984, assinada pelo coordenador regional do INCRA, Bartolomeu A. de Vasconcelos Dias. Essa AO foi emitida em nome de Genésio Soares de Oliveira, informando que ele era agricultor casado, ocupante de uma área aproximada de 22 ha. de terras na gleba São Domingos. A área tinha como confinantes: ao norte o lote de Nativo Soares de Oliveira; ao

³⁷⁵ Entrevista com Genésio de Oliveira, em agosto de 2001.

sul, o lote de Maurinho Oliveira de Souza (o Baiano do Rato); a leste, o lote da área C de São Domingos e, a oeste, os lotes de Nilva Alcântara e Nativo Soares de Oliveira.

Acompanhamos a trajetória de vida deste ocupante quando analisamos seu relato. Ele comprou esta terra do Baiano do Rato ao chegar de Figueirópolis. A A.O. era emitida sem a medição e demarcação oficial e definitiva dos lotes e é por essa razão que consta a *área aproximada*. A indicação dos confrontantes permitia a localização posterior do lote, mas também permite identificar, pela primeira vez, os diversos ocupantes de posses na gleba, onde o parentesco entre vizinhos de lotes era muito comum. Poucas pessoas se aventuravam a entrar sozinhas em glebas conflitadas, a não ser acompanhadas de conhecidos, amigos ou parentes. Esta experiência cultural foi caracterizada por Oliveira (1992) como a prática social dos ocupantes de recriarem, na vizinhança de lotes, os grupos sociais primários ligados pelo parentesco, ou por outros fatores culturais que unissem os grupos de vizinhos que depois poderiam constituir a chamada comunidade rural.

Esses documentos também indicam que mulheres, mesmo sendo em minoria absoluta, poderiam ser titulares de lotes, como chefes de famílias ou, na maioria dos casos, quando o marido tinha algum problema legal para obter a titularidade de um novo lote, ele o colocava no nome da esposa.

O documento supra definia as seguintes condições da ocupação autorizada: o *posseiro* deveria residir na área e cultivá-la; assumiria o compromisso de pagar as despesas da demarcação e regularização posterior; acataria as determinações do INCRA para a área; não passaria a autorização de ocupação a outro, o que caracterizaria posse de má fé; renunciaria a medidas judiciais possessórias contra o INCRA ou outros na área; obrigava-se a aceitar e respeitar a demarcação a ser feita e as condições para a aquisição do imóvel. Conclui afirmando que só lhe seria outorgado o título de domínio se assumisse tais compromissos³⁷⁶.

Poderíamos estranhar que ocupantes de terras privadas, depois de desapropriadas e de domínio estatal se sujeitassem a tais cláusulas condicionantes que contradizem completamente a sua trajetória de *posseiros*. Por que aceitariam tais condições impostas pelo estado? Poderíamos entender se compreendêssemos o que significava tal documento para os *posseiros*, para o INCRA e para os demais atores sociais do entorno.

³⁷⁶ Conforme Autorização de Ocupação n.938, de 18 de julho de 1984, INCRA – Cuiabá- MT.

Sem dúvida, o documento foi considerado simbolicamente importante pelos ocupantes de terras porque este era o primeiro reconhecimento oficial e individual de um direito do posseiro sobre uma parcela de terra por ele pretendida. Sendo área do estado, a autorização da ocupação para residir e cultivar legalmente sua posse era a cláusula de maior peso. A partir da posse deste documento, poderia invocar pública e oficialmente direitos que a situação de ocupante ilegal, no seu imaginário, não lhe assegurava. O documento representava a segurança, de que ninguém mais poderia molestá-lo, retirando-o da área.

Nesta perspectiva, tendemos a relativizar as outras cláusulas restritivas, aceitas pelo *posseiro*. Saberíamos que podia questionar na justiça a validade de qualquer uma delas, caso seus interesses fossem contrariados? Parece que houve grande respeito às cláusulas subscritas, mas houve casos em que as demarcações não foram respeitadas, ocorrendo conflitos entre vizinhos que chegaram até os tribunais. No geral, houve da parte dos *posseiros* o acatamento das condições impostas pelo estado, sem maiores contestações em relação ao que os funcionários do INCRA faziam ou determinavam, porque haviam lutado para que o órgão entrasse na briga com os antigos proprietários. Ao desapropriar a área e encaminhar a regularização das terras, o INCRA estava cumprindo a função que justificava a sua existência, no imaginário dos sem terra.

A regularização de terras ocupadas e esta autorização de ocupação, por parte do INCRA, não deixavam de satisfazer uma aspiração dos posseiros, mas também cumpria o objetivo do estado, de eliminar focos de tensão social, recuperando o controle sobre a situação: disciplinando, ordenando e enquadrando, os antes infratores, nas regras legais.

2.2.2. A CA – Carta de Anuência

Este documento também era gerado pelo INCRA, juntamente com a AO e um croqui que mapeava a localização do lote de cada posseiro, tornando-se definitivo, após a demarcação. No croqui, os lotes todos foram enumerados e cada ocupante associava-se a este número. Analisemos alguns detalhes de uma Carta de Anuência, assinada pelo mesmo coordenador geral do INCRA, supracitado³⁷⁷. Indica que se trata de um documento

³⁷⁷ Carta de Anuência – CR-13- n. 284/84, emitida em Cuiabá em 16 de abril de 1984, referindo-se ao processo administrativo n. 1.756/83.

fornecido pelo INCRA ao *posseiro*, para que o apresentasse às agências bancárias quando requeresse algum financiamento de custeio ou de investimentos no lote, servindo até como garantia real de penhora ou hipoteca nestes empréstimos.

A Carta de Anuência de João Bispo do Nascimento declara que era solteiro, lavrador com carteira de trabalho, ocupante de imóvel rural denominado *Sítio Paraíso da Serra* de aproximadamente 43 ha. de área, situado em São Domingos, no município de Pontes e Lacerda – MT³⁷⁸. O relato oral de dona Teresa Cordeiro, esposa de João Bispo, indica que já conviviam como marido e mulher antes da ocupação de São Domingos e que estiveram juntos no lote, mesmo antes da liberação do mesmo.

Designado lavrador com carteira de trabalho, indica que, provavelmente, exerceu várias outras atividades profissionais não camponesas, mas como assalariado urbano e rural. Essa também era a experiência de inúmeros outros ocupantes ou de posteriores compradores de posses, que tiveram trajetórias de vida e de trabalho muito diversificadas, na luta pela sobrevivência, migrando *sempre em busca de melhora*.

A Carta de Anuência declarava que o posseiro era detentor legítimo e legal de uma área de terra e de benfeitorias das quais podia dispor para sua exploração. O documento afirma que seu portador podia dar estes bens em garantia às agências de crédito, podendo contrair empréstimos, pois informava à instituição credora o tamanho do lote e as principais benfeitorias e/ou semoventes, nela existentes. A vistoria realizada pelo INCRA na posse exclusiva e legítima constatava se a cultivava e se era a morada habitual do portador. Os dois documentos até aí analisados eram complementares.

Analisando processos de posseiros e de seus lotes na gleba São Domingos, do arquivo do INCRA, na Unidade Fundiária Casalvasco de Pontes e Lacerda, constata-se que, quase sempre, os dois documentos foram emitidos na mesma data, mas encontramos contradições diversas nas informações contidas neles. As principais se referem ao tamanho das parcelas ocupadas. A área sendo aproximada poderia resultar de informações originadas de fontes diferentes. Exemplificando com o caso do lote do Genésio, na Carta de Anuência só constam aproximadamente dez hectares e não os vinte e dois ha. indicados na

³⁷⁸ Carta de Anuência CR-13 - n. 284/84 foi emitida em nome de João Bispo do Nascimento, em 16 de abril de 1984.

Autorização de Ocupação que já analisamos³⁷⁹. Estas contradições eram frequentes e foram sanadas somente com a medição e demarcação oficial de todas as parcelas.

A emissão da Carta de Anuência funcionaria no imaginário dos ocupantes também como a legalização da posse, era mais um valor de troca ou de garantia nas transações comerciais e bancárias. O estado através do INCRA, ao emití-la para todos os ocupantes autorizados, supunha que eles tomariam empréstimos bancários? Ou seria uma reivindicação dos *posseiros* que era satisfeita? Tratava-se apenas de uma formalidade, uma vez, que a grande maioria dos *posseiros*, não encaminharam financiamentos ou quando encaminharam não tiveram acesso aos recursos, porque o banco não confiava nas garantias reais que ofereciam?

Muitos destes *posseiros* haviam se transformado em sem terra por causa de empréstimos bancários nos seus locais de origem no sul e sudeste³⁸⁰ e outros por não terem tal experiência tinham medo de contraírem dívidas. O que lhes interessava mais era legalizar o lote para ter segurança e não para conseguir créditos bancários, apesar das suas queixas contra a falta de crédito acessível e barato e da política estatal que insistia em transformá-los em produtores empresariais para o mercado.

A Autorização de Ocupação e a Carta de Anuência emitidas pelo INCRA serviriam tanto para encaminhar financiamentos no Banco do Brasil como na seqüência conseguirem a documentação da posse como propriedade. Esta documentação servia como título provisório, que seria confirmado posteriormente com a medição completa do perímetro da área e poderia ou não coincidir com o que estava declarado, como indica o relato:

Fez aquele documento provisório entendeu. Aí veio do INCRA o documento provisório, assim, sem citar quarenta alqueires, se tinha. Então o documento vinha assim aproximadamente doze alqueires, podia dar na medição oito como podia dar quinze, então a medida era aproximada. E depois da medição, é que veio o título definitivo, com o documento legal no seu nome³⁸¹.

Houve muitos casos em que os compradores de posses foram enganados. O ocupante que vendia o lote declarava uma quantia muito superior àquela levantada,

³⁷⁹Na Carta de Anuência n. 334/84, Genésio teria menos terra do que na Autorização de Ocupação n. 936.

³⁸⁰Entrevista com João Vieira (2000) e Gilson de Freitas (2002), nos dois casos citam os pais como pessoas que perderam suas terras no MS, por conta dos financiamentos bancários.

³⁸¹Entrevista com Genésio de Oliveira, em agosto de 2001.

posteriormente, pela medição. Muitas vezes, ao descobrir a fraude os novos donos da posse reagiam, avançando os limites do terreno sobre a área de vizinhos, resultando em conflitos com brigas físicas e litígios judiciais.

Os relatos dos posseiros e os documentos emitidos pelo INCRA que analisamos indicam que o processo da regularização da gleba São Domingos iniciou, logo após a desapropriação, em maio de 1983:

O processo de regularização dos lotes não demorou muito não. Foi até rápido, por conta que eles fizeram essa documentação provisória. Isso foi em oitenta e três para oitenta e quatro (...) O lote liberou, o INCRA entrou, o Doutor Décio entrou com a equipe dele e organizou isso aí. Organizou isso aí, foi rápido, veio esse documento provisório do povo, assim, eles falou assentado, mas não é assentado não³⁸².

Estes documentos provisórios serviam para encaminhar outros e legalizar o uso e exploração do lote com atividades que exigiam o desmatamento. Assim conseguiam fazer no IBDF – Instituto Brasileiro de Defesa Florestal um Termo de Compromisso baseado na legislação ambiental federal, exigido de qualquer proprietário de terra. Genésio Soares de Oliveira assinou o compromisso de, no seu lote: preservar as matas ciliares nos córregos, fontes e lagoas; manter a vegetação nativa nas encostas de áreas com mais de 45% de declividade e nos morros; não utilizar herbicidas desfolhantes ou anti florestais; não desmatar áreas com amendoeiras e seringueiras; nas queimadas, proteger as florestas com aceiros de dez metros de largura e prevenir os vizinhos quarenta e oito horas antes de queimar as derrubadas ou pastos³⁸³.

Este conjunto de medidas restritivas ao uso indiscriminado dos recursos florestais naturais, nas áreas de pequenos posseiros e de grandes proprietários, parece que foi inócuo, analisando-se os resultados. Os desmatamentos, em alguns lotes, foram totais. Não respeitaram as cláusulas referentes à mata ciliar, nem à declividade dos solos.

Só não se infringiram as cláusulas referentes ao uso de desfolhantes florestais, porque não tinham recursos financeiros para custear o seu uso e aplicação via aérea e não derrubaram amendoeiras (castanheiras) e seringueiras, porque não as havia na gleba.

³⁸² Idem, Genésio Oliveira.

³⁸³ Conforme o Termo de Compromisso de Genésio de Oliveira assinado no IBDF de Pontes e Lacerda em 22 de julho de 1985.

Houve muitos casos de queimadas que não seguiram as medidas de cautela assumidas, causando inúmeros incêndios incontroláveis em florestas e pastagens de vizinhos. Estas foram também uma das fontes de inúmeros litígios entre parceleiros.

A esses compromissos seguia-se a Autorização para o Desmatamento, fornecida pelo IBDF. No mesmo dia em que o Genésio assinou o Termo de Compromisso obteve autorização para: desmatar 13 ha.; extrair 260 metros cúbicos de madeiras e 520 metros cúbicos de lenha³⁸⁴. Observa-se uma flagrante contradição entre os vários documentos, uma vez que foi autorizado a ocupar 22 ha., mas na Carta de Anuência se afirma ser detentor de aproximadamente 10 ha. e o documento autoriza desmatar 13 ha., isso quando já havia passado quase um ano da demarcação e medição definitiva dos lotes.

Esta informação pode ser confirmada pela data da emissão dos diversos títulos provisórios que manipulamos ao longo da pesquisa. A maior parte deles foi emitida em fins de 1983 ou durante o ano de 1984, enquanto a regularização de exploração dos recursos vegetais naturais ocorreu depois, quando em grande parte já estavam eliminados dos lotes.

2.3. Os documentos definitivos

A emissão e entrega dos títulos definitivos dos lotes foi um processo muito mais demorado e burocrático. Houve parceleiros que se empenharam mais e foram em busca deste documento pressionando os funcionários do INCRA e, com isto, conseguiram os seus já em 1986. A maioria dos títulos de São Domingos, porém, saíram somente nos anos posteriores. Há ainda alguns ocupantes de lotes na gleba que não têm o título, principalmente os que estão localizados na São Domingos II e na Aerorrancho, cujos processos de desapropriação foram encaminhados depois.

A emissão dos títulos definitivos pressupõe a medição do perímetro, a medição e o cálculo da área exata de cada lote. Depois, emitiam-se os croquis dos lotes e os títulos definitivos. Vejamos rapidamente que eram estes documentos e seus significados:

2.3.1. O Croqui de Lote

³⁸⁴ Conforme Autorização para Desmatamento n. 453/85 do IBDF de Mato Grosso.

Primeiro, depois da demarcação e medição oficial, se confeccionava o Croqui do lote. Era um pequeno mapa de cada uma das parcelas enumeradas, com o lançamento de todas as medidas do perímetro da área. Este documento vem como um anexo nos processos de regularização dos lotes ocupados, junto com a AO e a CA.

O croqui do lote de João Bispo do Nascimento resultou da medição e demarcação realizada pela Cia. Construtora Triunfo LTDA, durante o ano de 1984³⁸⁵. Indica que o seu lote é o de n. 333 e tem o lado norte de largura maior, costeando a margem esquerda do Córrego S. Domingos, que o lado sul com apenas 495 m. confronta-se com o lote 77, já dentro da vila da Máquina Queimada. Forma assim um quadrilátero irregular onde o lado confinante com o lote 332 mede 1.086 m. e o lado que confronta com o lote 334 alcança 1.363 m. de comprimento.

O *sítio Paraíso da Serra* é este lote pertencente a João Bispo, traçado no croqui na escala de 1:20.000, assinala as distâncias entre os marcos e indica as orientações dos azimutes pelas coordenadas geográficas, registrando uma área de 61,5360 ha. e não os aproximados 43 ha. da CA que analisamos.

Resultando da demarcação e medição definitivas, apresenta o cálculo exato da área, não mais a aproximada. O croqui serviu para elaborar o memorial descritivo em vista do título definitivo. A equipe de topógrafos que realizava o serviço, muitas vezes, fornecia este mapa aos *posseiros* vizinhos dos lotes que acompanham a medição. Esse trabalho dos funcionários da Cia. Construtora Triunfo e do INCRA foi descrito no relato que segue:

Depois, é que vinha um engenheiro e media pelas picadas. Só depois que acertou todos os marcos é que veio um engenheiro e mediu tudinho por picada. Assim é que se tirava o título definitivo. Tudo organizado, não teve problemas. Às vezes, dava um probleminha, mas depois que rompeu tudo, não teve problema. A única área que ficou por derradeiro foi a Barreto, agora lá eu não sei contar como foi o processo. Ultimamente, sei que normalizou tudo³⁸⁶.

A representação de que tudo foi *organizado* e a insistência repetitiva de que *não teve problema*, neste processo de regularização, indicam a influência que exercia a autoridade do engenheiro e da sua equipe de funcionários, como agentes do estado e da lei.

³⁸⁵ Conforme o croqui do lote 333, de propriedade de João Bispo do Nascimento, confeccionado em dezembro de 1984, pelo INCRA de Pontes e Lacerda e Vila Bela.

³⁸⁶ Entrevista com Genésio de Oliveira, em agosto de 2001.

Primeiro nega a ocorrência de problemas, para depois reconhecer que *às vezes dava um probleminha*, mas também não sabe como se deu o processo em toda a gleba, como no *Barretos* que ficou por último. Aliás, uma parte desta área denominada Barretos constitui o processo da gleba Aerorrancho, até a presente data, inconcluso.

Muitos *posseiros* estimavam que seus lotes eram bem maiores do que a área apurada na demarcação e medição definitiva. A constatação de diferenças para mais ou para menos área do que indicavam os documentos provisórios da AO e CA foram desencadeadores de tensões e conflitos entre os ocupantes de parcelas vizinhas, principalmente nas cabeceiras de lotes, onde as picadas não tinham sido abertas e/ou conservadas limpas, tornando seu deslocamento possível, fácil e provável.

Às vezes, o primeiro ocupante vendia a posse, afirmando que ela tinha um tamanho de área maior, mas o novo ocupante a mediria só após a compra e, muitas vezes, não conferiam as medidas indicadas³⁸⁷. Joãozinho comprou uma área maior que a encontrada, depois, na medição, mas já era tarde para reclamar do vendedor. Não poderia avançar sobre o lote dos seus vizinhos sem provocar alguma reação, como ocorreu no caso do Emídio, pai do Tonho Toca. Um vizinho quis tomar uma parte de seu lote, depois da liberação da gleba³⁸⁸. Isto indica que, mesmo tendo assumido os compromissos apontados na AO, o INCRA não assegurava o total cumprimento de suas cláusulas, ou seja, não enquadrava na lei, de fato, os *posseiros* ao transformá-los em parceleiros.

2.3.2. O Título Definitivo

A partir do croqui ou do mapa de lote resultava um memorial descritivo com o qual o INCRA confeccionava os títulos definitivos. Assim, quem estava com a terra documentada, já poderia vendê-la e quem a comprava não teria problema, porque já podia obter o título e a escritura de propriedade, em cartório. Os processos em andamento no INCRA indicam que ainda há muitos posseiros que não são proprietários ou detentores de terra titulada e registrada, mesmo que o relato já dê a entender isto:

³⁸⁷ Conforme relato do João Vieira, entrevistado em julho de 2000.

³⁸⁸ Entrevista com Tonho Toca, em julho de 2000.

Então, todo mundo hoje está documentado e não teve problema. Todo mundo pode comprar aqui, na área que não tem nada. A documentação foi desse jeito: do documento provisório para, depois, vir o título definitivo. Inclusive eu peguei os dois. Peguei o provisório e, depois, esse título definitivo³⁸⁹.

Muitos dos ocupantes que viveram na gleba São Domingos e tiveram acesso ao título provisório não permaneceram na área até chegar o título definitivo. A venda de lotes tornou-se muito comum durante o conflito e após a liberação. Muitos parceleiros das glebas São Domingos, São Domingos II e Aerorrancho, até o momento final do levantamento de nossos dados ainda não haviam obtido o título definitivo de seus lotes, para poderem proceder o seu registro de propriedade, no cartório de Pontes e Lacerda.

Os motivos são inúmeros. Parece que a burocracia estatal, os custos das taxas e tributos a serem quitados para a regularização, aliados à cultura da posse tradicional da terra, foram alguns dos fatores que retardaram a conclusão do processo de emissão e entrega dos títulos definitivos e o seu registro como propriedade privada. Indica também, que a posse ou o uso da terra continuava sendo mais importante para os ocupantes do que a propriedade. Eles continuariam negociando e vendendo o direito de posse, exigindo apenas o pagamento do valor de trabalho investido, com ou sem o título definitivo.

Há inúmeros indícios de que o estado queria enquadrá-los como proprietários, pagadores de ITR – Imposto Territorial Rural, consumidores dos créditos bancários e produtores para o mercado, mas muitos deles continuavam defendendo, na prática, a terra para o trabalho que assim cumpriria a função social de que falava o Estatuto da Terra.

Não analisamos nenhum documento de registro da terra em cartório. Este só era possível tendo o título definitivo, o croqui do lote e o memorial descritivo. O Registro Geral de Imóvel era a conclusão de um longo processo de regularização e legalização de uma posse que passava à propriedade privada reconhecida em lei e respeitada na prática social.

³⁸⁹ Entrevista com Genésio de Oliveira, em agosto de 2001.

3. A criação dos espaços urbanos das vilas

O loteamento de São Domingos fora feito em meio ao conflito e, como já afirmamos anteriormente, os *posseiros* não construíram os espaços urbanos de vilas ou agrovilas na gleba. Isto foi tarefa posterior à desapropriação com a conseqüente liberação da terra pelo INCRA. Os funcionários e, mais uma vez, o Eng. Décio Maniçoba do INCRA, como indicam os relatos, tiveram uma atuação determinante para o surgimento das vilas de São Domingos e da Máquina Queimada, nos anos de 1983 e 1984. Descreveremos alguns aspectos deste processo, em que se percebe uma forte intervenção do estado, muito maior do que no caso do loteamento rural onde parece que se reconheceu integralmente o que os posseiros haviam realizado.

3.1. A criação da vila de São Domingos

A estrada que partia da rodovia BR 174 em processo de asfaltamento, no início da ocupação acabava na antiga sede da fazenda do Zeca Rezende e companhia. Os primeiros *posseiros*, ocupantes da gleba, logo abriram uma picada que partia próximo da sede da fazenda até o Pé de Galinha, donde se bifurcava. Um braço da estrada seguia pela esquerda para a Máquina Queimada, o braço central passava ao lado do lote do Chapéu de Couro e seguia até a margem do Rio Guaporé e o outro braço, que saía mais para a direita, chegava no córrego São Domingos, onde se localizavam os lotes do Mané Caboclo e do Zé Baiano.

Findados os conflitos com os fazendeiros e o INCRA estando com o domínio da área, pela emissão de posse, os ocupantes logo trataram de transformar as picadas principais em estradas mais largas, com condições mínimas de trafecabilidade. Os *posseiros* realizaram diversos mutirões para chegarem com a estrada até o córrego São Domingos³⁹⁰.

Na margem esquerda do córrego São Domingos, *Manoel Caboclo* tinha o seu lote de 42 alqueires de terra e, na margem direita do mesmo córrego, *Zé Baiano* tinha a posse de um lote de 40 alqueires. Este último começou doando uma área do lote para uma escola e, depois, cedeu mais dois alqueires para a formação da Vila de São Domingos, acontecendo o

³⁹⁰ Entrevista com Mane Caboclo, também conhecido como Caboclinho, em julho de 2000.

mesmo com o Mané Caboclo e outros sitiantes, até que se reuniram mais de oito alqueires de terra para formar a nova vila.

O Caboclinho relatou que seu lote tornou-se um lugar de referência para outros posseiros, pois a estrada terminava na beira do córrego. Os que nas segundas feiras chegavam de carro, para irem aos seus lotes na outra margem, deixavam os veículos estacionados no lote do Caboclinho e seguiam a pé ao seu destino. Aos sábados retornavam a pé, até o boteco, um pequeno comércio de secos e molhados, que o Caboclinho estabeleceu desde fins de janeiro de 1983, quando chegou no local, e voltavam para suas casas em Pontes e Lacerda ou outra cidade próxima onde vivia a família ou os parentes.

O local próximo ao córrego logo se tornou passagem de muitas pessoas pela estrada que foi aberta e com o estabelecimento do boteco. Esse local pareceu a funcionários do INCRA e alguns *posseiros* um lugar propício ao desenvolvimento de uma vila. Ela se viabilizou, depois, somente com a intervenção do Eng. Décio Maniçoba do INCRA, que desde as primeiras visitas ao local insistia na necessidade de criar-se uma vila nesta gleba. A vila poderia surgir em qualquer parte da gleba desde que alguém ou vários posseiros cedessem parte dos seus lotes para tal finalidade. O Eng. Décio, ao propor esta idéia aos *posseiros*, provocou uma disputa entre eles. Existem vários relatos de como essa disputa se sucedeu, como este que segue:

O problema foi aqui, se o povo pudesse escolher, queria que [a vila] fosse aqui na Máquina Queimada, na época, mas aqui eles ficaram segurando a terra. (...) Não facilitaram e o Caboclinho puxou pra lá e o fundador lá é o Mané Caboclo, seu Manoel. (...) Então, a vila foi criada lá em São Domingos, puxa vida, vai fazer o que também³⁹¹.

O Genésio, que chegou em 1983, no que depois viria a ser a Máquina Queimada, relata o mesmo fato em duas versões distintas, mas muito parecidas. Lembra de que a vila era para ser construída na Máquina Queimada e só não o foi porque os *posseiros* do lugar agiram mal e não doaram partes de seus lotes para que ali se constituísse o espaço urbano. Estimulado pelos funcionários do INCRA, o Manoel Caboclo adiantou-se, doando parte do seu lote para que se iniciasse a vila no local onde hoje se encontra a cidade de São Domingos, é o que conta o Genésio:

³⁹¹ Entrevista com Genésio de Oliveira, em agosto de 2001.

Na época, São Domingos era pra ser aqui na Máquina Queimada (..), mas os confrontantes aqui, já começou pelo João Bispo, o Aristeu, e até um compadre meu que tinha sítio aqui, que hoje é da Sílvia, o Mané Cunha que é irmão de Otávio, ficou segurando. Entendeu! Eles tinham que abrir. – Não, vou doar, está doado, ou deviam dizer – vamos doar um, dois ou mais alqueires cada. Outro tanto, outro tanto, - mas ficaram segurando. Aí o Caboclinho puxou lá pra São Domingos, mas aonde era pra ser aqui, mas dormiram no ponto³⁹².

Cita quase todos os que eram confrontantes próximos onde mais tarde se constituiu a vila de Máquina Queimada, num local mais plano e alto, mas distante do córrego São Domingos uns 2.000 metros, com problemas de abastecimento de água. Genésio sabe que foi construída a vila em São Domingos, mas revela que não sabe como sucedeu depois e porque ficou com este nome: *Agora como criou, não sei te explicar, o nome São Domingos, eu não sei não*³⁹³. A vila foi se constituindo lentamente dos dois lados do córrego na medida que foram chegando mais posseiros ou pessoas que compravam as posses de quem não tinha condições de permanecer, ocupavam ou compravam datas (lotes urbanos) no local da vila, construindo barracos ou casas de madeira, no prazo estabelecido pelos que lotearam parte dos seus sítios³⁹⁴.

O Eng. Décio, em seu relato sobre a constituição da vila de São Domingos, a ressalta como sendo a questão central a ser resolvida no assentamento para o futuro desenvolvimento da gleba. Sem o espaço urbano não haveria o progresso do lugar, pois não teria comércio, escolas, clubes, posto de saúde, energia elétrica, encanamento de água, serviços diversos, indústria. Onde os produtores se abasteceriam e para quem venderiam a sua produção?

Relatou que sugeriu ao Manoel Caboclo a doação de uma parte de seu lote e realizou várias assembléias com os posseiros para que se arrecadasse uma área, suficientemente, ampla para o estabelecimento da vila, com possibilidades de crescimento e expansão futura. Conseguiu arrecadar uma parte do lote do Manoel Caboclo, na margem esquerda do córrego e outra do Zé Baiano à margem direita. Além disso, relatou que conseguiu que, pelo menos, seis outros *posseiros*, cujos lotes estavam localizados bem mais distantes do

³⁹² Entrevista com Genésio de Oliveira, em agosto de 2001.

³⁹³ Idem, Genésio de Oliveira.

³⁹⁴ Entrevista com Mané Caboclo, em julho de 2000.

local haviam doado cada um, um hectare ou mais. Contou-nos ainda que, para juntar toda esta área num só local, teve que fazer uma complexa manobra na demarcação e medição, remanejando divisas de lotes para compensar os dois doadores iniciais, ao ampliar a área urbana sobre seus lotes originais. Assim, terra doada por um posseiro da comunidade do Guaporé, distante vários quilômetros da vila, foi incorporada ao espaço urbano, recuando-se sucessivamente as linhas divisórias dos lotes posteriores, até chegar no doador³⁹⁵.

O executor da Unidade Fundiária do INCRA local autorizou e constituiu os dois doadores iniciais como executores do projeto de formação da vila. Cada um fez o loteamento de um dos lados do córrego e começaram a doar ou vender lotes, desde que os beneficiários construíssem casas ou barracos dentro do prazo estabelecido de três a seis meses. Os doadores de parte da área urbana da vila tinham direito de ficar com um lote, desde que também construíssem um barraco ou casa, nos prazos estabelecidos.

O Eng. Décio afirmou que trouxe para São Domingos e plantaram uma muda de Pau Brasil e que exigiu a preservação de uma quadra inteira de floresta nativa no canto esquerdo do Patrimônio. Estes gestos simbólicos enquadravam a nova vila sede da gleba São Domingos, na história nacional. Realizaram uma festa de inauguração da vila ainda em 1983, quando o número de casas ainda era bem pequeno. Depois a vila foi recebendo uma população significativa e teve um comércio variado até o final da década de 1980. Na década de 1990 ela foi decaindo com a crise da agricultura e a pecuarização³⁹⁶.

3.2. A criação da Máquina Queimada

O lugar que veio a ser designado como Máquina Queimada nasceu lentamente, sem nenhum projeto urbanístico. Parece que os moradores iniciais dificultaram a criação de uma vila ao não facilitarem o acesso de pessoas interessadas em se estabelecer no local para contribuírem com seus serviços, fora da agricultura.

O Genésio descreve o desenvolvimento do local quando veio com a sua família, para ocupar o lote que havia comprado do Baiano do Rato, após a liberação da área, em 1983:

³⁹⁵ Entrevista com o ex-executor da Unidade Fundiária Casalvasco e ex-prefeito de Pontes e Lacerda, Eng. Agrônomo Décio C. Maniçoba, em junho de 2002, na sua residência no Jardim das Américas em Cuiabá.

³⁹⁶ Conforme os relatos do Eng. Agrônomo Décio Maniçoba (2002) e da Profa. Alzira, em agosto de 2001.

Eu cheguei aqui, não tinha nada. Nós chegamos aqui, a picada passava aqui perto e essa estradinha aqui passava aí no meio, passava no colégio ali. Aqui é o seguinte, nós chegamos pra aqui, era mato puro. Então, aí foi o compadre Mané Cunha e outros falaram, vamos fazer uma área aberta aqui. Fazer um campo de futebol. Aí entravam de machado, enxadão, enxada e foice. Era no sítio do Mané Cunha mesmo, aqui onde nós estamos sentados agora. Isso aí era o campo de futebol. Pegava esse lote que é meu, esse lote em que mora o Tidinho, que também é meu e aqui onde é a quadra de esporte. Isso aqui tudo era o campo de futebol. Mais tarde, ali pro lado da quadra abriram um pedaço só de enxadão. Não fizeram trabalho de moto-serra, tudo foi feito de enxadão, foice, machado e foram abrindo. Assim, fizeram o lugar de jogar bola ³⁹⁷.

Quando o Genésio entrou no seu lote em 1983, a vila não existia na Máquina Queimada. O Manoel Cunha, de que fala, não doou a terra do campo de futebol, mas a ofereceu para que a comunidade ali construísse na terra. Este campo de futebol depois veio a ser loteado e se transformou nos lotes residenciais que o Genésio citou e onde hoje está construída a quadra de esportes, em piso de concreto, cercada de arquibancadas e tela. O trabalho de construção do campo foi realizado com serviço braçal, em mutirão, utilizando machado, foice e enxadão para arrancar os tocos de árvores, aplinar o terreno e plantar a grama. Ao campo de futebol, veio juntar-se no local o primeiro comércio, como relata:

Tinha esse senhor que morava no Pé de Galinha, o popular João Gato e Dona Delícia (...) ele vendeu o sítio lá no Pé de Galinha e veio. A Dona Delícia foi e colocou um boteco, cercado de murumbu, (...) o comércio dela era ali onde que é o comércio do Zé da Santa, em frente ao Zezinho. Não, o Zezinho é aqui! Oh! Esquecido. De frente ao Zé da Santa ela tinha o barraco para o boteco ³⁹⁸.

Dona Delícia e seu João Gato eram *posseiros*, donos de um lote, no local conhecido como Pé de Galinha, onde a estrada se partia em três direções. Venderam a posse para iniciar o comércio de secos e molhados na nova vila que depois se chamaria de Máquina Queimada. Em seguida, Genésio contou que se estabeleceu a primeira máquina para beneficiar arroz, porque o povo já havia colhido no segundo ano da liberação da área e limpava no pilão ou levava no ônibus até as máquinas de Pontes e Lacerda, com grandes sacrifícios. Eis como o relatou:

³⁹⁷ Entrevista com Genésio de Oliveira, em agosto de 2001.

³⁹⁸ Idem, entrevista com Genésio de Oliveira.

Veio um senhor do Sul do Mato Grosso, o José Antônio.(...) Aí ele falou - vamos colocar uma máquina de arroz aqui. Olhou um pedaço [de terreno] do outro confrontante com essa máquina. Disse – Eu gostei!... Aí comprou e localizou a máquina do arroz, colocou, ali. Isso ai já foi no segundo ano, já tinha arroz, uma coisa produzida ali e tinha outro pouco que veio trazido. Veio trazendo um aí, outro ali³⁹⁹.

Assim, sem haver um loteamento prévio, à medida que foram chegando pessoas com alguns recursos e vendo o tipo de necessidades que a população da gleba foi demandando procuravam negociar e comprar terrenos menores, desmembrados dos lotes rurais confrontantes com as estradas que se cruzavam no local, formando um cruzeiro. Nasceu o campo de futebol, surgiu o boteco, construiu a máquina de arroz e fizeram as primeiras celebrações religiosas, que mobilizaram os sítiantes que eram católicos a construírem, em mutirão, um barraco de madeira coberto de palha para o culto, as missas e festas. Plantaram, próximo ao cruzamento das estradas, uma grande cruz de madeira no chão, o símbolo da cristandade. O tempo foi passando e o lugar foi recebendo mais gente, quando aconteceu um acidente que, conforme a maioria dos relatos, teria originado o nome do lugar:

Aí mais uns dias, houve um problema entre o Zé Antônio, mais o cara de quem comprou a terra.(...) O problema é que o cara pôs fogo na máquina de arroz dele (...) O que pôs fogo estava errado. E todo mundo ficou na pior, na mão, não podia acontecer isso. Bom, é daí onde veio o nome de Máquina Queimada, porque queimou a máquina de benefício. Foram me avisar.(...) ainda alcancei as tabuinhas caindo, as tábuas acabando de vez. O resto só estava o ferro. O homem só ficou com a roupa do corpo, o Zé Antônio. Ele hoje mora no Sul do Mato Grosso.(...) Queimou a roupa dele, do companheiro dele, da mulher do companheiro dele.(...) Bom é onde pegou o nome de Máquina Queimada, começou por aí⁴⁰⁰.

Além dessa, encontramos pelo menos mais duas outras versões sobre a máquina que queimou e originou o nome do lugar. Um relato conta que a máquina pegou fogo por acidente, quando todos os da casa estavam trabalhando na lavoura, pois também teriam roça na terra de terceiros. Quando chegaram em casa estava tudo em cinzas, ficando sem nada, só com a roupa do corpo. Uma terceira história da máquina queimada atribui a

³⁹⁹ Entrevista com Genésio de Oliveira, em agosto de 2001.

⁴⁰⁰ Entrevista com Genésio de Oliveira, em agosto de 2001.

responsabilidade ao próprio dono, que tendo pouco rendimento resolvera fazer um seguro e teria ateado fogo no barraco simulando um acidente, para receber a indenização em dinheiro.

Em todas as versões, o nome do lugar se origina do fato da máquina ter queimado no local. As três histórias foram ouvidas de pessoas diferentes, mas existe um aspecto não esclarecido, porque as versões se contradizem. Parece-nos que todas jogam com a idéia do acidente ter acontecido de fato ou ter sido simulado. Não entramos em mais detalhes deste acontecimento tão marcante e significativo para aquela comunidade que deu nome ao lugar. O fato é que hoje existe a vila da Máquina Queimada ou Boa Esperança e a história se parece muito com uma etiologia bíblica, onde se explica um fenômeno natural ou humano concreto observado, contando-se uma história que contenha um ensinamento moral. Moraes Ferreira (2001) fala dos lugares da memória e lembramos este acontecimento e o nome da vila como um dos lugares da memória daquela comunidade.

A localidade rural, aos poucos, foi formando o seu núcleo urbano, a Máquina Queimada, à medida que foram se agregando novas casas residenciais, comércios, igrejas, escola, e depois quadra esportiva, posto de saúde, linha telefônica, e outros serviços:

Aí foi chegando um, chegando outro, colocou mais um boteco, outro colocou outro e foi crescendo. E aqui ficou a comunidade da Máquina Queimada. Entraram os caminhões de madeira, abriam essas estradas aí do Pé de Galinha até aqui e daqui para o Guaporé. A prefeitura abriu essa estrada no Guaporé. O finado João Bispo tirou essa picada aqui ó, aqui no meio dessa estrada para sair na outra que vai para Lacerda. O João Bispo abriu a picada, com mais uns outros, mas ele era o cabeça. Aqui havia a máquina de esteira da prefeitura e abriram⁴⁰¹.

Abrindo estradas, produzindo, comercializando, praticando a cooperação, esportes, religião e serviços diversos, consolidou-se a gleba e a vila da Máquina Queimada que, nos tempos passados, já teve um comércio expressivo de cereais, algodão, bananas, além de secos e molhados, bares e lanchonetes. Muitos comerciantes faliram com a crise da agricultura ou se mudaram para outros lugares abandonando a vila e a gleba.

Depois outro pequenos núcleos rurais se formaram em torno de escolas, campos de futebol, associações, igrejas, onde os ex-posseiros, agora, parceleiros se encontravam. O

⁴⁰¹ Entrevista com Genésio de Oliveira, em agosto de 2001.

capítulo que segue apresenta o cotidiano desses que conquistaram seu lote e continuaram a luta pela sobrevivência diária no meio rural ou urbano.



Foto 14: Alunos e professoras de uma das primeiras Escolas da gleba São Domingos na Máquina Queimada – Fonte – Profa. Meire.



Foto 15 : Pé de Café com Carga de produção boa
Fonte: Zezo

CAPÍTULO 05

05 - O COTIDIANO DA LUTA E DA VIDA DOS POSSEIROS

Neste capítulo, descrevem-se algumas situações da vida diária dos *posseiros*, na gleba São Domingos desde o período da ocupação, porém o texto, atem-se mais em apresentar aspectos do cotidiano, após a desapropriação e liberação da área, momento em que passou ao domínio legal do INCRA e se processou a regularização fundiária.

Destaca-se a transição das práticas que construíram a identidade dos *posseiros* ao fazerem a posse e as da produção dos *parceiros*⁴⁰². Neste processo de enquadramento estatal que, muitas vezes, significou a atribuição e construção de uma nova identidade, destacaram-se as experiências da cooperação agrícola, da construção das estradas, da comercialização, do associativismo, da educação escolar, da vida religiosa, das relações sociais nos esportes e lazer e das relações de poder políticas entre os *posseiros*. O *posseiro* que, durante o período da ocupação e dos confrontos, trabalhava a terra para tirar o sustento da família e documentar a posse efetiva de um lote, ao ter reconhecido pelo Estado e a lei o direito de proprietário com que tanto sonhava, passa a enfrentar novos desafios para sobreviver e melhorar as condições de vida da família.

1. As práticas de produção do posseiro

A situação da área que se denominaria gleba São Domingos, após a chegada dos primeiros posseiros, era muito parecida com a de outras ocupadas no Vale do Guaporé, que também se transformaram em glebas de pequenos produtores, nas décadas de 1970-90. Esta situação inicial de produção foi apresentada como um conjunto de atividades que se desenvolviam ao longo do ano agrícola. *Instalados em suas posses, dão início ao processo de produção: plantar, carpir, colher...Parte é destinada ao sustento familiar e parte para a comercialização* (Calório: 1991, p. 11).

⁴⁰² Em todas as áreas ocupadas pelos posseiros onde o INCRA realizou a regularização fundiária, os ocupantes dos lotes regularizados passam a ser denominados *parceiros*, porque se considera que mudou a situação dominial do lote, ou seja, deixaram de ser posseiros para se tornarem proprietários de terra. O enquadramento do INCRA transforma a identidade do posseiro em proprietário legal, que gera obrigações e tributação e torna a terra mercadoria legalmente comercializável.

No momento da ocupação de São Domingos entre 1979-83, quatro proprietários tinham títulos de terras na área que foi ocupada e, depois, desapropriada pelo INCRA. Um dos títulos pertencia a José Rezende da Silva (Zeca Rezende), que é o nome mais citado nos depoimentos orais porque ele comandava e gerenciava os negócios de outros dois Sidiney Martins da Silva e João Assumpção Rezende, que juntos haviam adquirido as terras do título de 5.513 ha expedido pelo Estado a Jorge Meyer. O outro grande proprietário de terras era Joaquim Goulart, que comprara nove títulos de proprietários que haviam comprado do Estado, constituindo um latifúndio de 29.028 ha., em área contínua. No processo de desapropriação da gleba São Domingos foram incluídas as terras dos três primeiros e parte das do Joaquim Goulart, totalizando 27.312 ha.⁴⁰³.

Porém, a ocupação havia atingido também uma parte das terras do título que o Estado havia vendido a Paulo de Alcântara Pereira, que a vendeu. Depois, esta área de propriedade de Bráulio Menezes e Mário Pércio Campana passou a constituir a Fazenda Palmar revendida em quatro lotes menores permanecendo uma área remanescente, já ocupada por posseiros, ao longo da Gleba São Domingos. Esta pequena faixa foi denominada pelo INCRA de gleba São Domingos II, e se constituiu num segundo processo de desapropriação e regularização ainda em andamento⁴⁰⁴, como já analisamos no capítulo anterior.

Uma terceira área da fazenda denominada Aerorrancho, também de propriedade de Joaquim Goulart, veio somar-se as duas anteriores, num terceiro processo de desapropriação para a regularização, ainda não concluído⁴⁰⁵.

Cada uma destas áreas, inicialmente, se apresentava coberta de mata densa, recortada ou delimitada por diversos pequenos cursos de água, córregos e rios como o Irara ou São Domingos e seus afluentes como o Sardinha e o Abandonado, além do Farofa ou Lavrinha formado pelo Estiva e Onça, havia ainda cursos de água menores, todos desaguando no Guaporé⁴⁰⁶. O relevo apresenta elevações não muito significativas no terreno formando pequenos morros e planícies. O solo apresentava características de fertilidade natural de média a alta, com estrutura física bem drenada⁴⁰⁷.

⁴⁰³Cf. processo 431/82-INCRA/MT.

⁴⁰⁴ Processo 455/85-INCRA/MT.

⁴⁰⁵ Processo 01/86-INCRA/MT.

⁴⁰⁶Cf. processo 431/82-INCRA/MT, fl. 20-22.

⁴⁰⁷ Idem, fl. 20.

Joaquim Goulart tinha comprado as terras em mata de vários proprietários para extrair a madeira nas décadas de 1970-80 e mais tarde começou a investir na agropecuária⁴⁰⁸. Zeca Rezende e seus dois sócios compraram em 1972 um título emitido em 1964 e parece que iniciaram a ocupação e exploração desta área, denominada Fazenda São Jorge, no ano de 1977 para 78. Porém, até 1980, segundo os depoimentos dos *posseiros*, estava desmatada somente uma área de 100 alqueires de um total de 5.513 ha., para formar a sede da fazenda e iniciar a criação de gado bovino⁴⁰⁹. Os documentos produzidos pelos técnicos do INCRA em 1983, na verificação no local das benfeitorias a desapropriar, constataram e registraram que não havia nenhuma construção e nem área desmatada, produzindo por iniciativa dos proprietários⁴¹⁰. A produção e as benfeitorias que existiam na área foram realizadas pelos posseiros. A terra a ser desapropriada foi considerada totalmente improdutiva, nas mãos dos proprietários. Isto justificava o processo de desapropriação por interesse social⁴¹¹.

A ocupação da área de São Domingos realizou-se lentamente, tendo iniciado no ano de 1979, como já foi registrado no primeiro capítulo, seguindo nos anos de 1980, 81, 82, e 83. Aconteceram sucessivas entradas dos posseiros, despejos, retornos, novos despejos com episódios de confrontos com os funcionários das fazendas e a polícia, como se indicou no capítulo segundo⁴¹².

A constituição das posses passava pela demarcação dos lotes, abrindo as picadas, implantando os marcos de madeira como divisores de parcelas, desmatando uma pequena área para a construção do barraco para a moradia e o plantio de horta, pomar ou quintal e as primeiras lavouras⁴¹³. Utilizamos principalmente os depoimentos orais para mostrarmos estas práticas no tempo dos conflitos e posterior a eles. Fragmentos do relato de Genésio de Oliveira que se seguem, permitem anotar alguns aspectos destas práticas iniciais dos posseiros:

Os posseiros só entravam com seus instrumentos de trabalho (...) Uns ficavam trabalhando e outros vigiando (...). Todos eram unidos de turma, tudo unido.(...) vigiavam só as entradas e saídas das picadas. Se aparecesse qualquer coisa, já vinham cá, avisar. Pra

⁴⁰⁸ Idem, fl. 21.

⁴⁰⁹ Cf. entrevista com João Vieira, em julho de 2000, afirma que eram 7.500 alqueires paulistas, mas no processo 431/82-INCRA/MT, fl. 02, constata-se que eram apenas 5.513 ha..

⁴¹⁰ Cf. processo 431/82-INCRA/MT, fl. 20, 23 e 27.

⁴¹¹ Idem, fl. 02.

⁴¹² Idem, fl. 23, 66-70, e conforme vários relatos de entrevistados.

⁴¹³ Entrevistas com Tonho Toca, em julho de 2000 e Lourenço Nunes, em agosto de 2001.

entrar ali era um problema⁴¹⁴.

Transmite a idéia de que os posseiros ocupavam levando consigo somente seus instrumentos de trabalho, mas já se viu outros trabalhadores testemunhando que os posseiros entravam nas áreas de posses carregando espingardas e armados de revólveres e pistolas, para enfrentarem os funcionários da fazenda que poderiam atacá-los⁴¹⁵.

Entravam também com seus instrumentos de trabalho, mas não só, como afirmou o Genésio. Aliás, ele entrou depois que o conflito já estava concluído e o seu depoimento recorda muito, o que ouviu falar dos que viveram aqueles momentos do conflito. Chama-se atenção para a atitude dos posseiros, anotada neste depoimento. Eles garantiam a sua presença e trabalho na área, mediante a organização de um sistema de vigilância e de segurança. Isto também foi constatado nas investigações de Castro Oliveira (1991) e Leite (1993), na gleba Mirassolzinho, e por Moura (1994) na gleba Canaã, em Lambari D'Oeste. Revezavam-se, ao que parece, na execução de tarefas. Enquanto uns trabalhavam nas derrubadas, nas construções de barracos, na coivara ou no plantio, outros cuidavam as entradas e saídas das picadas. Vigiando, controlavam todo o movimento nas picadas. Ocorrendo qualquer situação estranha, os vigias comunicavam aos que estavam trabalhando para que se refugiassem em locais seguros ou ficassem na espera (Castro Oliveira: 1991). Esta situação, segundo depoimentos, exigiu dos *posseiros* algumas medidas de segurança bastante rígidas. A impressão que alguns relatos passam é que se tratava de uma estratégia militar como os disfarces no andar de costas para confundir o inimigo (Castro Oliveira: 1991 e Manoel do Prado: 2002). As lideranças responsáveis por estas medidas, como já se referia o Manoel Prado no seu relato, podiam repreender duramente os que infringissem tais normas ditadas pela sua prática.

Noutros casos, o medo engendrou relatos de histórias cômicas e de cenas que teriam vivido alguns *posseiros* e do medo cotidiano, durante o tempo do confronto. Uma destas, foi a história contada pelo Manoel do Prado, a respeito do dia em que estavam tranqüilamente sentados no chão, lavando vasilhas da cozinha à beira do córrego S. Domingos. A polícia chegou por trás e deu voz de prisão, engatilhando as armas e apontando-as na direção deles, prontas para o disparo:

⁴¹⁴ Entrevista com Genésio de Oliveira, em agosto de 2001.

⁴¹⁵ Entrevista com Tonho Toca, em julho de 2000.

Eu sei que a gente estava de costas e de cócoras lavando os trem, quando fez a rajada, rajada não, mexeu as armas preparando o tiro e gritando: alto! Ah! mas foi na hora. Ave Maria! Deus me livre! A gente quase morreu do coração. Medo a gente tinha sempre⁴¹⁶.

Ele contou este acontecimento rindo e lembrando que só não defecou, porque não estava preparado. Este fato nos mostra a situação de medo de serem presos ou mortos em que viviam. Outra história relatada por Gilson, que ainda era solteiro quando seu pai entrou com a família em São Domingos, como *posseiro*. Contou a seguinte história de medo e valentia dos *posseiros*, fugindo dos pistoleiros e da polícia. Ele ria ao contar a anedota sobre um primo apelidado de Vaquinha:

Certa vez, num sábado à tarde, nós estávamos indo para casa em Pontes e Lacerda para passar o fim de semana, porque era costume vir na segunda de manhã e aos sábados voltar de São Domingos. Naquele dia, chegamos perto da rodovia que estava asfaltando, no boteco do português, que ficava na entrada do São Domingos. Esperando ônibus ou uma carona, deixamos nossas bicicletas no mato para segunda feira retornarmos. Daí a pouco passou um caminhão basculante, daqueles de carregar terra da firma que trabalhava na terraplanagem da rodovia em construção, e o motorista já era meu conhecido porque juntos jogávamos futebol, de vez em quando. Quando nos viu, gritou: - Olha, está vindo o avião das nove - e seguiu. Era uma senha para dizer que a polícia estava chegando. Curioso para ver se era trote ou não, subi no aterro da estrada uns vinte metros à frente e não é que era verdade! O carro da polícia onde estava escrito “avião das nove”, estava chegando há poucos metros. Só deu tempo para voltar correndo e avisar os irmãos, o pai e o primo Vaquinha, que, neste dia, estava trazendo dentro de um saco a sua espingarda e tinha fama de corajoso. No desespero só deu tempo de nós, eu e meu pai, nos escondermos atrás de umas pedras que havia ali próximo. O Vaquinha saiu correndo pelo mato, quebrando galhos e arrebrandando cipós, fazendo um barulhão danado, na disparada para conseguir esconder a arma. Levou mais de três horas para reaparecer e nos encontrar na Aidê [ponto de ônibus na beira da BR], para seguir até Lacerda [seguem risos intensos como se fosse uma piada]⁴¹⁷.

O relato situa a rotina semanal dos *posseiros* de São Domingos. Nos finais de semana, muitos vinham para a cidade onde tinham a família ou parentes e principalmente os jovens buscavam o lazer no esporte, bailes ou outros entretenimentos. Percorriam os quase

⁴¹⁶ Entrevista com Manoel do Prado, em novembro de 2002.

⁴¹⁷ Entrevista com Gilson Francisco da Silva, em novembro de 2002, presidente da FETAGRI-MT.

30 Km. da área ocupada até a cidade de ônibus ou de carona, também em bicicletas ou a pé. Carregavam no *cacaio* suas roupas, mantimentos, munição, armas e outras utilidades. A prática de ir e vir para as glebas ocupadas era comum e foi encontrada em Mirassolzinho por Castro Oliveira (1991) e Leite (1993) e na Canaã, por Moura (1994). Andavam em pequenos grupos e o episódio mostra que os *posseiros* mantinham relações de amizade com outros trabalhadores, entre eles o motorista do caminhão da construtora da rodovia.

O medo fazia parte do cotidiano dos *posseiros*, em São Domingos e se fez presente em todas as glebas onde se buscou entrevistar antigos posseiros. As ameaças eram reais e constantes; os perigos eram muitos, pois além dos pistoleiros, havia a polícia, as onças e as cobras da mata.

As histórias poderiam se multiplicar, mas basta registrar que o medo era uma experiência muito próxima, diária e vinha de diversos lados. Ele tomava conta dos dias e das noites de muitos *posseiros* que não agüentavam permanecer muito tempo na área em conflito. Boatos sobre a presença da polícia levaram muitos a dispararem para dentro da mata. Muitas fugas, para escapar dos pistoleiros, levaram outros *posseiros* a andarem vários dias dentro da floresta, sem rumo⁴¹⁸.

A área era toda coberta de floresta densa, como já afirmamos, e a mata para os camponeses sempre foi um ambiente hostil, povoado de perigos, mesmo que fictícios ou imaginários. Mas também se tornava o símbolo de um espaço onde eles faziam a lei e controlavam o movimento (Relato do Lourenço Nunes: 2001). Castro Oliveira (1991) chega a opor o mato e a rua como duas realidades distintas no imaginário e onde o poder era exercido por distintos grupos sociais. Genésio chegou em São Domingos depois de maio de 1983 e ainda encontrou a mata como ele contou:

Ainda não tinha quase nada aberto quando cheguei. Aqui era mata pura, não tinha nada.

Aqui na Máquina Queimada não tinha nada. Era lacrado. Tinha vez que se fechava o olho, assim oh! e você estava no meio da mata fechada. É, não tinha nada não⁴¹⁹.

Apesar do medo a luta continuava. Vencer o medo era fundamental para sustentar a luta. Entrar na mata podia significar o ingresso num espaço seguro e controlado pelos ocupantes. Na mata era difícil para a polícia e os jagunços pegá-los, pois a conheciam e nela

⁴¹⁸ Entrevista com Manoel do Prado, em novembro de 2002.

⁴¹⁹ Entrevista com Genésio de Oliveira, em agosto de 2001.

se escondiam. Muitas vezes, depois de passados os episódios mais constrangedores, provenientes do medo, se transformavam em assunto de piadas, de risos e de comentários, como os acima citados. No dia a dia houve muitos problemas, dificuldades e necessidades enfrentadas com a *cara e a coragem*, somente superadas pela esperança e pelo desejo de chegar à terra própria, que animava como santa promessa e seduzia como um canto de sereia:

Lutamos com a maior dificuldade, carregando tralha nas costas, enfrentando barreiras. No caminho, quando passava algum carro pela gente que vinha com o saco nas costas, a gente pedia pelo amor de Deus: - leva até tal ponto – assim, assim. Mas, se for pra outro rumo, deixa lá, que quando nós chegarmos, nós tornamos a pegar e a pôr nas costas. Marchando a pé, nós entramos nessa luta direto, até chegar ao ponto que está. Hoje nós temos muitas coisas para contar. Então, naquela época ainda não existia a Máquina Queimada. Aqui não havia nada, só era mato e a estrada era só uma picada. Havia um pouco de estrada outro pouco ainda era picada⁴²⁰.

Genésio relatou as dificuldades enfrentadas após a liberação da área, como a falta de estradas, carregando pesadas cargas às costas marchando a pé por longos trechos pela mata, pedindo carona para a carga e não para si mesmos. Só existia a floresta e nada mais. A comunidade da Máquina Queimada nem existia na época que a maioria dos posseiros entrou na área. Lembra ainda que, as estradas eram apenas picadas quando as havia, eram poucas dentro da gleba e de difícil trânsito:

Aqui tinha estrada do asfalto para cá no Pé de Galinha. Agora, para entrar aqui pra baixo, pro Guaporé, Tampa do Jamel e Santa Luzia era só picada.(...) Então, até aqui tinha estrada, isto é, até uma certa altura, mas para chegar em São Domingos e na Máquina Queimada, tinha que enfrentar uma picada que saía da outra estrada de lá, (...) aquela estrada que chegava do asfalto já estava aberta⁴²¹.

Quando ele chegou parece que já havia a estrada que saía do asfalto e ligava o que viria a ser conhecido como Máquina Queimada e São Domingos, pois o Boca Rica contou que já entrara de caminhão para carregar posseiros e cereais colhidos no lote do João Bispo, situado próximo do local onde se criaria a vila da Máquina Queimada. Chegando em 1983,

⁴²⁰ Idem, Genésio 2001.

⁴²¹ Idem, Genésio 2001.

Genésio comprou um lote do Baiano do Rato, um dos líderes da ocupação, coisa que parece ter sido comum nas áreas em conflito e após sua liberação, como ele relata:

Vim de Figueirópolis para cá. Cheguei aqui, comprei uma área de aproximadamente 10 alqueires, porque nós trabalhávamos pros outros nas roças, nas terras dos outros. Trabalhando pra um e outro, plantando arroz, feijão e milho, na base da renda. Tínhamos uns lotes lá em Figueirópolis, que nós vendemos. Chegamos aqui e compramos essa área. Compramos e ficamos sem nada de recursos. Para encurtar a conversa, acabei de pagar trabalhando para outros, fazendo roçada. Era difícil, pois nós trabalhávamos uma semana pra um e uma semana pra mim. Assim, fui abrindo as lavouras, plantando arroz, feijão e milho. Depois, vieram as frutas e aí veio devagar⁴²².

Genésio lembrou que muitos dos *posseiros* ou compradores de posses de São Domingos já foram proprietários em outros lugares, às vezes, de áreas muito pequenas que não ofereciam condições para criar suas famílias ou expandir os seus negócios de produção. Isto acontecia em todo o Vale do Guaporé. Encontravam nas áreas de conflitos de posses um espaço e um mercado de terras mais acessível à sua capacidade financeira, possibilitando a realização do desejo de melhorarem as condições de vida de suas famílias.



Foto 16 : O cavalo como meio de transporte e para o manejo do gado que veio substituir a agricultura – Fonte: Genésio

⁴²² Idem, Genésio 2001.

Era difícil sobreviver como peões ou como arrendatários, mas também era impossível viver num espaço muito reduzido e limitado de uma pequena propriedade de terra. Desejavam e queriam ampliar suas posses para vislumbrarem possibilidades de vida mais digna. O caminho mais simples e mais corriqueiro, naquele tempo na região, era a compra de um lote num *grilo*, como já dizia o Tonho Toca ou como se referem os trabalhadores depoentes, em sua maioria, ao falarem das áreas de posses.

Conseguindo um lote de terras numa área nova em mata a ser desbravada, não terminavam os problemas como muitos dos sem terra ou dos pequenos proprietários imaginavam. Isto também está indicado nos estudos de áreas ocupadas por *posseiros* no período (Calório: 1991; Castro Oliveira: 1991; Leite: 1993; Moura: 1994).

2. As práticas de produção do parceleiro

Às dificuldades de acesso ao lote por falta de estradas e carregar as cargas nas costas, faltavam recursos para permanecer e iniciar o trabalho de consolidação da posse. A presença da mulher e dos filhos mudavam o ritmo de vida dos *posseiros*, mas nem por isso era mais fácil, pois havia muitos outros problemas a serem superados pelas famílias.

A consolidação dos *posseiros* nas glebas como São Domingos, após a liberação da terra, dependia de uma série de elementos, entre os quais se destacam o transporte e o acesso a recursos em casos de doenças na família, conforme relatos: *Na época, se alguém da família ficava doente eu saía daqui até o asfalto a pé, para pegar um carro para ir atrás de um recurso, de um remédio pra mim, pro meu filho, pra mulher já comigo. Ia a pé e era difícil mesmo*⁴²³. A doença era uma das maiores dificuldades e um dos fatores que mais causava medo e insegurança nos parceleiros, já que faltavam os meios de transporte e as estradas ou picadas se achavam em condições precárias para encontrar socorro rápido.

Esta situação somente mudou depois que se abriram as primeiras estradas, que possibilitavam o trânsito de veículos automotores. Por isso, apesar da empresa de ônibus Transjaó não ser regular e diária, começou a circular na gleba oferecendo, a partir de 1984,

⁴²³ Idem, Genésio 2001.

uma possibilidade de sair da gleba e ir atrás de médico, hospital ou de remédios, conforme o depoente:

Um espaço de tempo depois, a Transjaó foi entrando. Tinha dia que tinha ônibus, mas havia dia que não. Você tinha que sair cedo daqui, passando aqui por dentro, para ir lá pro Pé de Galinha, pra pegar ônibus para o Lacerda [cidade de Pontes e Lacerda]. E, assim, nós fomos nessa luta⁴²⁴.

As dificuldades com as distâncias sem estradas na gleba continuavam mesmo com o ônibus entrando e circulando alguns dias da semana. Construindo estradas, regularizando o transporte coletivo com o ônibus ou com as caronas dos madeireiros, comerciantes ou outros proprietários de veículos, aos poucos a população foi se estabelecendo na gleba São Domingos. Já não se tratava somente de uma população de homens, como no *tempo do grilo*. Foram chegando famílias inteiras: mulher, filhos jovens, crianças e velhos. Castro Oliveira (1991), pesquisando o caso da gleba Mirassolzinho, diz que os *posseiros* levaram suas famílias para as posses já no tempo dos confrontos. Nos depoimentos orais e na documentação escrita analisada há poucos indícios de que esta prática fosse comum no Vale do Guaporé, mas no caso de São Domingos tornou-se corriqueira, no final do período dos confrontos em 1983.

2.1. Uma nova vida

A vida cotidiana dos posseiros estava centrada no trabalho dos lotes, como unidades de produção familiar e de consumo (Calório: 1991). Este foi o tempo para se iniciar a construção de casas, substituindo os barracos provisórios e precários iniciais, ampliar as lavouras, plantar hortas e pomares, construir cercas para prender o gado leiteiro ou de tração e fazer outras instalações para a segurança e o conforto da família no lote e ampliar a produção. O isolamento das famílias, nos sítios⁴²⁵, nunca existiu de fato, pois desde a ocupação o processo foi coletivo e deu origem a uma vida social em agrupamentos de vizinhança, nas comunidades rurais e pequenos núcleos na medida que se criaram os espaços

⁴²⁴ Idem, Genésio 2001.

⁴²⁵ *Sítio* é a denominação comum, no Vale do Guaporé, para um pequeno lote de terra propriedade de uma família de trabalhadores rurais que o tornou lugar de residência e de trabalho, como uma unidade de produção e consumo familiar. A ele o INCRA designa *parcela* ou *estabelecimento agrícola*.

públicos como as vilas, as igrejas, as escolas, as associações, os campos de futebol, os botecos do comércio local de secos e molhados, tecidos ou de compra de cereais e as máquinas para beneficiar o arroz (Castro Oliveira: 1991; Leite: 1993). Moura (1994) acentuou que este processo de nucleação e dinâmica comunitária se consolidou na gleba Canaã em função dos primeiros conflitos em 1982, quando os *posseiros* realizavam reuniões e assembléias quase semanais nos locais próximos da moradia, para depois reunirem representantes de toda a gleba. Este caso parece excepcional em glebas ocupadas e em conflito no sudoeste de MT, por causa da sistemática atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e das CEBs - Comunidades Eclesiais de Base da igreja Católica.

Rompeu-se, aos poucos, a dinâmica da vida com medo, do tempo dos confrontos, para experimentar-se um tipo de vida social mais livre e dinâmica, e, ao mesmo tempo, mais tranqüila e segura. Superou-se, em grande parte, o medo da repressão e da morte, mas novos conflitos entre posseiros de lotes vizinhos se manifestavam como indícios de novos tempos.

2.1.1. O comércio e as vilas

Fazia parte da nova dinâmica social o surgimento da vida urbana, com a construção de duas vilas na gleba São Domingos, que nasceram com o estabelecimento de vários serviços locais, principalmente o comércio diversificado, como relatou Genésio:

Com o tempo foi construindo na Máquina Queimada um botequim pequeno. Era da dona Delícia, que já não é mais moradora daqui. O marido dela tinha o apelido de João Gato. Eles eram antigos aqui, só que hoje moram em Lacerda. Outros que também são antigos aqui: o João, um paranaense; tem o Léro; tem o Antônio que morou uns tempos aqui e se afastou, mas agora voltou e tem o bar aí. Ele é um dos lutadores antigos aqui dentro, pois ele entrou no início. Só que depois teve que sair para Lacerda e esteve em outros lugares⁴²⁶.

O surgimento do que ficou conhecido como vila da Máquina Queimada parece indicar a dinâmica da vida num novo tempo. A chegada de pessoas que construía suas moradias e o estabelecimento do pequeno comércio demarcava diferenças imediatas entre a área rural com as atividades agrícolas e o embrião do futuro espaço urbanizado que se

⁴²⁶ Idem, Genésio 2001.

configurava com novos serviços como o comércio de secos e molhados, cereais e máquina de beneficiar arroz. O mesmo parece que ocorreu com a Vila de São Domingos, que foi constituída no processo de regularização fundiária e logo atraiu vários comerciantes, conforme conta a professora Elzira B. Bezerra:

Olha, quando eu cheguei em 1985, já tinha uns comércios de secos e molhados em São Domingos. Tinha, não estou bem lembrada, tinha dois apenas. Os nomes dos primeiros comerciantes não lembro, mas eram bem pouquinhos. Quase junto conosco, depois chegou seu Silvio e montou um comerciozinho. O finado seu Pedro, que morreu, este depois também colocou um comércio. A história desse senhor, que fez um prediozinho grande, não um prédio, assim, com a estrutura de material, mas de tábuas. Inclusive a gente pensou, quando ele pôs o comércio: - nossa! agora vai ter um comércio grande nesse lugar. E tinha até bem abastecido, mas depois foi acabando, foi acabando. Coitadinho, acabou em nada, porque as pessoas sem dinheiro, eles foram vendendo fiado. O lugar pequeno, pra chegar ali o produto ele tinha que chegar mais caro. As pessoas iam, acho que pra Lacerda ou pra Jauru e faziam suas compras lá. Então, o comércio ali ficou assim pouco valorizado. E foi indo. Inclusive depois teve uma época que tinha bastante comércio, tanto de secos e molhados, como qualquer loja. Tinha lojinha até razoável para o tamanho da cidade. Estava bem equilibrado o comércio, mas depois, além de tudo, as pessoas mais passaram pra pecuária e então vendia o leite ou para Jauru ou para Pontes e Lacerda. Recebiam e iam fazer suas compras ou em Jauru ou em Pontes e Lacerda. Aí o comércio local ficava desvalorizado. Foi onde que deu muita quebra nesse setor⁴²⁷.

O comércio, no entanto, depende de consumidores que comprem os produtos. Muitos comerciantes faliram e fecharam as portas com o tempo ou porque na sua especialidade não havia consumidores ou as vendas eram insuficientes para se manterem. Sempre houve poucos comerciantes que comprassem e revendessem os produtos agrícolas por mais importante que esta atividade fosse na gleba. A pecuarização, indicada por vários relatos e estudos acadêmicos como Leite (1993), ao mesmo tempo que é fruto de um mercado, também provoca um rearranjo no mercado e no espaço territorial das glebas, mudando a produção e a densidade demográfica por causa da redução da mão de obra ocupada.

A liberação da área, após o conflito, não significou, que toda a população atraída para a gleba São Domingos se estabilizasse. Um permanente processo de ir e vir de pessoas

⁴²⁷ Entrevista com professora Elzira Bernardina Bezerra, em agosto de 2001.

aconteceu ao longo dos anos e esta mobilidade social continua até os dias atuais. Porém, hoje partem mais do que chegam por causa da reconcentração das terras que vem ocorrendo. Naquela época, o fluxo de pessoas que chegavam em busca de trabalho e de melhoria de vida era grande em toda gleba. Conforme o relato abaixo elas vinham todas sem recursos e capital para estabelecerem algum negócio rural ou urbano que abrisse empregos e gerasse renda, por isso muitos partiam:

Aqui saiu gente dos sítios, mas da vila também saiu, porque muita gente veio naquele sentido, eu acho, de conseguir um pedaço de terra ou conseguir um trabalho, uma coisa ali para fazer. E aqui não tinha tanto para oferecer, também por ser apenas um distrito, naquela época. A vila foi formada por meio de pessoas mais rurais. Então, eu acredito que não há nenhuma cidade, quando só uma pessoa tem mais recursos, como se diz e quando as pessoas são mais ou menos tudo iguais. Todas procurando trabalho, estão ansiosas por uma melhora. Uma coisa assim era a vila, meio só de gente que não possuía tanto recurso. Então eu acho que foi difícil e por isso houve essa volta. (...) As pessoas que chegaram traziam o básico mesmo, as ferramentas de trabalho. Naquela época, ninguém chegava com o poder de trazer máquinas ou coisas que poderiam evoluir. Esses não apareciam ali. Nessa época, quando cheguei, ali as pessoas eram, mais ou menos, todas iguais. Não tinha, assim para dizer, uma pessoa melhor de vida que a outra. Todas eram pessoas que estavam buscando um meio de melhorar de vida, para trabalhar⁴²⁸.

A cidade parece que, no imaginário da professora Elzira, é o lugar onde as pessoas têm diferentes condições de recursos, possibilitando iniciativas para empregar gente que só tem a força de trabalho para vender. A desigualdade e a diferenciação social seriam necessárias para haver o desenvolvimento urbano, empresarial e capitalista. Sendo todos necessitados de terra ou de trabalho, não haveria quem pudesse oferecer oportunidades de emprego para usar o trabalho de tanta gente disponível. Sem isso não se faria a cidade. O comércio e a indústria dependiam do consumo, muito fraco num lugar de gente desesperada por terra ou trabalho, para se sustentar.

2.1.2. A agricultura

⁴²⁸ Idem, Elzira Be rnardina Bezerra, 2001.

As famílias de agricultores que ocupavam e produziam nos seus lotes abriam um espaço para novos serviços que, aos poucos, se constituíam. A agricultura parece que hegemonizou a economia com a produção para subsistência da população na gleba, no primeiro momento, após a liberação das terras, como indica o relato:

A primeira coisa que se fazia era a roça. Precisava derrubar o mato, plantar arroz, feijão, milho, em seguida já se plantava mandioca, batata e só depois, é que veio o projeto de plantar algodão e banana. Aí foi melhorando. Aqui teve uma época que produziu muita banana e algodão, por demais.(...) O café sempre foi cultura de alguns, aqui foram poucos que plantaram café. Só que, os poucos que plantaram e zelaram, até hoje estão colhendo café, os paranaenses como o Lero. Esqueço o nome dos outros vizinhos dele de lá, meu Deus, o Vitorino, seu Joaquim e os demais vizinhos. (...) Nossa região aqui é boa para produzir café. Plantando em lugar que não tem muito cascalho, local plano e que tem profundidade, ainda produz bastante café. Mas, a coisa é que tem que zelar senão não vira nada. Aqui produz muito café, só que os cafezais que tem são poucos e o pouco que tem o povo está acabando⁴²⁹.

A produção agrícola voltava-se à subsistência das famílias, mas podemos considerar que desde o início a maioria dos posseiros já visava a produção de excedentes para a venda no mercado. Um indício significativo apareceu no relato do Boca Rica, ao lembrar que desde o tempo do conflito ele havia transportado carga de arroz produzido na posse do João Bispo. Estes dados contradizem os indícios encontrados por Moura (1994) e por Leite (1993) que apontam uma fase inicial de produção para a subsistência centrada nas lavouras anuais e só depois teria surgido a produção para o mercado. Leite chega a falar sobre a existência de excedentes, mas não sobre uma produção de excedentes para a comercialização na fase dos confrontos.

Outros depoimentos também permitem afirmar que os “sem terra” que ocuparam a gleba São Domingos não visavam apenas a produção da sua subsistência como camponeses. Sendo a maioria deles migrantes, oriundos de zonas da produção agropecuária para o mercado capitalista, já estavam acostumados a esta condição e procuravam sua inserção para sustentarem o consumo.

⁴²⁹ Idem, Genésio 2001.

As primeiras lavouras, como lembrou o Genésio, eram de cereais como milho, arroz e feijão; hortaliças, legumes, abóboras e melancias, que serviam tanto para o consumo familiar como para a venda no mercado local. Estas culturas para o consumo e a venda eram comuns na estratégia de sobrevivência e resistência de quase todos os posseiros, no início da ocupação. Faziam lavouras anuais, porque produziam rapidamente num ciclo de três, quatro a seis meses, quando já apresentavam colheita. Eram as denominadas “lavouras brancas” que funcionavam como cultivos de suprimento alimentar para assegurar a continuidade da luta, mas não garantiam a posse. Elas tinham uma desvantagem em relação às culturas semi-perenes como o mamão, a banana, a mamona, a mandioca e outras cujo ciclo produtivo é mais prolongado, ou das culturas perenes como as plantas frutíferas dos pomares ou quintais e o café que eram preferidos não só pelo seu valor econômico, mas simbólico ou demonstrativo para assinalar a posse, podendo-se comprová-la com a sua existência no lote (Moura:1994).

Na gleba São Domingos, o costume de plantar café nos parece ser um indício de que muitos dos ocupantes eram originários de estados onde tiveram alguma passagem pelas terras do café como em Minas Gerais, São Paulo e Norte do Paraná. A cultura do café na Máquina Queimada se tornou importante para os que eram nomeados de paranaenses, mas também se encontra esta prática entre paulistas e outros do Nordeste, como os alagoanos da família do Aristeu Batista de França e de outras famílias, que tiveram a experiência de uma temporada no Paraná, onde aprenderam a lidar com esta cultura, significativa para eles.

Esta experiência lhes propiciou conhecimentos sobre as exigências do solo para cultivá-lo e sabiam escolher as variedades que mais se adaptavam ao clima e à altitude locais. Experimentaram o plantio do café das variedades: robusta, arábica, catuaí e conelon. Dentre todas as variedades de café experimentadas, a que mais se adaptou às condições do solo e do clima local foi a conelon. Plantavam-na, apesar da média de produtividade ser bastante baixa, mesmo nos anos em que as condições de umidade eram mais favoráveis. A maioria dos que plantavam café em São Domingos preferia esta variedade às outras por sua regularidade na produção. Ela sempre produzia um pouco. Não corriam o risco de não colherem nada, mesmo nas condições climáticas mais adversas. Este processo de adaptação de conhecimentos de manejo de culturas agrícolas no novo ecossistema pelos posseiros que vinham de outros lugares foi investigado e analisado por Calório (1991) que afirma tratar-se

de um aprendizado que impacta profundamente nas práticas agrícolas anteriores dos que migraram, por se construir no diálogo com as populações mais antigas no local e na experiência de fazer, errar e corrigir para acertar. Isto é, experimentando.

Os solos da gleba pareciam bastante adequados ao cultivo, porém havia outras restrições ao seu bom desenvolvimento e produtividade, como o clima seco no período da floração e a altitude local abaixo da recomendada pelas pesquisas em cultivos de café. O que era mais importante, porém, é que dominavam as técnicas de seu manejo desde a escolha de sementes, a produção das mudas, a implantação delas na lavoura, a condução das plantas com ou sem podas, o controle de doenças e pragas, a colheita, a secagem dos grãos, o descaroçamento, a torrefação e a moagem caseira para o café de seu consumo ou para a venda.

2.2 A cooperação agrícola

A memória de alguns depoentes registrou e eles relataram algumas práticas de cooperação agrícola, que poderíamos classificar como tipicamente camponesas (Kutsky: 1984), apesar da sua inserção profunda e direta no mercado, como lembra o relato:

Havia costume de fazer mutirão, todos unidos, naquela época. Todo mundo era unido. Um dizia: - vamos fazer isso?- os outros diziam: - Vamos! Assim alguém convidava: - vamos roçar a beira da estrada!? A gente agarrava as foices e a roçadeira e ia. Era para os ônibus passar, que o mato vai crescendo e vai destruindo a estrada. Então, o povo ia cortando tudinho e jogando pros lado⁴³⁰.

Ressaltamos dois aspectos deste fragmento do relato do Genésio: primeiro, ao relatar no presente, compara-o ao passado. Ao afirmar que *todos unidos, naquela época. Todo mundo era unido*, ele está dizendo que, no presente, ao contrário esta união foi rompida e não existe mais. Mostra como funciona o relato em relação à memória, constrói-se do presente para o passado. Segundo, ao relatar que os posseiros periodicamente se organizavam e faziam a estrada, roçavam as beiras de estrada em mutirão, ele nos dá um indício de uma outra concepção do que é coisa pública. As práticas de cooperação também foram encontradas e destacadas nas pesquisas em glebas de posseiros no sudoeste de MT por

⁴³⁰ Idem, Genésio 2001.

Castro Oliveira (1991), Leite (1993) e Moura (1994), no município de Diamantino por Castro Ferreira (1988), em assentamentos resultantes de regularização pelo INCRA em diversas regiões do Estado por Castrillon Fernandes (1997) e no Baixo Araguaia Esterci (1972).

O Estado e os serviços públicos estavam distantes e inacessíveis, por isso a comunidade dos posseiros em São Domingos se organizava para suprir suas necessidades coletivas, realizando mutirões para construir, conservar e manter estradas, construir escolas, igrejas, campos de futebol e sedes de associações. Havia também nisso a dimensão social de solidariedade e auxílio mútuo entre os membros da comunidade que tivessem alguma necessidade especial e específica como doença na família, excesso de trabalho e exigüidade de mão de obra disponível em determinado momento do processo de produção como na roçagem e derrubada da mata, na coivara, plantio e colheita ou na construção de casas ou instalações rurais, como indica o mesmo depoente:

Aqui não tinha esse negócio não, porque o povo, aqui na época, era unido. Dava um grito, num é igual hoje não, hoje o povo num tem união não. Naquela época tinha. Chegava em você oh!. Ia lá no Mané, ia lá no Celestino, ia lá na Maria: - vamos fazer o mutirão, tal dia todo mundo lá, assim, assim - e explicava a situação. Todo mundo vinha ⁴³¹.

Esta prática do mutirão poderia funcionar com a doação do trabalho aos mais necessitados, uma forma de solidariedade camponesa, conforme Castro Oliveira (1991), mas também funcionava como troca de serviços, em dias trabalhados, como aponta o relato:

Fazia-se mutirão também, quando uma pessoa, por exemplo, ficava doente ou enferma, coisa assim e a família não tinha como sobreviver ali, para lutar com a vida. Aí juntava todo mundo dizia: – Não! Vamos lá dar uma mão pra ele colher o arroz dele - ou diziam – vamos lá limpar a roça dele e roçar o mato ou derrubar! Aí entrava todo mundo e fazia esse negócio ⁴³².

Estas práticas de solidariedade camponesa a pessoas da comunidade necessitadas de ajuda aconteciam até recentemente. Houve ainda um outro tipo de prática de mutirão. Este voltado especificamente à organização dos produtores nas associações onde houve a iniciativa de se fazerem roças comunitárias para produzirem recursos para investimentos

⁴³¹ Idem, Genésio 2001.

⁴³² Idem, Genésio 2001.

coletivos em benefícios que funcionariam na sede. Isso chegou a acontecer entre os lavradores, nas associações, que se organizaram na gleba São Domingos: Guaporé-Tampa do Jamel, Máquina Queimada, Boa Vista e Ponte de Pedra, onde no final da década de 1980 e inícios de 90 houve um trabalho mais intenso de educação, organização e assistência técnica da EMATER e da FASE-MT. Esta prática foi lembrada assim:

Eu participei de roça comunitária.(..) a gente cortava arroz em mutirão, assim, ó, de gente pra cortar arroz. Inclusive teve uma época aqui que o Vicente, mais aquele outro que é falecido, tiraram fotografia da turma cortando arroz [ri]. Tirava e passava no vídeo, [risos] e aceleravam a fita cortando arroz, pois eu ria daquilo lá, eu naquilo! Entendeu? Nossa Senhora!. Uns cortando de moto-serra (...) aqui era um modo animado⁴³³.

Esta prática foi documentada pelos técnicos da FASE em fitas de vídeo VHS, porque fazia parte do processo educativo realizado por esta ONG junto aos lavradores de São Domingos, desde 1986. Assinala-se que esta prática dos mutirões e das roças comunitárias não era uma iniciativa que brotara da experiência cultural dos trabalhadores rurais migrantes que ocuparam São Domingos, mas foi estimulada pelo processo educativo. Já a prática dos mutirões, anteriormente citada, era resultado de uma certa tradição cultural de vida no campo ainda subsistente aos grupos que fizeram as suas posses ou as compraram.



Foto 17: A Cooperação através do mutirão em trabalhos da Associação
Fonte:FASE-MT

As memórias das associações de lavradores como a da Máquina Queimada e de outras que surgiram na gleba São Domingos, durante as décadas de 1980 e 90, encontram-se registradas em livros de atas de assembléias, livros de presença, documentos do registro público das entidades no cartório, no diário Oficial do Estado de Mato Grosso onde estão publicados os extratos dos estatutos sociais, nos documentos entregues ao ministério da fazenda para os CGCs – Cadastros Gerais de Contribuintes, mas também pode-se encontrá-las nos relatos orais.

⁴³³ Idem, Genésio 2001.

Conheço a história da associação da Máquina Queimada, mais ou menos. A associação começou pequenininha. Não onde ela está hoje, era mais aqui pra baixo, ali perto das terras do Zé da Abóbora, popular Zé da Abóbora. A associação, eu não lembro com quantas pessoas começou, mas começou com um bom tanto de gente. Eu não lembro o ano (...) já faz muito tempo. Começou com uma maquininha de arroz pequenininha⁴³⁴.

Confrontando-se a ata da assembléia de fundação da “Associação dos Lavradores Unidos da Boa Esperança da Máquina Queimada” com o relato do Genésio, citado acima, pode-se constatar que o depoente teve dúvidas quanto ao número de produtores que participaram da fundação daquela associação e em relação ao ano em que isto ocorreu, enquanto a ata registrou que a data foi três de janeiro de 1988 e 106 sócios fundadores a subscreveram⁴³⁵.

Interessante notar que ele relatou com bastante detalhes as suas primeiras impressões ao chegar em 1983 ao local da Máquina Queimada, comunidade denominada Boa Esperança, mas não recordou com a mesma clareza acontecimentos mais recentes, como estes da criação da associação. Parece que isto tem muito a ver com a intensidade com que uma certa experiência foi emocionalmente vivida e sentida como importante para o sujeito que relata. Poderíamos dizer que a ata, ao contrário do relato oral, nos dá a impressão inversa da Associação. Parece que ela começou com bastante associados entusiasmados e nas assembléias mensais subsequentes este entusiasmo foi diminuindo, pois o número de filiados que subscreveram as atas foi decaindo rápida e drasticamente. Em outubro daquele ano, dificilmente mais de vinte associados continuavam participando, manifestando a primeira crise na associação.

A iniciativa da fundação da associação parece ter sido motivada externamente por interesses políticos ligados ao PMDB que, na época, ainda estava no governo do Estado com Carlos Bezerra, mas tinha uma estratégia de enraizamento no meio rural através da EMATER com assistência técnica coletiva, criando as associações de pequenos produtores rurais, para buscarem recursos da LBA, INCRA e POLONOROESTE, via CODEAGRI.

Consideram-se indicadores desta estratégia a presença de Miguel Francisco dos Santos, presidente da FETAGRI e posseiro em São Domingos, que coordenou a assembléia

⁴³⁴ Idem, Genésio 2001.

⁴³⁵ Cf. Livro de Atas das Assembléias da Associação Boa Esperança, da Máquina Queimada, fl. 01 e verso e fl. 02.

de fundação junto com técnicos da EMATER. Elegeram como presidente da nova entidade a Jair Patrício de Lima que, em agosto daquele ano, se afastou do cargo porque era candidato do PMDB a vereador. Também, a rápida negociação e liberação de recursos da LBA e do INCRA, para a instalação da máquina de beneficiar arroz, a aquisição de um motor e de um triturador de cereais para a associação, passavam por esta articulação partidária. Isto também parece estar indicado nas análises de Leite (1993) a respeito das associações e cooperativas criadas na gleba Mirassolzinho e um pouco menos explícito em Moura (1994). Tudo isto não se encontra no relato oral, mas nas atas escritas da associação.

Genésio ao construir seu relato, não conseguiu recuperar à memória os nomes das pessoas que lideraram este processo, como mostra a seguinte frase a este respeito: *quem começou ela, meu Deus, quem que começou? (...) oh rapaz, agora você me deixou meio... [não lembrou mais e mudou de assunto].*

Estes lapsos de memória são muito comuns nos relatos orais. O seu significado, no conjunto da estratégia discursiva daquele que recorda, testemunha e constrói uma versão dos fatos do passado, depende da intensidade da vivência e da sua função tática ou estratégica em confronto, com outras versões possíveis, no presente. As atas escritas são muito formais e sucintas. Economizam detalhes, resumindo as informações e assumem uma forma de linguagem estereotipada, comum neste tipo de registros. Muitas vezes, o secretário nem consegue expressar claramente as idéias e, poucas vezes, informa sobre os processos que precederam as deliberações que registra no cotidiano da vida social e política. Seu significado, porém, deve ser buscado na função de memória intencional que desempenham. Foram registradas para oficializar decisões, preservando-as do esquecimento e garantindo o seu cumprimento pelos associados e diretores.

A memória em relação à vida da associação da Máquina Queimada, atualizada no relato do Genésio, é muito vaga, justamente por causa da experiência vivenciada por ele em relação a esta que foi muito fraca. Teve pouca participação e envolvimento como foi relatado por ele: *não entrei de sócio, mas de vez em quando eu ia na reunião escutar coisa e outra. Assim, quando começou na maquininha, lá embaixo, eu não era sócio, mas foi depois que me associei.* Associar-se posteriormente imprime uma característica à experiência do depoente que a recorda, mas com dificuldades e sem precisão, em relação aos fatos

ocorridos. Os objetivos das pessoas que lideravam esta organização, apesar das poucas vezes que participou das reuniões, foram percebidos conforme o seu relato, que segue:

Do começo da associação eu não lembro (...) eles queria o seguinte, como se diz, o de tudo. Esse povo, que é unido, incentivando as comunidades, só para se ajuntar mais e o povo se apegar mais uns com os outros, fazendo reunião e plantação, vamos supor, de banana, de arroz, ou de algodão. Foi incentivando o povo, não é, onde trouxe essa maquininha de arroz. Aí o povo se uniu pra ter mais um apoio e pegar um apoio, se precisar ter mais um apoio de recurso, essas coisas lá com o governo. Igual hoje tem o padique [PADIC], tem o pronafe [PRONAF], então antes não era esse estilo de coisa⁴³⁶.

Afirmando os objetivos das pessoas que lideravam a formação da associação indica os tipos de ação que desenvolviam. Estavam *incentivando as comunidades*, para *o povo se apegar mais uns com os outros, fazendo reunião e plantação*. Unir-se, reunir-se e organizar-se para estimular a produção, eis o que percebeu.

Anotou mais. O povo reagiu à proposta dos associativistas, pois tudo isto *foi incentivando o povo e, aí o povo se uniram pra ter mais apoio* do governo em termos de recursos para instalar benefícios coletivos como a *maquininha de arroz* ou os créditos para financiar a produção agrícola, como foi o caso mais recente ao terem acesso ao PADIC e ao PRONAF. O associativismo, apesar de aceito por muitos pequenos produtores rurais da gleba e comunidade, desde o começo, teve os seus opositores, como indica o relato do Genésio: *Sempre teve gente contra a Associação. Sempre, os dedos das mãos não são iguais. Uns espiam, outros não apóiam, então é dessa maneira*. Se o trabalho de criação da associação incentivou alguns parceiros da Máquina Queimada, não quer dizer que todos se entusiasmassem e engajaram na proposta. Vários se opuseram de forma sistemática à idéia e à prática do associativismo ao longo dos anos, questão também constatada por Castro Oliveira (1991) em Mirassolzinho. Genésio utilizou a metáfora dos dedos da mão para explicitar esta diferenciada forma de recepção e reação àquela iniciativa. Assim, pareceu-lhe natural que nem todos aderissem, *porque nunca os dedos da mão são iguais*.

2.3. A educação escolar

⁴³⁶ Idem, Genésio 2001.

A produção e reprodução dos parceliros passou, sem dúvida, pela construção de um espaço social onde eles se sentissem partícipes da formação de sua cidadania. Neste quadro, a escola, mais que a educação, tem significado simbólico importante. Um dos primeiros problemas percebidos coletivamente pelos *posseiros*, após a resolução dos conflitos, foi a falta de escolas para seus filhos estudarem. A luta pela escola, junto com a das estradas, foram das primeiras iniciativas coletivas destas comunidades que se constituíam. Vejamos o caso da Máquina Queimada:

A primeira escola foi a Carlos Drummond de Andrade, foi ali nos paranaenses. Até quem correu atrás dessa aí foi o Antônio paranaense, que é o dono do bar ali do ponto. Foi ele que, na época, correu atrás disso aí. Pegou nome de um, nome de outro⁴³⁷.

Tratou-se de uma iniciativa dos *posseiros*, liderados por um ou dois deles, recolham assinaturas dos pais em abaixo-assinados que entregavam ao prefeito ou à secretaria de educação, reuniam os pais, planejavam e executavam mutirões para a construção de barracos de madeira onde funcionariam as escolas. Estas escolas em toda a gleba São Domingos começaram a ser implantadas a partir do ano de 1984, quando a gleba já fora liberada em maio de 1983, com a desapropriação e emissão de posse para o INCRA.

A iniciativa da comunidade era modesta, mas frutificava ao mobilizar recursos da prefeitura e dos parceliros. Construir a escola, mobilizar os pais para colocarem os filhos a estudar, procurar uma pessoa para lecionar e também pressionar a prefeitura, para que assumisse responsabilidades pela manutenção e ampliação da escola, faziam parte do esforço comunitário.

Às vezes, uma escolinha modesta depois poderia vir a ser *ginásio*, ou seja, uma escola de ensino fundamental completo. Este foi o caso da modesta escola criada na linha dos paranaenses. Parece que ela originou a atual escola da vila Máquina Queimada, como afirmou o Genésio:

Só aqui ficou o Ginásio, mas começou lá, devagar. Começou com pouquinhos alunos, que eu nem lembro quantos eram. Eu não sei se eram 27 ou 37 alunos, mas eram poucos. Começou, assim, com poucos alunos. Não, começou até com muitos, pois até teve que dar uma aumentadinha, pra poderem caber todos. Não tinha como o professor ajeitar tantos alunos. Depois foi aumentando, já que vinham alunos de longe. Tinha rapazes que

⁴³⁷ Idem, Genésio 2001.

atravessando os córregos aí, passavam dentro de brejos pra estudarem, mas não ficaram sem aula⁴³⁸.

A escola na estrada dos paranaenses começou pequena, com poucos alunos e uma só sala, viu o número de alunos crescendo criando a necessidade de aumentar o número de salas, para abrigar tantas crianças e jovens que vinham de longe para estudar. Mostra o relato que alguns alunos caminhavam ou vinham a cavalo ou de bicicleta de razoáveis distâncias e enfrentavam dificuldades como a travessia de córregos e brejais, mas não deixavam de estudar. Seria interesse dos pais ou dos próprios alunos pelo estudo? A escola parece ter sido um símbolo social muito importante tanto para os pais que viam nela um meio de promoção dos filhos, apesar de que nem sempre consideravam o estudo como um valor importante, principalmente na época de trabalhos mais intensos nos sítios, quando retinham os filhos maiores para trabalharem. As crianças e jovens viam na escola um espaço de vida social importante para encontrar-se, divertir-se e aprenderem a ler e escrever para deixarem de ser analfabetos como muitos pais. A comunidade que tivesse uma escola tinha um certo *status*, pois era um símbolo de poder político. As lideranças que encaminhavam o processo de criação da escola, às vezes, eram concorrentes com outros grupos de posseiros que também disputavam a localização da escola. Cada grupo queria a escola o mais próximo possível, por isso, *posseiros* doavam o terreno para a construção da escola, freqüentemente, em local nem sempre de fácil acesso para todas as crianças.

Genésio recordou que seus dois filhos também estudaram naquela escolinha da linha dos paranaenses: *lá estudaram essa menina minha que está aqui e hoje já é casada e tem dois meninos. Então, só ia o casal de filhos mais velhos, o outro menino era mais pequeno.* A experiência da escola parece ter marcado profundamente a memória pessoal do Genésio que com ela se envolveu muito mais, desde o começo, do que com associação, como se viu anteriormente, pois seu relato foi bastante detalhado sobre os acontecimentos que lhe deram origem.

A escola não deixa de ser um espaço ou lugar da memória coletiva (Moraes Ferreira:1997) das pessoas de comunidades rurais como era a Máquina Queimada. A iniciativa pela escola ocorreu em fins de 1983, quando seu Antônio e outros paranaenses teriam articulado os abaixo assinados e convocaram o povo para os primeiros mutirões de

⁴³⁸ Idem, Genésio 2001.

construção do barraco onde funcionaria a escola, como lembrou o Genésio: *essa escola acho que começou no ano oitenta e quatro, pois em oitenta e três eles foram organizar e em oitenta e quatro começaram as aulas e já tinha muita criança pra escola*. Mesmo fornecendo mais detalhes dos fatos relacionados à escola, sua memória em relação a datas permanece insegura, pois afirma *acho* que começou em 1984, isto porque recorda que no ano antes foi o tempo da organização do pessoal para viabilizar a escola.

Isto também se pode constatar no relato da professora Elzira, uma das primeiras mestras da Escola de São Domingos que, desde 1989, é a Escola Estadual Rainha da Paz. Esta professora contou detalhes de suas atividades pedagógicas de ensino e de como lidava como as crianças e pais, mas manifestou dúvidas para situar no tempo alguns fatos relatados. Iniciemos apresentando sua trajetória de vida até chegar em São Domingos:

Eu nasci em São Paulo numa cidadezinha pequena chamada Florida Paulista e mudei para Mato Grosso do Sul. Estava com uns onze anos de idade, não me lembro assim o ano e moramos no Sul de Mato Grosso uns oito anos. Chegamos aqui em setenta e três por aí. Aqui tinha outra irmã minha que lecionava. Começou lecionando aqui em Pontes e Lacerda, por falta de professores. A gente que tinha um estudinho, que em São Paulo fazia um bom estudo. (...) Tendo somente a quarta série, comecei a lecionar. A minha irmã casou e eu comecei a lecionar numa escolinha aqui perto de Pontes e Lacerda. Eu casei depois e também passei a trabalhar na escola do Córrego do Gama por um período de oito anos⁴³⁹.

Relata sua trajetória de deslocamentos junto com a família, saindo jovem de São Paulo, passando pelo Sul de Mato Grosso até chegar em Pontes e Lacerda em 1973, época de maior intensidade do conflito da gleba Scatolin. Vindo para uma região carente de mão de obra qualificada, ela e sua irmã tornaram-se professoras de escolas municipais, tendo somente a quarta série primária. O Córrego do Gama localiza-se próximo da cidade, no cinturão verde no entorno de Pontes e Lacerda, onde lecionou por oito anos. Seus pais se transferiram em 1982 ou 83 para um lote em São Domingos e dois ou três anos depois ela com o marido também se mudaram. Ela contou esta sua história que se confunde com a da escola municipal que começara em 1983 ou 84:

⁴³⁹ Entrevista com professora Elzira Bernardina Bezerra, em agosto de 2001, em Pontes e Lacerda.

Mudei depois para São Domingos e lá também cheguei a engatilhar apenas com a quarta série, mas já tinha uma prática. Um costume é que a gente fazia um estudo mensal, às vezes até, quinzenal, quando reunia todos os professores municipais trabalhando junto, fazendo planejamento. Em São Domingos lecionei também por oito anos, quando mudei de lá em 1992. Ao chegar em São Domingos a escola era pequena e muito apertada. Naquela época, era um professor só que trabalhava as quatro séries. Então, quando cheguei tinha um número até pequeno de alunos, mas quando foi pelo meio do ano, mais ou menos, o número de alunos já não cabiam mais na escola que tinha iniciado o ano, pois eram mais de 60. Tivemos que fazer um turno intermediário. Foi quando teve que procurar outra professora para ajudar. Surgiram problemas, porque em lugares pequenos e novos é difícil encontrar pessoas com qualidade. Apesar, que eu também naquela época, num podia dizer que tinha uma qualidade! Tinha muito conhecimento, muita prática. Eu lia muito e eu li muito. Fazia vários trabalhos e nós professoras continuamos assim o ano todo, porque ela ficou me ajudando. O município já aumentou duas salas de aula, que até então tinha apenas uma. Ficamos com as três salas de aula lotadas, isto já em 1986. Eram três salas lotadas funcionando com dois períodos em duas salas e uma onde funcionava a primeira série, a professora atendia com 46 alunos. Cresceu muito o número de alunos. No ano seguinte, não ficou o mesmo número de professores. Essa outra, que começou me ajudando, no outro ano, já deixou a escola. Houve a chegada de muita gente de outras regiões, próximas dali. Mudou muita gente de Jauru, Quatro Marcos e Figueirópolis, para aqui. Nessa mudança vieram duas professoras. Ficamos em duas e depois chegou uma outra, que não era uma professora, mas que tinha estudo. Como precisava de mais gente, então ela também entrou como professora. Assim, já estávamos em quatro que trabalhamos juntas de 1986 a 88 nesse lugar⁴⁴⁰.

O depoimento indica que o ensino nas escolas municipais desta região de fronteira não podia ser de muita qualidade, porque os professores que havia não tinham preparo específico para o exercício do magistério e as condições físicas e materiais pedagógicos das escolas quase não existiam para o ensino. Assim, como diz o ditado: *em terra de cego, caolho é rei*, qualquer pessoa que chegasse no lugar e tivesse um pouco mais de estudo ou de anos de escola comprovados, poderia encontrar uma vaga como professor, mesmo sem ter tido preparo para tal. Elzira chegando em São Domingos em 1985 trabalhou sozinha

⁴⁴⁰ Entrevista com professora Elzira Bernardina Bezerra, em agosto de 2001.

durante meio ano na única sala da escola com as quatro séries iniciais. Ela contou sobre esta prática comum nas escolinhas rurais do Vale do Guaporé, até os dias atuais:

Eu trabalhava de primeira a quarta série primária na escola, porque era um professor por escola. A gente trabalhava naquela que se dizia, multi-seriada. Cheguei lá e comecei trabalhando da quarta à primeira série. Eu sempre gostava de fazer esse programa, para dar tempo pros alunos, ia trabalhando a primeira série e a quarta série ajudava tomando lições, ajudando um aluninho. Eu sempre pedia pros meus alunos ajudarem e dava certo naquela época. Eu deixava a primeira série fazendo um dever, uma tarefinha e ia trabalhar a quarta série. Esta era a forma. Eu sempre gostava de ficar fazendo esse encaixe aí, pra dar certo. E a terceira e a segunda trabalhava junto em outro horário, nesse tempo, no meu caso. Na época, tinha muitos professores que trabalhavam as quatro séries numa sala só. É meio complicado. Só quando o número de aluno é bem pouquinho, dá para você diversificar no trabalho, fazer seu jogo de cintura e conseguir. Como lá era só uma sala com grande número de alunos, era meio complicado, meio difícil. Tudo que dava, a gente conseguia fazer. O planejamento já vinha, a gente já recebia pronto da secretaria e então a gente aqui na secretaria, pegava aquele planejamento e tinha que planejar em cima daquilo. A gente não podia querer adotar aquele planejamento de acordo com a região e com a necessidade. O que eles queriam era trabalhar aquele conteúdo que estava ali pedindo, sem importar que a criança estava vindo de uma área mais evoluída ou menos evoluída. Isso daí, não tinha o que ver. Eu tinha que ensinar. Assim que eu via a questão⁴⁴¹.

Uma escola que nasceu da iniciativa dos posseiros para constituir-se num espaço simbólico da “civilização”, no sertão bruto, ou do poder político das lideranças do local premiado com ela, logo se transformou em espaço controlado de fora, ao ser encampada pelo município. O relato aponta para a realidade de que professores, pais e alunos do lugar, não tinham poder para definir conteúdos e métodos de ensino na escola por eles construída. A metodologia de ensino adotada pelos professores poderia abrir espaço para esta participação de pais e alunos e parece que alguns, apesar da falta de preparo, o tentavam, como indica o relato:

Às vezes, eu dava uma abertura para o aluno. Eu queria silêncio, o máximo possível, porque quando eu tinha que falar com um, o outro tinha que ir trabalhando. Os alunos, às

⁴⁴¹ Entrevista com a professora Elzira Bernardina Bezerra, em agosto de 2001.

vezes, quando os professores se distanciam um pouquinho deles, eles acham que podem conversar [ri], então tinha que ser um pouco enérgica. Eu tinha que trabalhar o português, matemática, estudo social, naquela época, estudos sociais, iniciação às ciências entrava a matéria de ciências, saúde, entrava todas aquelas: geografia, história, e naquela época ainda a educação moral e cívica e religião. Então, tudo isso a gente trabalhava⁴⁴².

Os professores nestas escolas em geral eram leigos, sem uma formação específica para o exercício do magistério. Isto ocorreu em quase todas as primeiras escolas que se instalavam no meio rural do Vale do Guaporé. Apesar disso, na avaliação dos pais a formação dos professores não era questionada, mas a competência para ensinar determinados conteúdos disciplinares, valores éticos e comportamentos sociais; para os pais parece que eram mais interessantes que qualquer outra coisa. Vejamos o que Genésio falou do primeiro professor da escola onde estudaram seus filhos:

Quem foi dar aula nessa escola foi o Nori. O nome dele é Norival, mas era conhecido por Nori. (...) pôs o nome de Carlos Drummond de Andrade, na escola ali dos paranaenses. Professor bom! (...) ele saiu do sítio dele aqui, para dar aulas aqui, vinha de uns quatro quilômetros todo dia (...) e todos os dias⁴⁴³.

O professor era posseiro e deixou o seu lote para ensinar os alunos da escola, fazendo diariamente um percurso de vários quilômetros. A falta de formação dos professores não necessariamente era avaliada como incapacidade para o magistério. A arte de ensinar aos filhos dos posseiros as noções mais básicas da língua nacional e dos cálculos matemáticos já era preparo suficiente. Outro papel do professor, parece que era manter a disciplina e um comportamento aceitável nas relações entre os alunos. Afinal, a escola era também um elemento social e político importante para a consolidação do processo de ocupação da gleba, pois indicava organização da vida social e construía as referências mínimas da “civilização” naquela nova territorialidade. O professor poderia ser constituído pela comunidade que construía, em mutirão, o barracão de madeira coberto de palha ou tabuinhas, desde que ele fosse aceito pela maioria dos pais e pela prefeitura que pagava os salários. A escolha do professor pela comunidade indica um aspecto da construção coletiva da cidadania entre os posseiros. O escolhido certamente tinha alguma influência e liderança na comunidade, para

⁴⁴² Entrevista com a professora Elzira Bernardina Bezerra, em agosto de 2001.

⁴⁴³ Idem, Genésio 2001.

merecer a confiança, pois os posseiros se empenhavam na tarefa de criar e de dar uma escola e educação para os seus filhos.

Assim como o Norival, encontram-se outros pioneiros da educação escolar na gleba São Domingos. Pode-se nomear alguns como: Joãozinho, na escola da Tampa do Jamel; Isa, no Guaporé; Jilcilene, na escola da Máquina Queimada; Alzira, Maria de Lurdes, Edina, Jucilene e, Maria Aparecida, na escola da Vila de São Domingos e muitos outros de quem não se levantou os nomes. Vários deles, com o tempo, afastaram-se da atividade do ensino. Outros como a Alzira e o Joãozinho, citando apenas dois, tiveram oportunidade de estudarem e se qualificarem profissionalmente cursando primeiro e segundo graus ou até curso superior.

As escolas começaram modestas e em condições precárias só com os recursos dos parceiros da gleba, mas na medida que as prefeituras de Pontes e Lacerda ou de Jauru se empenharam em garantir a infra-estrutura de prédios, materiais escolares e os professores, pagando-lhes os salários e possibilitando sua qualificação, a educação escolar foi progredindo. Parece que o desenvolvimento das escolas, em termos de estrutura e de manutenção dos professores, melhoraram as condições de ensino, mas com isto a comunidade dos *posseiros* foi perdendo seu controle. Este parece ser o conteúdo do trecho do depoimento do Genésio ao contar o surgimento da escola de ensino fundamental completo, na Máquina Queimada, e a transferência para outro local da antiga escola que depois acabou sendo fechada e eliminada com o transporte escolar:

O colégio, aqui da Máquina Queimada, foi construído um espaço de tempo depois (...)
Não lembro quanto tempo ficou lá e que espaço de tempo foi até construir aqui. Essa escola de lá, depois foi arrancada e mudou mais lá pra frente, pra extensão. Mas, agora a eliminaram⁴⁴⁴.

Parece que a primeira escola criada, no caminho dos paranaenses, originou duas outras. A escola que surgiu na sede da vila Máquina Queimada se consolidou como Escola Municipal Carlos Drummond de Andrade com todas as séries do ensino fundamental. A outra, transferida de local, que parece ter sido para a comunidade Santa Luzia, encontra-se desativada ou *eliminada*, havendo o transporte escolar dos alunos que vêm até a escola da Máquina Queimada ou vão até São Domingos. Novamente o tempo do acontecido aparece

⁴⁴⁴ Idem, Genésio 2001.

nebuloso na memória do depoente. Este exemplo de organização das escolas na Máquina Queimada e arredores comprova a importância simbólica da iniciativa popular local que se generalizou em toda a gleba, mas também o relato explicita a complexa quebra de braço entre a comunidade dos *posseiros* e o poder público pelo controle dos espaços da gleba.

O quadro sinótico de criação legal das escolas dentro do atual município Vale do São Domingos fornecido pela secretaria municipal de educação, em 2001, indica que logo após a liberação da área, com o início da regularização fundiária pelo INCRA, as famílias posseiras se preocupavam com a educação dos seus filhos e lutaram pelas escolas. No dia 4 de fevereiro de 1985, foram criadas na gleba, no mínimo 11 (onze) escolas⁴⁴⁵. Indica que houve um intenso trabalho de mobilização e organização dentro das comunidades ou localidades de posseiros, no sentido de criarem as condições para o funcionamento destas escolas para o ensino das muitas crianças que havia na gleba. A população da gleba majoritariamente era composta de casais relativamente jovens, tendo, na média dois a três filhos.

Todas as escolas, criadas pela lei de 1985, tiveram suas portarias do Ato de Autorização e de Reconhecimento estadual publicadas no Diário Oficial, somente em 29 de dezembro de 1992⁴⁴⁶.

3. O tempo do paraíso do parceleiro

Os relatos orais configuram o passado da gleba São Domingos como um tempo paradisíaco, de abundância, de animação, de harmonia e de bem estar. Foi representado como o tempo em que havia festas animadas, religiosidade intensa, produção abundante, comércio sólido que fazia circular muito dinheiro entre os moradores da gleba e existia a união e cooperação entre os parceleiros. A primeira impressão que produz o relato do Genésio sobre aquele tempo na gleba parece que tudo era melhor enquanto havia mata, até a missa do padre e as festas eram mais animadas:

Hoje São Domingos acabou, porque acabaram as matas. Isso aqui, tudinho era mata. Aqui, quando o padre vinha celebrar missa, era aquele festão a noite inteira. (...) No início era aquele festão, o dia amanhecia e ainda continuava aquele festão danado⁴⁴⁷.

⁴⁴⁵ Quadro sinótico, fornecido pela secretaria municipal de educação em 2001, indica que as 11 escolas referidas de São Domingos foram criadas pela lei municipal, n. 050/85.

⁴⁴⁶ Todas foram reconhecidas pela portaria n. 3277/92.

A mata que, em outros trechos do depoimento do Genésio e de outros relatos, aparece como um obstáculo e apresenta dificuldades que chegavam a causar medo, aqui aparece como o fator que garantiu a existência da gleba. Sem a mata parece que *São Domingos acabou*. Outros relatos acentuam, no início da gleba, as dificuldades como a falta de estradas e de transporte, a inexistência de recursos como água, escolas e saúde, enfim, falam de uma situação pouco parecida com um paraíso. Estes problemas, também, foram observados por Itaborahi de Moura (1992), na Gleba Cascata no município de Rondonópolis-MT, logo após a liberação da área e por Moura (1994) na Canaã, indicando que há semelhanças nas áreas ocupadas por posseiros, no estado. Enfim, havia toda sorte de problemas, mas era um tempo bom, parece que bem melhor que o tempo atual do depoente:

Agora está tudo feio. Como aquela época, nunca mais. Era bom demais. Era difícil, mas era animado. Tinha festa aqui na Máquina Queimada. Vinha o padre de Lacerda celebrar missa aqui. Depois da missa continuava a festa. Vinha o caminhão pipa com água, que aqui não tinha água, era difícil. Aqui não tinha água não, era difícil. Vinha o cara do caminhão pipa abastecer a festa. Até que foi furando poço daqui, dali, foi organizando tudo⁴⁴⁸.

A prática religiosa parece que era um valor importante na vida social daquela comunidade formada em sua maioria por cristãos, sejam católicos ou de outras denominações. Genésio chegou a afirmar que a *maioria do povo que vinha era católica*. A presença dos padres nas missas e festas ou dos pastores, como representantes de Deus e de valores transcendentais, nas comunidades destes parceiros, certamente, reforçava esta visão de paraíso, como a comunidade em harmonia com o criador. Os locais de celebrações, mesmo muito simples, rústicos e precários como os barracões de madeira cobertos de palha, não diminuam a importância e o valor social do religioso e do sagrado em sua vida, como aponta o relato do Genésio: *A igreja católica era um barracão. Olha! eles celebravam a missa debaixo do barracão*. O que poderia ser um sinal da pobreza, da carência da comunidade e que poderia falar das dificuldades, acaba se tornando símbolo da humildade e harmonia do paraíso onde Deus se mistura com a simplicidade e pobreza dos posseiros.

⁴⁴⁷ Idem, Genésio 2001.

⁴⁴⁸ Idem, Genésio 2001.

As primeiras construções, ao mesmo tempo, que simbolizavam a reconstituição, na selva, da cultura tradicional em que dominava o espaço sacralizado da cristandade, também significavam a construção de redes de relações sociais mediadas pela dimensão humana e religiosa das comunidades de fiéis e crentes. Nas comunidades rurais de São Domingos, parece que a presença dos agentes de pastoral da terra e das CEBs – Comunidades Eclesiais de Base foi mais atuante enquanto o Pe. Luiz Tanguy dirigia a Paróquia de Pontes e Lacerda. Esta presença forte da Igreja Católica foi reconhecida nos estudos sobre as lutas dos *posseiros*, nas Glebas Cascata, por Itaborahi de Moura (1992), Canaã, por Moura (1994) e na União, em Arenópolis, por Castro Ferreira (1986). A comunidade da igreja católica nasceu na Máquina Queimada e se reunia debaixo de um barraco onde mal cabia o padre, no dizer do Genésio:

Na época, aqui não tinha esse negócio. Não tinha igreja. Era um barracão, era um barraco. Depois veio um barraquinho pequeno onde o povo ficava pro lado de fora e o padre celebrando a missa. Só depois fez um barracão grande. Não sei o ano certo, que fez essa igreja, que hoje está encostada. Fez agora uma nova e tem a outra igreja que eu não lembro, em que ano que foi construída. Não estou a par disso. É duro gravar tudo na cabeça, assim. É difícil e não lembro em que ano foi construída, mas lembro que antes era debaixo de um barracão⁴⁴⁹.

A memória novamente aparece imprecisa no relato das datas, mas a igreja a que se referiu era católica e foi construída na Máquina Queimada. Esta igreja e as de outras comunidades da gleba São Domingos foram levantadas por influência dos padres da Paróquia Bom Jesus, de Pontes e Lacerda. Havia também inúmeras partes desta gleba onde se formaram comunidades católicas pela presença do padre Nazareno da Paróquia Nossa Senhora do Pilar de Jauru.

As outras igrejas cristãs presentes na gleba, que também iniciaram os seus encontros de culto nas casas ou em barracos simples e posteriormente construíram pequenos templos, quando a comunidade dos crentes aumentou, foram, como o relatou Genésio:

Tinha desde o começo o povo da Assembléia. Eram os crentes da Assembléia de Deus e os crentes da Cristã do Brasil. Mas, sempre havia mais da assembléia. (...) a igreja deles

⁴⁴⁹ Idem, Genésio 2001.

também era uma casinha. Só depois eles construíram uma igreja. Agora, também, eu não lembro em que ano eles construíram⁴⁵⁰.

No início da regularização fundiária, havia poucas igrejas organizadas nas comunidades da gleba. As igrejas cristãs na gleba São Domingos hoje são mais numerosas que as três citadas anteriormente, porque surgiram outras congregações.

Apesar de se reconhecer que houve um crescimento do número de igrejas e de pessoas nas diversas comunidades cristãs dentro da gleba, alguns relatos avaliam que a religiosidade de antes era muito mais intensa e significativa que a de hoje, como parece expressar o relato do Genésio:

O povo era muito religioso, parece até que, naquela época, o povo era mais chegado na igreja, do que hoje. Não é que eu estou desfazendo. Eu tiro por mim. (...) quase não vou mais na igreja, é muito difícil [ri]. É, o povo era chegado na igreja tanto na assembléia como na católica⁴⁵¹.

A representação do paraíso lentamente se desvanece quando se percebe que um valor fundamental para que existisse, como era a religiosidade ativa da população, foi perdendo espaço nas práticas cotidianas:

Eu avalio que no começo era melhor, sabe pelo seguinte, que naquela época a maioria do povo aqui era um povo carente, era um povo que entrou em massa e só na coragem. O lugar era novo, lugar sadio. O povo entrou, nós vamos roçar, vamos derrubar, vamos plantar, vamos produzir, entendeu? Vamos desbravar esse São Domingos todo⁴⁵².

Destaca-se no relato a construção da comunidade com a participação coletiva que traduz a idéia da constituição dos espaços públicos. Estas práticas iniciais relatadas caracterizam o que na literatura sobre a expansão das fronteiras agrícolas se representa e denomina como a frente de expansão demográfica (Martins: 1997). As expressões *povo carente* em *lugar novo, sadio*, entrar, *roçar, derrubar, plantar, produzir*, por fim a síntese *desbravar esse São Domingos todo*, lembram as práticas desenvolvidas em áreas denominadas de frente de expansão demográfica onde os primeiros trabalhadores que

⁴⁵⁰ Idem, Genésio 2001.

⁴⁵¹ Idem, Genésio 2001.

⁴⁵² Idem, Genésio 2001.

chegam, só desbravam e preparam a frente pioneira com as estradas, as cidades, instalação de empresas capitalistas, formando o mercado local.

As representações mais interessantes sobre este período de animação paradisíaca da abundância e da riqueza projetadas para o começo de São Domingos, no imaginário de vários depoentes, se encontram no fragmento que segue:

O povo era animado, uns roçando, outros derrubando, queimando, plantando arroz e plantando banana, muda de banana, plantando arroz e plantando feijão, caminhão saindo daqui carregado. Era caminhão atolando, era máquina arrancando caminhão torero [madeireiro], atolando máquina, roçando, aquele esplanamento de madeira lá e o dinheiro corria pra lá e pra cá, (...) Ainda vai indo, vai um faz uma coisa, outro faz outra. Era um pastinho pra ter uma vaca, pra ter um leite, arroz à vontade, milho à vontade, banana perdeu puxando⁴⁵³.

O relato reconstrói um tempo de abundância e de fervilhar de trabalho de homens e máquinas destruindo a natureza pela roçada, derrubada e queimada da mata ou pela extração da madeira em toras. A mata roçada abria espaço às lavouras de alimentos e de mercadorias para o comércio. As toras de madeira davam origem ao dinheiro que circulava, ou melhor, que *corria pra lá e pra cá*. O dinheiro não tinha dono fixo e não se acumulava numa só mão: movimentava, dinamizava a vida econômica e social das comunidades da gleba. As lavouras anuais ou semi-perenes forneciam alimentos e produtos para o mercado, mas tudo parece ter começado com os recursos gerados com a venda da madeira, como indica o relato:

Era o seguinte. Essa madeira eles venderam pra fazer a roça. Fazia a roçada e a derrubada. Aí já veio o arroz, milho, feijão. Logo em seguida, plantaram banana e já veio a banana. Isso aí em oitenta e cinco, oitenta e seis, que ficou cheio de banana. Em oitenta e sete, aqui saía banana de caminhão carregado, assim ó! (...) Aí derrubava e saía as madeiras e foi fazer o plantio também de arroz, feijão, milho. Estes eram os três produtos principais⁴⁵⁴.

O dinheiro da madeira era investido na produção, ou seja, era o financiamento privado com recursos naturais extraídos da floresta do próprio lote que alavancava o início do processo de desbravamento e de produção agropecuária do arroz, milho, feijão e banana,

⁴⁵³ Idem, Genésio 2001.

⁴⁵⁴ Idem, Genésio 2001.

para o mercado. A atividade agrícola era o carro chefe da economia da nova gleba, como transparece no relato:

Naquela época, ali se plantavam quatro ou cinco alqueires de lavoura. Aí vinham o arroz, o feijão, o milho, a batata. Só com minha família não dava conta. Tinha que pagar pra um, pagar pra outro e o dinheiro, a todo momento, estava girando⁴⁵⁵.

Na leitura deste depoente, era a agricultura que dinamizava a economia, financiada pela madeira e, às vezes, pelo trabalho como diaristas, conforme conta:

Aqui era posseiro com posseiro mesmo. Não tinha pra onde ir. Aqui não tinha como. O negócio de pagamento era o seguinte: já do segundo ano em diante era da madeira. A madeira ajudou. Vendia peroba e vendia pau de angico. Pagava os companheiros, trocava dias também. Outro saía fora pra longe, fazer empreita longe e vinha pagar os companheiros. Mas aqui por perto num tinha como trabalhar, não. Tinha que ser um com outro, não tinha boca. Sempre entre tantos, há uns mais fortes no meio daqueles fracos. Sempre tinha uns mais fortes e a gente ia trabalhar pra aqueles. Ao invés de nós pegar o dinheiro, pegava a mercadoria, igual eu peguei arroz, feijão, carne⁴⁵⁶.

As dificuldades iniciais dos *posseiros*, em obterem recursos para investir e produzir não os abatiam, porque sempre encontravam novas possibilidades que abriam caminhos de esperança e de concretização dos desejos e necessidades. Às vezes, eram riquezas extraídas da natureza como a caça e a pesca, como contou o Genésio:

Tinha que se virar no córrego, pescar, matar paca, matar jacutinga. Bicho tinha bastante quando nós chegamos aqui. Nós víamos o dia amanhecer e escutávamos a jacutinga cantando ti, ti, ti, ti, ti e avoando na beira do rio. Os pés, como é que chama aquelas arvona que cresce na beira do rio? Dá cascudinha, miudinha!. Ah meu Deus! A figueira, elas vem na figueira comer figo. Nós levantávamos, a barra do dia vinha clareando, já ia, só via amanhecer. Não tinha um galo pra cantar, não tinha nada. Era difícil. Então um colaborava com o outro. Assim, ia levando a vida até que todo mundo ficou ali⁴⁵⁷.

Esta abundância de peixes, aves e animais, na beira do córrego São Domingos, também foi ressaltada em outros depoimentos, que apontaram os impactos da ação dos

⁴⁵⁵ Idem, Genésio 2001.

⁴⁵⁶ Idem, Genésio 2001.

⁴⁵⁷ Idem, Genésio 2001.

posseiros, neste ambiente natural de beleza e fartura, ao não respeitarem a mata ciliar⁴⁵⁸. A fartura inicial supria necessidades alimentares e de lazer como a caça e a pesca, mas acabou rapidamente. Os *posseiros* na busca da subsistência, às vezes, trabalhavam como diaristas, nas fazendas mais distantes ou para os parceiros mais capitalizados que podiam pagar em dinheiro ou em produtos a sua mão de obra. Estas alternativas, mantendo vivas as esperanças, contribuíam para que o paraíso fosse harmônico e tranqüilo, como vem representado no depoimento que segue:

Você podia dormir de porta aberta, tranqüilão e podia se deitar no meio da rua. Hoje o trem está difícil. Um ajudava o outro e não tinha esse negócio não. O carro estava lotado, naquela época e ainda achava lugar para ir mais um pendurado, ia embora. Hoje o nego joga pedra na sua área⁴⁵⁹.

A crise se instala nesta sociedade não só pela queda na produção e perdas econômicas. As perdas ou as mudanças culturais contribuem para uma maior desintegração social. Hoje já não se vê mais o paraíso, porque os *posseiros* abandonaram a prática de atividades significativas para eles.

4. A crise do parceiro agricultor

Confirmando o que os estudos com base em relatos orais apontam, os depoimentos sobre acontecimentos do passado, construídos a partir da memória, estão profundamente influenciados pelas vivências do presente. Recordar e falar das memórias do passado não é reproduzi-lo. Trata-se de refletir sobre uma memória que é seletiva ao construir no relato do presente o que representa como experiência passada (Montenegro: 2001; Guimarães Neto: 2002; Portelli: 2000). Consideramos que o falar bem do Genésio e de outros *posseiros* de São Domingos, idealizando o passado, em grande parte, resulta de uma experiência frustrante do presente. Houve a perda de uma forma de vida, que veiculava valores ligados à produção agrícola e a uma tradição cultural camponesa não capitalista (Kautsky: 1980), que permitia manter viva a chama da esperança de se reproduzir na terra e que hoje não existe mais, na perspectiva da maioria dos ex-*posseiros* e *parceiros* daquela gleba.

⁴⁵⁸ Entrevista com Gilson, em novembro de 2002.

⁴⁵⁹ Idem, Genésio 2001.

Aconteceram muitas mudanças que tornaram a vida, no presente, muito diferente daquela sonhada e idealizada como o paraíso na terra. Muitas vezes, compreendem as mudanças e as causas das mesmas, como dá para entender o relato:

Está tudo colocando capim e arame liso que traz o fracasso para o nosso lugar. Eu mudo, outro muda, tu muda, porque só está plantando capim. O leite que hoje está em vinte e quatro centavos [o litro], vai voltar para vinte, para dezoito [centavos], do jeito que está a situação⁴⁶⁰.

Plantar pastagem e cercar com arame liso eram símbolos do fim de um tempo e de um modelo de produção, na gleba, e também os sinais de um novo tempo. Era o fracasso e o fim da agricultura dando espaço à pecuária leiteira e de corte, apesar de já se anunciar nova crise desta por causa do preço do leite, que baixa no período das chuvas. No momento da pesquisa de campo, para a coleta destes depoimentos orais, em agosto de 2001, observava-se no município Vale do São Domingos, recém criado em fins de 1999, um intenso processo de migração. Havia inúmeras famílias que venderam seus lotes e partiram para o noroeste do Estado, mais especificamente, iam para o município de Brasnorte. A família de Genésio estava pronta para partir em poucos meses. Já havia vendido seu lote e comprado uma área maior, toda em mata, naquele município. Seguiam outras famílias que já se haviam transferido.

A configuração do fracasso da gleba era o seu fracasso e o de tantos outros agricultores que deixavam de produzir alimentos e mercadorias para o mercado agrícola. Seguindo uma tendência muito comum que se generalizou, no final da década de 1980 e durante aos anos 90, visto que quase todos investiam na agropecuária leiteira. Este aspecto foi muito mais rápido nas glebas ocupadas depois de São Domingos, como Mirassolzinho. Leite (1993) lembra que naquela gleba já existiam em 1991 três laticínios que abriam mercado para o leite e estimulavam a pecuária entre os posseiros de pequenos lotes. Plantando capim para o pasto das vacas e vendendo o pouco leite a preço barato, levava à estagnação da economia e à falta de opções de trabalho para a mão de obra estruturada de forma familiar.

A alimentação que antes era produzida nas roças, hoje provém da produção de leite que transformado em dinheiro, compra arroz, feijão, mandioca, frutas e hortaliças. Ou seja,

⁴⁶⁰ Idem, Genésio 2001.

quase todo alimento para a subsistência familiar tende a ser comprado de fora do lote, como indica o relato:

O povo fica a perto de capim, porque quer criar vaca e não produz sua comida. Então, ali não produz nem o arroz, nem o feijão. Tudo ali é na base do dinheiro. Tudo aí vem de fora, depois fala que a coisa está ruim, mas é porque nós que não plantamos mais⁴⁶¹.

Existe a percepção de que não se plantam e nem se produzem os alimentos não por causa de restrições ambientais dos solos, apesar de haver problemas com pragas e doenças em algumas culturas, mas por opções e atitudes adotadas pelos próprios produtores, seguindo as leis do mercado. Leite, bezerro e boi gordo estão com mercado e preços garantidos, consolidados e permanentes, enquanto produtos agrícolas e alimentares não apresentam atrativos econômicos. Parece que os parceiros investem na produção daquilo que representam como melhor opção para eles, no mercado, o que pode indicar que já não são camponeses apenas preocupados com a produção para a subsistência alimentar, mas perseguem outras formas de consumo que precisam suprir com a moeda circulante, como relata o Genésio:

Planta-se capim não porque não produz. Produz, igual o milho e o feijão. Agora, aqui só não produz algodão, porque aqui já está muito infectado de pragas como o tal de bicudo e tem outros insetos que está difícil. Agora, o arroz, o milho e outros produtos como, amendoim, feijão e mandioca produzem. Mandioca nem se fala. Produz uma mandioca que precisa ver, mas o povo parece que não quer se dar por conta ou não quer trabalhar, não sei. Acho que gosta de ficar atrás disso, todo dia o cara tirando aquele litrinho de leite e cruzar os braços. A braquiária [variedade de capim mais usada nas pastagens] formou, não tem o que roçar, não tem o que fazer⁴⁶².

Os problemas da produção estariam, pois, condicionados pelo mercado que estimula a pecuária e haveria uma mudança cultural profunda, pelo abandono da agricultura. Plantado o capim, só tem aquele trabalho diário da manutenção e de tirar o leite manejando as vacas. Representa o fim do trabalho, origem inicial da riqueza que circulava na gleba. Os posseiros ficam imobilizados, com tempo e mão de obra sobrando, sem ocupação produtiva.

⁴⁶¹ Idem, Genésio 2001.

⁴⁶² Idem, Genésio 2001.

Genésio afirma que produzir, *produz, igual o milho e o feijão (...) mandioca nem se fala.(...) Só não produz algodão*, que em fins de 1980 ainda era um produto de mercado bastante significativo, porque agora há o bicudo e outras pragas. Anota ao lado da tendência de atender ao mercado que: *o povo parece que não quer se dar conta. Não quer trabalhar (...) gosta de ficar (...) tirando(...) leite e cruzar os braços*, seria o indício de uma mudança cultural na produção? Economia de mão de obra com o fim da agricultura e a implantação da pecuária? Ou seria uma forma de preconceito considerando como trabalho digno a produção agrícola, que não deixa tempo ocioso o ano todo? Seria um resquício de uma cultura camponesa se opondo à tendência geral de inserção no mercado? Genésio se indaga sobre isto no relato:

Eu não estou entendendo o povo não. Está difícil, porque o gado dá menos trabalho, mas a produção de cereais cai. Mas aqui ainda produz, você tem que ver. Uma única coisa que vai mais devagar aqui, em terra velha, é o arroz. Planta ele, mas a planta não desenvolve, então, dá problema. Então, de certo, está faltando alguma coisa nessa terra, algum adubo, algum calcário, alguma coisa. Mas milho não, milho todo ano pode gradear o pasto e dá beleza. O amendoim aqui também dá⁴⁶³.

A expressão do depoente: *não estou entendendo o povo*, parece um paradoxo que ele vive e observa. O paraíso da produção e da abundância alimentar se transformou no arame liso e capim com algumas vacas. Menos trabalho significa também queda na produção. Esta diminuição na produção não ocorreria por causa das condições naturais, mas por decisões dos parceiros, que percebem as conseqüências, mas não reagem ou não percebem alternativas.

A crise e o fracasso da gleba faz com que se veja uns e outros vendendo seus lotes e mudando, provocam o empobrecimento do lugar, reconcentrando a terra. Reverter este quadro deveria começar pelo estímulo à retomada da agricultura. Isto dependeria de uma mudança não só nas políticas públicas, mas também na cultura dos produtores, como indica o relato:

⁴⁶³ Idem, Genésio 2001.

Aqui, para começar a retomar a agricultura é o que está difícil. Tinha que vir um plano do governo para ajudar o povo, porque nas terras mais planas tem que mecanizar essas terras e ver o que elas precisam⁴⁶⁴.

Convencido de que a pecuária causa a crise dos pequenos produtores na gleba, Genésio considera difícil, mas necessária a retomada da agricultura para encontrar alternativas. Ele, também, aponta que um dos caminhos seriam as políticas públicas, favorecendo o manejo das terras com máquinas que fossem apropriadas. A solução viria da mecanização das lavouras e de algumas questões técnicas em relação às culturas, como o arroz, que apresentam problemas de produção. Seriam caminhos necessários para a retomada da agricultura, como imagina o Genésio:

Tem que ver o problema do arroz que não produz. A gente roça, derruba e queima. A lavoura de arroz sai boa aqui, mas depois ela fica amarela. Agora, o milho não, ele sai bem. Então, eu acho que precisa mais de um recurso aí para fazer uma análise da terra. Ver o que precisa colocar na terra pra poder produzir, que tem muitos que são fracos de situação. Como é que faz? Uns apelam, plantam capim, pegam uma vaca de um, uma vaca de outro, partem o lucro e ficam ali, entretidos naquilo⁴⁶⁵.

Parece que neste fragmento do relato ele reconhece a influência dos conhecimentos técnicos na produção agrícola como um importante fator para os investimentos na pecuária, apesar do estrangulamento que esta representaria. Fala também de uma estratégia muito comum entre os posseiros para criarem o seu próprio rebanho, que é o plantio de pasto e alugá-lo para os que já tinham gado, em troca de parte da produção de bezerros em cada ano. Esta situação levou muitos a terem toda sua área em pastagem com pouco gado próprio e com o tempo tendeu a criar a situação de monocultura de capim, que o depoente denuncia:

E o que tem hoje? Só tem gado. Acabou a área produtiva de São Domingos. Todo mundo está, assim, acabou a produção de café que tinha. Não estou falando do meu vizinho, que o velho está cansado e a família não ajuda. Não é culpa dele não fazer. Veja em que situação está esse café. Os paranaenses ainda estão lutando pelo café deles. Não sei se já passou lá olhando os café deles. Todo ano eles tiram colheita boa de café⁴⁶⁶.

⁴⁶⁴ Idem, Genésio 2001.

⁴⁶⁵ Idem, Genésio 2001.

⁴⁶⁶ Idem, Genésio 2001.

O fim da agricultura, para o Genésio, parece que também se deu porque as pessoas que a praticavam foram envelhecendo, ficaram sem condições de manterem a atividade. Outros membros da família já não a reconhecem como importante. A produção do café continua com vigor, entre *os paranaenses* que ainda colhem café e outros produtos. Mais que o envelhecimento de uma geração de trabalhadores agrícolas, trata-se de uma mudança cultural profunda onde todos, mesmo com experiências e tradições diferentes, são induzidos a adotar o novo sistema de produção, estimulado pelo mercado e outras tradições culturais que convivem na gleba e no Vale do Guaporé. Assim, é que já, em todas as unidades de produção, familiares e empresariais, predomina a pecuária e, por isso, em São Domingos, *o que está mandando é o boi*, como destaca o relato:

Hoje, o que está mandando aqui é boi e acabou aquela influência. Olha a situação, o rapaz passou hoje cedo aqui, às seis e meia e ali em cima, daqui a mil, mil e poucos metros, foi assaltado. Assaltado não, tomaram a moto dele. Isso não é a primeira vez não, já é a terceira vez que acontece ali em cima. Então, fica uma área perigosa, essa área de fronteira, nossa aqui⁴⁶⁷.

Sem produção, sem emprego, sem alimentação virou *área de fronteira: perigosa* onde já não se pode mais deixar a casa aberta e dormir sossegado, com medo de assalto e roubo. A pecuária não gera empregos, ao contrário elimina-os. A lavoura criava empregos, porque precisava mais gente trabalhando numa mesma área que as pastagens, como disse Genésio:

Aconteceu o seguinte com o povo. O povo é que deixou parte da lavoura para entrar na pecuária. Na pecuária, um só toma conta de tudo aí. Só eu tenho meu sítio de dez, quinze alqueires, eu com minha família eu dou conta na pecuária⁴⁶⁸.

A pecuária não só elimina postos de trabalho, mas também provoca a reconcentração da terra nas mãos de poucos proprietários mais capitalizados, de dentro da gleba ou de compradores de fora, como lembrou o Genésio:

Hoje é só um vendendo pro outro, outro vende pra outro e a população só vai mudando. A alugação de pasto passou já para a venda de terra. Aparece um vai comprando do outro e vai formando fazendas. Igual tem aqui seu Juca, conhecido da gente há muitos anos, que

⁴⁶⁷ Idem, Genésio 2001.

⁴⁶⁸ Idem, Genésio 2001.

tem o gado e só está aumentando a área. Só vai comprando a área e tirando os vizinhos. É essa fazenda aqui no 120, que é de lá do [Km]120, você conhece [refere-se a uma fazenda perto do posto 120 no caminho de Cáceres a Cuiabá]. A fazenda dele, aqui, já está aqui pertinho. Só vai abranger a população que tinha antigamente aqui. Acho que não tem mais a metade. Já mudaram todos. Foi assentada bem mais gente, na época, do que tem hoje. Eram muito mais. Hoje tem menos da metade e eu só estou calculando essa região da Máquina [Queimada]⁴⁶⁹.

A pecuarização foi expulsando os pequenos proprietários de São Domingos com poucos recursos para ampliar sua criação de gado ou para retomar a produção agrícola. A estratégia de alugar o pasto já não funciona e os donos de rebanhos e recursos maiores passaram a comprar lotes de vizinhos formando propriedades maiores, esvaziando, com isso, a gleba da maioria de sua população inicial. Este processo ocorreria por dupla razão, mas destacando-se a falta de créditos públicos para os pequenos produtores e a falta de iniciativa destes:

Olha isso aí, da pecuária tomar conta, foi o seguinte. Nisso tem culpa os dois lados. O problema é que o pequeno agricultor não está tendo apoio dos governantes. (...) Eles [no banco] querem saber, até quantas vezes o pequeno agricultor come por dia.(...) Porque, entendeu, não tem apoio para fazer um financiamento.(...) Querem saber o que você tem, do fio de cabelo até a sola do pé. Então está difícil (...) o pequeno agricultor não tem apoio⁴⁷⁰.

Sem recursos do crédito ou de outros recursos públicos, o que o produtor sem capital e já sem a mata pode fazer a não ser plantar o capim e alugar o pasto, para obter algum gado no futuro e trabalhar de diarista para quem precisa e assim sobreviver precariamente? Mesmo assim, é o seu fracasso. Que fazer? Eis as indagações do depoente que vive esta situação:

O que você faz? Eu sou fraco, o que vou fazer? Plantar capim no lote todo? Pegar umas vaquinhas a meia, uma porcentagem pra mim fazer um gado, vender, entregar, pegar de outro e o meu gadinho vai aumentando? Trabalhar pra um e pra outro, para a sobrevivência?. Acho que o fracasso vem mais por aí⁴⁷¹.

⁴⁶⁹ Idem, Genésio 2001.

⁴⁷⁰ Idem, Genésio 2001.

⁴⁷¹ Idem, Genésio 2001.

A estratégia de constituir o próprio gado pelo aluguel do pasto e do trabalho de diarista a cada dia ficaria mais inviável, resultando em fracasso da unidade familiar de produção. Considera uma das únicas alternativas o crédito ou o apoio de programas governamentais aos pequenos agricultores, embora muito exigente e burocrático um programa de crédito como o PRONAF:

Igual vieram, aqui, fazer um levantamento do que precisava na associação, negócio de financiamento do PRONAF. Ia sair quatro mil real, mas a broguezia [refere-se a burocracia bancária], sei lá como é que se fala. Nem sei falar. O pior, é a exigência. (...) Não, agora o povo desanima. Não tem um apoio, como é que faz? É isso aí o que eu quero explicar, está difícil⁴⁷².

Impressiona a dificuldade que tem para explicar e entender a burocracia do banco como primeiro passo para acessar os recursos de um programa simplificado como o PRONAF. O banco colocaria exigências e empecilhos demais para que o pequeno produtor pudesse ter acesso a este crédito. Estas dificuldades começam na linguagem utilizada pelos funcionários do banco até as exigências de garantias reais que significam humilhação, no universo cultural dos parceiros. Referia-se a isto também quando falava das muitas perguntas em que, no banco, querem saber até *quantas vezes o lavrador come por dia*. O jeito é renunciar ao crédito e abandonar o sítio, mas dá saudade, porque ainda produziria de tudo se houvesse condições:

Até que hoje eu estou aqui nesse comércio. Mas foi difícil ali naquela terra, porque eu machuquei e não tinha como eu trabalhar. Eu sou uma pessoa que não gosta de ficar parada. Eu, assim, tava entretido, encontrando alguma coisa, a venda. Eu vim pro comércio, mas hoje eu tenho saudade do sítio que ainda produz de tudo⁴⁷³.

Saiu do sítio por problemas de saúde e comprou um pequeno boteco de secos e molhados na vila da Máquina Queimada onde morava, mas prestes a mudar-se para Brasnorte. O sítio ainda produziria, por isso dá saudade ficar distante dele ou vendê-lo e partir para outra atividade ou região. O fim do paraíso é a desterritorialização do parceiro agricultor que se desloca, em busca de outro espaço, para torná-lo seu território e sua pátria. O sítio é sua casa, sua querência, sua identidade, sua terra, sua alma e sua vida. Migrar é

⁴⁷² Idem, Genésio 2001.

⁴⁷³ Idem, Genésio 2001.

partir para o exílio novamente, donde sente saudade do que deixou para trás. É ficar desalmado e morrer um pouco, empobrecer sem, no entanto, perder a esperança.



Foto 18: A monocultura do pasto e do gado aponta para a reconcentração da terra e da crise da agricultura
Fonte: Família Scatolin na M. Queimada

CONCLUSÃO

A oportunidade oferecida pelo mestrado para leituras teóricas, o exercício da pesquisa orientada em história e a escrita do texto historiográfico, parecia menos desafiadora do que foi ao final. O exercício de pesquisa e de escrita de uma história mostrou-se mais complexa ao longo do processo de investigação com diversos tipos de fontes e tornou-se uma experiência contraditória, pois, ao mesmo tempo que a descoberta da vasta documentação escrita, oral e áudio-visual provocava alegria e satisfação, também produzia angústia e sofrimento, por causa da exigüidade de tempo para assimilar tantos elementos teóricos e experimentar a leitura e análise das fontes transformando-as em historiografia.

Apesar destas dificuldades, o exercício de pesquisa histórica, realizado no Programa de Mestrado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso, foi uma experiência rica que inseriu os mestrandos nos debates contemporâneos da disciplina e da academia, despertando-os para novas abordagens teóricas e metodológicas, oferecendo-lhes a chance de rever práticas de ensino e de pesquisa histórica.

Compreendemos que a história, como disciplina, é essencialmente historiografia, pressupondo um lugar de produção, procedimentos de pesquisa em fontes e operações da escrita. Assim, a dissertação significa a culminância da proposta de um proveitoso exercício de historio-grafar, que demonstra a habilidade do profissional. A experiência de enfrentar o desafio de escrever história também pode contribuir para a continuidade de pesquisas, a melhoria do ensino e a difusão de conhecimentos históricos na graduação ou em outros meios e espaços sociais.

Ao concluirmos a dissertação ressaltamos alguns aspectos da experiência de pesquisa e resultados de construções elaboradas como historiografia sobre a experiência vivida no passado por grupos sociais na luta pela terra no Vale do Guaporé em Mato Grosso situado na fronteira agrícola Amazônica, reocupada na segunda metade do século XX, por movimentos diversos que construíram novas formas de vida e de cultura sobre territorialidades tradicionais.

O contexto do Vale do Guaporé tornou possível a realização do sonho da terra para muitos sem terra que se tornaram pequenos produtores. O estudo ajudou a compreender que primeiro ocorreu o processo de apropriação de terras por grandes empresários em processos fraudulentos, recheados de corrupção e suborno de governantes e funcionários do Estado, para depois os pequenos posseiros da região as ocuparem, em processos de luta, diferentes dos de outras regiões do Estado e do país. A consolidação da posse da terra pelos ocupantes só foi possível por causa do contexto favorável no Vale do Guaporé-MT, nas décadas de 1970-90. Destacam-se fatores considerados importantes para o sucesso da luta dos que se chamaram simplesmente posseiros ou grileiros, ao longo do texto:

1)A ausência dos latifundiários com propriedades no Vale do Guaporé pois residiam fora do estado e não tinha uma organização como categoria com interesses a defender coletivamente;

2)Existia no Vale do Guaporé, no início da década de setenta, um excedente de trabalhadores sem emprego e sem terra que buscavam trabalho nas fazendas que estavam sendo implantadas, mas não havia espaço para todos e acesso a terra era quase impossível;

3) A existência de grandes extensões de terras florestadas, férteis e ainda não aproveitadas no Vale do Guaporé, com fama de aptidão agrícola se espalhou por outros municípios do Estado e em outras unidades da federação como Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Goiás e outros, fomentando o deslocamento de pessoas em busca de emprego e terra;

4) Os madeireiros e comerciantes da cidade de Pontes e Lacerda, querendo lucros imediatos constituíram-se em forças sociais favoráveis a ocupação de terras improdutivas onde houvesse madeiras e possibilidade de negócios, apoiado posseiros e outros grileiros de terras com seus recursos;

5) A criação do novo município de Pontes e Lacerda, em 1979, estimulou políticos a desenvolverem estratégias de aproximação e de apoio aos posseiros como investimento para futuras eleições, destacando-se os militantes do PMDB, PDS, PT e PFL;

6) O surgimento de lideranças entre os sem terra que se rebelaram e enfrentaram a situação adversa aglutinando peões, sem terra e sem emprego, para ocuparem terras tituladas, mas improdutivas, muitos, conhecidos como os *profissionais do Grilo*;

7) No Vale do Guaporé as instituições e funcionários do Estado regeram-se pela transgressão das normas legais por considerarem a fronteira como um espaço sem restrições às forças sociais e políticas onde os conflitos pela terra abriram canais de negociação e de atuação às lideranças do *grilo*, forçando as autoridades do Estado a agirem, às vezes, contra os interesses dos grandes capitalistas, reconhecendo direitos aos trabalhadores em luta;

8) A conquista da Gleba Scatolin em Pontes e Lacerda, no início da década de 1970, influenciou decisivamente os rumos das lutas dos posseiros criando uma referência de sucesso na luta pela terra, sem um movimento social organizado e articulado de forma permanente no Vale do Guaporé conhecendo lideranças expressivas e importantes vitórias.

As terras indígenas e públicas, apropriadas pela iniciativa privada nas décadas de 1950 e 60, foram revendidas para empresários interessados na madeira ou na pecuária e posteriormente tornaram-se objetos de disputa nos processos de *invasões* ou de *ocupações* por parte de grileiros e posseiros. No percurso histórico, estes ocupantes se transformaram de posseiros em assentados, parceiros, lavradores, camponeses, pequenos proprietários ou pequenos agricultores ou agricultores familiares ou trabalhadores rurais. A denominação varia na documentação, dependendo de quem nomeia.

Os enfrentamentos dos posseiros com pistoleiros das fazendas, a polícia e a justiça sucederam em complexas alianças na ocupação das propriedades que constituíram a gleba São Domingos entre 1979-83 e de outros latifúndios no Vale do Guaporé, nas décadas de 1970 a 90, indicando a complexidade e as especificidades desse processo histórico na região, comparando-se a outras de Mato Grosso. Podem servir para a análise da ocupação recente da Amazônia, em processo diferentes da colonização ou do assentamento dirigido.

A pesquisa indica que os confrontos mais intensos aconteceram entre 1980-86, período da ocupação de São Domingos no começo da *Nova República*, envolvendo muitas famílias de posseiros e poucos latifundiários. A análise das estratégias dos posseiros, lideranças e dos *profissionais do grilo*, indicam que sua ação não era só de resistência e reação a agressões dos latifundiários, mas apresentaram práticas que significam propostas políticas de luta pela terra.

Os funcionários do INCRA, no processo para desapropriar a gleba São Domingos, argumentam que deveria ser declarada área prioritária para a Reforma Agrária e desapropriada por Interesse Social, pois havia o conflito e a terra não cumpria a função

social exigida por lei. Mostram que os proprietários não produzindo deixavam a terra sem a função social lesando e privando a sociedade nacional dos benefícios do desenvolvimento. Indicam, ainda, que os posseiros, ao contrário, cumpriam estas funções, apesar das constantes perturbações provocadas pelas ações dos fazendeiros e policiais contra eles, que arriscavam a vida apropriando-se da terra também pretendida pelos latifundiários.

Os assentamentos de sem terras em Mato Grosso, entre 1970-90, realizados pelo INCRA foram raros, mas quase todas as suas ações foram de regularização fundiária de terras já ocupadas por posseiros, inclusive o Primeiro Plano Regional de Reforma Agrária, também se caracterizou por esta prática. Dependendo da correlação de forças sociais e da situação os processos de regularização de terras de posseiros tiveram duração bastante diferenciada.

A regularização de São Domingos foi realizada em prazo recorde, mas exemplo de demora é o caso da gleba São Domingos II, já que a montagem do Processo 01/86 – INCRA/MT, iniciou em janeiro de 1986 e defrontou-se com tais embaraços que passados quase vinte anos continua sem solução, como tantas outras glebas ocupadas. São sinais, entre outros, do Estado brasileiro burocratizado que funciona a favor dos interesses dos latifundiários e contra os sem terra e pequenos posseiros.

São Domingos foi emblemático de um conjunto de sintomas muito comuns em relação à alienação das terras públicas à iniciativa privada e indica alguns dos principais problemas que ocorriam nestes processos. Houve várias complicações na gleba motivadas por ações de diferentes atores sociais, que suspeitavam da existência de terras devolutas no lugar. Na área de São Domingos teve, pelo menos, três tentativas de grilagem de terras no sentido tradicional do termo por latifundiários e a ocupação por sem terra. A suspeita de que havia terra devoluta suscitou uma intensa disputa entre concorrentes latifundiários e trabalhadores.

Os latifundiários utilizaram diversos tipos de documentos falsos, para apropriar terras em São Domingos, como: títulos voadores; mapas fabricados em escritório sem conhecer a área; ocupação de áreas maiores e sua inclusão ao título legal em cartório; reclamação de direito a desapropriação de áreas maiores que as do título comprado. Assim, o estudo de São Domingos nos colocou em contato com a situação, mais ampla, da

alienação das terras públicas em Mato Grosso, na segunda metade do século XX e com processo de reocupação da fronteira Amazônica.

A história de São Domingos também indica que os problemas, após a apropriação das terras, continuam um grande desafio para os posseiros e parceiros, porque estão excluídos das políticas públicas estruturadoras da economia no meio rural, do crédito agrícola, da pesquisa e assistência técnica para vencer os problemas da produção, processamento e comercialização. A história das glebas ocupadas no Vale do Guaporé, utilizando na produção agropecuária as tecnologias e conhecimentos de manejo dos posseiros, mostra que são insustentáveis, em médio e longo prazo. Conseqüentemente, um novo processo de expropriação da terra se inicia, havendo, com a pecuária extensiva, uma reconcentração das terras em médias e grandes propriedades. Já não basta ocupar e tornar-se posseiro, mas ampliar a luta pela terra incluindo nela a busca da mudança do Estado para que funcione no atendimento das necessidades das maiorias, interrompendo uma longa trajetória histórica de serviços às elites econômicas minoritárias.

A luta dos homens continua e, assim, a história também poderá continuar sendo escrita aproveitando os sulcos abertos no solo, como marcas e indícios da trajetória humana no tempo e nos espaços criando seus territórios e sustentando as suas fronteiras.

BIBLIOGRAFIA

1 – BIBLIOGRAFIA: LIVROS E REVISTAS.

- AJUP/FASE. *Discriminatórias de Terras Públicas*. Rio de Janeiro: julho de 1986.
- ACHARD, Pierre, et al. *Papel da Memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- ALBERTI, Verena. *Programa de Historia Oral CPEDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 1990.
- ALBUQUERQUE, Ana Rita Vieira. *Da Função Social da Posse e sua consequência frente à situação proprietária*. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2002.
- ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. *Mato Grosso: Trabalho Escravo e Trabalho Livre – 1850 – 1880*. Brasília: Ministério da Fazenda, 1984.
- ALMEIDA, Anna Luiza Ozório de. *Colonização Dirigida na Amazônia*. Rio de Janeiro: IPEA/135, 1992.
- AMADO, Janaína. *Região, Sertão, Nação*. In Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.8, n. 15, p. 145-151.
- AUBERTIN, Catherine (Org). *Fronteiras*. Brasília: Ed UNB/Paris ORSTOM, 1988.
- BANDEIRA, Maria de Lurdes. *Território Negro em Espaço Branco*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BARBOSA, Ycarim Melgaço. *Conflitos Sociais na Fronteira Amazônica: O Projeto Rio Formoso*. Campinas–SP: Ed. Papirus; Goiânia: Elege Publicidade Editora Ltda., 1996.
- BIENNÈS, D. Máximo. *Uma Igreja Na Fronteira*. S.L., 1987.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BRUNO, Regina. *Senhores da Terra, Senhores da Guerra: A Nova Face Política das Elites Agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, UFRRJ, 1997.

- Campanha Nacional Pela Reforma Agrária. *Violência no Campo*. Petrópolis: Vozes/IBASE, 1985.
- CARDOSO, Ciro F. e MAUAD, Ana Maria. História e Imagem: Os exemplos da Fotografia e do Cinema. P. 401-417. In CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Ed Campus, 1997.
- CARDOSO, F. H. e MULLER, Geraldo. *Amazônia: Expansão do Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- CASTRO, S. F. et al. *A Colonização Oficial em Mato Grosso: “a mata e a borra da sociedade”*. Cuiabá: ED. UFMT, 1994.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2.000.
- _____. *A Invenção do cotidiano: 1. Artes de Fazer*. Quarta edição. Petrópolis: Vozes, 1999.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel/Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- _____. Uma Crise da História? A História entre narração e conhecimento. p. 115-140. In PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.
- CIMI – Conselho Indigenista Missionário – texto impresso de 1978 - Brasília
- CNBB. *Estudos da Pastoral da Terra: Posse e Conflitos*. São Paulo: Paulinas, 1976.
- CNBB – *A Igreja e os Problemas da Terra*. São Paulo: Paulinas, 1980.
- COY, Martin. Desenvolvimento Regional na Periferia Amazônica. O Caso de Rondônia, p. 167-194. In AUBERTIN, Catherine (Org.). *Fronteiras*. Brasília: Ed. UNB/Paris: Orstom, 1988.
- CORREA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.
- COTARCA, Fernando. Memória e História. P. 43-70. In PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.
- CPI DA TERRA – *Documento CIMI e a Terra dos Índios*. Petrópolis: Vozes, SEDOC, out/nov. 1977. p. 257-448
- CPT – *Conquistar a Terra, Reconstruir a vida*. 10 Anos de Caminhada. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CPT – Secretariado Nacional – *A Luta pela Terra: A CPT 20 Anos depois*. São Paulo: Paulus, 1995.
- DE ALBUQUERQUE, Durval Muniz. *A Invenção do Nordeste e Outras Artes*. São Paulo: Ed. Cortez/Recife: Ed. Massangana, 1999.

- DE CASTRO FERREIRA, Eudson. *Posse e Propriedade Territorial: a luta pela terra em MT*. Dissertação de mestrado. Campinas-SP: Ed. UNICAMP, 1986.
- _____ et al. A Reconstrução dos Assentamentos Rurais em Mato Grosso. P. 197-228. In MEDEIROS, Leonilde Sêrvolo e LEITE, Sérgio. (org.). *A Formação dos Assentamentos no Brasil*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/ Rio de Janeiro: CPDA, 1999.
- DELEUZE, Giles. Foucault. *São Paulo: Brasiliense, 1988*.
- DICIONÁRIO HOAUISS DA LINGUA PORTUGUESA. *Primeira edição. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001*.
- ESTERCI, Neide. *Peões e Garimpeiros - Terra e Trabalho no Araguaia*. Rio de Janeiro: Centro Ecumênico de Documentação e Informação, jun. 1983.
- _____. *Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FERREIRA, Jorge Luiz. *A cultura Política dos Trabalhadores no Primeiro Governo Vargas*. In Revista de Estudos Históricos. Rio de Janeiro: vol 3, Ano 6, 1990, p. 180-195
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 14 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- _____. *Vigiar e Punir*. 19 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Ed. NAU, 1999.
- GINSBURG, C. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1987.
- _____. *Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999
- GOMES, Iria Zanoni. *Terra e Subjetividade: a recriação da vida no limite do caos*. Curitiba: Edições Criar, 2001.
- GUAZZELLI, César Augusto, et al. (org). *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- GUIMARRÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A Lenda do Ouro Verde: Política de Colonização no Brasil Contemporâneo*. Cuiabá: Ed. UNICEN, 2002.
- _____. *Artes da Memória, Fontes Orais e Relato Histórico*. p. 99-114. In Revista História e Perspectivas. UFU-Uberlândia-MG: Ed.UFU, n. 23 jul/dez/2000.
- HEBETTE, Jean (org). *O Cerco Está se Fechando*. Rio de Janeiro-Petrópolis: Ed.FASE/Vozes/ Belém-PA: NAEA-UFPA, 1991.
- IANNI, Otávio. *Colonização e Contra Reforma na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979.

- _____. *A Luta Pela Terra*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- JENKINS, Keith. *A História Repensada*. São Paulo: Contexto, 2001.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas/SP: Ed. da UNICAMP, 1992.
- LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de Família*. São Paulo: Ed. USP, 2.000.
- _____. *Livros de Viagem – 1803-1900*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.
- LENHARO, Alcir. *A Sacralização do Poder*. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. *Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro Oeste. Os Anos 30*. Campinas/SP: Ed. UNICAMP, 1986.
- _____. *A Terra para quem nela Não Trabalha: A Especulação com a terra no Oeste brasileiro nos anos 50*. P 47-64. In: Revista Brasileira de História. ANPUH, Vol 6, n. 12, março/agosto. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1986.
- LEROY, Jean-Pierre e SOARES, Maria Clara Couto (Orgs.). *Bancos Multilaterais e Desenvolvimento Participativo no Brasil: Dilemas e Desafios*. Rio de Janeiro: Ed. FASE/IBASE, 1998.
- LEVI, Giovanni. *A herança Imaterial: a trajetória de um exorcista no Piemonte no século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- KAUTSKY, Karl. *La Cuestión Agraria: Análisis de las tendencias de la agricultura moderna y de la política agraria de las socialdemocracias*. Tercera Edición. Madri: Siglo XXI, 1980.
- KUGELGEN, Helga von. La Alegoria de América en el Frontispicio del Viaje de Humboldt y Bombland. P. 167-182. In COORDINACION NACIONAL DE DIFUSION DEL INAH. *Alejandro de Humboldt en México*. México-DF, 1997.
- MEAF – INCRA : *Manual para o Parceleiro*. O que é o INCRA e o que faz em Colonização. Brasília: 1984.
- MARQUESI, Roberto Wagner. *Direitos Reais Agrários e Função Social*. Curitiba: Juruá Editora, 2001.
- MARRE, Jacques Léon. *História de Vida e Método Biográfico*. In: Cadernos de Sociologia, Porto Alegre: vol. 3, n. 3, jan/julho 1991, p. 89-141.
- MARTINS, José de Souza. *A militarização da Questão Agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- _____. *Não Há Terra para Plantar Neste Verão: O Cerco das Terras Indígenas e das Terras de Trabalho no Renascimento Político do Campo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- _____. *Fronteira: A Degradação do Outro nos Confins do Humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

- _____. *A Vida Privada Nas Áreas de Expansão da Sociedade Brasileira*. p 659-726. In: História da Vida Privada no Brasil. Volume 4. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- MAUAD, Ana Maria. História, Iconografia e memória. P. 309-320. In. SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes (Org) *Os Desafios Contemporâneos da História Oral*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. *História dos movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: Ed. FASE, 1989.
- _____. e LEITE, Sérgio (Orgs). *A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: Processos Sociais e Políticas Públicas*. Porto Alegre: Ed.Universidade/UFRGS /Rio de Janeiro: /CPDA, 1999.
- MEIRELES, Denise Maldi. *Guardiães da Fronteira: Guaporé, século XVIII*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- MENDONÇA, Estevão de. *Datas Mato-grossenses*. Goiânia: Ed. Rio Bonito, 1973.
- MENDONÇA, Rubens de. *História do Comércio de Mato Grosso*. Goiânia: Ed. Rio Bonito, 1973.
- MOMBEIG, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec-Polis, 1984.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. *História Oral e Memória: A Cultural Popular Revisitada*. São Paulo: Contexto, 1992.
- _____. Padres e Artesões: Narradores Itinerantes. In *História Oral* n. 4. Associação Brasileira de História Oral. São Paulo: julho/2001. p. 39-54
- MORAES FERREIRA, Marieta de, e AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.
- _____. *História Oral, Comemorações e Ética*. In Revista Projeto História n.15. P. 157-164. São Paulo: PUC, abril de 1997.
- _____. *Desafios e Dilemas da História Oral nos anos 90: o caso do Brasil*. Revista da Associação Brasileira de História Oral. Rio de Janeiro, n. 1, p. 18-29, 1998.
- MURARO-SILVA, José Orlando. *Legislações Agrárias do Estado de Mato Grosso*. Cuiabá: Ed. Jurídica Mato-Grossense, 2001.
- MOTTA, Márcia e PIÑEIRO, Théo Lobarinhas (Org.). *Voluntariado e Universo Rural*. Coleção Herança. Rio de Janeiro: Ed. Vícios de Leitura, vol. 1, 2001.
- OZÓRIO DE ALMEIDA, Ana Luiza. *Colonização Dirigida na Amazônia*. Rio de Janeiro: IPEA, n. 135, 1992.
- PANOFISKY, Erwin. Iconografia e Iconologia p. 312-48. In *Significados nas Artes Visuais*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

- PENÇO, Célia de C. *A Evaporação das Terras Devolutas no Vale do Paranapanema*. São Paulo: HVF – CERED/INIP, 1994
- PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.
- PORTELLI, Alessandro. *Tentando Aprender um Pouquinho: Algumas Reflexões sobre a Ética na História Oral*. In Revista Projeto História n. 15. p. 13-50. São Paulo: PUC, abril de 1997.
- _____. O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): Mito, política, luto e senso comum. P. 103-130. In MORAES FERREIRA, Marieta de e AMADO, Janaína (Org). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.
- PUHL, João Ivo, MOURA, Fátima A . G., e FERREIRA, Ana Paula Lopes. Etnografia sobre Relações de Gênero na Agricultura Familiar do Vale do Guaporé. In Quarto Caderno: *Experiências Rurais*. Programa Integrado de Capacitação em Gênero: Desenvolvimento, Democracia e Políticas Públicas. Rio de Janeiro: Ed. FASE, 1998. p. 65 a 95.
- REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escalas: A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.
- REMOND, René (Org). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- RIBEIRO F. M. DA COSTA, Anna Maria. *Senhores da Memória: Uma História do Nambiquara do Cerrado*. Cuiabá/MT: Ed. UNICEN, 2003.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Matuchos exclusão e luta: do sul para a Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- _____. *Violência no campo: o dilaceramento da cidadania*. Reforma Agrária. Campinas: v. 22, n. 1, jan/abr. 1992.
- SANTOS, Milton. *Por uma Nova Geografia*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SCHMIDT, Benito Bisso. A Biografia histórica: o “retorno” do gênero e a noção de “contexto”. In GUAZZELLI, César Augusto Barcelos, et al. (Org) . *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre/RS: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. p. 121-146.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. 22ª Edição ampliada de acordo com a ABNT. São Paulo: Cortez, 2002.
- SILVA, Luiz Sérgio Duarte da (org). *Relações Cidade-Campo: fronteiras*. Goiânia: Ed. UFG., 2000.
- SILVA, Lúcia Osório. *Terras Devolutas e Latifúndio: Efeitos da Lei de 1850*. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.
- SIMAN, Lana Mara de Castro e FONSECA, Thaís Nívia de Lima (Orgs.). *Inaugurando a História e Construindo a Nação: Discursos e imagens no ensino da História*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2001.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von (org.). *Os Desafios Contemporâneos da História Oral – 1996*. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1997.

TAVARES, Ricardo. *Vale do Gauporé: política agrícola na fronteira*. In Revista Proposta. Rio de Janeiro: FASE, n. 44, maio de 1990, p.33-37.

THOMSON, Alistair. *Recompondo a Memória: Questões sobre a Relação entre a História Oral e as Memórias*. In Revista Projeto História n. 15. P. 51-84. São Paulo: PUC, abril de 1997.

_____ et al. Os Debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. P. 65-94. In MORAES FERREIRA, Marieta de e AMADO, Janaína (Org). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

TORRES, Artemis (Org). *Mato Grosso em Movimentos: Ensaio de Educação Popular*. Cuiabá: Ed. UFMT, 1994.

UNESP. Normas para Publicações da UNESP. Coordenadoria Geral de Bibliotecas e Editora UNESP Vol. 2 e Vol.4. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1994.

V. A. Revista Projeto História n. 15. *Ética e História Oral*. São Paulo: PUC, abril de 1997, 293 p.

VELHO, Otávio Guilherme. *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária: Estudo do Processo de Penetração numa área da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

WAIBEL, Léo. Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil. Rio de Janeiro: FIBGE, 1979.

2- ARTIGOS, MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES E TESES.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *O Conflito e Mediação: Os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Museu Nacional, UFRJ. Rio de Janeiro: 1993.

BANDEIRA, Maria de Lurdes, et al. *Mato Grosso: a terra no discurso das leis (1850-1930)*. Seminário de História – UFMT – Cuiabá – MT, setembro de 1988. Mimeografado.

- CABAN, Lea. *A fronteira do Guaporé: O processo de apropriação de Terras e a Organização do Espaço Agrário*. Dissertação de Mestrado em Geografia, UFRJ. Rio de Janeiro: maio de 1999.
- CALÓRIO, Cláudia Maria. *A Agricultura numa Perspectiva Ecológica e a Pequena Produção do Vale do Guaporé: Estudo do Caso das Glebas São Domingos, Furna Azul e Scatolin*. Monografia de Especialista em Educação Ambiental, Programa de Pós-graduação em Educação, UFMT, Cuiabá – MT: 1991.
-
- _____. *Análise de Sustentabilidade em Estabelecimentos Agrícolas Familiares no Vale do Guaporé – MT*. Dissertação de Mestrado em Agricultura Tropical, UFMT, Cuiabá: 1997
- CASRILLON FERNANDES, Antônio João. *Violência, Luta pela terra e Assentamentos: A construção social dos assentados em Mato Grosso*. Dissertação. Programa de Pós Graduação em Sociologia. UFRGS, Porto Alegre: maio de 1997.
- CASTRO OLIVEIRA, Bernadete A . C. *Os Posseiros da Mirassolzinho*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social pela FFLCH-USP. São Paulo: 1991.
- DE CASTRO FERREIRA, Eudson. Apresentação p. 1-25. In *Relatório Final: Reforma Agrária em Mato Grosso: Avaliação dos Projetos de Assentamento*. Cuiabá: GERA/ICHS/UFMT, 1997.
- DE MOURA, Carmen Lúcia Senra Itaborahi. *Homens Sem Terra Para Terra Sem Homens: Os Posseiros da Gleba Cascata, Rondonópolis, MT, 1975-1985*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC, 1992
- DOS SANTOS, Divina. *A história do Grilo da Gleba Vereda – 1975-1985*. Monografia de Conclusão do Curso de Graduação em História – UNEMAT; Cáceres, 2002.
- DOS REIS DEFÁCIO, Maria Aparecida. *A Complexidade do Processo de Regularização da Gleba Boa Vontade – Rio Branco e Salto do Céu – Mato Grosso e as políticas estaduais de Alienação de Terras Públicas- 1973-2000*. Monografia de Conclusão de Curso de Graduação em História. UNEMAT. Cáceres: 2002.
- ESTERCI, Neide. *O Mito da Democracia no País das Bandeiras: Análise simbólica dos diversos discursos sobre a migração e colonização do Estado Novo*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional – UFRJ – Rio de Janeiro: 1972
- FOSCHERA, Atamis Antônio. *Globalização e Movimentos Sociais no Campo: O Movimento de União dos Lavradores do Vale do Guaporé – MT*. Dissertação de Mestrado em Extesão Rural. UFSM, Santa Maria - RS:2000.
- GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos Confins da Civilização: Sertão, Fronteira e Identidades nas Representações sobre Mato Grosso*. Tese de Doutorado em História. FFLCH, USP. São Paulo: 2000.

- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Grupiaras e Monchões: Garimpos e Cidades na História do Povoamento do Leste de Mato Grosso – 1ª Metade do Século Vinte*. Tese de Doutorado em História, Campinas: IFCH-UNICAMP, 1996.
- LEITE, José Carlos. *Campepinato Matogrossense: Resistência e Transformação. Caso Mirassolzinho*. Dissertação de Mestrado em Educação. IE-UFMT, Cuiabá – MT, 1992.
- MORENO, Gislaene. *Os (Des)Caminhos da Apropriação Capitalista da Terra em Mato Grosso*. Tese de Doutorado em Geografia, FFLCH-USP, São Paulo: 1993
- MOURA, Antônio Eustáquio de. *Gleba Canaã: Estudo das Práticas Econômicas e Sociais de Camponeses no Sudoeste do Estado de Mato Grosso*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, IFCH-UFRGS, Porto Alegre: 1994.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A Fronteira Amazônica Mato-Grossense: Grilagem, Corrupção e Violência*. Tese de Livre Docência FFLCH-USP: São Paulo, 1997.
- OLIVEIRA, Carlos Edinei de. *Famílias e Natureza: As Relações entre Famílias e Ambiente na Construção da Colonização de Tangará da Serra – MT*. Dissertação de Mestrado em História, ICHS-UFMT, Cuiabá: 2002
- PUHL, João Ivo. *Os Construtores da Fronteira Noroeste do Brasil: História da Ocupação do Espaço Agrário de Pontes e Lacerda –1970-1986*. Monografia de Especialista em História, ICSA-UNEMAT, Cáceres- MT: 2001.
- PUHL, José Vicente. *A Educação na Implantação de Sistemas agroflorestais entre os Agricultores Familiares do Vale do Guaporé, Mato Grosso*. Dissertação de Mestrado em Educação Pública, IE-UFMT, Cuiabá: 1998
- QUEIROZ, Ironita de Oliveira Monteiro. *Crescimento da População e do Nível de Tensão Social no Meio Rural de Mato Grosso*. Monografia de Especialista em Geografia, ICHS-UFMT, Cuiabá: 1983
- RIBEIRO, José Donizetti. *Terra e Garimpos: Um estudo da Violência na Consolidação do Espaço de Colonização – Alta Floresta – 1978-1983*. Dissertação de Mestrado em História. ICHS-UFMT, Cuiabá: 2001.
- ROSA, Sueli L. Couto. *A Reforma Agrária em Mato Grosso: Parâmetros para sua Compreensão*. P. 22-30. In Mesa Redonda: *Assentamentos de Reforma Agrária: Um Aprofundamento da Questão*. GERA/ICHS/UFMT. Cuiabá: jan. 1997.
- SOUZA, Edison Antônio de. *Sinop: História, Imagens e Relatos – Um Estudo sobre a Colonização de Sinop*. Dissertação de Mestrado em História, ICHS-UFMT, Cuiabá: 2001.

3-FONTES DOCUMENTAIS

A) DOCUMENTOS ESCRITOS, MANUSCRITOS E/OU IMPRESSOS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terra, conflito e Cidadania*. Relato no Tribunal dos Povos, Paris: 1990, 46 páginas.
- DOCUMENTOS DA CNBB. *A Igreja e os Problemas da Terra*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1980, 38 páginas.
- CPI DA TERRA. *Documentos do CIMI e a Terra dos Índios*. Petrópolis: Vozes, SEDOC, out/nov. 1977, 105. p. 257- 448.
- INCRA – UNB – *Primeiro Censo da Reforma Agrária do Brasil*. Brasília: 1996.
- Campanha Nacional pela Reforma Agrária. *Violência no Campo*. Petrópolis: Vozes/IBASE, 1985.
- Palestra de José Gomes da Silva na CONTAG/ABRA. *Posse da Terra e Reforma Agrária – O Caso Brasileiro*. Brasília: julho de 1971.
- Governo do Brasil. *Programa da Terra*. Brasília: junho de 1992.
- MEAF-INCRA. *Manual para o Parceleiro*. O que é o INCRA e o que faz em Colonização? Brasília: 1984.
- Pax Christi Internacional. *Conflitos de Terra no Brasil*. Bélgica, Auvers: 1988.
- Marcos Carneiro de Mendonça. Tomo III – *Rio Guaporé e Paraguai Primeiras Fronteiras Definitivas do Brasil*. Rio de Janeiro: 1985.
- Processo 413/91, de *Emancipação do Município Vale do São Domingos*, encaminhado à Assembléia Legislativa de Mato Grosso, tramitando de 1991 a 1999, até ser aprovado como *Lei n. 7.231* de 28 de dezembro de 1999. 408 folhas onde há algumas com informações na frente e no verso. O processo contém 3 mapas e há inúmeros documentos fornecidos por diversos órgãos públicos do Estado de Mato Grosso, para complementar informações sobre tributos, previsão de arrecadação e número de contribuintes Relação dos Contribuintes Agropecuários do Distrito de S. Domingos das fls 120- 139, fornecida e 200 Guias de Informação e Apuração Rural – Gia-Rural nas folhas 199 a 399 fornecidas pela Secretaria Estadual da Fazenda, onde se encontram

dados sobre os proprietários de os estabelecimentos agropecuários do município e dados sobre o valor de operações de vendas realizadas no ano base de 1999.

- *Processo 0431/1982, do INCRA/MT*, encaminhando o Processo de Declaração de área prioritária para a Reforma Agrária e propõe a desapropriação da Gleba S. Domingos por Interesse Social, com área de 27.214 hectares onde se encontravam 387 posseiros, que chega a ser concretizada pelos dois Decretos presidenciais de 4 de maio de 1983, com 196 folhas algumas frente e verso.
- *Processo 455/1985 do INCRA/MT*, propondo a desapropriação de 5.750 hectares, parte da Fazenda AeroRancho, já ocupada por 69 posseiros e compondo a gleba S. Domingos com 493 folhas algumas contendo informações na frente e no verso;
- *Processo 01/1986 do INCRA/MT*, propondo a desapropriação da área denominada S. Domingos II com área de 1.122,7128 hectares, já ocupada por 69 posseiros, que compõe a Gleba S. Domingos, com 317 folhas contendo informações na frente e verso.
- *Imprensa e Documentos – CPT – MT* – é um arquivo organizado em tomos anuais com vários volumes por ano, contendo recortes de jornais sobre as questões de terras no Estado e documento diversos de agentes de pastoral, de políticos, de sindicalistas, de bispos... Assim encontramos documentos nos seguintes tomos por ano e volumes e o número total de páginas em cada volume:
 - = Tomo 1978 – volume único, número de páginas 21
 - = Tomo 1980/3 contendo número de páginas 28.
 - = Tomo 1981/2 n. p. 55
 - = Tomo 1982/2 n. p. 18
 - = Tomo 1983/2 n. p. 15; 1983/3 n. p. 22.
 - = Tomo 1984/1 n. p. 32; 1984/2 n. p. 50; 1984/3 n. p. 07.
 - = Tomo 1985/1 n. p. 06; 1985/2 n. p. 17; 1985/3 n. p. 08; 1985/4 n. p. 43; 1985/5 n. p. 24.
 - = Tomo 1986/1 n. p. 04; 1986/2 n. p. 07; 1986/3 n. p. 25; 1986/4 n. p. 13; 1986/6 n. p. 16.

- = Tomo 1987/1 n. p. 71; 1987/2 n. p. 66; 1987/3 n. p. 121987/4 n. p. 05.
- = Tomo 1988/5 n. p. 48.
- = Tomo 1989/1 n. p. 16; 1989/3 n. p. 01; 1989/4 n. p. 57.
- = BOLETIM AROEIRA VOLUME 1983-84 n. p.29; Volume 1985 n. p. 17; Volume 1986-87 n. p. 17.
- *19 documentos escritos da década de 1980*, principalmente do Pe. Luiz Tanguy encontrados nos arquivos da Paróquia Católica de Pontes e Lacerda sobre indígenas, conflitos de terras e outras denúncias, total de 130 páginas.
- *Documentos avulsos do STR de Pontes e Lacerda* sobre processos na justiça contra posseiros, atas manuscritas, correspondências com autoridades e a FETAGRI, total de 72 páginas.
- *Do arquivo da FASE-MT* inúmeros documentos sobre a região do Vale do Guaporé de origens diversas totalizando mais de 500 páginas.
- *Jornais do ano de 1954* sobre colonização encontrados no APE 09 páginas.
- *14 documentos encontrados no arquivo da Família de João Bispo*, 31 páginas.
- *12 Documentos avulsos levantados no trabalho de campo* em 2001, na Prefeitura de São Domingos e de Pontes e Lacerda, na Câmara de Vereadores, escolas e arquivos particulares num total 221 páginas.

B) DOCUMENTOS AUDIOVISUAIS

1) MAPAS, PLANTAS E CROQUIS

- 1-Mapa do Estado de Mato Grosso, localizando a Região do Vale do Guaporé e o Município Vale do São Domingos;
- 2-Mosaico contendo as áreas desapropriadas que compõe a Gleba São Domingos (INTERMAT);
- 3-Mapas do Estado de Mato Grosso nos Processos do INCRA, para localizar as áreas a serem desapropriadas.
- 4-Mapa da área urbana de São Domingos, elaborado pela Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda – 1989;
- 5- Mapa contendo todos os lotes dos posseiros assentados na Gleba São Domingos – INCRA – 1984.

6- 02 Mapas dos domicílios enumerados e estradas de acesso, visitados no Município de Pontes e Lacerda, incluída a Gleba São Domingos, pelos agentes da SUCAM de 1989 e de 1996.

7- Mapa dos domicílios enumerados e estradas de acesso do Município de São Domingos de 2001, elaborado pela Secretaria da Saúde do município.

8- Croquis das áreas das fazendas desapropriadas para realizar a regularização das posses (processos 0431/82 Gleba S. Domingos; 01/86 Gleba S. Domingos II; 455/85 área da fazenda Aero Rancho no INCRA).

9- Croquis dos lotes do assentamento da gleba São Domingos INCRA;

10- Um mapa do município Vale do São Domingos da Geomaps/Engenharia Paralelo 14.

2) FOTOGRAFIAS

1- De mais de 200 fotos desde 1986-2000, nos Arquivos da Fase-MT entre as quais selecionamos 26 para uma análise mais detalhada e das quais escolheremos algumas para constar na dissertação;

2- 27 fotos coloridas de uma página, anexos no Processo 413/91 de Emancipação do Município, encaminhados à Assembléia Legislativa do Estado em 1994, pelo Dep. Est. Antônio Sardinha;

3- Mais de 76 fotos fornecidas por parceiros assentados na Gleba S. Domingos;

4- 42 fotografias feitas durante o processo de pesquisa em 2.000 e 2001;

3) FILMES EM FITAS DE VÍDEO VHS

1- São 08 fitas com imagens de arquivo, feitas entre 1986 – 1989 e guardadas pela FASE-MT;

2- 2 fitas com materiais editados pela equipe da FASE-MT, utilizados no processo de educação, uma fita tem o título de Movimento I do ano de 1988 e outra de Movimento II de 1989.

3- O arquivo de imagens é muito maior sobre o período, apenas selecionamos estas 10 fitas para uma análise preliminar que pode ser ampliada ao final ou mantida nas atuais condições dependendo dos encaminhamentos e opções.

4) FONTES ORAIS – RELATOS GRAVADOS EM FITAS k7

- 1- São 26 fitas K7 com entrevistas gravadas com moradores ou ex-moradores da Gleba São Domingos;
- 2- 06 fitas K7 com entrevistas gravadas com pessoas que conheceram São Domingos e toda a região do Vale do Guaporé nas décadas de 1970-1990.

3- LISTA DOS ENTREVISTADOS

N.	Nome do entrevistado	Profissão	Local de moradia	ano
01	João Vieira Andrade – o Joãozinho +	Professor	Pontes e Lacerda	2000
02	Antônio T. Sobrinho (Tonho) +	Agricultor	Guaporé	2000
03	José F. da Silva #	Comerciante	Pontes e Lacerda	2000
04	Renato F. Carvalho – INCRA +	F. Público	Pontes e Lacerda	2000
05	Manoel A. Souza – Mane-STR #	Agric/aposentado	Pontes e Lacerda	2000
06	Manoel P. da Silva – Caboclo #	Comerciante/Agric.	S. Domingos	2000
07	Ulisses André \$	Agricultor	M. Queimada	2000
08	João A. da Silva *	Agric/aposentado	Pontes e Lacerda	2000
09	Laura C. dos Santos #	Agric/aposentada	Pontes e Lacerda	2000
10	Francisco Alexandre dos Santos - o Diá *	Agricultor	Scatolin	2000
11	Luzia dos Santos #	Agricultora	Scatolin	2000
12	José Manoel Leite #	Guarda noturno	Pontes e Lacerda	2000
13	Lourenço Nunes da Cruz +	Agric/aposentado	Pontes e Lacerda	2001
14	Genésio S. de Oliveira +	Agric/Comerciante	M. Queimada	2001
15	Mércio Monfrói #	Comerciante	S. Domingos	2001
16	Yolanda Góes #	Enferm/Farmácia	S. Domingos	2001
17	Teresa Cordeiro *	Faxina/doméstica	M. Queimada	2001
18	Adenir (Denizão) #	Agricultor	Guaporé	2001
19	Joel Honorato #	Agricultor	M. Queimada	2001
20	José Lourenço (Boca Rica) +	Funcionário Pub.	Pontes e Lacerda	2001
21	Luciano #	Func. Pub. – FNS	Pontes e Lacerda	2001
22	Elzira Bernardina Bezerra +	Professora	Pontes e Lacerda	2001
23	Manoel Messias Moreira #	Agricultor	S. Domingos	2001
24	Antônio Santana Lago – o Vaquinha #	Agricultor	Vila Cardoso	2001
25	Ságuio Moreira #	Agric/ Dir. Sind.	Pontes e Lacerda	2001
26	Manoel do Prado +	Agricultor/sindical	Vila Bela	2002
27	Gilson Francisco da Silva \$	Sindical/FETAGRI	Cuiabá	2002
28	Nildo Mendes da Silva \$	Sindicalista/Agric.	Comodoro	2002
29	José Ferreira dos Santos*	Agricultor	Scatolin	2002
30	Décio Cipriano Maniçoba *	Eng. Agrônomo	Cuiabá	2002

Legenda:

+ depoimentos mais utilizados;

* depoimentos usados direta e indiretamente uma ou mais vezes;

\$ depoimentos usados uma vez ou raramente;

depoimentos não citados.

ANEXOS

ANEXO 01

QUADRO DE ÁREAS REGULARIZADAS OU EM REGULARIZAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DO VALE DO GUAPORÉ – MATO GROSSO

GLEBA	MUNICÍPIO	N. DE FAMÍLIAS
Formosa	Vila Bela	165
Sararé	Vila Bela	137
Sararé	Pontes e Lacerda	91
Coronel Ary	Vila Bela	90
Coronel Ary	Pontes e Lacerda	35
Scatolin	Pontes e Lacerda	448
Santo Inácio	Pontes e Lacerda	165
Santo Inácio	Pontes e Lacerda	60
Guaporé II área A	Pontes e Lacerda	07
Guaporé II área B	Pontes e Lacerda	69
Guaporé II área C	Pontes e Lacerda	44
Ricardo Franco	Vila Bela	41
Ricardo Franco I	Vila Bela	15
Ricardo Franco II	Vila Bela	02
Ricardo Franco III	Vila Bela	04
Ricardo Franco IV	Vila Bela	01
São Domingos	Pontes e Lacerda	725
1.500 alqueires	Pontes e Lacerda	78
Tamanduá área II	Comodoro	24
Tamanduá área II	Comodoro	13
Cabixi	Comodoro	270
Casalvasco	Vila Bela	200
Casalvasco	Pontes e Lacerda	868
Cerro Azul	Pontes e Lacerda	448
Trevo	Vila Bela	25
Juína I	Comodoro	12
Juína II	Comodoro	25
Juína III	Comodoro	41
Juína IV	Comodoro	04
Sararé	Pontes e Lacerda/ Jauru	20
Pesqueiro	Juína	71
Sabão I	Vila Bela	06
Sabão II	Vila Bela	02
Sabão III	Vila Bela	29
Sabão IV	Vila Bela	34
Veado I	Pontes e Lacerda	07
Veado III	Pontes e Lacerda	03
Veado IV	Pontes e Lacerda	06
Veado V	Pontes e Lacerda	50
Nova Alvorada	Comodoro	222
Piolinho I	Vila Bela	18
Piolinho II	Vila Bela	02
Piolinho III	Vila Bela	03
Tarumã	Pontes e Lacerda/P. Esperidião	365
Padronal A	Comodoro	25
Padronal B	Comodoro	21
Total 46 áreas	06 municípios	4.996

FONTE: UF - VALE DO GUAPORÉ - INCRA – VILA BELA – MT – JULHO DE 1991-ARQUIVO FASE/MT

ANEXO 02

QUADRO DE ÁREAS EM DESAPROPRIAÇÃO - PONTES E LACERDA

NÚMERO	NOME DA ÁREA	TAMANHO - Há	N. DE FAMÍLIAS
01	Adriana	9.859	135
02	Aerorrancho	7.327	146
03	Conquista	13.936	250
04	Córrego da Onça	850	60
05	Coronel Ary	7.500	200
06	Estiva Velha	8.602	78
07	Lagoa Rica Bonanza	2.121	30
08	1.500 Alqueires	3.630	78
09	Primavera Bananal	2.676	58
10	Rio Alegre	5.797	276
11	São Domingos *	=====	==
12	São Domingos II	1.220	40
13	Sararé	13.500	233
14	Sararé II	1.532	50
15	Santa Margarida	3.253	30
16	Triunfo	3.810	00
TOTAL	16 áreas	85.613	1.664

FONTE: AM ARILDO BORGES DE OLIVEIRA – OAB/MT 6121 – JULHO/2.000

Legenda: * Área de regularização fundiária, já foi titulada e processo arquivado.

ANEXO 03

ÁREAS DE CONFLITOS EM PONTES E LACERDA E VILA BELA EM OUTUBRO DE 1985

ÁREA EM CONFLITO	EMPRESA ENVOLVIDA	NÚMERO DE FAMÍLIAS
PONTES E LACERDA		
BANANAL	Joaquim Rezende	103
AGRO-RANCHO	Joaquim Goulart	100
CÁGADOS		120
PAPAGAIO	Francisco Félix	130
FUNAI	Zigomar Ferreira	228
CÓRREGO DA ONÇA		68
PALMAR		80
PRIMAVERA		130
SÃO JOÃO BATISTA	Joaquim Goulart	100
CÓRREGO SARARÉ		50
FAZENDA SANTA MARIA		15
FAZENDA BOQUIRÃO		80
FURNAS DO SARARÉ		50
APARECIDA DO SINO		60
CORONEL ARY		80
MEROCHO		45
XICOTEL*		100
VILA BELA		
JUNQUEIRA	Fam. Arruda Junqueira	100
ALTO GUAPORÉ		300
DO VEADO	Firma Alemã	33
MONTE AZUL	Mário Nomura	58
FORMOSA		100
ESTÂNCIA BOM JARDIM		====
AEROPORTO	Fam. Arruda Junqueira	60
Total de 24 áreas	===== Total	2.190

FONTE : CPT-MT CITADA POR D. MÁXIMO BIENNES (1990 : P. 431-432)

* Vários nomes são inexatos e diferentes de dados oficiais porque utilizaram nomes populares. A gleba na verdade chama-se Chico Teles – onde está localizada a cidade de Nova Lacerda sede do município.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)